

Defesa Nacional



NOVEMBRO
1953

NÚMERO
472

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, NOVEMBRO DE 1953

N. 472

SUMÁRIO

Págs.

Editorial.....	3
----------------	---

ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

Organização e construção de posições na Artilharia de Costa Motorizada — Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.....	7
Estudo do terreno e das posições climáticas e meteorológicas tendo em vista operações militares — Ten.-Cel. J. F. Moreira Couto.....	11
Ensinaamentos da campanha da Coréia — III — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	23
Ordem unida — Ten.-Cel. Petronio Brilhante.....	31
Unificação das Artilharias de Campanha e Antiaérea dos Estados Unidos — Trad. do Maj. Luiz Felipe da Silva Wiedmann.....	33
A Cavalaria Hipomóvel — Maj. Fernando Bethlem.....	37
Emprêgo tático da Aviação Ligeira com a Divisão Blindada — Transcrição da Redação.....	39
Explosivos militares — Ten. F. Canongia.....	45
Um artigo do "Life" — Transcrição da Redação.....	55

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

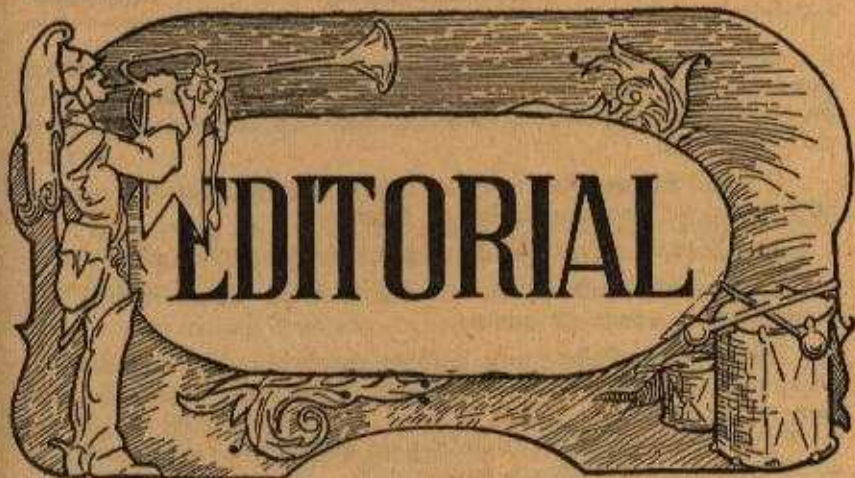
Economia e Defesa Nacional — Cel. Olympio Mourão Filho.....	69
Obrigações do Estado-Membro no sistema de segurança coletiva da ONU — Maj. Waldyr da Costa Godolphim.....	73
Análise da estrutura econômica do Brasil — Dr. Hermes Lima.....	89
Exportação de ferro e desenvolvimento econômico — Dr. Roberto Pinto de Souza.....	95

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

Comandantes de fortalezas passam o bastão de mando aos Santos Pro-tetores — Gen. Silveira de Mello.....	101
Subsídio ao estudo da História Militar — Cel. Arold Ramos de Castro....	107
A luta contra os carros de assalto é problema muito antigo — Cel. Paulo Enéias F. da Silva.....	117

DIVERSOS

O 40º aniversário de "A Defesa Nacional" — As comemorações nos dias 9 e 10 de outubro de 1953.....	121
Coragem, bravura, heroísmo — Gen. Cesar A. Parga Rodrigues.....	123
Chaco — Cel. Antonio de Brito Júnior.....	127
A inflação de "filas" no Exército. O "é proibido" — Cel. Aníbal Barreto	137
Siderurgia — Dr. Pimentel Gomes.....	143
Aspectos gerais dos problemas de Assistência e Previdência Social no Exército — Ten.-Cel. João Baptista Peixoto.....	145
Ainda sobre Caxias — Padre J. Busato.....	153
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	155
NOTÍCIAS DE PORTUGAL.....	160
NOTÍCIAS NAVAIS.....	161
ATOS OFICIAIS.....	167



15 DE NOVEMBRO DE 1889

O mês em curso recorda-nos, mais uma vez, a jornada memorável de 15 de novembro de 1889 e o papel que o Exército nela teve.

O descontentamento do Exército era visível e remontava ao período que se seguiu à guerra do Paraguai.

Nos 19 anos que medearam entre o fim da guerra e a proclamação da República, o Exército, posto de lado, vegetou.

A monarquia não interessava a glória de chefes militares que, pela sua coragem nos campos de batalha, haviam conquistado o coração do povo e elevado conceito perante a Nação. No fundo da questão estava o temor do monarca ao prestígio de homens como Lima e Silva e Osório.

A situação chegou a tal ponto que os militares abstinham-se até de usar as suas condecorações e de falar que haviam estado na nossa maior guerra. Os nossos heróis se escondiam como se fôsse vergonha bater-se pela Pátria!

Não era de admirar, portanto, que a deterioração dessa situação levasse o Exército a se juntar às classes sociais já descontentes com as consequências da abolição da escravatura para derrubar o último Bragança e proclamar a República, principalmente depois de fermentações como a chamada questão militar e a famigerada transferência para Mato Grosso de Chefes de prestígio como o Marechal Deodoro.

Raia o dia 15 de novembro de 1889.

Pairavam no ar boatos de subversão da ordem vigente.

Os Tenentes Joaquim Ignácio e Sebastião Bandeira, antecipando-se a Deodoro, já teriam proclamado a República na noite de 14-15, em plena Rua do Ouvidor, perto do Largo de São Francisco de Paula.

O ministério de Ouro Preto, sem os Chefes do Exército, reúne-se no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Sem dúvida, o Barão de Ladário inspirava confiança.

Contingentes sucessivos de Marinheiros alinhavam-se em torno daquela praça de guerra.

Afinal, Ouro Preto toma heróica resolução. O Exército era a chave da situação. Que seguissem todos, pois, para o Quartel-General do Exército. Assim foi feito. O velho quartel do Campo da Aclamação seria o local onde, pela derradeira vez, se reuniria, coletivamente, um gabinete monárquico. Na verdade, seria também o túmulo do Império.

Quando Ouro Preto e sua comitiva, inclusive Ladário, entraram na Secretaria da Guerra, já lá se encontravam o Visconde de Maracajá, Ministro da Guerra, os Generais Barreto, Barão do Rio Apa e Amaral e vários oficiais superiores. O pátio do Quartel-General estava coalhado de soldados aparentemente fiéis ao governo. Ladário sai e encaminha-se para o Arsenal, a tomar providências.

Em frente ao Ministério, tropas, conduzidas pelo próprio Marechal Deodoro, formam em linha de combate.

Chega a hora decisiva.

O Capitão Godolphim, com uma escolta de oito soldados, apenas, faz alto em frente ao portão do quartel.

Minutos após, Deodoro, à frente de seu Estado-Maior, entra pelo portão a dentro e viva a República.

Estava deposta a Monarquia.

Ladário regressa. Era um dos membros do Gabinete e, por isso, teve ordem de prisão.

Resistindo, é ferido a bala, lavando o seu sangue a honra da monarquia.

Deodoro sobe e vai até à Secretaria, onde se achava Ouro Preto com os seus Ministros.

Deodoro declara-lhe que o governo está deposto.

D. Pedro II, chamado pelo Chefe do Gabinete, desce de Petrópolis onde se encontrava.

Ao chegar, tenta ainda consertar a situação. Discute com o Visconde de Ouro Preto. Quer nomear o Conselheiro Saraiva para a Chefia do Gabinete. Manda chamar Deodoro, mas este não é encontrado.

Tudo estava findo. Como disse Paulo Filho, o Exército e a Armada, unidos pela devoção à camaradagem, se levantaram não contra o regime parlamentar, mas contra os homens desse mesmo regime.

É que a monarquia bruxoleava.

Os partidos da Corôa, há tempos, haviam abdicado de suas prerrogativas. Viviam sem autoridade, o monarca compondo e recompondo gabinetes, ora de um, ora de outra côr política.

O trono fazia e desfazia as maiorias das câmaras.

E nessa corrida ao poder, a submissão dos partidos era a palavra de ordem.

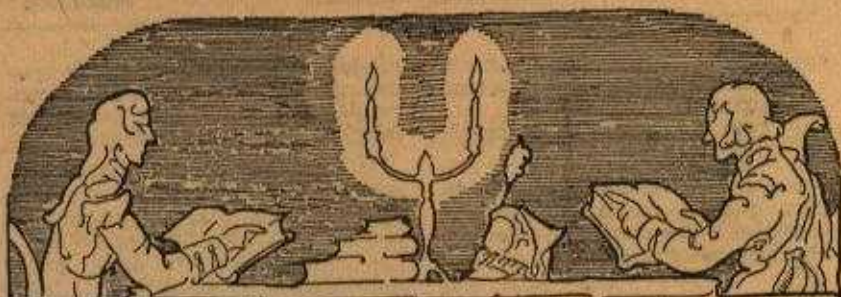
Junte-se a isso a apatia do governo, no terreno econômico, a libertação dos escravos, desgostando os senhores de terras e o descontentamento dos militares e ter-se-á o quadro completo que levou o império ao chão.

A República nasceu com o Exército e com êle cresceu e consolidou-se.

Hoje, o Exército é o esteiço da República e um dos fiadores do seu progresso.

República e Exército, portanto, dão-se as mãos, ao ensejo deste 64º aniversário do gesto de Deodoro, na certeza de que o progresso de ambos é a felicidade da Pátria.





CULTURA PROFISSIONAL

ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POSIÇÕES NA ARTILHARIA DE COSTA MOTORIZADA

Col. NEWTON FRANKLIN DO NASCIMENTO

RACIOCÍNIO INDISPENSÁVEL

Antes de planejar a construção de posições para a artilharia, é preciso que se saiba o que vai construir, conhecendo de antemão e com perfeita segurança, quais as condições de lugar, de tempo, de modo e de causa a satisfazer pela posição. Isto se consegue após ligeiro raciocínio, respondendo às clássicas perguntas que orientam qualquer ação: onde — quando — como e por que vou realizar isto ou aquilo?

Somente depois de respondidas estas perguntas, é que estará qualquer executante apto a elaborar seu planejamento. Analisemos, pois, per summa capita, cada uma daquelas perguntinhas, que traduzem muita sabedoria.

Onde, advérbio de lugar, é o local no terreno, escolhido após o reconhecimento, para ser ocupado pela bateria, grupo, ou agrupamento. Uma vez escolhido este local,

a posição de cada peça é bem marcada por uma tabuleta (ou outro sinal, inconfundível) balizando-se, também, sua direção de tiro.

Quando, advérbio de tempo, é a hora em que a unidade (peça, bateria, grupo ou agrupamento), deve estar pronta para cumprir sua missão, ou melhor, é o momento exato da abertura de fogo.

Como, advérbio de modo, é a maneira pela qual a unidade deve ocupar, a rigor, no tempo e no espaço, a posição já escolhida e bem assinalada. Isto envolve certas condições de ocupação da posição, como sejam o estudo das vias de acesso, entrada na posição, descarregamento do material e entrada em ação (acionamento propriamente dito).

Porque, locução conjuncional, ou melhor ainda, de conjuntura, traduz a causa ou motivos que determinaram a ocupação da posição, condicionando tudo ao seguinte:

- quais os objetivos a bater?
- onde vão surgir esses os objetivos?

- qual a duração do tiro?
- qual a cadência de tiro e consumo de munição?
- qual o processo de colocação das peças em direção?

Isso é importante que se difunda, para que os executantes tenham consciência dos motivos porque devem agir no cumprimento da missão.

Sómente depois de raciocinar maduramente sobre o que acima pretendemos expor *per summa capita*, é que estará um Comandante de unidade em condições de redigir seu planejamento de organização e construção de posições.

DO PLANEJAMENTO

Consoante prescrições do Manual C 4-5, os itens do planejamento são os seguintes:

- prescrições relativas à camuflagem, cujo estudo já fizemos no n. 467 desta revista;
- regras de circulação no interior da posição;
- natureza e número dos canteiros de trabalho;
- ordem de urgência dos trabalhos;
- designação das equipes para cada trabalho a executar, com os respectivos chefes;
- organização da defesa aproximada;
- balanço dos meios necessários em ferramentas e material;
- pedidos a encaminhar aos órgãos de que depende a unidade, se tal for necessário.

Na elaboração deste plano, devem-se distinguir duas situações que se podem apresentar:

1ª — abertura de fogo a prazo *demorado*;

2ª — *idem* a curto prazo.

Na primeira situação (posições de muda, de refórcio, ou de retratamento), começa-se pela camuflagem e proteção do pessoal e material.

Na segunda situação, procurar-se-á ficar em condições de abrir fogo o mais cedo possível, asseguran-

do-se ao pessoal e material apenas proteção contra bombardeios de pequeno vulto, com adoção da seguinte ordem de urgência:

1ª *urgência* — organização das comunicações e ligações;

— colocação das plataformas e montagem dos canhões sobre elas;

— descarregamento da munição indispensável ao cumprimento imediato da missão, mormente se a ocupação da posição não for de longa duração (caso de avanço ou retraimento);

— organização dos observatórios, dos órgãos de levantamento e de direção de tiro (CmT);

— organização de sapas e abrigos contra bombardeios.

2ª *urgência* — organização dos depósitos de munições, inclusive cargas de projeção;

— melhoria e acabamento dos abrigos para o pessoal (PO, CmT, EL, LF, etc.);

— construção de casamatas, se a permanência na posição for demorada.

DIVISÃO DO TRABALHO

Para seu melhor rendimento, os trabalhos de organização se decompõem em fases:

1ª *fase* — camuflagem inicial, com auxílio das rédes de camuflagem e outros meios de emergência naturais ou artificiais;

— preparo do terraplino, escavando o solo até à altura dos muros;

— descarregamento e montagem das plataformas de tiro, operação esta a que ainda nos vamos referir mais adiante (caso do canhão de 152,4 mm);

— construção de sapas de um e de outro lado dos terraplenos e à retaguarda deles;

— preparo de abrigos para estocagem de munições nos taludes ou rampas de cada uma destas sapas e cujas profundidades são aumentadas com o decorrer do tempo;

— as terras obtidas nessas escavações são colocadas em sacos, os quais, devidamente superpostos

em tórno dos terraplanos, constituem magníficos abrigos contra estilhaços;

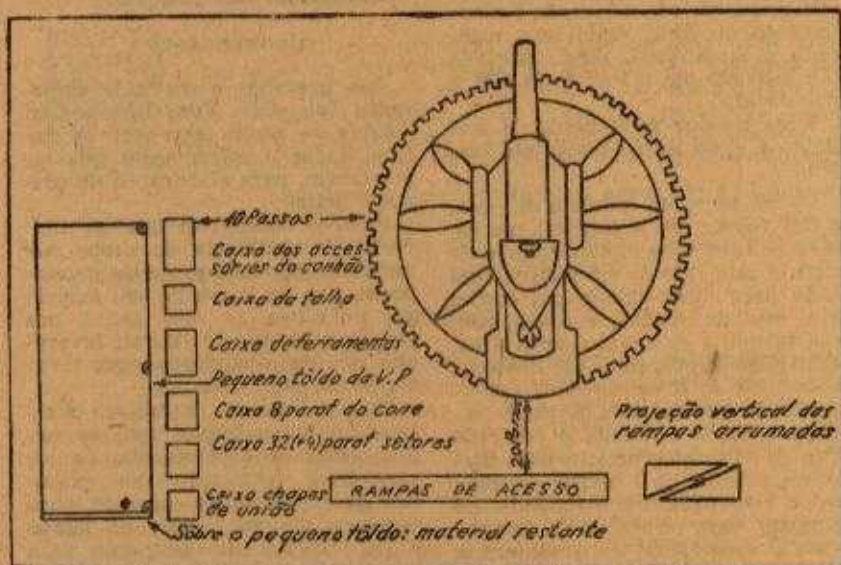
— os projetis e cargas de projecção são arrumados nos respectivos abrigos, se já estiverem terminados;

— as turmas designadas para esse fim começam os trabalhos de construção de abrigos para os órgãos de observação, direcção de tiro e das comunicações e ligações, órgãos estes que devem ser camuflados, bem como as posições das peças, desde o começo dos trabalhos, para que não se revelem, prematuramente, à investigação aérea.

mas sempre dentro da fração duma unidade de fogo (1.4, 1.3 ou 1.2).

3ª fase — as turmas de trabalhadores, cujas tarefas estejam concluídas, passam a auxiliar as demais, cujos canteiros não tenham progredido por circunstâncias supervenientes (natureza do solo, perda de homens e outra causas de indisponibilidades);

— cada secção inicia a construção de um abrigo contra bombardeios, em galeria de mina, ou a céu aberto, próximo das posições das peças e aproveitando as sapas laterais já abertas;



2ª fase — colocação dos canhões sobre as respectivas plataformas, depois de preparado o terraplano devidamente;

— aprofundamento das sapas iniciadas na primeira fase, porém sem exagero demasiado, para se evitarem desabamentos e soterrações em casos de bombardeios irremediáveis, causando a morte de todos que aí se achem;

— acabamento dos abrigos das munições e de sua estocagem, no mínimo para um dia de fogo, ou menos, se assim fôr determinado,

— os abrigos de munição são reforçados com cobertas de proteção contra desabamentos;

— continuação dos trabalhos de proteção dos órgãos de comando, de direcção de tiro e de observação.

4ª fase — continuam os trabalhos dos abrigos contra bombardeios, a cargo das secções, cobrindo-se nessa fase as estradas para tais abrigos; os abrigos para órgãos de observação, de levantamento e de direcção de tiro, ficam terminados.

5ª fase — conclusão dos abrigos das secções contra bombardeios;

início da construção de abrigos para munições nas alas e nos intervalos centrais da posição.

6ª fase — conclusão dos abrigos para munições iniciados na fase anterior, os quais são ligados por uma galeria contínua, com aberturas para arejamento e ventilação dos abrigos;

— organização da defesa aproximada da posição, de que já tratamos noutro artigo desta Revista.

CASO PARTICULAR DO MATERIAL ARMSTRONG DE 152,4 mm

O preparo do terreno (terraplenagem) é atribuição da turma do CM e consiste em escavação e nivelamento do local onde será colocada a plataforma, sendo iniciada tão logo chegue a turma do CM a esse local.

Para melhor rendimento, o trabalho é executado da seguinte forma:

— em torno da tabuleta da peça, o CM (chefe das munições) marca, sobre o solo, uma circunferência de círculo com raio de 4,5 metros (em cada peça deve existir um cordel com essa dimensão), e inicia, com sua turma, a escavação dessa área, até atingir a profundidade dos munhões, isto é, 20 centímetros, começando do centro para a periferia. Toda a terra escavada é colocada fora da circunferência, a uma distância mínima de 1 metro. No centro, a escavação é aprofundada até 1 palmo, para colocação da flange;

— a montagem da plataforma, além de ser um trabalho de horas a fio, é muito penoso e difícil, exigindo cuidadosas precauções contra acidentes ou danos no material. Não vamos descrevê-la, pois isto seria mera transcrição do Manual para o Serviço da Peça, já elaborado pela Diretoria de Armas. A montagem da plataforma é iniciada pela turma do C 1, tão logo fique terminada a terraplenagem executada pela turma do CM;

— a subida do canhão sobre a plataforma é outra operação trabalhosa e difícil, que requer um treinamento perfeito das guarni-

ções, consoante as prescrições estabelecidas no Manual para o Serviço da Peça. A título de ilustração, o leitor poderá observar, na figura anexa, um canhão Armstrong de calibre 152,4 mm montado sobre plataforma com campo de tiro de 360 graus, tendo ao lado seus acessórios, após os trabalhos de terraplenagem.

Se a abertura do fogo não tiver que ser iniciada, os trabalhos de "organização e construção da posição" prosseguem consoante as fases enumeradas no meio do presente artigo, com aproveitamento de recursos naturais, existentes nas proximidades das posições.

CONCLUSÕES

Aos prezados e distintos camaradas Ten.-Cel. Vilas-Bôas e Cap. Adonis — muito agradeço os valiosos dados e informações que me prestaram, para elaboração do presente artigo.

Seria aconselhável que as unidades de artilharia de costa motorizada estudassem, desde o tempo de paz, os locais de seu emprego, próximos às suas sedes, nos possíveis pontos do litoral, favoráveis ao desembarque de um invasor vindo pelo mar.

Depois desses estudos, seria também aconselhável que se organizassem e construíssem os locais para instalação das plataformas em bases de concreto, para que resistissem à ação do tempo e permitissem sua ocupação para os exercícios de tiro em tempo de paz, sobre alvo fixo ou móvel, atendendo ao fato de que a artilharia de costa, móvel, também atua sobre objetivos terrestres, devendo estar, para isso, muito bem exercitada, o que se consegue depois de longo tirocinio.

Para abrir os debates nesse sentido, iniciaremos, oportunamente, a publicação de uma série de artigos intitulados: TIRO DA ARTILHARIA DE COSTA MOTORIZADA CONTRA OBJETIVOS TERRESTRES e cujos apontamentos já coligimos de há muito.

ESTUDO DO TERRENO E DAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS E METEOROLÓGICAS TENDO EM VISTA OPERAÇÕES MILITARES

Ten.-Cel. J.F. MOREIRA COUTO

INTRODUÇÃO



ENTRE os fatores a considerar no estudo de uma situação táctica, estão as características do terreno, as condições meteorológicas e o clima que prevalecem na região à época em que ela vai ser utilizada pelas forças em operações. A análise desses fatores visa determinar o melhor partido que deles podem tirar as forças amigas e inimigas, e concluir:

— dum lado, pela maneira mais adequada de utilizá-los na execução de nossos planos;

— doutro, pelas possibilidades mais verossímeis que tem o inimigo, valendo-se deles, de contrapor-se à nossa manobra.

TERRENO

O terreno é um dos raros fatores constantes no estudo das operações. Por sua natureza, relevo e vegetação, comanda a aplicação dos fogos e dita as possibilidades de manobra; as vias de transporte que o atravessam restringem ou autorizam o emprego de forças; as organizações inimigas nêlo localizadas constituem os indícios mais seguros em que basear hipóteses sobre possíveis manobras adversas.

O terreno imprime, pois, sua forma concreta ao dispositivo concebido em função do inimigo. Mas não basta utilizá-lo em estado original: as propriedades naturais do terreno só adquirem eficiência plena quando reforçadas pela mão do homem; a potência, o ritmo, a cobertura da manobra podem receber da fortificação ajuda considerável, e uma operação terrestre assumirá aspectos diversos conforme os prazos disponíveis para preparar uma posição, lançar um campo de minas, estabelecer, obstruir ou reparar uma via de transporte.

As características da área em que vão atuar forças militares têm, pois, influência decisiva no curso das operações, e os fatores mais importantes a considerar no exame do terreno referem-se não só aos acidentes naturais (elevações, massas líquidas, praias, vestimenta do terreno), mas também a obras do homem, como estradas, vias férreas, obras de arte, edificações, organização do terreno.

METEOROLOGIA E CLIMA

As condições meteorológicas e climáticas podem alterar muito as características tácticas do terreno, e afetar as operações em grau considerável. Chuvas podem tornar intransitáveis certas estradas e proscrever

o emprêgo de blindados em regiões de solo pouco consistente. A neblina furta a visibilidade e pode obrigar a transferir operações, ou determinar que seu desencadeamento, de dia, assuma as características das incursões noturnas; por noites de lua cheia, ao contrário, operações de certo vulto tornam-se viáveis em moldes muito semelhantes às ações empreendidas normalmente à luz do dia. A hora exata do nascer e do ocaso do sol, constante das efemérides publicadas pelos observatórios astronômicos locais, condiciona muitas vezes o desencadeamento de operações importantes. No inverno rigoroso de certas regiões, o congelamento de massas líquidas transformará rios e lagos, que eram antes obstáculos, em vias de penetração favoráveis.

FONTES DE INFORMES

As cartas e fotografias verticais, completadas, sempre que possível, pelo reconhecimento terrestre e aéreo, são os documentos básicos para o estudo do terreno. Fotografias oblíquas, estereoscópicas, coloridas ou infra-vermelhas são também muito úteis, principalmente para o estudo das modificações feitas no terreno pela mão do homem: permitem precisar certos pontos importantes que não ficam esclarecidos no estudo da carta nem nos reconhecimentos do terreno.

No planejamento de operações em cidades e aldeias, não é possível prescindir de plantas em escala grande da localidade, situando precisamente os edifícios importantes, as ruas principais e outros acidentes que os executantes precisam conhecer previamente.

Operações especiais, como as operações de desembarque e o ataque a zonas fortificadas, podem exigir, para estudos de pormenor, a confecção de modelos em relevo, de esponja de borracha, reproduzindo a área de terreno escolhida. O estudo de cartas hidrográficas é extremamente valioso nas operações anfíbias e na defesa de praias e orlas marítimas.

As operações planejadas com larga antecedência, como as incursões aeroterrestres e os assaltos anfíbios, dependem de estudos meteorológicos da região interessada; tais estudos compreendem o exame do ciclo anual de certos fenômenos, como as marés, o estudo do mar, a formação de nuvens, os ventos dominantes e a análise das previsões do tempo para períodos cada vez mais curtos, à medida que a data de sua realização se aproxima.

MÉTODO

O estudo do terreno é feito primeiro na carta, ou em documento equivalente e, depois, no local da ação, por meio de reconhecimentos cuidadosamente preparados, indispensáveis nos escalões divisão e inferiores.

Precedendo toda e qualquer operação, esse estudo será conduzido de acordo com a missão recebida e conforme o inimigo a combater.

O chefe deve, entretanto, ter curiosidade pelo terreno e reconhecer, sempre que possa, mesmo sem idéia preconcebida ou missão prescrita, as grandes linhas do terreno em que sua unidade pode ser chamada a atuar; ao receber missão, retomará o estudo em função dela e do inimigo, chegando a conclusões em prazo muito mais curto.

Variável conforme o escalão e a seção do estado-maior interessada, o estudo do terreno pode ser efetuado mentalmente, sob forma oral, ou em documento escrito, de acordo com as circunstâncias. Um comandante de batalhão, por exemplo, não terá necessidade de fazer redigir um estudo do terreno em sua frente imediata, pois vive diante dele e está familiarizado com todos os seus detalhes. Um comandante de exército, ao contrário, e os vários elementos de seu estado-maior, não podem ter conhecimento pessoal dos aspectos largamente diferenciados do terreno numa frente de 100 quilômetros e têm de depender de estudos do terreno.

É da responsabilidade do oficial de informações iniciar, coordenar e completar, em tempo útil, estudos do terreno e das condições meteorológicas, tendo em vista orientar a decisão do chefe e manter atualizados tais estudos no decorrer da ação. Os elementos a considerar nesse trabalho assumem, porém, preponderância variável conforme o ponto de vista de quem se vai valer dele: ao oficial de suprimento interessam principalmente as vias de transporte à retaguarda; ao oficial de operações, o modelado na frente de contacto. Por consequência, os estudos do terreno recebem a cooperação de todos os elementos interessados do estado-maior e, uma vez completos, representam o resultado de um esforço comum; mas visam sempre habilitar o comandante a decidir e a levar a efeito a missão conferida à unidade.

Para seguir uma sequência metódica, abordam-se, nesta análise: o fim a que se destina o estudo; uma descrição muito sucinta das características geográficas da área interessando à operação; seus aspectos militares, examinados objetivamente, excluídas quaisquer considerações que não se apliquem ao problema em estudo; e conclui-se pela influência que eles podem exercer em nossos planos e sobre as possibilidades que o inimigo tem de opor-se à sua execução (C-101-5, anexo 11).

DESCRIÇÃO GERAL DA REGIÃO

A análise da influência que pode exercer a região sobre a tática terá de basear-se no estudo das características que o terreno adquire, submetido às condições meteorológicas existentes ou previstas, por ocasião das operações. Convém, pois, analisá-las em primeiro lugar e proceder, em seguida, ao estudo das condições de terreno resultantes. Desta forma, será eliminada, "a priori", qualquer consideração em bases inverossímeis, como, por exemplo, condições inexistentes de tráfego ou visibilidade.

A área de operações pode ser estudada sob os aspectos principais seguintes:

A. CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS

As precipitações, ou a ausência delas, afetam as condições de tráfego nas estradas ou através campo, em graus variáveis conforme a natureza do solo. Nas regiões frias, mudanças extremas de temperatura, passando pelo ponto de congelamento, criam fôlhas de gelo sobre o pavimento das estradas, solidificam certos trechos de terreno inconsistente, ou derretem a camada sólida que recobre o solo, ocasionando até desabamentos nas estradas de fundações deficientes. As cartas de situação da Engenharia devem, pois, ser interpretadas à luz das condições meteorológicas e das previsões do tempo.

A neve diminui a visibilidade quando está caindo; depois da precipitação, aumenta as possibilidades de observação, a despeito da camuflagem, e disfarça, além disso, obstáculos do terreno, como fossos, tocos e minas. A cerração, a poeira ou o revérbero proporcionam disfarce da observação terrestre e aérea, restringindo os campos de tiro e reduzindo a eficiência do tiro observado de artilharia.

A temperatura afeta a eficiência da tropa, abate-lhe o moral, e prejudica o funcionamento dos motores a explosão e do armamento automático.

As fases da lua, e a densidade de nuvens, à noite, têm influência direta no número de operações noturnas.

No emprego de fumaça, agentes químicos ou incendiários, é preciso considerar a velocidade e a direção do vento.

B. TOPOGRAFIA

(1) Relêvo e hidrografia

Os cursos d'água e as linhas de crista, constituindo dois sistemas que se entrosam, definem a configuração do terreno. Esse estudo é aprofundado pelo exame da altitude relativa das elevações e da profundidade e largura dos rios e córregos, natureza das barrancas e dos fundos dos cursos d'água.

A configuração do terreno pode ser retratada gráficamente pela judiciosa aplicação de traços convencionais e cores às cartas ou fotografias aéreas existentes. Os processos descritos abaixo destinam-se a realçar o modelado nos documentos cartográficos, tornando-os mais legíveis.

(a) Esqueleteamento

O esqueleteamento do terreno consiste em assinalar as linhas de crista e os cursos d'água, tornando evidente a configuração da área. A iluminação dos rios em azul, usando linhas chelas de espessura variável para os rios importantes e linhas interrompidas para os córregos vadeáveis, indica, num relance, os vales principais e secundários. As linhas de crista são acentuadas por um traço, em geral marrão, variando em intensidade desde o divisor de águas principal até às últimas ramificações secundárias. Numa fotocarta ou fotografia aérea é, em geral, difícil seguir os cursos d'água secundários, tornando-se necessário iluminá-los. O exame estereoscópico de fotografias aéreas que apresentem superposição conveniente permite distinguir as cristas secundárias e os cursos d'água menos importantes, embora não forneça informações quanto às cotas das elevações.

(b) Tintas

O emprego de tintas convenientes para assinalar as curvas de nível mais importantes, ou distinguir determinadas faixas de altitude, produz um efeito realístico de três dimensões. Podem-se cobrir, com cores apropriadas, curvas de nível cuidadosamente escolhidas, ou, o que será preferível, havendo tempo, colorir, em tons diferentes, tanto mais escuros quanto maior a altitude, faixas compreendidas entre séries de curvas de nível bem selecionadas, deixando, na cor natural da carta, as partes mais baixas, que definem os vales. Lápis de cor amarela, laranja e marrão proporcionam graduação de efeito convincente, sobrepujada apenas pelo emprego de tintas de aquarela em sobretom.

(c) Acentuação dos cumes

Pode-se colorir, sombrear, ou acentuar doutro modo qualquer apenas os cumes das elevações e as partes mais altas dos esporões, anotando as cotas respectivas. É trabalho fácil e rápido, porém de valor e eficiência limitados.

(d) Sombreamento

O sombreamento consiste em acentuar as partes das elevações que estariam na sombra, admitida uma fonte de luz numa posição qualquer; a inclinação de uma encosta salta aos olhos pela densidade da sombra. A carta assim iluminada apresenta o aspecto de um modelado em relêvo, permitindo discernir prontamente a configuração do terreno. É um processo muito eficiente de iluminação, mas exige dotes individuais. Existem já cartas estrangeiras impressas com sombreamento.

(2) Vegetação

O estudo cuidadoso da vegetação de uma área revela, às vezes, dados muito mais importantes que os normalmente impressos nas cartas comuns. Refere-se ele à posição, ao tamanho e à forma dos bosques, matas e macegas, e dos campos naturais ou cultivados, bem como ao tipo de vegetação que os constitui. Na maioria das cartas, não é feita nenhuma referência ao tipo e porte das árvores que formam os bosques, a seu tamanho, ou à densidade da plantação; esses fatores, no entanto, influem no desenfiamento e na mobilidade. Nas regiões de inverno rigoroso, as árvores que não perdem as folhas possuem ramagem em geral densa e crescem umas juntas das outras; formam matas e bosques que proporcionam desenfiamento perfeito às vistas aéreas, no verão e no inverno e são freqüentemente intransponíveis por blindados, salvo quando as árvores são de pequeno porte e o carro pode derrubá-las. As árvores de folhas caducas, ao contrário, nascem mais espaçadas e permitem o movimento de viaturas, inclusive carros; no inverno, entretanto, oferecem apenas desenfiamento parcial às vistas terrestres e praticamente nenhum à observação aérea.

As cartas nada informam sobre matas ou bosques derrubados e, no entanto, o desenfiamento que proporcionam ou o obstáculo que constituem são dados importantes para o estudo do terreno. Análogamente, o desenfiamento ou a restrição do campo de tiro conseqüente de uma cultura, e o obstáculo que pode oferecer um campo arado recentemente, podem representar informes importantes no estudo de determinada situação.

(3) Natureza do solo

O estudo da natureza do solo para fins militares visa principalmente determinar as possibilidades de tráfego através campo, sob condições meteorológicas atuais ou previstas, e assume importância especial para unidades blindadas.

Os departamentos de agricultura de certos países publicam cartas do solo, cujas informações, acrescidas dos textos que as acompanham, podem ser transferidas para uma carta de situação. A arma de Engenharia cabe a responsabilidade de organizar e distribuir cartas sobre as condições de resistência do solo, as quais, coloridas de sorte a indicar os graus de intensidade de tráfego que cada área pode suportar, e analisadas à luz de boletins meteorológicos, revelam as melhores vias de acesso para blindados fora das estradas.

(4) Obras e instalações

Estuda-se, sob este título, a obra realizada pela mão do homem na região considerada: estradas e obras darte; vias férreas e rios navegáveis; cidades, vilas e povoados, seu contorno atual e estradas que as atravessam; localização e pormenores de construção das organizações defensivas; extensão das pistas e capacidade das instalações para aterragem de aviões.

A natureza e a capacidade de tráfego das estradas podem ser ressaltadas, em cartas ou calcos especiais, por linhas vermelhas, cheias ou interrompidas, de espessuras e tonalidades várias, indicando os tons mais escuros e os traços mais espessos as melhores estradas, e as linhas menos acentuadas e mais claras estradas que exigem formas variadas de cautela. Assinalam-se, por uma convenção qualquer, os pontos perigosos: túneis, pontes fracas, trechos destruídos.

As cidades e os nós importantes são igualmente iluminados de acordo com seu valor relativo.

Em carta assim preparada, a rede constituída pelas melhores estradas salta aos olhos.

ASPECTOS MILITARES DA REGIÃO

Estabelecidos os fatores meteorológicos e topográficos em que se devem basear conclusões futuras, o estudo prossegue, tendo em vista interpretá-los do ponto de vista militar, limitado rigorosamente ao problema tático que se pretende resolver.

Quando for aconselhável, a área poderá ser dividida, para facilidade de análise, em setores naturais, ou então, na ausência de limites geográficos distintivos, em zonas delimitadas de acordo com a situação tática; em cada uma delas são examinadas as características resultantes do estudo anterior, tendo em vista nossos interesses e os do inimigo.

Avallam-se, nesta parte do trabalho, as conclusões obtidas da análise das características meteorológicas e topográficas da região, e delas se deduzem informações táticas que podem ser grupadas sob cinco títulos principais: pontos críticos do terreno; vias de acesso; observação e campos de tiro; desarmamento; obstáculos.

A. PONTOS CRÍTICOS DO TERRENO

Em dada situação tática, considera-se ponto crítico do terreno a um local ou área de importância vital para as forças em presença: em mãos do atacante, fornere-lhe um ponto de apoio para prosseguir no avanço e compromete a posição mantida pelo defensor.

A medida que se sobe em escala, os pontos críticos vão assumindo aspecto mais geral, aprofundando-se, ganhando importância, interessando a zonas mais extensas: o ponto crítico da defesa, a cargo de uma companhia, será talvez ignorado do comandante do regimento; o objetivo de um batalhão no ataque é uma dada elevação, ponto crítico da defesa inimiga em certa parte da frente, mas o exército de que ele faz parte montou essa mesma operação para conquistar, por exemplo, uma cidade, penetrando profundamente em território inimigo.

A posse de uma ponte sobre um rio invadeável evitará a montagem de um ataque para transpô-lo à viva força. Uma estrada ou um centro ferroviário pode ser de tal importância que sua perda arruine a capacidade de resistência inimiga. Uma praia perdida numa operação de desembarque representa uma base de suprimento a menos. Numa operação aeroterrestre em terreno acidentado, pode suceder que determinada região plana constitua a única pista de aterragem acessível para seu reforço e suprimento. Nas regiões montanhosas, os túneis são frequentemente a via exclusiva de ligação entre duas áreas, por outra forma isoladas.

Os pontos críticos do terreno podem ser assinalados na carta de operações; sua localização e importância relativa inclui-se entre os fatores determinantes do plano de operações da unidade.

B. OBSERVAÇÃO E CAMPOS DE TIRO

(1) A observação decorre da altura, mas pode ser impedida ou limitada por vegetação de grande porte, neblina ou precipitações. É indispensável, particularmente na defensiva, um estudo cuidadoso das zonas desenhadas dos vários postos de observação. Os observatórios importantes do inimigo terão de ser cegados com fumaça para que não possam atuar eficientemente.

(2) Os campos de tiro mais convenientes para as armas de fogo tenso são constituídos por trechos de terreno limpo onde o inimigo seja obrigado a expôr-se ao fogo eficiente da defesa e se aproveite integral-

mente a rasância das trajetórias. As encostas suaves e extensas des-tituídas de vegetação importante constituem, pois, os melhores campos de tiro. Convém não esquecer, no entanto, que a riqueza atual da infantaria em engenhos de tiro curvo, e o aperfeiçoamento das armas modernas de defesa aproximada, permitem tirar partido, em benefício da surpresa, de campos de tiro deficientes e restritos.

É possível melhorar campos de tiro medíocres, abatendo árvores ou culturas e demolindo construções, mas, neste caso, deve-se levar em conta, no estudo do terreno, a necessidade de dispor de tempo e mão-de-obra para essa tarefa.

C. OBSTÁCULOS

Os obstáculos condicionam não só a escolha dos objetivos e das vias de acesso que a eles conduzem, mas também os meios necessários para transpô-los, o dispositivo da força e o ritmo da operação. Elevações paralelas à direção em que progride uma unidade limitam ou proíbem, conforme sua importância, movimentos laterais, e protegem os flancos; perpendiculares ao eixo do avanço, constituem obstáculos para quem ataca e uma ajuda para quem defende. Os rios exercem influência semelhante e, quando se orientam no sentido da progressão, podem ainda ser usados como vias de suprimento, ou conduzir engenhos flutuantes soltos a montante. Os pântanos retardam mais um avanço que as massas líquidas, por ser mais difícil construir uma estiva que uma ponte; contudo, quando congelados, nas regiões de frio intenso, podem ser utilizados como estradas. Os veículos blindados têm seus movimentos restritos por bosques densos, terreno alagadiço, inconsistente, rochoso, massas líquidas, neve espessa e rampas íngremes. Há um grau crítico de aclave que um carro pode subir sob determinadas condições de tração e também um limite de inclinação transversal admissível no movimento paralelo às curvas de nível; excedidos estes, o carro pára o motor, desliza, capota, ou perde uma lagarta.

O tipo de solo influi na avaliação do obstáculo: certos terrenos tornam-se intransitáveis para viaturas mecanizadas após aguaceiros, quando congelados ou durante o degelo; o solo arenoso pode, ao contrário, constituir obstáculo em tempo seco, e atingir sua capacidade máxima de tráfego após certa quantidade de chuva.

Os obstáculos artificiais existentes na área determinarão a necessidade de exploradores de minas, lança-chamas ou equipagens de pontes; e a situação em que se encontram os obstáculos em relação a nossas forças e ao objetivo que elas devem atingir influirá no dispositivo, e, até certo ponto, na hora de início da ação.

Podem figurar em cores ou símbolos convencionais, na carta de situação da Engenharia, os tipos de solo da área e toda a sorte de obstáculos, naturais ou artificiais, conhecidos na zona de ação; tornar-se-ão, assim, aparentes as vias de acesso favoráveis, principalmente para blindados.

D. DESENFIAAMENTO

Proporcionam desenfiaamento às vistas inimigas as máscaras constituídas por acidentes topográficos, como matas, capim alto, culturas, ou provenientes de fenômenos meteorológicos, como a neblina, a poeira, precipitações de neve, noite.

O desenfiaamento aos fogos é fornecido pelas massas cobridoras: fossos, crateras de projetis, barrancas de rio, ruínas de edifícios, aterros e cortes.

Uma via de acesso desenfiaada às vistas inimigas favorece a surpresa, e pode ser, além disso, utilizada com perdas mínimas se estiver,

também, desenhada aos seus fogos. Por esta razão o defensor, ao instalar uma posição, procura ter diante de si áreas em que o atacante tenha possibilidades mínimas de desenhamento.

E. VIAS DE ACESSO

As vias de acesso para um objetivo resultam da análise conjugada das vias de transporte, das restrições ao tráfego impostas pela natureza do solo e da relação que guardam entre si os compartimentos de terreno longitudinais e transversais.

(1) O estudo das vias de transporte, nos escalões mais elevados de comando, abrange a análise de todas as estradas de ferro e de rodagem e das vias navegáveis por onde é possível trazer forças combatentes ou fornecer apoio logístico.

O exame das rodovias deve encarar não somente o tipo das estradas disponíveis, mas também sua largura, número de vias, pavimentação; localização, largura e capacidade das pontes; altura livre das passagens de nível inferior; inclinação das rampas críticas.

No que respeita às vias navegáveis, deve-se considerar sua profundidade e largura, localização e capacidade das instalações de descarga, e, quando for o caso, as informações existentes sobre o canal navegável.

Quanto às ferrovias, interessa conhecer bitola, número de vias, capacidade das pontes, localização e altura livre dos túneis, capacidade dos desvios em número de carros, localização e capacidade das caixas d'água e dos depósitos de combustível e inclinação das rampas críticas.

Um estudo cuidadoso da configuração da rede de transportes indicará, nos grandes escalões principalmente, as melhores vias de acesso do ponto de vista transportes.

(2) A capacidade de tráfego de uma área é função da natureza do solo e de sua resistência aos efeitos da chuva. Os solos são constituídos de proporções variáveis de cascalho, areia, saibro e argila, e da gradação desses materiais resulta o grau de retenção de humidade da camada superficial. Sua profundidade, aliada à natureza do subsolo, determinam, por sua vez, a capacidade de escoamento das águas drenadas pela camada superficial. Eis porque chuvas prolongadas podem tornar certos trechos de terreno virtualmente intransponíveis, enquanto outros continuam a ser utilizados com relativa facilidade. Sempre que prevalecerem condições meteorológicas extremas, num sentido ou noutro, faz-se necessária nova análise das condições de tráfego no exame das vias de acesso para um dado objetivo. Planos que dependam, por exemplo, da transposição a vau de um curso d'água sujeito a extravasar após aguaceiros, terão de ser completados por boletins de previsão de tempo, pois uma chuva repentina poderá invalidá-los, ou cortar de seus suprimentos forças que os estejam executando.

(3) Das noções de desenhamento, observação e obstáculo, decorre a concepção de compartimento de terreno, área que restringe as intervenções exteriores, dentro da qual é possível dosar forças e agir do forte ao fraco, economizando fogos. Um compartimento de terreno é uma área circundada por acidentes topográficos que limitam a observação terrestre, o fogo das armas de trajetória tensa e o tiro observado da artilharia, isolando em parte das ações externas os combatentes que atuam em seu interior. Exige, por isso, um comando único, e deve ser atribuído a uma unidade constituída.

Os acidentes limites de um compartimento de terreno são, em geral, elevações, mas podem também ser bosques, zonas edificadas, ou massas líquidas que constituam obstáculo, e limitarem a área em todas as direções ou em duas delas apenas. Analisado tendo em vista a direção em

que agem as forças que o utilizam, o compartimento diz-se longitudinal ou transversal.

No interior do compartimento assim delimitado, todos os pontos não têm a mesma importância: certas partes, variáveis em número e extensão, têm mais valor que outras. Assim, os cruzamentos de estradas, os pontos de passagem obrigatória, as porções de terreno onde as vistas e os fogos permitem vigiar e bater caminhamentos ou zonas extensas, os bosques, as localidades, os sítios dominantes constituem pontos críticos, cuja posse permite dominar todo o compartimento; entre eles, submetidas a seu comando, se estendem zonas que se podem considerar passivas.

A conquista ou a perda dos pontos críticos arrasta automaticamente a posse ou o abandono das zonas passivas que deles dependem. O número e o valor dos pontos críticos de um compartimento pode ser alterado por trabalhos de organização.

A crista ou a cobertura que separa lateralmente dois compartimentos de terreno contíguos deve ficar incluída na zona de ação da unidade que mais necessitar dela para a execução de sua manobra.

Decorrente das possibilidades de observação, desenfiamento e tiro direto, a noção de compartimento de terreno refere-se, com mais propriedade, aos pequenos comandos, cujas ações, somadas, realizam afinal a missão da grande unidade, mas ficam de certo modo circunscritas às áreas dos compartimentos sucessivos em que se desenrolam. Este poder delimitador do compartimento reduz-se consideravelmente pelo uso dos aviões orgânicos de observação, que habilitam a artilharia a colocar rapidamente tiros observados precisos dentro dos compartimentos.

(4) Raramente a análise da rede de transportes, das condições de ráfego e da compartimentação do terreno indicará a mesma via de acesso como a que satisfaz melhor a todos os requisitos. Será necessário então avaliar, à luz dos demais fatores da decisão, as conclusões parciais obtidas e determinar as que melhor conciliem vantagens e inconvenientes no caso em apreço.

(5) No estudo da defesa de praias e portos, os acidentes submersos afetam as operações do mesmo modo que os acidentes em terra. Torna-se necessária uma análise cuidadosa de canais, bancos de areia, marés, profundidade das águas e ventos dominantes, a fim de determinar vias de acesso, regiões onde concentrar o esforço da defesa, áreas prováveis de embarque ou desembarque da força anfíbia, etc.

INFLUÊNCIA DA REGIÃO NAS OPERAÇÕES

O objetivo final do estudo analítico da área de operações é determinar o efeito dos fatores precedentes em nosso plano de operações e nas possibilidades do inimigo.

O desempenho de dada missão tática pode resumir-se na conquista ou manutenção dos pontos críticos situados na área de operações. A determinação dos pontos críticos e das vias de acesso que a eles conduzem constitui, portanto, a parte fundamental do estudo do terreno.

Na defensiva, trata-se de conservar em nosso poder os pontos críticos, barrando efetivamente todas as vias de acesso que o inimigo possa utilizar, pelo emprêgo de obstáculos e o aproveitamento hábil das vistas e dos campos de tiro que o terreno oferece.

Na ofensiva, arrebatam-se ao inimigo os pontos críticos, utilizando para conquistá-los as vias de acesso que o estudo das condições de ráfego, desenfiamento e obstáculos tenha revelado mais convenientes, e onde o terreno proporcione observação e campos de tiro para um apoio eficaz pelo fogo.

A análise do efeito tático da área sobre as possibilidades do inimigo permite ao oficial de informações assumir a responsabilidade de ser-lhe conforme se lhe apresentem mais ou menos verossímeis, chegando a eliminar algumas que as condições meteorológicas predominantes e as características do terreno não favoreçam: Não é provável que o inimigo ataque nosso flanco se entre nossas forças e as dele existir, nessa direção, um pântano extenso. Numa noite escura, as possibilidades de ações noturnas por parte do adversário ficam reduzidas. Se mantermos um dos lados de um compartimento transversal, não será fácil para forças contrárias manterem-se nas elevações que o fecham ao fundo. O adversário há de se esforçar por tirar o melhor partido possível do terreno. Contudo, poderá às vezes atacar ou defender região desvantajosa a fim de obter surpresa; por isso, deve-se ter sempre em mente que nenhum obstáculo é intransponível para um inimigo obstinado, embora sua transposição possa ser dispendiosa em tempo, material e vidas.

O exame das vantagens e inconvenientes que apresenta a área de operações, do ponto de vista conjunto do terreno e das condições meteorológicas, revelará, aliado a outros fatores, as manobras que o inimigo tem maiores possibilidades de realizar; mas não se devem jamais desprezar suas possibilidades menos verossímeis. Os planos de operações, visando com prioridade atender ao que é provável, precisam guardar sempre flexibilidade para se oporem, quando fôr o caso, à realização eventual do que é também possível.

A. OFENSIVA

O atacante, que deve levar a luta ao terreno em que o defensor espera, guarda a possibilidade de escolher o eixo e os pontos de aplicação de seu esforço. Esta escolha é uma das partes essenciais da decisão do chefe. O terreno do ataque deve, com efeito, permitir ao atacante:

- vistas sobre o terreno do ataque, para que possa conduzir nele o combate e realizar bom apoio de fogos;
- progressão fácil dos elementos a pé e dos blindados;
- o movimento de reservas, o afluxo dos suprimentos, e um funcionamento eficiente das evacuações e da ligação.

(1) Pontos críticos do terreno

Na ofensiva, a seleção dos pontos críticos do terreno tem em vista permitir ou facilitar o cumprimento da missão. Conforme o escalão de comando considerado, os pontos críticos serão elevações dominantes, eixos ou nós ferroviários ou rodoviários, indicando, via de regra, os objetivos geográficos da operação; quando a missão impuser a destruição de determinadas forças inimigas, eles corresponderão a áreas do terreno a partir das quais esta ação pode ser arrematada de forma decisiva. A um objetivo profundo correspondem normalmente objetivos intermediários sucessivos. As cristas que delimitam os compartimentos transversais à direção do ataque constituem objetivos naturais.

(2) Vias de acesso

Escolhidos os objetivos, é necessário determinar as vias de acesso mais convenientes para abordá-los. Nas operações à base de blindados, assume importância capital, nesse estudo, o exame das condições de tráfego nas estradas ou através campo, e dos obstáculos capazes de rus-

tringir o movimento de veículos mecanizados: matas densas, terreno rochoso ou alagadiço, ravinas ou encostas íngremes.

Um compartimento longitudinal constitui geralmente boa via de acesso, pois os acidentes que o flanqueiam dificultam a observação e o tiro direto de elementos situados no exterior; justamente por isso, o inimigo tê-lo-á minado e batido cuidadosamente pelo fogo de armas automáticas, morteiros e artilharia. Para utilizá-lo, será necessário primeiramente anular a ação dos observatórios e armas que o dominam; a menos que o atacante conquiste ou neutralize os pontos críticos importantes do compartimento, será muito custoso utilizá-lo. Os acidentes limites do compartimento podem, por consequência, constituir o melhor caminhoamento de progressão para as forças atacantes.

Os compartimentos transversais, ao contrário, favorecem o inimigo, proporcionando-lhe posições sucessivas de defesa, e cobertura para a rodada de suas forças; representam para o atacante, portanto, zonas de maior resistência e regiões de prováveis contra-ataques.

B. DEFENSIVA

Na defensiva é, às vezes, possível, dentro de certos limites:

- escolher o terreno de ação;
- organizá-lo, a fim de desenvolver suas características favoráveis e atenuar-lhe os inconvenientes.

A escolha se exerce no sentido da profundidade; é limitada pelas decisões do Comando. Reduz-se, na prática, à livre escolha das posições das armas e dos obstáculos artificiais.

O preparo do terreno exige prazos e meios importantes. Tem o inconveniente de inscrever no terreno a organização da defesa, dar-lhe alguma rigidez, e convidar a tropa a certa passividade, contra a qual os chefes têm de reagir; por outro lado, constitui um elemento de força em proveito da defesa.

Os trabalhos de organização destinam-se a facilitar as vistas e os fogos, abrigar o pessoal e permitir a circulação, e criar ou melhorar obstáculos, principalmente contra blindados; são completados por uma camuflagem necessária ao funcionamento da defesa.

A potência dos meios materiais modernos é tal que as organizações defensivas, por mais poderosas que sejam, estão condenadas à destruição, desde que o inimigo as localize.

(1) Pontos críticos do terreno

A defesa se estabelece em núcleos, sempre que possível ao abrigo de um obstáculo, ocupando as regiões dominantes do terreno, a fim de ter vistas, campos de tiro e cobrir zonas de reunião e vias de acesso desafiadas para reservas e contra-ataques.

Os pontos críticos da região constituem os pilares sobre que assenta a defesa, e devem ser ocupados, ou por outra forma mantidos em nosso poder; dentre eles, o *ponto-chave* é aquele cuja manutenção é vital para a integridade da posição, comprometendo-a irremediavelmente se cair em mãos inimigas. Constitui, por isso, o objetivo final do atacante e a imposição de manter sua posse vem normalmente expressa nas ordens superiores.

Os compartimentos transversais proporcionam ao defensor posições sucessivas de defesa ou retardamento, à frente das quais, dispondo de vistas amplas, pode organizar fogos eficazes que se apoiem mutuamente em toda a sua extensão.

(2) Vias de acesso

As vias de acesso que conduzem o inimigo aos pontos críticos do terreno e penetram na posição constituem os pontos fracos da defesa. O defensor terá de barrá-las pelo fogo e por meio de obstáculos artificiais.

Os compartimentos longitudinais que se intrometem na posição desarticulam a defesa, prejudicando a flexibilidade dos fogos. Os núcleos mais recuados da posição, ocupados mediante ordem pelos elementos reservados, destinam-se a barrar essas vias de acesso ao interior da posição, ou a apolar, pelo fogo, os contra-ataques previstos.

CONCLUSÃO

Uma perfeita adaptação ao terreno dos dispositivos, dos movimentos e dos fogos constitui a essência do emprego, no combate, das armas básicas. As armas de apoio cabe somente ajustarem-se à manobra da força apoiada, fazendo corpo com ela.

Uma unidade de infantaria não escolhe sua zona de ação, que lhe é imposta pela situação e pelas ordens superiores; mas no interior dessa zona tem o dever de utilizar todos os recursos que o terreno lhe oferece, e conhecer as facilidades que ele proporciona ao inimigo.

O combate fica, pois, condicionado, em sua forma geral, pela configuração e a natureza do terreno. Os compartimentos e os pontos críticos impõem a manobra, fixando sua amplitude, e determinam, levado em conta o valor do inimigo, a importância dos meios a acionar.

REFERÊNCIAS:

Cap. Mario Travassos, Notas à margem de exercícios táticos, 1930

C&GSC, Intelligence Manual, Combat Intelligence, September, 1948.

Le Combat de l'Infanterie en coopération avec les autres armes, 23 février, 1949.

Centre de Formation des Officiers d'Etat-Major, Introduction à la Tactique Générale, août, 1945.



ENSINAMENTOS DA CAMPANHA DA COREIA

Ten.-Cel. MICHELET

Traduzido, "data vênia", da "Revue Militaire d'Information", de 25 de março de 1953, pelo Ten.-Cel. F. MÖLLER.

III

A 2ª FASE: DURANTE E APÓS KAESONG



pós o sangrento revés da segunda ofensiva de primavera, diante das sólidas posições aliadas, os sino-coreanos renunciaram à idéia de renovar seus ataques em massa. As tropas das Nações Unidas aproveitam-se desse hiato para reforçarem suas posições, fazendo ainda um maior apelo aos recursos da fortificação de campanha. Foram então as tropas da O.N.U. que tomaram a iniciativa da guerra de posição. Os sino-coreanos não fizeram senão imitá-los e se entrincheiraram profundamente em posições bem escolhidas.

Esta fase é então caracterizada, do lado inimigo, pelo abandono das ofensivas em grande estilo e da tática de massa, a organização de posições extremamente fortes e uma potência de fogo acrescida sem cessar, no referente a morteiros e artilharia, cuja densidade terminará igualando a atingida entre as unidades das Nações Unidas.

Do lado amigo, esta fase é caracterizada por uma defensiva sólida, uma série de ofensivas a objetivos limitados de conquista difícil e o fracasso quase total do apoio aéreo sobre um inimigo solidamente entrincheirado.

Aniquilados pelo fracasso da sua segunda ofensiva de primavera, os sino-coreanos parecem haver admitido, uma vez por todas, a inani-dade da tática de massa em face de uma potência de fogo sàbiamente aplicada e de posições bem organizadas. A iniciativa cabe doravante às Nações Unidas. De junho de 1951 até o fim do ano, o inimigo não lança um só ataque verdadeiramente importante. Esperará para lançar dois ou três ataques no decorrer de 1952 e procurará dispor, êle próprio, de uma potência de fogo comparável, ao menos localmente, à das Nações Unidas.

a) O inimigo na defensiva:

Pela primeira vez, os chineses consagram todos os seus esforços na defensiva. Aproveitando-se do prazo que lhes é concedido pelas conversações de Kaesong, o inimigo leva a efeito um vasto programa de fortificações, com linhas organizadas em grande profundidade.

Sómente em seu setor, a 2ª D.I. americana irá enfrentar três importantes redutos:

- a cota 1.179 — Taeu-San;
- a cota 983 — Bloody Ridge;
- a cota 931 — Heartbreak Ridge.

Num só desses redutos — Taeu-San — havia uma guarnição de 2.500 homens. Essas obras de fortificação inimiga, se bem que não tenha sido aplicado o concreto armado, representaram o *nec plus ultra* da fortificação de campanha, em que consumiram todos os recursos disponíveis. Paus roliços, camadas de arrebentamento, amontoamento de pedras, tornam o 105 e o 155, mesmo com espoleta de retardo, totalmente inoperantes contra esses abrigos. Alguns são cavados, /a explosivo, nos próprios rochedos. Para muitos americanos, essas posições lembravam Iwoshima e Leyte. Um certo número de trabalhos de fortificação estão situados em plena crista topográfica, outros na crista militar, mas a maior parte dos abrigos para pessoal está em contra-encosta.

Está claro que uma preparação da Artilharia orgânica sobre tais posições não produzia absolutamente nenhum resultado. Era indispensável, antes do ataque, efetuar-se a destruição metódica de todas essas casamatas, uma a uma. O fogo dos carros dotados de canhões de 76 ou 90 mm representa uma boa solução porque se pode obter facilmente o tiro "a queima roupa". Mas, nem sempre é possível os carros encontrarem posições adequadas para o tiro direto. Por outro lado, o tiro direto nem sempre assegura a destruição da casamata. E, se não se a ataca logo a seguir, o inimigo substitui o pessoal morto.

A única solução radical é a regulação percussiva de precisão por peça, com um obus de 8", como em 1916. Isto exige muito tempo e bastante paciência e nem sempre se tem o número suficiente de observadores qualificados para executarem essa tarefa, num setor apreciável. Apesar disso, este processo deu excelentes resultados. Com uma peça atirando a 6.000 metros, 15 tiros e 45 minutos de regulação (em média), foram suficientes para colocar uma grana no alvo.

Algumas dessas casamatas comportam até 30 homens. A maior parte dos abrigos é notavelmente camuflado e é preciso atirar durante horas antes de ver desabar a tela de disfarce que denunciará uma seteira ou a entrada de um abrigo à prova. À noite, o inimigo restaura suas fortificações e as recamufia sem fazer caso dos tiros de inquietação ou então as constrói de novo. Ele aproveita também para se reabastecer, evacuar seus feridos, deslocar seus reforços; faz substituições frequentes, com unidades descansadas, de efetivos completos.

Para a construção dessas obras de fortificação o mais extenso apêlo é feito à mão-de-obra local, recrutada à força, sendo os seus componentes organizados em unidades de trabalhadores e unidades de carregadores.

b) *A potência de fogo do inimigo:*

Durante muito tempo a propaganda inimiga manteve o moral de suas tropas, prometendo-lhes a entrega próxima pela U.R.S.S., de quantidades impressionantes de material moderno para lhes permitir lutar em igualdade de potência de fogo com as Nações Unidas. Já a "5ª Fase", ou primeira ofensiva de primavera, deveria ser uma ação levada a efeito com o apoio de uma artilharia considerável e de um grande número de carros e aviões de assalto.

Esse sonho está atualmente, em grande parte, realizado. Certamente, os aviões inimigos estiveram até agora demasiado ocupados com a interceptação dos bombardeiros americanos para poderem se consagrar ao apoio das tropas, no solo, e os carros T 34-85 e SU-76, de que o inimigo dispõe, desempenharam um papel bastante modesto e puramente defensivo. Mas, no que concerne à Artilharia e aos morteiros, os fatos correm de outra maneira.

Desde setembro de 1950 que se constata um aumento apreciável da densidade de morteiros e de artilharia por parte do ini-

migo: morteiros de 50, 60, 81, 92 e 120, canhões anticarro de 76, canhões de montanha de 76, obuses americanos de 105 e russos de 122 e 152 mm.

As unidades amigas engajadas, os observatórios, os aviões de observação, os "Mosquitos" e as unidades de localização pelo som e pelo radar assinalam, dia a dia, novas posições de morteiros e de artilharia. As fotografias aéreas localizam posições de bateria e o interrogatório de numerosos prisioneiros identificam grupos de artilharia em posição nos vales, com peças de 105 distanciadas de 10 a 15 metros uma das outras.

Desde que um batalhão parta para o ataque, o mesmo é alvo de concentrações impressionantes de morteiros e de artilharia (500 a 1.000 granadas por dia). Vê-se, pela primeira vez, o inimigo executar tiros de grupo. As unidades em posição, os P.C., os observatórios, as baterias, os depósitos e os pontos críticos são alvo, cada dia, de concentrações que parecem muitas vezes uma sanção aos da nossa artilharia.

Esta potência de fogo sino-coreana é aumentada ainda mais no decorrer do ano de 1952. Durante o ataque de 8 de outubro à crista do Cavalo Branco, o inimigo lançou sobre o batalhão francês, em uma semana, cerca de 40.000 granadas de morteiros e de artilharia, das quais 15.000 no primeiro dia, no conjunto de sua posição.

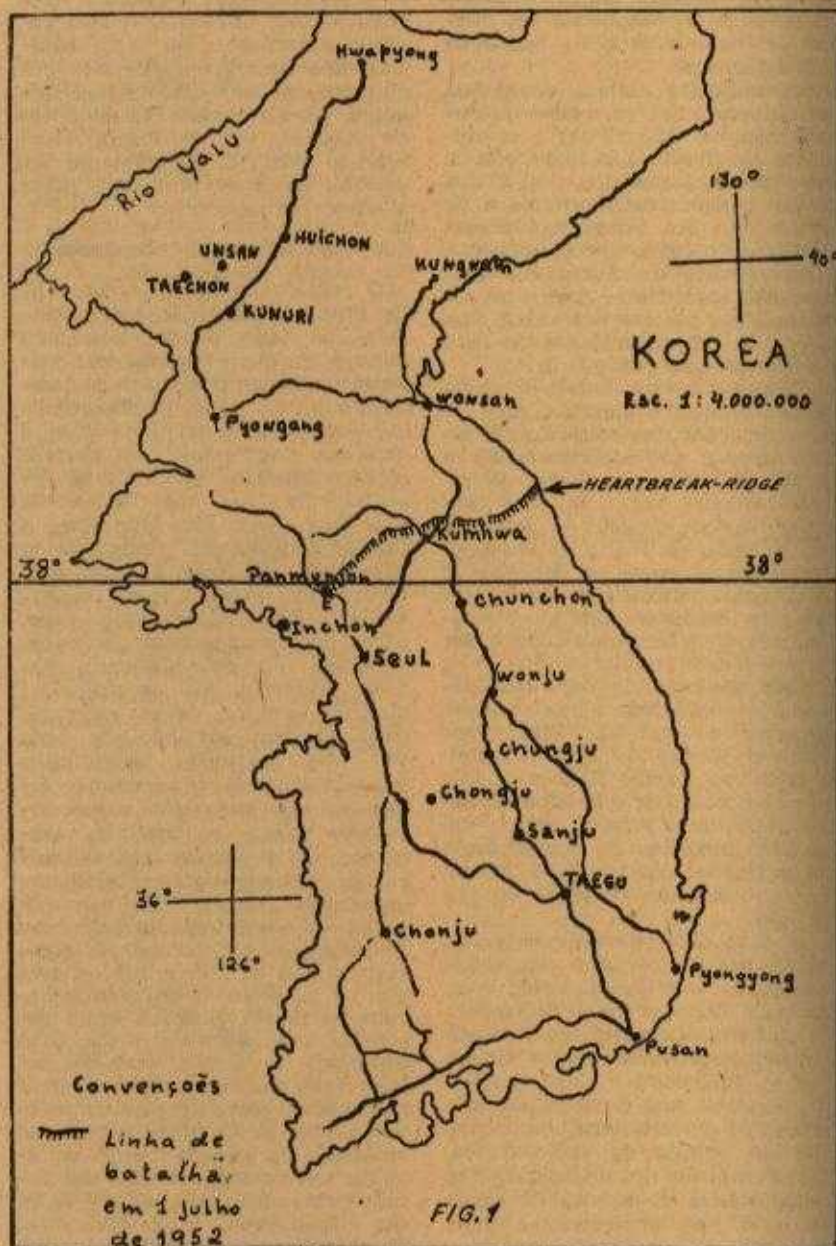
A tudo isto, naturalmente, as Nações Unidas revidam com a localização, a contra-bateria, e a Aviação Tática. Cada Regimento de Infantaria possui sua seção de localização pelo som ("Counterfire Platoon"). Estas unidades enviam suas informações diretamente à Artilharia divisionária, aos grupos de apoio direto, aos morteiros de infantaria, aos controladores avançados de apoio aéreo e aos observadores mais próximos de suas posições.

Mas, se a Aviação de assalto e a contra-bateria registram frequentemente sucessos notórios, fazendo calar uma ou mais baterias, não conseguem eliminar por muito tempo os meios de fogo inimigos, porque raramente destroem o material. A artilharia sino-coreana substitui rapidamente seu pessoal, troca de posição e passa a atirar novamente.

c) As ofensivas "limitadas":

O período de 15 de julho a 31 de outubro de 1951, foi assinado, do lado aliado, por uma atitude geral defensiva no conjunto da linha Kansas, mas também por uma série de ataques limitados, levados a efeito com o objetivo de "manter a pressão sobre o inimigo" enquanto se desenrolavam as negociações de Kae-song, após Pan-Mun-Jom, a fim de impedir ao inimigo de se beneficiar da trégua que contava obter, graças a essas conversações. Mas, ao mesmo tempo, para não comprometer a oportunidade de entendimento, foi feita proibição, até os primeiros dias de outubro, de se empregar mais de um batalhão de cada vez. Isto permitiu ao inimigo concentrar, com toda calma, todos os seus morteiros e sua artilharia sobre o batalhão atacante. As tropas amigas se chocavam contra posições solidamente organizadas, com flanqueamento recíproco, absolutamente indenes, a despeito dos "Air-strikes" (1) e das preparações de 105 e 155. Desde que os primeiros elementos tomavam pé nessas posições, eram recebidos não somente pelos tiros ceifantes de armas automáticas, mas ainda por uma chuva de granadas e de concentrações de morteiros, em geral preparados, com antecedência, sobre a própria cúpula das casa-matas. Disso resultaram perdas severas: O 38º R.I., em "Taeu-San", o 9º R.I., em "Bloody-Ridge", o 23º R.I., em

(1) "Air-strikes" — ataque de um objetivo terrestre pela aviação de assalto em apoio aéreo tático (N.A.).



"Heart-Break Ridge", foram duramente castigados (da ordem de 1.200 baixas por Regimento com 200 a 250 mortos).

Enfim, este período de estabilização sob margem a uma revisão das idéias anteriores sobre a eficiência do apoio aéreo aproximado. O avião de assalto, que se revelou tão eficaz sobre tropas em movimento, a descoberto, ou fracamente enterradas, se viu relegado à impotência contra posições solidamente organizadas. Rojões napalm e bombas de menos de 200 kg se mostraram totalmente ineficazes contra essas posições. Quanto às bombas de grande penetração de mais de 200 kg, eram difíceis de ser empregadas na vizinhança das tropas amigas. Por outro lado, os sino-coreanos aprenderam a sobrepesar seu terror inicial, à presença da aviação; todo efeito moral cessara.

d) O inimigo atual:

O ano de 1952 confirmou todas essas tendências: — o inimigo está consideravelmente dotado de meios de fogo e em munições; aprendera a fazer a guerra seriamente, metodicamente, implacavelmente...

Em todos os ataques que executou, no decorrer do ano, soube concentrar, acima de tudo, uma potência de fogo pelo menos igual à da defesa. Soube colocar seus tiros nos pontos vulneráveis e onde nos pudessem prejudicar o mais possível. Executou preparações densas e de longa duração, prolongadas por fogos durante o ataque. Sua artilharia sabia perfeitamente fazer concentrações sobre objetivos sucessivos e passar rapidamente de um a outro.

Sob o ponto de vista da instrução, processos de combate, doutrina tática e valor dos quadros, o inimigo fez, nessa época, progressos comparáveis aos nossos no mesmo período de tempo. Sob o ponto de vista da potência de fogo, chegou, cada vez que quis, a igualar o das Nações Unidas. Estão aí numerosos índices de superioridade, dignos de nota, superioridade

que tínhamos sobre o inimigo e que já não temos mais.

III — Carros de Combate

É óbvio que a guerra da Coréia não é, de nenhum modo, uma "guerra de Blindados", uma vez que os carros nem desempenharam um papel preponderante, nem um papel decisivo. Examinaremos quais as razões. Entretanto, os carros obtiveram, de ambas as partes, resultados apreciáveis, havendo uma certa tendência em subestimá-los.

a) Os carros inimigos:

Foi a aparição dos Carros T 34-85, logo após o ataque norte-coreano de 25 de junho de 1950, que precipitou a derrota do Exército sul-coreano. Foram esses carros igualmente que impediram as três primeiras D.I. americanas de se aferrarem ao terreno. Sob este ponto, todos os testemunhos são acordes. Não se podia deter esses carros com artilharia, nem com o 57 mm anticarro rebocado, arma estática, destinada a ser desbordada; nem com o irrisório bazooka de 2,36", que exige um herói nacional para o servir; nem com os canhões sem recuo de 57 e 75 mm que se revelaram totalmente inoperantes, nem com o carro M24 decididamente muito mal armado. Quanto à Aviação americana, destruiu uma boa parte do T 34-85 mas não podia fazê-lo senão de dia e com tempo claro, teto alto e visibilidade suficiente. Além disso, passava por cima de um grande número de "T 34-85", muito bem camuflados, sem os ver. Uma vez passada a vaga de aviões, os carros continuavam sua rota. Normalmente lançavam seus ataques em tempo coberto. De noite, progrediam rapidamente para caírem sobre as retaguardas sul-coreanas ou americanas. Para que uma infantaria possa lutar contra os carros, é preciso que disponha de meios mais eficientes e poderosos do que aqueles de que atualmente está dotada; ainda agora nada

poderá fazer senão na medida que o terreno lhe permitir. A justificativa dada pelo Presidente Sygman Rhee, quando falava dos "monstros de aço invulneráveis" é perfeitamente válida, e foi repetida pelos próprios americanos.

tentes americanos e sul-coreanos subiu na vertical.

Els aqui alguns testemunhos recolhidos dessa época (15 out. 52).

Disse o Coronel Whilters, chefe da secção "blindados" do E.M. do 8º Exército: "A chegada dos M4A3



Fig. 2

b) A intervenção dos carros americanos:

Os carros das Nações Unidas, detiveram, de início, os carros inimigos e a seguir os eliminaram, no decurso da última fase de ação retardadora, da batalha de Nak-tong e da ulterior exploração de êxito para o Yalu. Desde o aparecimento dos carros M4A3E3, dos M26 e M46, a sorte das armas mudou de campo e os carros norte-coreanos foram obrigados a adotar essa atitude prudente que a Aviação aliada não lhes tinha conseguido impôr. Como consequência imediata, o moral dos comba-

e dos M26 contribuiu poderosamente para estancar a ofensiva blindada norte-coreana e nos permitiu manter o reduto de Pusan. Todos os nossos ataques de ruptura lançados desse reduto foram à base de blindados".

Declarou o General Gay, Comandante da 1ª Divisão de Cavalaria (2): "Alguns dos nossos pensadores militares não compreenderam a ambiência psicológica da guerra. A infantaria tem um terror mortal dos carros inimigos. De toda a guerra, o fator que mais contribuiu para levantar o moral, foi a chegada dos carros america-

(2) Conservada a denominação por tradição, mas com organização, efetivos e dotações idênticos à D.I. americana (N.A.).

nos capazes de bater o T34. O carro é um componente essencial da equipe de combate".

Por sua vez, afirmou o General Frank Allen, Subcmt. da mesma divisão: "O carro é o elemento básico da doutrina ofensiva americana. Dizel tudo o que queirais sobre as novas armas. É o carro a mais perigosa".

O Coronel R.D. Palmer, Cmt. do 8º Regimento de Cavalaria (Regimento de Infantaria), assim se expressou: "Meus homens adoraram estes carros" ("Love those tanks"). Nada pode elevar mais seu moral. Desembarcamos a 18 de julho e nos engajamos a 21. Destruíu-se muitos carros inimigos a tiros de bazooka e artilharia e bombas de aviação, mas os mesmos continuavam sempre a avançar, até o dia em que os nossos M4A3 e M26 foram postos em ação e os estancaram definitivamente. Só a Companhia do 76º B.C.C., que apoia meu Regimento, destruiu oito T34".

Finalmente, o Ten.-Cel. Growson, Cmt. do 8º B.C.C. afirmou: "O moral dos Roks subiu em flecha

quando os nossos carros entraram em ação".

Contrariamente ao que possa ser dito, a exploração do êxito na direção do Yalu, a partir do bolsão de Pusan, foi uma operação que empregou carros na vanguarda. Cada divisão pôs sobre viatura um Grupamento Tático regimental que, precedido por todos os carros da Divisão, atacou impetuosamente o inimigo com uma velocidade extremamente rápida, liquidando, em sua passagem, os T 34-85 engajados pelo inimigo em ação retardadora.

No próximo número:

III — Carros de combate (continuação);

- c) Alguns feitos darmas;
- d) Meio de ação indispensável;
- e) Emprêgo dos carros na Coreia;
- f) As dificuldades do terreno;
- g) As insuficiências do material;
- h) As deficiências da concepção sobre blindados;
- i) Pontos de vista sobre a utilidade dos carros.



b) *Instrução com arma:*

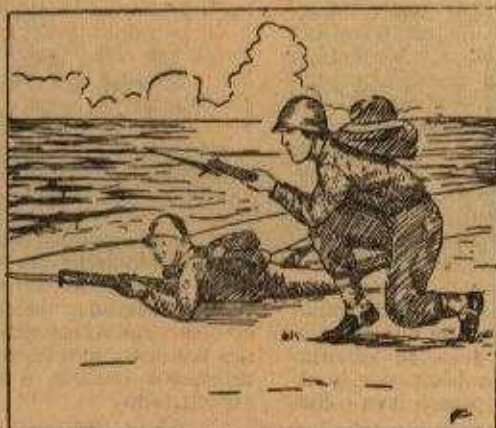
1. Sentido e descansar.....	35
2. Arma suspensa.....	25
3. Voltas a pé firme.....	65
4. Ombro e descansar arma.....	140
5. Apresentar e descansar arma.....	200
6. Alto em passo ordinário.....	75

São, ao todo, 945 minutos ou sejam 7 semanas de trabalho a 3 sessões semanais de 45 minutos.

Entretanto, este tempo, que parece exagerado, seria até insuficiente se não levassemos em conta o precioso auxílio da educação física em favor da ordem unida; bem como as oportunidades fortuitas que se nos oferecem para a prática e aperfeiçoamento dos assuntos dados, as quais vão desde a simples apresentação individual do recruta até às formaturas diárias para o rancho, deslocamentos para a instrução, etc.

Todavia, o fator mais importante para o feliz êxito desse difícil ramo da instrução é a boa qualidade dos instrutores e monitores, que, antes de tudo, devem ser perfeitos executantes, visto como o recruta aprende ordem unida mais por imitação do que mesmo por compreensão.

Se cuidarmos, pois, de selecionar os instrutores, preparar bons monitores e aplicar com rigor o método e os processos preconizados na 1ª Parte do Manual C 22-5, não tenhamos dúvidas, a instrução de ordem unida colimará o seu objetivo.



UNIFICAÇÃO DAS ARTILHARIAS DE CAMPANHA E ANTIAÉREA DOS ESTADOS UNIDOS

(Da publicação norte americana "Combat Forces Journal")

Tradução, "data vênla", do Major LUIZ FELIPE DA SILVA WIEDEMANN, da Revista Espanhola "Ejército".



MA experiência instrutiva — Ante a crescente importância numérica e missões da Artilharia antiaérea e da especialização de seus métodos de tiro,

surgiu, em algumas ocasiões — inclusive na Espanha — a tendência de criar, com ela, uma arma independente. Baseando-se nesses motivos, o Exército dos Estados Unidos mantém, desde antes da 2ª G.M., duas artilharias independentes: a Antiaérea e a de Campanha.

Mas, o fato de que — segundo se verá nas linhas seguintes — o país que realizou esta experiência, durante vários anos e através a última guerra, leve a cabo as medidas necessárias para integrar toda a artilharia numa só arma, apesar da dificuldade que se lhe apresenta, de desfazer uma organização que já existe, parece indicar a conveniência desta última solução.

Por isto, acreditamos que seja útil conhecer tais medidas e as ideais que nos informam a respeito.

Origem — A tendência para a integração das duas espécies de Artilharia (antiaérea e de campanha) numa só Arma, teve um novo eco na Artilharia dos Estados Unidos. O impulso procede do Ministério da Guerra. O Chefe de E.M. do Exército Terrestre, General Collins, propugnou a idéia de uma única Artilharia, desde quando era Sub-

chefe. Sob sua enérgica direção estudaram-se, ativamente, os meios de efetivar a unificação.

A secção de "Forças de Campanha" do Exército continuou o estudo do problema e espera-se que o General Hodge dê as instruções para uma solução de grande alcance, em curto prazo. Outrossim, na Escola de Artilharia, progrediu-se nos trabalhos para instruir, em ambas especialidades, os oficiais da Artilharia de campanha e antiaérea.

Cursos de integração — Em primeiro lugar, está o "Curso avançado para Oficiais", que funciona desde 1947. Este ano, o "Curso avançado" é de trinta e seis semanas, e, como em todos os cursos de integração, uma parte funciona na Secção de Campanha da Escola de Artilharia (Fort Sill) e a outra na Secção Antiaérea (Fort Bliss).

Está sendo realizado, atualmente, outro curso de integração de "Oficiais de Bateria", para completar os conhecimentos comuns dos Oficiais de Artilharia. Este curso, de trinta e duas semanas de duração, destina-se aos oficiais que tenham, no máximo, sete anos de serviço.

Além destes dois cursos, estão sendo dados outros, de "aptidão", de oito a dez semanas de duração: um, em Fort Sill, de aptidão para a Artilharia de campanha, e outro, em Fort Bliss, para instrução fundamental do armamento antiaéreo.

Seu objetivo é proporcionar aos Oficiais os conhecimentos básicos de que necessitam para servir em Unidades de artilharia de um tipo que não estejam familiarizados. Um Oficial de Artilharia de campanha, por exemplo, pode completar sua aptidão assistindo a um destes cursos de Artilharia Antiaérea, em Fort Bliss. A eles somente, podem assistir Comandantes e Oficiais de posto inferior ao de Coronel. A aprovação em um destes cursos, dispensa o Oficial da obrigação normal de frequentar um curso de integração e o considera, além disso, com merecimento para servir no Ultramar.

De um modo geral, somente podem ser indicados, para todos esses cursos de especialização, os Oficiais de carreira.

Transferências — Até que tenha sido instruído um grande número de Oficiais de ambas especialidades, os Oficiais de cada uma das espécies de Artilharia não poderão ser transferidos, livremente, para uma ou outra Unidade. O Departamento encarregado foi advertido da crescente conveniência das transferências por troca, e estas serão as regras seguidas assim que os Oficiais terminem o curso de integração que estão fazendo. Mas como a extensão de intercâmbio de transferências depende do número de Unidades dos tipos distintos de artilharia que o Exército possui, esta troca não será possível para todos os Oficiais, de todos os postos, que terminem os cursos.

Dificuldades — Não é segredo que alguns fatores dificultaram a união das duas espécies de artilharia.

Alguns dizem que as técnicas das duas são tão distintas, que não é de se esperar que um Oficial domine ambas e que num só curso não é possível que os Oficiais adquiram mais que uma noção elementar das funções e métodos de ambos tipos de artilharia. Assim, pensam que a integração traria, como resultado, uma diminuição no alto nível técnico das duas artilharias.

Os partidários da união têm muitos argumentos. Alguns observaram que existe uma semelhança muito maior entre a Artilharia antiaérea e a de campanha, atualmente, do que a que havia quando a Artilharia de costa estava afeta à missão anti-aérea. Não há muitos anos que os Oficiais da Artilharia de costa dos Estados Unidos tinham que instruir e comandar uma variedade de armas e Unidades maior do que a que existe hoje, nas duas artilharias que tratamos. E, apesar disto, o resultado foi bom.

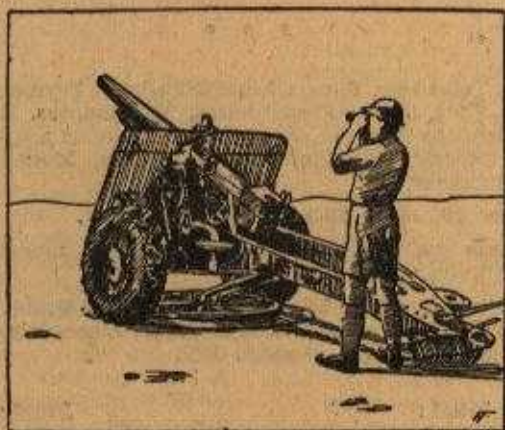
Outros sustentam que não há motivos para temer que, com a integração, se perca a especialização e a competente técnica. Sempre existirão Oficiais que se especializarão num certo tipo de artilharia, como toda vida sucedeu. Mas, esta especialização será representada pelo serviço de cada Oficial, com independência de ostentar ou não um determinado emblema.

Os que propõem a integração também afirmam que esta acarretaria homens e dinheiro. Recordam que, no princípio da entrada dos Estados Unidos na 2ª G.M., houve uma necessidade imperiosa de Artilharia antiaérea; poré, mais tarde, quando a sua aviação conseguiu o domínio aéreo, diminuiu a necessidade de um grande número de Unidades antiaéreas. Ao mesmo tempo aumentou a necessidade de Unidade de Artilharia de campanha, porque os ataques das forças dos Estados Unidos na Europa e no Pacífico aumentaram. Se, em 1944, houvesse existido uma única Arma de Artilharia, a transformação das Unidades de Artilharia antiaérea em outras de campanha poderia ter sido, mais facilmente, realizada.

Muitos Oficiais de Artilharia antiaérea apoiam, com entusiasmo, a integração porque julgam que tenham sido privados, injustamente, de oportunidades para alcançar Comandos superiores; esperam que a integração lhes dará ocasião para atingir Comandos de grande Unidade.

Para a Unidade — Há militares que prevêm o dia em que desaparecerão, inclusive, as diferentes Armas e Corpos, para que o Exército constitua uma perfeita e expressiva Unidade. Esta tendência

geral para a Unidade será um grande passo, se for efetuada, com êxito, a fusão das duas artilharias. E muitos artilheiros estão trabalhando para conseguir uma solução eficaz.



A CAVALARIA HIPOMÓVEL

Major FERNANDO BETHLEM



ODE parecer extemporâneo o falarmos da Cavalaria Hipomóvel na era do carro de combate e da bomba atômica.

Estará, porém, o Brasil, capacitado para organizar um Exército Motomecanizado, em futuro próximo?

Poderemos transformar as nossas Divisões de Cavalaria em Divisões Blindadas?

Se analisarmos a atual situação econômico-financeira de nosso País e suas possibilidades de desenvolvimento, chegaremos a conclusão de que, tão cedo, não estaremos em condições de empreender modificações de tal monta.

As forças mecanizadas são dispendiosas: associadas à sua existência, surgem outras tantas servidões, como petróleo, usinas, formação de técnicos, etc.

O nosso parque industrial é deficiente e mal atende às necessidades primárias de nosso Povo; nossa indústria siderúrgica apenas engatinha.

A exploração de nosso petróleo está em fase incipiente e ainda não ultrapassamos o período das discussões políticas, necessárias, mas protelatórias.

Dessa maneira, se bem que por motivos de nossos compromissos internacionais tenhamos de conhecer o emprêgo de modernos engenhos de guerra, não nos será lícito desprezar a Cavalaria a cavalo, que constitui o núcleo principal de nossas DC.

É verdade que os Exércitos modernos transformaram suas GU a

cavalo em Divisões Blindadas; as missões dessas GU são semelhantes, com a ressalva de ser mais acelerado o ritmo das operações blindadas, por força da maior mobilidade das unidades deste tipo.

Na América do Sul, face às possibilidades reais de todos os Países latino-americanos, a Cavalaria Hipomóvel ainda será, por muito tempo, a arma da mobilidade.

A natureza de suas missões exige quadros bem instruídos, dotados de grande dose de iniciativa e principalmente de entusiasmo e crença nos destinos da Arma.

Para manter vivo o entusiasmo, é preciso que haja "interesse". Nota-se, atualmente, em nosso Exército, um certo esquecimento pela nobre arma, e, nós, oficiais de cavalaria, temos uma grande dose de responsabilidade por esta situação. As páginas brilhantes de nossa História, escritas por Osório, Andrade Neves, Antônio João e tantos outros parecem esquecidas.

Carecemos de material! Nossos Regimentos não estão bem montados

Lembremo-nos de que, presentemente, há sonhos expansionistas na América do Sul. O Brasil, por causa mesmo de suas tradições, não poderá consentir qualquer alteração no quadro político desta parte do continente. Temos o dever de seguir as diretrizes traçadas pelo Barão do Rio Branco, e, para isso, devemos ser respeitados pelos demais Países.

A experiência nos ensina, porém, que o prestígio de uma Nação é uma decorrência, principalmente, de seu potencial econômico-militar.

A Cavalaria tem pesados encargos na região sul. Não será possível diminuir sua importância. É preciso mantê-la eficiente, aperfeiçoando seus quadros, renovando-lhe o material e incrementando a criação equina e o plantio de plantas forrageiras.

Os Chefes da Arma precisam desembainhar as espadas, calçar novamente as botas e vir lutar pela manutenção do "Espírito da Cavalaria", com tudo que este espírito comporta de decisão, lealdade e franqueza de atitudes".



EMPREGO TÁTICO DA AVIAÇÃO LIGEIRA COM A DIVISÃO BLINDADA

Pelo Cap. JAMES C. SMITT, em "Armor",
de Out. de 1952

Transcrito da "Revista da Cavalaria"
de Portugal, número de Jan. de 1953



EXISTE alguma coisa de novo que todos os comandos, em especial os das unidades de infantaria e de carros, tenham aviação ligeira à sua disposição. Dur-

rante a Segunda Guerra Mundial, somente as unidades de artilharia tinham aviação ligeira na sua orgânica. Por vèzes, também as unidades de carros e de infantaria podiam utilizar a aviação da artilharia, mas tal modo de proceder não se mostrou vantajoso. Contudo, constatou-se, então, que os aviões ligeiros eram uma necessidade para todas as armas fundamentais.

Como resultado das lições aprendidas, os aviões ligeiros passaram a pertencer à orgânica das divisões blindadas e de infantaria, reconhecendo-se também a necessidade de alargar o seu emprego às formações de infantaria-carros (grupos mistos). Na realidade, não tem progredido muito o conceito tático da integração da aviação naquelas formações. Deve-se isso, em grande parte, ao número relativamente pequeno de unidades táticas presentes nos Estados Unidos.

No que diz respeito aos carros, uma única divisão blindada tem estado ativa e foi somente desde a constituição da 1ª Divisão Blindada que se tornou possível desenvolver aquela integração. A 1ª Divisão Blindada em Fort Hood, no Texas, tem sido utilizada como base para o estudo do emprego da aviação

no Exército. Neste artigo procurar-se-á explicar os princípios técnicos daquele emprego desde os treinos iniciais com pequenas unidades até às grandes manobras de Long Horn, abrangendo um período de cerca de 12 meses.

Durante a fase inicial do treino da divisão, a secção de aviação não existia praticamente, uma vez que o seu pessoal estava em instrução básica nos diversos Batalhões. No fim da instrução básica, o pessoal escolhido foi enviado para a escola de mecânicos de aviação. Só depois daquele ter regressado à divisão a secção de aviação começou a atuar. Aviadores e aviões chegaram ao mesmo tempo e a doutrina começou a estabelecer-se de forma a que a proficiência dos aviadores permitisse à secção apoiar as unidades logo que isso foi necessário para os treinos.

No princípio do treino das pequenas unidades, a secção de aviação foi posta em condições de as apoiar em qualquer das suas múltiplas missões. Desde logo, o comandante da divisão apontou aos comandantes das unidades a importância dos reconhecimentos aéreos em qualquer exercício de campanha, e procurou intensificar o uso do avião. Esse uso, logo no começo da instrução das unidades não deve ser exagerado. De início, é mais importante familiarizar-se todo o pessoal com a mecânica da atuação da aviação ligeira. Deve-se partir do princípio que o avião é uma

arma essencial no apoio das mais pequenas unidades, o único meio de transporte em muitos casos. Durante esta fase do treino das pequenas unidades, o avião foi usado para verificar erros na disciplina da camuflagem nos bivaques e nas áreas de estacionamento, para corrigir a técnica de marcha e os dispositivos, e para controlar as colunas em marcha, etc.

O princípio de mandar para o ar o maior número de homens para verem, eles próprios, os erros cometidos pelas suas unidades foi usado com excelente resultado. Durante esta fase, não se deve considerar de menos valor o fato dos comandantes terem sido treinados a observar do ar as suas próprias técnicas. Como resultado de um grande número de horas de voo os comandantes das unidades da divisão tornaram-se bons observadores aéreos. Tal só foi possível depois de terem gasto no ar o tempo suficiente para adquirirem os conhecimentos técnicos necessários a um bom observador.

Este emprêgo do avião continuou durante todo o período de instrução de ajustamento da companhia, cada vez com mais treino de observação aérea. Uma falta na tática das pequenas unidades é mais evidente quando observada do ar, e o tempo gasto para notar os erros e as deficiências é bastante inferior ao que se gastaria, para o mesmo fim, no terreno.

Quando se passou a trabalhar no escalão batalhão o emprêgo tático do avião tornou-se de maior importância. A secção de aviação apoiou cada batalhão com um avião durante todo o seu período de ajustamento, incluindo todos os seus problemas preliminares. Sempre que foi possível, para conseguir o máximo apoio, o mesmo aviador realizou todas as missões com o batalhão. Sentiu-se que o aviador atua, na realidade, em parte como instrutor, conselheiro técnico, e oficial de ligação para o batalhão, e o seu contacto pessoal, durante este período de treino, contribui para aumentar a íntima coordenação exigida para a sua integração no

conjunto. Além disso, recordei mais uma vez que, até aqui, a maior parte das forças terrestres têm tido pouca prática com a aviação ligeira, pelo que se devem procurar todas as ocasiões para facilitar a sua atuação. É este o melhor período para doutrinar o pessoal das unidades no correto emprêgo tático do avião. Felizmente, durante esta fase, todo o pessoal estava plenamente convencido de que a aviação ligeira pode constituir os seus "olhos" quando devidamente utilizada.

Nesta fase do emprêgo tático tem de ser convenientemente exposta a técnica das rádio-comunicações, para que os operadores possam compreender as normas de funcionamento que forem utilizadas mais tarde. O tipo do aparelho de rádio utilizado não tem demasiada importância, mas há que ter em consideração diversos fatores, para que se torne possível a ligação da aviação com as unidades terrestres. O êxito da atuação dependerá das boas condições em que se realizarem as comunicações pelo rádio, uma vez que, sem este, a utilização do avião será deficiente. Menciona-se este fato porque muitas unidades esperarão até ao último momento antes das operações táticas para verificar se os seus aparelhos rádio estão em condições de funcionar convenientemente.

O nosso posto rádio é o bem conhecido S.C.R/510, um F.M. com duas frequências pré-estabelecidas. A frequência A é sintonizada para um comando superior e a B para o que nós chamamos a ligação ar-terra. Esta frequência ar-terra é a mesma em todos os aviões da divisão exceto para a artilharia. Este modo de proceder permite uma grande flexibilidade a qual será explicada em operações de maior relevo.

Durante a fase de instrução do batalhão, a frequência A foi sintonizada para aquele que está sendo ensinado ou apoiado, o que constitui uma forma de lhe prestar o máximo apoio. Durante a ação, o avião de apoio integra-se na rede de comando do batalhão o que per-

mite ao seu comandante e a todos os comandantes de companhia manter a ligação com o avião. Durante o dia, a maior parte das informações sobre o inimigo serão, normalmente, transmitidas pelo avião atuando em apoio direto e, deste modo, todos os comandos estarão em condições de tirar rendimento das informações fornecidas. Se o comandante de batalhão necessita que o avião apoie uma das suas companhias, pode determinar ao aviador que passe a trabalhar com a unidade desejada e imediatamente o posto de rádio do avião será ligado para a frequência ar-terra de forma a não interferir na rede de comando; desde que as restantes unidades usem a frequência ar-terra poderão também obter informações sobre o inimigo. A frequência ar-terra transforma-se assim numa rede de reconhecimento que todas as unidades da divisão podem utilizar. Dada a mobilidade das divisões blindadas, as informações oportunas sobre o inimigo serão da maior importância para todos os comandos, visto a situação em relação ao inimigo poder mudar muito rapidamente. No fim da fase de experiência do batalhão tanto este como a secção de aviação estavam prontas para a realização de exercícios de agrupamento tático seguidos dos respectivos exames.

Terminada esta fase de treino, concluiu-se que, neste escalão de comando, e em situações normais, eram necessários dois aviões para apoio imediato. Normalmente, de um agrupamento tático fazem parte dois ou mais batalhões reforçados, os quais por seu turno empregarão grupos mistos infantaria-carros. O controle de uma tal força é essencial e, para facilitar as operações, a frequência A era sintonizada para o comando do agrupamento e a B para o ar-terra. Com estas duas redes o comandante do agrupamento tático pode ter os aviões a operar na sua rede de comando ou determinar-lhes que atuem com qualquer dos comandos subordinados através da frequência ar-terra. Este processo habilita os batalhões reforçados a utilizar o avião em

apoio imediato sem interferência na rede de comando. Com tanto serviço de despachos na rede de comando é naturalmente impossível que o avião possa intervir nesta rede, a não ser para prestar informações ao comando e receber instruções para comunicar com os vários comandos subordinados.

Depois de cumprida u'a missão com uma unidade subordinada, o aviador volta a ligar com a rede de comando de agrupamento para a execução de novas missões. Usando este método, o comandante do agrupamento tem assegurada a utilização do avião operando em apoio íntimo com o seu comando. Conjuntamente com o auxílio de informações normais através da rede de comando, o S-2 normalmente comandará a frequência ar-terra através da qual recebe outras informações sobre o inimigo. Com 80 frequências no novo posto rádio proposto para a aviação ligeira será até possível u'a maior flexibilidade no trabalho do avião com os vários batalhões e companhias.

Desde que o comandante do agrupamento se encontre no ar, o que lhe permite ver todas as suas tropas ao mesmo tempo, a maior parte das comunicações serão feitas pela rede de comando. Os nossos comandantes já tinham aprendido qual o valor do comando feito do ar e, como resultado, passaram a maior parte do tempo a bordo do avião. As vantagens do comando realizado do ar aumentam durante os períodos em que as unidades marcham para o ataque, na aproximação ou ainda de exploração das retaguardas. As mesmas vantagens se apresentam quando o inimigo está em movimento, porque uma imediata observação habilita o comando a alterar o seu dispositivo de forma a orientá-lo na direção conveniente. Quanto mais vasta for a zona onde opera o agrupamento tático, mais importante é para o comandante estar numa posição onde possa ver o que se passa e fazer as correções e alterações necessárias. A demora na transmissão das informações pela via de comando impede, em muitas oca-

ções, o comandante, de determinar mudanças de missão, de objetivos, etc. No ar, o comandante pode deslocar as suas forças como um xadrezista muda as suas pedras. A oportunidade é um fator importante a considerar no emprego dos carros e a arte de observar as ações inimigas, analisá-las e dar as ordens para as contrariar pode ser adquirida com o comando exercido do ar.

Uma vez que os batalhões reforçados de uma divisão blindada estão em condições de percorrer muitas milhas no terreno num período de tempo relativamente curto, o problema do reconhecimento torna-se flagrante. No ar é possível ao comandante observar o terreno no qual ele porá em movimento os seus batalhões, orientando-os para o terreno mais favorável ao cumprimento da missão de que foi encarregado. Uma formação blindada em movimento sobre o terreno desconhecido, poupa muito tempo utilizando este método. Em muitos casos, a utilização da informação de um escalão subordinado causará demoras que impedirão o completo sucesso da operação. Numa operação de blindados, a perda de tempo, mesmo que seja de uma hora, pode equivaler a uma diferença de 10 milhas. Nos períodos críticos de uma operação, mesmo depois de receber uma informação de um subordinado, é impossível reagir tão depressa quanto seria para desejar.

O Major General Bruce C. Clark, comandante de divisão gastou para cima de 40 horas no ar sobrevoando a frente das unidades durante as manobras de Long Horn inspecionando as suas ações e movimentos, sempre por forma a tirar vantagem de qualquer objetivo oportuno.

Para manter continuamente dois aviões em apoio das unidades de combate era necessário que todos os sete aviões da secção de aviação da divisão lhes fossem atribuídos. Mais adiante se verá como este fato limita a capacidade de atuação da aviação da divisão. Quando for possível, um dos aviões será mantido em reserva de forma que a frente possa ser sobrevoada durante

o dia. Numa situação de combate, é impossível a um avião e avião apoiar capazmente um comando de qualquer escalão por mais de 4 horas, em dias sucessivos. Deve ter-se em atenção estes fatos durante os treinos de forma a obter-se o maior rendimento de cada hora de voo, e tudo deve ser preparado dentro da realidade dos combates.

No fim das provas dos agrupamentos táticos, a maior parte dos problemas de coordenação e controle entre a secção de aviação e os comandos táticos desapareceram e assentou-se numa doutrina sã.

O problema da atribuição, no total, de sete aviões à divisão apresentou-se pela primeira vez nas manobras da divisão, e com vista a realizar-se o melhor apoio aos três agrupamentos táticos, juntamente com as necessidades da divisão. Citam-se seguidamente algumas considerações que ditaram a sua atribuição aos diferentes comandos: primeiro, para alcançar o máximo rendimento de cada hora de voo era evidente ser de absoluta necessidade que houvesse um posto rádio instalado no campo base em condições de dirigir todos os aviões. Deste modo, é sempre possível deslocar um avião de uma zona inativa e colocá-lo em apoio de uma unidade que, de momento, necessita de maior assistência. Segundo, na conferência dos G-2 e G-3 da Divisão, realizada à noite, a prioridade das missões deve ser dada aos comandos que suportem o choque das operações do dia seguinte. Para estes comandos é atribuída à aviação a missão de apoio direto, o que quer dizer que inicialmente, um avião voa sobre o comando e relata-lhe o que viu ao amanhecer. O avião, com efeito, torna-se um oficial de ligação para o comando e fica à sua responsabilidade informar o oficial de aviação da divisão quando só um avião não é suficiente para apoiar o comando interessado. Individualmente, não há ninguém em melhores condições para avaliar quando se tornam necessários mais aviões do que o avião que está trabalhando para um dado comando. Isto será sem-

pre verdade exceto quando as missões são alteradas; então, será necessário condicionar a prioridade. Nessa ocasião, o G-3 informa o oficial da aviação divisionária da mudança de missão; este, por seu turno, enviará para o ar outro avião. Com o posto rádio no campo base é possível aos comandos pedir diretamente à aviação divisionária um reforço do apoio o qual é normalmente concedido se há avião disponível. Com este sistema de controle cerrado, torna-se possível evitar o desperdício do tempo dos aviadores e aviões voando sobre zonas inativas.

O terceiro princípio estabelece, em última análise, que o oficial da aviação divisionária deve determinar que espécie de apoio pode ser dado a qualquer comando, de acordo com as missões estabelecidas pelo G-3.

Do estudo das operações técnicas atrás indicadas verifica-se que elas são análogas ao sistema de operação ar-terra no apoio imediato durante o combate. O fim a atingir em todas as operações é tornar a aviação ligeira útil para o apoio imediato dos batalhões e companhias em primeira linha. Depois de muitos dias no campo de manobras da divisão, as manobras Long Horn foram iniciadas com a intenção de assentar idéias sobre o apoio da aviação.

A maior parte dos períodos de operações foram semelhantes às ações dos primeiros exercícios de treino. Algumas das limitações mencionadas anteriormente tornaram-se patentes durante as fases das manobras de Long Horn; a principal foi o número diminuído de aviões atribuído à divisão. Para um apoio eficaz aos três agrupamentos táticos e à divisão, foi considerado o seguinte número mínimo de aviões: dois aviões para cada agrupamento, num total de 6; um para o grupo de comando (C.G. e adjunto); um para as atividades do G-3; um para o batalhão de reconhecimento (2 se possível); um para o batalhão de engenharia e companhia de transmissões. Esta distribuição totaliza 10 aviões biplace, não contando com um avião

em terra necessário para outras missões, como por exemplo, as de estafeta e de ligação com as unidades vizinhas, de escalão superior, etc.

Em muitas ocasiões foi atribuída à primeira divisão blindada uma vasta frente (cerca de 30 milhas) e nestas situações é impossível apoiá-la eficazmente com sete aviões. Todavia, usando o sistema exposto anteriormente a secção de aviação da divisão realizou para cima de 400 horas de voo em apoio dos comandos da frente, durante 16 dias de operações. Somente com um rigoroso controle e a utilização apropriada de todos os aviões e aviadores tal foi possível. Toda a aviação da divisão incluindo a de Artilharia voou 831 horas durante este período, sem incidentes. Este tempo de voo inclui 1460 aterragens e para cima de 55 horas de voo noturno. Todos os voos foram realizados levantando de faixas em maus terrenos, das quais 62 foram utilizadas durante as manobras em apoio das unidades da divisão. Está provado que este "record" indica claramente os méritos da aviação operando em apoio imediato sob controle centralizado.

Recapitulando, deve-se acentuar que o avião somente sob controle centralizado pode ser utilizado com melhor rendimento mas deve-se reconhecer que o número de aviões atribuído à divisão blindada, na orgânica atual, deve ser o que foi indicado, de forma a que todos os comandos possam ser convenientemente apoiados. Sob este controle, os problemas de alimentação, manutenção de aviões, roulement do pessoal de voo, fornecimento de sobresselentes e equipamentos, etc., são reduzidos ao mínimo. Como foi realçado na crítica realizada pelo General Clark, comandante da 1ª Divisão Blindada, "no Exército a aviação é a mais valiosa peça de que pode dispor o comando de uma unidade blindada e a sua utilização apropriada e emprêgo oportuno, nas manobras de treino ou em operações, aumentará muito a importância do seu valor para o comando.

EXPLOSIVOS MILITARES

(Extrato baseado no C5-25. Colaboração do
Ten. F. CANONGIA)



EXPLOSIVOS são tôdas as substâncias que podem, dada uma causa inicial (calor, choque, atrito, etc.), reagir rápida e violentamente, transformando-se em produtos mais simples e estáveis, e desenvolvendo grande quantidade de gases e calor.

Os explosivos são classificados em altos e baixos explosivos.

Os altos explosivos se caracterizam por uma reação denominada detonação, como, por exemplo: o trotil, o tetrytol, a composição C2, a dinamite, etc., enquanto que os baixos explosivos se caracterizam por uma reação denominada deflagração.

A diferença entre estes dois tipos de explosivos é que a detonação é uma reação rápida, enquanto que a deflagração é uma reação lenta.

São diversos os explosivos usados no Exército.

TROTIL

É um alto explosivo de grande potência, sendo empregado na linha de frente, em tôdas as destruições e demolições improvisadas das peças de madeira, metálicas ou das alvenarias ao ar livre.

Apresenta uma composição amarela cristalizada. O trotil de procedência americana é acondicionado em petardos de 1 (uma) libra e 1/2 (meia) libra, ou seja, mais ou menos, 450 gramas e 225 gramas. O petardo de 1 libra apresenta a sua embalagem constituída por um envólucro de papelão impermeabili-

zado protegido por duas chapas metálicas em cada extremidade, onde em uma das extremidades encontramos um orifício roscado, onde se colocam os apertadores.

Os petardos de 1/2 libra são quase iguais aos de 1 libra, sendo que diferem no peso e no orifício (o de 1/2 libra não é roscado). apresenta propriedades interessantes como explosivo militar, pois é insolúvel na água e, portanto, pode ser empregado nas cargas subaquáticas; não explode pelo impacto de uma bala de fuzil, é quase insensível aos choques. Para fazê-lo detonar, é necessário introduzir no orifício uma escorva (agente detonador) que, por meio de sua detonação, faça detonar o trotil.

A escorva mais usada é a cápsula de fuminato, que nada mais é que uma cápsula de cobre contendo, em seu interior, fulminato de mercúrio. Uma das extremidades da cápsula é aberta, por onde se introduz o estopim (Figs. 1 e 5-A).

NITROAMIDO

É o explosivo usado em substituição ao trotil, embora só tenha 90 % de sua força. É chamado pelos americanos de Nitrostarch. As suas propriedades são quase idênticas às do T.N.T., diferindo na solubilidade e no choque. São acondicionados em pacotes de 1 (uma) libra, dentro dos quais encontramos 4 (quatro) pequenos petardos de 1/4 (um quarto) de libra. Cada petardo de 1/4 de libra é formado por 3 partes pesando 38 gramas e tendo 3 cm de lado por 6 de comprimento (Fig. 2).



PETARDO de
60 gr. TETRIL

FIG.1

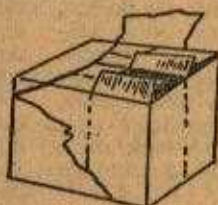
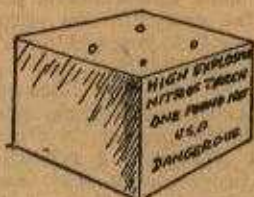


FIG.2

BLOCO DE DEMOLIÇÃO

Os blocos ligados de demolição são constituídos de Tetrilol (75 % de tetril e 25 % de trotil), tendo, cada um, a forma de um prisma retangular, cuja base tem 5 x 5 cm e comprimento 25 a 28 cm, variando com o tipo. Cada petardo pesa 2 1/2 (duas e meia) libras. Na extremidade do petardo há uma escorva de tetril engastada na própria massa do petardo; ligam-se 3 petardo por meio de um cordel

detonante que os atravessa pelos orifícios especiais deixando-os separados de 20 cm e formando, assim, uma cadeia simples que é acondicionada dentro de um estôjo de pano com uma alça para transporte cujo peso total é de 10 k (Figura 3).

COMPOSIÇÃO C2

É um explosivo plástico que tem o mesmo emprêgo do T.N.T, sendo semelhante nas características e na sensibilidade. A sua plasticidade

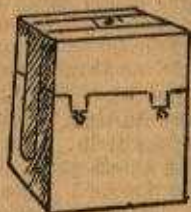


FIG.3

facilita a moldagem em qualquer superfície, mesmo quando elas são muito irregulares. Dessa forma, há possibilidade em se obter o perfeito contacto e em consequência a perfeita destruição das peças a romper. Apresenta cor marrão amarelada, sendo venenosos os seus gases provenientes da explosão, e podem ser empregados com segurança nas cargas sub-aquáticas. São acondicionados em caixetas de papelão de 225 gramas e 1.012 gramas mas (pela denominação brasileira estes petardos são classificados) (Figura 4) :

225 g — petardo de destruição M4

1.012 g — petardo de destruição M3

NITRATO DE AMÔNIO

Conhecido Comumente por *Carga de Cratera*, é um explosivo para abertura de crateras, mas podendo ter outros empregos. A sua deto-

nação, relativamente lenta, torna-o impróprio à ruptura de peças metálicas. Tem a faculdade de ser usado debaixo d'água, desde que não fique mais de 24 horas na água.

Apresenta-se em latas cilíndricas, pesando 18 k.

O recipiente é de metal, tendo 42 cm de altura e 20 cm de diâmetro.

Prêso à lata existe um estôjo para a escorva e um alojamento para o cordel detonante.

Para o transporte da mesma usa-se um anel de metal existente na tampa da lata (Fig. 5).

ESPOLETAS OU CAPSULAS

As espoletas ou cápsulas comuns ou não elétricas são constituídas por um tubo de cobre contendo 3 cargas, que são :

- 1) Carga de inflamação;
- 2) Carga excitadora;
- 3) Carga básica.

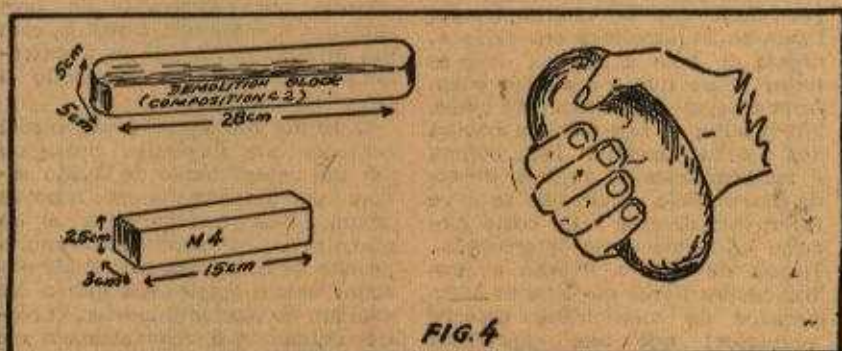


FIG. 4

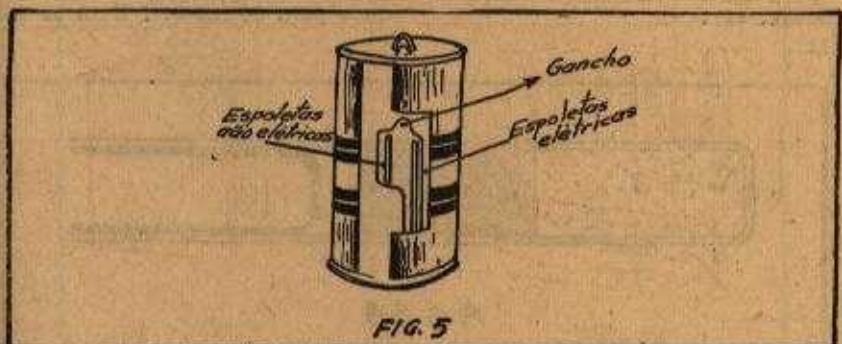


FIG. 5

As espôletas têm por fim produzir, por meio de sua explosão, a deflagração ou a detonação de uma determinada carga (Vide fig. 5-A).

Espôletas elétricas

São usadas 3 espécies de espôletas elétricas da marca Dupont, Herco-Tube e Atlas, sendo as mesmas de fabricação americana. A espôleta elétrica é constituída por (Fig. 6) :

- 1) Condutores isolados
- 2) Obturador de enxofre
- 3) Composição à prova água
- 4) Terminais
- 5) Filamento
- 6) Carga excitadora
- 7) Carga básica
- 8) Tubo de cobre ou alumínio.

Antes de usar a espôleta, deve-se testar com o galvanômetro. Que-rendo-se ligar vários explosivos para funcionar ao mesmo tempo, ligam-se as espôletas em série e, depois de feita a ligação, deve-se testar. Para que o operador possa fazer a espôleta funcionar de longe, são ligados, os fios de uma bobina aos fios da espôleta. Esta bobina é também testada, antes e depois de desenrolada, sendo que se deve fazer, inicialmente o de curto circuito e depois o de interrupção. Depois de feita a ligação as extremidades livres são ligadas a um gerador de eletricidade especial (explosor) que tem capacidade para fazer funcionar 10 cápsulas (Fig. 11).

ESTOPINS

São dois os tipos usados no Exército :

- 1) Estopim propriamente dito;
- 2) Cordel detonante.

O primeiro contém um rastilho de pólvora negra envolvido por várias camadas de tecidos impermeabilizantes. Ele transmite à espôleta o fogo que acionará a carga explosiva.

Uma de suas características importantes é que ele queima, vagarosamente e com velocidade uniforme, dando tempo ao operador de afastar-se do local da explosão. O estopim é acondicionado em rolos de 15 metros. Para se fazer detonar um explosivo com este estopim, é necessário ligar o estopim a uma cápsula de fulminato e introduzir esta no explosivo (Figura 10).

Ao se introduzir o estopim na cápsula, comprime-se-o de leve contra o fulminato e, a seguir, com um alicate, estrangula-se a extremidade da cápsula, de modo a prender o estopim.

O cordel detonante é um cordel contendo um explosivo protegido por um revestimento de tecido seguido por um revestimento à prova água. Sua característica é de queimar com uma velocidade muito grande tendo a força para fazer detonar outros explosivos que a ele estejam diretamente ligados. O cordel detonante é acondicionado em bobinas de madeira, com capacidade para 30 metros. Para se in-



FIG. 5A



FIG. 6

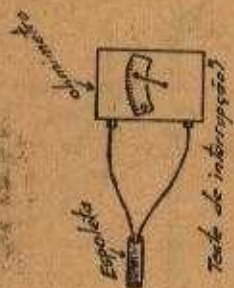
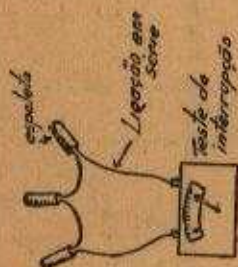
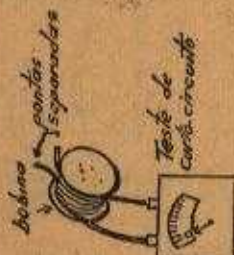
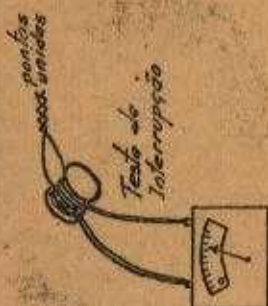
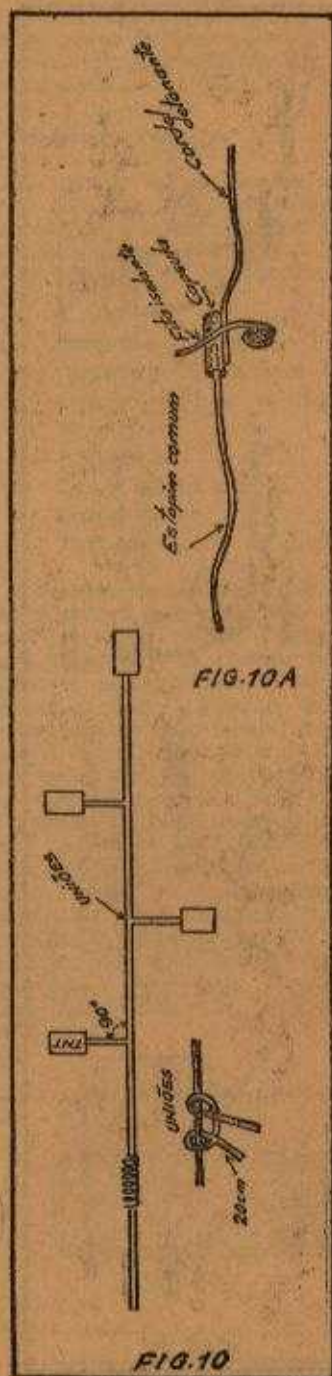


FIG. 11



flamar o estopim, usa-se um acendedor ou fósforo.

Quando se usar o fósforo, deve-se abrir um pouco a extremidade do estopim e colocar a cabeça do fósforo em contacto com o rastilho de pólvora e também com a lixa da caixa de fósforo.

Para que o cordel transmita a detonação, é necessário que uma de suas extremidades seja detonada e, para isso, faz-se o seguinte: liga-se um estopim comum a uma cápsula de fulminato e amarra-se-a ao cordel por meio de fita isolante. O cordel, em todas as extremidades que vão levar explosivos, deve ter uma cápsula de fulminato. Pode-se fazer várias ramificações de um cordel tronco; para isso, e só amarrar os outros cordéis no cordel tronco. Deve-se tomar cuidado, para que as ramificações partam do cordel tronco num ângulo de 90°, para que não haja interrupção na explosão.

O nó que se dá no cordel tronco com a ramificação é o indicado na figura abaixo, tomando-se o cuidado de deixar 20 cm de ponta para mantê-lo seco.

ESCORVAMENTO PIROTECNICO DO T.N.T. E DO NITROAMIDO

Quando se dispuser dos "adaptadores" de escorva, será feito o escorvamento por simples adaptação. Quando não se dispuser de adaptadores de escorva, faz-se o seguinte: Passa-se um cordão ao redor do petardo e amarra-o sobre o orifício de escorvamento e amarra-se o cordão em redor do estopim, para evitar a saída da espoleta por um puxão qualquer.

O "adaptador" é um cilindro de cobre, ôco e roscado em uma das extremidades. Por meio da rosca, atarracha-se-o no explosivo, o que impede a saída da cápsula (Figura 7).

ESCORVAMENTO PIROTECNICO DOS BLOCOS LIGADOS DE DEMOLICAO

A cadeia é escorvada com uma espoleta comum, ligando-se uma espoleta junto a uma das extremidades do cordel detonador da ca-

dele. Pela explosão ou detonação da espoleta, é provocada a explosão de todos os petardos.

ESCORVAMENTO PIROTECNICO DA COMPOSIÇÃO C2

O composto C2 é escorvado com uma espoleta comum, moldando-se o explosivo em torno da espoleta de um estopim armado (Fig. 8).

ESCORVAMENTO DAS CARGAS DE NITRATO DE AMÔNIO

Para escorvar as cargas de 18 k, deve-se colocar a espoleta de um estopim armado no estôjo de escorvamento existente na lata. De-

ve-se a seguir, amarrar uma corda ou um cordão em redor do estopim e, depois, em torno do gancho existente acima do estôjo referido, para manter a espoleta em seu lugar. Para que o cordel detonante sirva de escorva dos alto explosivos, é necessário provocar a sua detonação que é feita amarrando ou adaptando ao cordel uma espoleta elétrica ou comum. (Vide fig. 5)

ESCORVAMENTO COM O CORDEL DETONANTE DO T.N.T., PE- TARDO 225 G DE NITROAMIDO

Quando os petardos têm orifícios de escorvamento roscado, é só

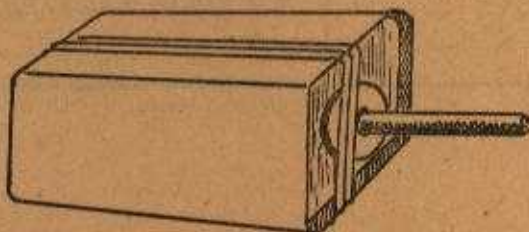


FIG. 7

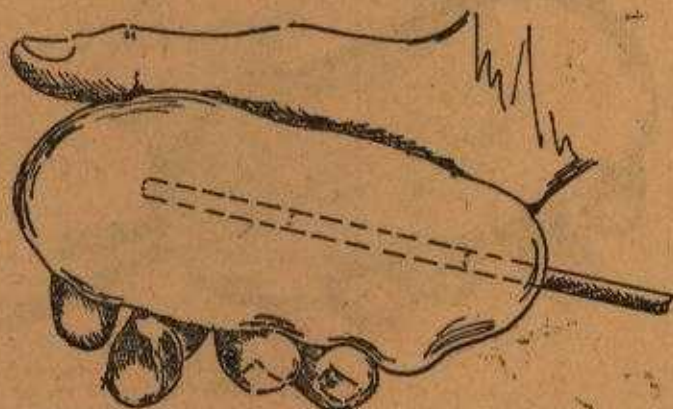


FIG. 8

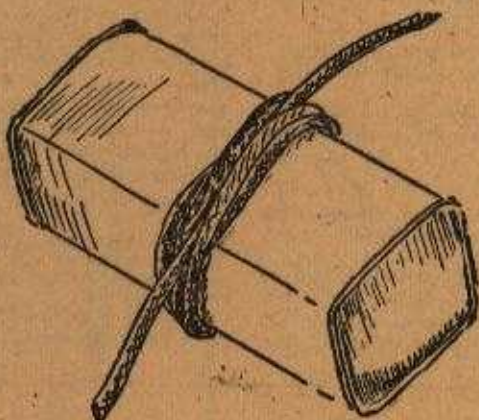


FIG. 12

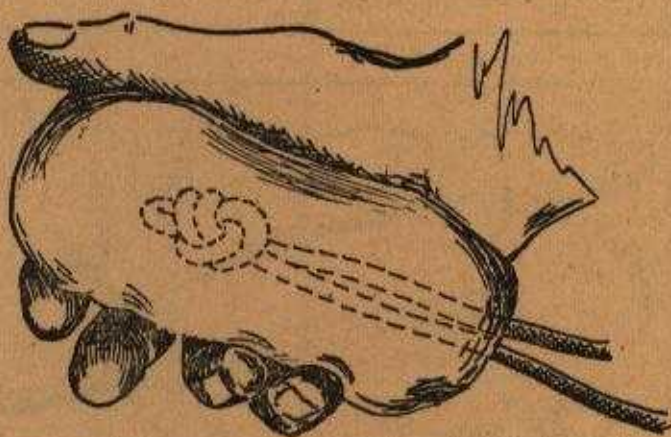


FIG. 8A

adaptar, nos mesmos, os adaptadores de escorva.

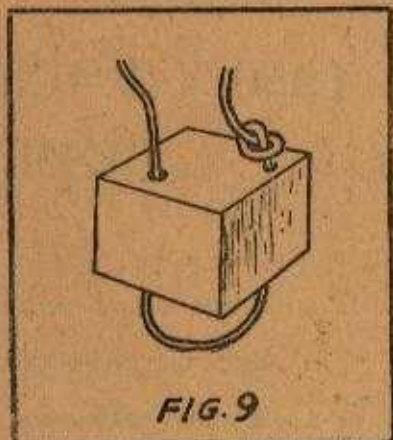
Quando não se dispõe nem de orifícios nem de adaptadores, amarra-se o cordel detonante em volta do explosivo com duas laçadas e mais uma volta entre elas (Figura 12).

ESCORVAMENTO DO PETARDO DE 450 G de NITROAMIDO COM CORDEL DETONANTE

Deve-se furar o papel invólucro nos círculos marcados, depois passar o cordel detonante através do orifício de um dos cantos do pacote e empurrá-lo pelo orifício diagonalmente oposto (Fig. 9).

ESCORVAMENTO DA COMPOSIÇÃO C2 COM CORDEL DETONANTE

Faz-se uma alça de 25 cm e dá-se um nó simples; a seguir, molda-se o explosivo sobre o nó (Fig. 8-A).



UM ARTIGO DO "LIFE"

Por TAKLOS

Extraído, data vêneta, da "Revista da Cavalaria", de Portugal, de maio de 1953.



QUANDO passamos pela escola, onde principiámos a aprender tática, fomos tomando contacto com um certo número de dados clássicos para resolvermos os problemas de que se nos exigia a solução.

Entretanto, veio a guerra, uma nova guerra, com o tumultuar de novos problemas que nos pareceram os mesmos mas com novas soluções, pois as armas eram outras. Contudo, não encontramos nova doutrina quando passámos de outra vez pela mesma escola. Antes, apareciam umas tentativas para se ir ao encontro daquilo que aparecia disperso por livros e revistas, o que motivava hesitação para quem necessitava soluções definidas por formação ou temperamento.

Depois disso, aparece ainda uma nova guerra, de âmbito reduzido e que desejamos circunscrito. Esta guerra põe novos problemas e dá origem a novas perguntas. Como é feita perante as novas armas, e novos equipamentos, que se anunciam sensacionais? Fica-se com o temor que as novas armas, geradas na atividade de cientistas que nos laboratórios lutam pela supremacia da sua nação e não da humanidade a que pertencem, tragam para a qualificação de obsoleto o que se provou ser eficiente nas guerras anteriores, e, como consequência, se inicie outra maneira de servir as novas táticas pelo aproveitamento das qualidades desse armamento, como é óbvio.

O oficial que vive afastado dos problemas táticos, que uma vez aprendeu a resolver, sente-se inseguro e julga, supõe, se a sua experiência e a sua calma não o ensinam, que o contacto obrigatório com essas táticas lhe criará dificuldades pela mudança radical dos processos seguidos até então.

Nós aprendemos que os fatores da decisão são quatro e, entre eles, o que nos parece escravizar para uma decisão, figura o terreno.

Este fator, o terreno, encarado sob aspectos antagónicos, domina a "nossa" solução e absorve os meios, o inimigo e a missão. Esta tem que se cumprir, apesar do inimigo, apesar de nós mesmos e apesar do terreno.

Então, será a missão que nos escraviza e o terreno o pagem servidor, concluir-se-á.

Mas o inimigo tem por si vantagens e, uma delas, a de o desconhecermos no que pretende fazer, mesmo que se saiba o que pode fazer.

Nesse caso, como compraremos a missão com uma incógnita tão importante, pois o inimigo pode parecer um e aparecer outro? Como é que o terreno trabalhará a favor do inimigo, que o pode aproveitar melhor, mesmo que nós o conheçamos bem?

Afinal, apenas temos uma realidade: — a dos nossos meios. Mas, mesmo essa realidade, é aparente. Os meios são servidos por um moral, por homens que o suportam, fracos ou de valor. Quantas vezes, doutrinarmente e em prática repetida até à suturação,

se treinaram homens que vêm a falhar imprevisivelmente.

Podíamos concluir, com deliberação, que não serve de nada a metodização do estudo para se conseguir a decisão precisa, aquela que ansiávamos para cumprirmos a verdadeira missão: — a de honrar o posto que ocupamos com o menor dispêndio possível das vidas que se nos confiaram.

A evolução do armamento e de certos equipamentos, da doutrina para o seu emprego, sempre hesitante, do método de ensino, nem sempre adaptado à realidade, tece a tal meada de hesitações que enredam o oficial que, bruscamente, tem de tomar contacto com a escola onde a tática é ensinada, ou sobre ela prestam provas.

O classicismo da doutrina, esquematizado à força de emprego na carta topográfica e falseado nos exercícios no terreno sem fogo e sem inimigo a impor soluções, norteia o oficial quer o estudioso dos livros quer o improvisador que apresenta soluções que parecem fantasistas. Esse classicismo é perigoso por inerte, esquecendo-se que a guerra é, apenas, de execução, simples e movimentada.

Não há dúvida que os vencedores são os que se dedicam à realidade da evolução do armamento, e de certos equipamentos, com todas as consequências inerentes, não descansando sobre os resultados colhidos mas querendo, sempre, excederem-se a si próprios na antevisão do melhor. Esse anseio não deve e não pode parar mesmo perante as hostilidades desencadeadas. O estudo, forçosamente, torna-se mais profundo, minucioso e acelerado. Já não serve estudar, apenas, o que a iniciativa nacional nos dispensa; tem que se escolher com felicidade e rapidamente o que o inimigo nos transmite "à contre-cœur".

Nisto reside o segredo de um bom exército, mesmo medido pelas possibilidades de uma nação pequena, como a nossa.

Os exemplos das nações grandes, de grandes possibilidades, não

são os exemplos das grandes nações, necessariamente.

As grandes nações têm o mérito, fundado na necessidade, de aproveitarem os homens de valor, os que se impõem sem amigos que os ajudem mas ajudados pelos amigos que contrairam pela superioridade intelectual e moral que os exornam. Esses homens estudam com seriedade, despidos de outro fim que não seja o de servir. Esses homens escolhem colaboradores que os servem nessa missão, mas que se não servem para alcançarem um prestígio que oculte ou ensombre o do chefe.

O grupo de trabalho formou-se e daí resulta a doutrina séria e construtiva que aglutina o exército. Os graduados aparecem para receber ensinamentos desse grupo doutrinário e as provas que venham a prestar são motivadas no desejo de se saber o aproveitamento do ensino, elo indispensável para a garantia de que o exército é só um no emprego firme e eficiente da ciência da guerra. As provas só podem ser eliminatórias se surge a incapacidade moral ou intelectual. Outra incapacidade só mostra deficiência de ensino com a eliminação do instrutor e não do instruendo.

Então, o classicismo da doutrina desaparece, pois o grupo de trabalho está sempre alerta, enviando os seus membros onde existe a guerra, como observadores, mas observadores que não apresentam, unicamente, relatórios e que se desobrigam de mais trabalhos.

Esses observadores fazem conferências, aceitam a discussão, expõem com espírito crítico e não recitam episódios. Do resultado do que o observador sentiu, tiram-se conclusões e, se a nação pode, inventam-se novas armas para servirem fins, se bem que disso resultem novas táticas.

O interesse pela "coisa" militar depende do tratamento igual, sem camarilhas, perante o mérito, tanto surgindo a inovação do oficial que é instruendo como do oficial instrutor, todos servidos pela mesma ambição.

Os moldes clássicos não existem; apenas se mantêm princípios resultantes do estudo histórico do passado militar dos povos. Esses princípios aplicam-se em novos moldes e, até, quando o armamento não evoluiu. O gênio da guerra, o gênio da aplicação na guerra, é característica subjetiva, não é pré-fabricado. O estudioso não é o vencedor, mas pode ser o vencedor quando servido pela centelha que o gênio possui e aplica argumentamente.

Tanto pode ser o melhor militar o mestre da escola militar como o discípulo que o ouve e que quer apreender a doutrina que lhe falta. De fato, a doutrina é essencial pela evolução complexa e acelerada da guerra, da guerra em grande escala.

O mestre pode ser hábil como divisionário, mas não ir mais além. O discípulo pode ultrapassar o mestre na aplicação e na movimentação das grandes massas que excedam a divisão.

Chegamos à altura em que podemos cindir a nossa exposição nos dois problemas que nos interessam. O problema da guerra em tempo de paz não é o problema da guerra na guerra real.

No primeiro, a experiência é teórica, digamos assim; quando muito resultou da observação da guerra mas não da responsabilidade própria quando da aplicação. No segundo, a experiência é vivida e amarga: — sacrificam-se vidas humanas que, hoje não são só as dos soldados.

Por isso, não somos partidários nem da doutrinação excessiva chegada à esquematização, nem da intolerância à recepção do ensino escolar.

A experiência da guerra é fundamental para a decisão segura e completa do chefe em qualquer grau de hierarquia do comando. Está certo que se trabalhe e estude com sistematização durante a paz, para se poder criar o espírito ordenado e calmo, ao abrigo da emoção, que consiga uma decisão eficiente durante a guerra.

Mas nunca ponhamos de lado a inovação, mesmo desejada quando o combate se inicia, pois ela serve como arma contra o inimigo que a não usa.

Todas estas considerações são resultantes do que observamos nas fotografias e texto de um número da Revista americana "Life".

O articulista refere-se à tal nova guerra que desejamos circunscrever, a guerra da Coreia. Ao examinarmos as gravuras por demais sugestivas ficamos com a impressão instantânea que alguma coisa existia que não obedecia aos moldes clássicos.

Parecia-nos obsoleto o que tínhamos aprendido até então, pois os homens que faziam a guerra, faziam-na de maneira diferente do que a nossa imaginação arquitetou, obedecendo a cânones consagrados.

Como desembaraçar o nosso espírito e esclarecer, assim, a nossa inteligência, foi resolução a que nos obrigamos.

Como atrás dissemos, entendemos que sem nos importarmos com os moldes clássicos mas seguindo a sistematização escolástica, doutrinariamente perfeita, podíamos tirar conclusões do que víamos e chegar à solução do problema.

Para isso, lançamos mão do estudo dos quatro fatores da decisão.

Começemos, então:

1º. Terreno

Trata-se de um desenho em perspectiva panorâmica que melhor se diria uma fotografia do terreno, tal a perfeição e detalhe com que se apresenta (ver gravura n. 1). Assim, podemos examinar com segurança o que se nos oferece para estudo.

Em primeiro lugar, sabemos que estamos a contas com um setor regimental de 2,4 quilômetros de frente, barrando o colo de uma passagem para o curso de água que nela serpenteia e que se dirige pela direita do setor para o lado do inimigo.

O terreno é extremamente cortado à frente da posição escolhida, mas tem-se a impressão que descaí num vale que corre paralelo à frente dos contedores, pelo que é de fácil observação por parte do inimigo, como o próprio articulista o admite.

A posição americana, pois trata-se de uma divisão americana que está defendendo a frente, encontra-se assente numa plataforma que encosta à base da cadeia de montanhas rudes e abruptas que lhe serve de fundo e que só se abre para a passagem do curso de água. Essa plataforma descaí por esporões, isolados por ravinas, em direção ao inimigo, dando comando sobre o vale, mas permitindo que seja observado o dispositivo que aí se possa estabelecer.

A cumiada da plataforma, que se eleva suavemente e abrindo em leque desde a garganta do colo, protege as instalações que se possam montar ao abrigo quer do fogo quer das vistas terrestres, se bem que precariamente.

A plataforma encontra-se despidida de vegetação e o ligeiro movimento do terreno não oferece abrigo seguro contra o fogo ou a observação inimiga.

O terreno desta plataforma é percorrido por alguns caminhos que servem todo o setor e com algumas pontes sobre o curso de água que o corta.

Em conclusão:

- não oferece proteção nem das vistas nem do fogo;
- domina o vale, onde o inimigo se instalou, impedindo a penetração dos carros inimigos, pelo seu declive, donde formar um obstáculo de valor;
- necessita de fortificação de campanha e de comunicações enterradas para barrar fortemente, então, a garganta que defende;
- necessita-se de domínio aéreo para a manutenção do setor, tanto mais que se tem de viver da passagem do colo,

fortemente referenciado mesmo para bombardeamento noturno.

2º. Inimigo

Nós não sabemos o que é o inimigo, isto é, o que é o inimigo que temos na frente do setor em estudo. O autor do artigo escreve que falta o inimigo no quadro, mas que deve estar observando a cena do alto dos montes à direita do desenho.

A ser assim, temos que admitir que o desenhador e autor que viu o quadro na realidade da guerra, o viu muito de frente, pelo conjunto que consegue apresentar, e, portanto, viu-o de uma inflexão do terreno que se dirige para o lado do inimigo, e como a linha de alturas ocupada por este corre paralela com a ocupada pelos americanos, é de supor que as vistas inimigas enfiem quase paralelamente o setor americano. Então, mal estavam os defensores se não lhes valesse uma elevação proeminente a meio do setor, permitindo movimentos e instalações ocultas, mas que não deixa de exigir comunicações enterradas, pela exposição a descoberto dos caminhos que divergem do colo que defendem.

Portanto, quanto à observação, temos um inimigo bem instalado.

Quanto às suas posições, como pontos fortes do terreno, dominantes e de difícil acesso, cremos não errar que o inimigo dispõe à vontade da outra vertente do vale e, supomos, não deve mediar grande intervalo de terreno entre os contedores por termos que as armas automáticas americanas estão fazendo fogo.

Quer dizer, lidamos com um inimigo agressivo e instalado em posições idênticas às dos americanos.

Até aqui só consideramos o que nos parece ver, mas devemos acrescentar que o inimigo também é nosso conhecido, de u'a maneira geral.

Todos sabemos pela duração da guerra sino-coreana-Nações Unidas, que o inimigo é agressivo, — re-

cusando-se, mesmo, a cair prisioneiro se é de nacionalidade chinesa, — bem treinado, empreendedor e que utiliza o terreno como mestre que é nas infiltrações. Todos conhecemos as histórias de batalhões completos cercados por movimentos noturnos sem o menor ruído ou ação denunciadora por parte dos sino-coreanos.

Estes, durante parte da guerra, só utilizaram morteiros e metralhadoras, o que os habilitava à infiltração; depois, e já recentemente, principiaram a empregar artilharia em grandes massas, à maneira russa. Quanto à aviação, sabemos que é fugidia e esporádica, embora os sino-coreanos possuam aparelhos em abundância, principalmente de intercepção.

Em conclusão:

- o inimigo é agressivo, bem instruído e está bem equipado;
- desconhecemos o seu valor, isto é, quanto vale em unidades constituídas por batalhões e que ocupem o terreno adverso;
- presumimos, contudo, que o inimigo ocupa posições de valor semelhantes às dos americanos; basta, para isso, notar que estes ocupam uma posição fortemente organizada;
- o inimigo é hábil em infiltrações a que se presta o terreno ocupado pelos americanos, verdadeiro palco com numerosas rampas de acesso, dificilmente vigiáveis e batidas pelos fogos, se bem que exijam grande esforço ao inimigo, se as quiser percorrer.

3ª. Missão

Ao notarmos a cadeia de montanhas de aspecto imponente, rebarbativo e intransponível para a vida humana corrente se efetuar, ao sentirmos que só a passagem do curso de água podia permitir a vida de relação, o que se confirma pela estrada que o acompanha, chegámos à conclusão que, para lá da mole imensa das alturas, deveria existir algo de interes-

sante para as operações militares.

Ao dobrarmos as folhas da "Life", vimos logo na página seguinte que havia razão para a nossa sensibilidade se acusar: — abria-se um vale magnífico, sulcado por uma vida intensa (ver gravura n. 2).

Estava justificada a missão defensiva sem espírito de recuo, defensiva a todo o custo ou defensiva estática, defensiva imponente pelos meios atribuídos.

Portanto, temos uma posição defensiva, dotada com meios de reforços excepcionais, pela importância da idéia de manobra do Comando, certamente.

Já atrás salientamos o acertado da escolha da posição, única aproveitável, única com possibilidades de defesa, se bem que vista do inimigo e desprotegida de recursos de proteção naturais, com exceção da dominância do terreno em relação a um inimigo que tem de atacar, vindo de frente, pois não parece haver outra alternativa.

A atribuição de grande importância à idéia de manobra do Comando americano, fundamenta-se na organização complexa, ricamente dotada em meios, que está estabelecida para lá da cadeia de montanhas e disposta sobre o eixo que ferma o vale com as suas numerosas vias de comunicação a percorrer-lo. Quer dizer, temos uma linha de comunicações servida por todos os meios conhecidos e que sustenta ou apoia um Corpo de Exército a 3 Divisões.

Em conclusão:

- o Comando americano pretende defender a todo custo a passagem em causa, isto é, pretende manter esta frente;
- para isso, atribuiu-se um C.E. a três divisões para se estabelecer numa posição defensiva, com a linha principal de resistência imediatamente à frente do colo, pelo comandamento que oferece sobre o vale que margina a cadeia de montanhas;
- é possível que o vale que conduz ao colo seja de im-

portância vital para a defesa da frente no seu conjunto, donde se justifique a abundância de meios postos no setor e em apoio ao C.E. pelo Comando do Exército onde está integrado, a não ser que se pense numa ofensiva com o esforço a realizar segundo esta direção ou eixo.

4º. Meios

Já atrás levantámos a ponto do véu, informando que se trata de um setor regimental, integrado no de uma Divisão em primeira linha, isto é, em contacto imediato com o inimigo.

Mas, dada a organização dessa posição, os meios de reforço e, até, a instalação de certas armas, como a seu tempo revelaremos, tudo isto nos levou a pressentir que alguma coisa de mais importante, ainda, para a solução do problema se encontrava para lá da linha de alturas que cumeava o pano de fundo a que encostava o dispositivo das tropas que guarneciam o setor, ou seja, o arranjo das tropas, com as armas respectivas, no terreno para o cumprimento da missão.

Então, prosseguimos o nosso percurso na garganta, onde já se podia divisar um comando de divisão, e deparamos com o quadro de um C.E. a 3 Divisões com numerosos órgãos de serviços pertencentes ao Exército, de que faz parte o Corpo.

Não sabemos se será mais útil detalhar, neste momento, o C.E. ou estudarmos o dispositivo como assunto separado, como pretendemos, e, então, revelar os meios que, de fato, existem.

Para evitar uma repetição que ocupa atenção e esforço, preferimos a última solução.

Em conclusão :

- trata-se de um Corpo de Exército a 3 Divisões;
- está dotado com serviços, dependentes do Exército a que pertence o Corpo, para poder viver;
- os meios de que dispõe, levam a crer na importância

fundamental do setor, ou pela sua sensibilidade para a defesa do conjunto da frente ou pela intenção do prosseguimento ulterior de uma ofensiva, pois, em qualquer caso, para equilibrar o esforço inimigo devem opor-se-lhe meios comparáveis.

Resumo

Como recapitulação, e só para fixar os pontos fundamentais do estudo levado a cabo por intermédio dos fatores clássicos da decisão, reteremos na nossa memória :

a) terreno :

- exige a sua organização por tropas de engenharia em colaboração com as tropas do dispositivo;
- exige cobertura aérea para as tropas se poderem manter.

b) inimigo :

- embora se desconheça o seu valor, o desenvolvimento dos meios e da organização levam a crer que se trata de um inimigo de igual valor ao dos americanos.

c) missão :

- defensiva a todo o custo para manter a frente;
- possivelmente, intenção de prosseguir na ofensiva se fôr essa a manobra decidida pelo alto comando.

d) meios :

- um C.E. a 3 Divisões;
- apoio de órgãos de serviços, necessários à vida do Corpo, pertencentes ao Exército em que está integrado.

Esquemática da idéia de manobra dos americanos pelo estudo dos fatores da decisão, na possibilidade de errarmos, aliás, nas nossas deduções, concluímos, então, que o Corpo do Exército pretende barrar a direção oferecida pelo eixo do vale à retaguarda da linha de alturas que está na sua posse, exercendo o seu esforço defensivo natural no colo, dando como mis-

são à divisão lateral esquerda, o impedimento a todo o custo da transposição do vale à frente por parte de quaisquer meios inimigos, de modo a evitar o infiltramento por essa passagem, mantendo a frente. Ainda, e em consequência, as divisões restantes, à direita da que ocupa o colo, como o autor do desenho informa que estão colocadas, devem ligar-se por ordem inversa da importância das missões e terem, ainda, de evitar a travessia pelo inimigo do vale à frente da posição que ocupam de forma a impedir que manobrem a divisão da esquerda. Quer nos parecer que a missão da divisão da direita segue em ordem de importância a missão da divisão da esquerda, não só pela importância do terreno que ocupa, como por ter sido criada a reserva do C.E. à custa da infantaria da divisão do centro.

Isto quanto à primeira possibilidade da decisão a tomar, pois para admitirmos um plano de manobra correto e consequentes decisões sob o ponto de vista ofensivo, teríamos de conhecer o terreno inimigo, o que não conseguimos neste caso por não possuírmos o mínimo poder divinatório.

Como também dissemos, temos a impressão que o estudo das gravuras nos levará a alterar a concepção clássica gravada na nossa memória para aplicação tática, isto é, para a solução de problemas táticos.

Assim, passaremos agora a estudar o "Dispositivo", consequência da decisão tomada e estabelecido para cumprimento da missão, e estamos certos que algo de novo vai surgir.

DISPOSITIVO

A — No setor regimental

Numa frente de 225 quilômetros de extensão, o regimento americano ocupa neste setor a frente de 2,4 quilômetros; no artigo lê-se que à direita e à esquerda deste regimento estão outros ocupando setores iguais.

Os regimentos estão constituídos a 3 batalhões, com dois na linha

principal de resistência, estabelecida, como se disse, ao longo da cumiada dos montes que limitam a plataforma, e com uma linha de postos avançados estabelecida habilmente à frente dos batalhões em primeiro escalão, e comunicando com eles por comunicações enterradas e até subterrâneas, aproveitando os esporões que descaem para o vale e de forma às ravinas que os limitam serem tanto quanto possível batidas pelos fogos, mas fogos provenientes de armas situadas com comandamento sobre o terreno.

No artigo informa-se que estes postos avançados têm por missão explorar as posições inimigas como "tentáculos".

O terceiro batalhão do regimento encontra-se em reserva, contudo estabelecido em posições que dominam a plataforma. Atribui-se-lhe a missão de auxiliar os que guarnecem a linha principal de resistência, podendo a divisão, se necessário, lançar mão de outras reservas, além de fogos de artilharia e do emprêgo de tanques para o efeito, como vamos ver.

Depois de citarmos algumas passagens do artigo da "Life", vamos apresentar a posição de resistência tal como a observamos.

A posição de resistência é formada por:

- a) linha de postos avançados (L.P.A.);
- b) linha principal de resistência (L.P.R.).

L.P.A.

Esta linha é constituída por pontos de apoio que se protegem uns aos outros pelo fogo, como se observa, com comunicações, protegidas e abrigadas dos fogos inimigos, para se ligarem à L.P.R.

Estes pontos de apoio estão organizados em entrenchamentos circulares e com pequenos abrigos nalguns deles, segundo a sua importância, e colocados de forma ao terreno ser batido sem espaços mortos, além de permitirem a observação constante e contínua

de qualquer movimento inimigo no terreno à frente.

Todos eles são protegidos pelo fogo à retaguarda e tomam um dispositivo em quincôncio.

No caso concreto que estamos observando, o ponto de apoio mais avançado e melhor organizado, pela posição menos protegida que ocupa, está a uma distância da L.P.R. de cerca de 750 metros, portanto, facilmente apoiado por fogos de todas as armas, vindos da L.P.R.; os pontos de apoio imediatamente à sua retaguarda estão a cerca de 600 metros, protegendo-se mutuamente (a 400 metros uns dos outros) e protegendo o mais avançado, que acabamos de referir.

Em conclusão:

- a L.P.A. é constituída por pontos de apoio, guarnecidos por elementos dos batalhões em primeiro escalão;
- os pontos de apoio aproveitam os pontos altos do terreno, quanto possível, e dispõem em quincôncio para se protegerem e apoiarem mutuamente;
- a profundidade deste dispositivo varia entre 300 a 400 metros.
- A L.P.A. dista da L.P.R.:
- no seu limite anterior de 800 metros;
- no seu limite posterior de 120 metros;
- os postos avançados têm uma missão de resistência, apoiados como estão por todos os fogos à sua retaguarda, além da sondagem das defesas inimigas e da vigilância dos seus movimentos.

L.P.R.

A linha principal de resistência está ocupada por 2 batalhões em primeiro escalão, cada um com a frente de 1.200 metros, o primeiro batalhão na direita do setor.

Nota-se a organização de pontos de apoio isolados, formando duas linhas de abrigos individuais

ou com dois ou três atiradores, mas dispostos de forma aos da retaguarda protegerem e apoiarem os do limite anterior da L.P.R.

Observa-se que as posições das armas são servidas por comunicações enterradas e com cofragem, isto é, revestidas de madeira para sustentar as terras.

Tem-se a impressão que da segunda linha nem sempre se pode fazer fogo com as armas automáticas em tiro direto para atingir o inimigo, mas permitindo, contudo, proteger a primeira linha no caso de aí penetrar.

O aproveitamento hábil do terreno pelos B.I., originou dois centros de resistência (C.R.) em cada batalhão, podendo bater-se mesmo cercados e apoiando-se mutuamente, pois distam entre si de 600 a 800 metros e têm vistas fáceis nas vertentes que se olham.

Mas o que encontramos de notável é que, como fulcro dos seus fogos, dispõem os C.R. de tanques de apoio direto, quando há um luxo notável de morteiros e de artilharia, produzindo uma massa de fogos imponente, com gasto de material mas poupando vidas humanas, princípio de uma nação rica. Estes tanques estão em posições a céu aberto, não camufladas, nos pontos mais elevados dos C.R. e fazem tiro direto, distando do limite anterior da L.P.R. cerca de 150 metros.

Se repararmos que a companhia de tanques do regimento de reserva (reserva divisionária, como veremos) está no setor pronta a intervir, abrigada numa ravina do lado direito do setor a 1.500 metros da frente e que o setor está todo em atividade fazendo fogo, mais nos parece que estão tentando repelir um ataque inimigo com o eixo de progressão na direção do colo da ravina. Assim, justifica-se que os tanques possam estar numa missão anticarro ou outra de artilharia integrada na infantaria, mais do que a de artilharia pura e simples e que a companhia de carros de reserva divisionária esteja aguardando a possi-

bilidade de efetuar um contra-ataque.

A retaguarda das posições de atiradores e de armas automáticas, notamos que foram organizadas posições de morteiros, prontas a receberem o inimigo de qualquer lado, envolvidas como estão por entrincheiramentos.

As posições de morteiros de 81 milímetros, a coberto das vistas terrestres inimigas, estão a cerca de 300 a 500 metros e as dos morteiros de 4,2 polegadas (10,5 centímetros) a cerca de 800 metros — mas estas vistas facilmente dos observatórios inimigos — do limite anterior da L.P.R.

As posições do terceiro batalhão, protegidas e escondidas nas montanhas à retaguarda, estão afastadas da L.P.R. de uma distância que calculamos entre 1,8 a 2 quilômetros, sendo de reparar que, para facilidade de intervenção e de comunicações, o comando desse batalhão de reserva está escondido numa dobra de terreno do sopé da montanha que abriga as posições do batalhão.

É evidente que as posições do terceiro batalhão dominam, até ao alcance máximo das suas armas, todo o terreno à sua volta, vedando o acesso à garganta, apoiando com o seu plano de fogos a L.P.R. e cobrindo as próprias posições de artilharia que estão à frente da sua posição.

Os postos de comando dos batalhões em primeiro escalão, instalados em barracas sem qualquer disfarce, protegendo-as das vistas aéreas, embora ao abrigo das terrestres pelo aproveitamento do terreno, distam de 300 a 400 metros do limite anterior da L.P.R. e o posto de comando regimental, instalado sobre a via de comunicação que percorre a garganta, deve estar a 2,5 quilômetros, com o comando da divisão a pouco mais de 3 quilômetros do referido limite.

Em conclusão:

- frente ocupada por cada batalhão em primeiro escalão — 1.200 m;

- profundidade da posição defensiva, desde a L.P.A. às posições dos morteiros de 4,2 polegadas — 1.800 m;
- profundidade da posição de resistência, isto é das linhas ocupadas pela infantaria, incluindo, os morteiros — 800 m;
- distância dos postos de comando dos batalhões à L.P.R. — 400 m;
- distância do posto de comando regimental à L.P.R. — 2.500 m;
- organização em pontos de apoio (mesmo para os morteiros) e em centros de resistência, para se baterem em qualquer direção;
- posição das reservas do regimento escolhidas para apoio dos restantes elementos e em condições de lançar um contra-ataque para garantir a missão principal: a posse do solo, a manutenção da frente;
- ausência de uma organização de infantaria que dê uma maior profundidade à resistência do que a normal;
- impossibilidade de estudar o dispositivo das armas antiaéreas (exceto os próprios carros) por não ser visto no desenho.

Artilharia

Para apoio do regimento instalado na posição defensiva que estamos estudando, notamos um grupo de artilharia a três baterias de obuses, quer dizer, temos o agrupamento de apoio direto clássico e tão clássico quanto este material se presta maravilhosamente para bater os buracos múltiplos e contínuos de tal terreno, recortado e de abrigo fácil, à frente da posição.

As baterias estão ativas e trata-se de obuses de 10,5 centímetros em posições bem desenhadas, sem grandes alinhamentos do material, o que demonstra a preocupação de o proteger tanto mais que, pelos clarões dos disparos

projetados em fundo escuro, são facilmente referenciáveis do lado do inimigo.

A distância a que aquelas baterias estão do limite anterior da L.P.R. é cerca de 1.800 a 2.000 metros, o que permite bater com os seus fogos todo o terreno à frente da L.P.A. ou da L.P.R. com um tiro de detenção eficaz de 900 metros por grupo, o que exige o emprêgo de outras armas para se conseguir uma barragem eficiente, além de tiros no interior da posição.

É notável esta posição da artilharia tão à frente e é preciso ter grande confiança na infantaria para se decidir um comando a executá-lo com uma passagem tão estreita para a retaguarda, agravada pelo corte do curso de água sinuoso que a percorre.

Em conclusão:

- emprêgo de um agrupamento de apoio direto clássico;
- emprêgo de material moderno de artilharia americano constituído por obuses de 10,5 centímetros;
- emprêgo audacioso da artilharia;
- emprêgo da aviação de observação a favor da artilharia divisionária.

Serviços

a) *Serviço de Saúde:*

Nota-se o posto de socorros de batalhão estabelecido a coberto de uma tenda, a cerca de 300 metros da L.P.R., assim como duas auto-ambulâncias, servidas por um caminho que cruza a linha de água por uma ponte.

É de salientar existir uma pista para um helicóptero junto do posto de socorros, o que permite o transporte de feridos por aviação sanitária a tão grande proximidade da frente, mesmo durante o combate ativo e, assim, com grande risco.

b) *Serviço de Quartel-Mestre:*

A direita do setor e confundindo-se com a sombra das monta-

nhas, que formam o seu pano de fundo, nota-se um depósito de abastecimentos que deve ser um depósito avançado do exército, posto à disposição dos serviços da divisão.

O depósito tem grande desenvolvimento, mas não se pode verificar a natureza das suas organizações, pelo que só podemos presumir que se trate de um depósito cujo fim seja o de fornecer os artigos mais urgentes à vida das tropas.

Mas, seja como for, é notável a sua existência tão avançada, pois integra-se numa zona de combate, onde só deveriam existir os meios de vida próprios das unidades.

c) *Outros serviços:*

A direita do setor existe organizado qualquer serviço com abrigos subterrâneos, talvez para reparação de material, conjugado com um parque de viaturas de que não percebemos o tipo ou o fim a que se destinam, presumindo que se trate do serviço de material (ordnance).

Nota-se, também, uma circulação intensa durante o dia nos vários caminhos que conduzem para a retaguarda do setor.

Assinaladas as nossas observações respeitantes a este setor, passemos a página da revista e analisemos o que vimos à sua retaguarda.

B — No setor restante

Tal como no setor regimental, vamos seguir o método de exposição que temos adotado.

1.º. Notamos 3 divisões em linha, ocupando uma posição escolhida pelo exército, com uma frente defensiva de 29 quilómetros.

Cada uma divisão, portanto, deveria ocupar uma frente de 9 quilómetros, em média, ou 3 quilómetros por regimento, mas que se viu atrás reduzir-se a 2,4 quilómetros, o que pressupõe um terreno favorável à defesa, consentindo intervalos ou, então, mostrando escassês de meios por parte dos americanos, o que vamos verificar.

Cada divisão ocupa, de fato, uma frente defensiva de 5 quilômetros em média, para corresponder aos 2,4 quilômetros por regimento, visto que cada divisão apresenta um regimento como reserva. Não há, portanto, escassez de meios, o que há é um terreno que pelo seu relevo se defende por si próprio, permitindo a organização de fortes reservas, sendo de assinalar que o regimento de reserva da Divisão menos sensível à defesa, por não corresponder à possível direção ou eixo de ataque inimigos, constitui uma reserva de C.E., chamando-se assim por estar reforçado com elementos das tropas do corpo, diz o articulista, e dizemos nós por estar às ordens do comando do corpo pronto a atuar onde este julgue mais conveniente, reforçado, então, por elementos do corpo.

2°. As reservas das divisões e do corpo estão sensivelmente à mesma altura, bem abrigadas no terreno e junto das vias de comunicação mais importantes. Distam uns 6 quilômetros da frente e podem, assim, atuar rapidamente, quer reforçando, quer contra-atacando, quer substituindo as tropas da frente.

A reserva de corpo serve, afinal, para fazer sentir a ação do comando onde se julgar mais oportuno, de que resulta ocupar uma posição central no setor. Como neste caso, é formada, geralmente, à custa das divisões em linha e, como é lógico, da divisão central, pela missão mais simples e pelo terreno que ocupa.

Diz o articulista que uma parte da artilharia e dos tanques daquela divisão apoiam os regimentos. Já vimos que, de fato, os tanques ou carros, estão apoiando a infantaria com os seus fogos, e é possível que só parte da artilharia das divisões apoie os regimentos, se é que se quer referir à Artilharia Divisionária com missão de ação de conjunto.

3°. A artilharia divisionária — existe naturalmente um comando de artilharia divisionária — dispõe de um agrupamento de ação de

conjunto para fazer sentir a sua ação, isto é, a ação do comando da divisão na condução do combate defensivo, colocando os seus fogos onde desejar. É servida por uma pista de fracas dimensões e com qualquer inclinação ou direção para a aterragem do avião de observação, que tem características próprias para isso.

As posições dessa artilharia estão sensivelmente a meio do setor da divisão, a uns 4 quilômetros da frente.

A artilharia de corpo está dividida em duas massas, ou dois agrupamentos, cuja missão ignoramos, mas supomos que se trata de qualquer missão de contra-bateria ou longínqua (interdição e flagelação) ou, pela posição que ocupam, a de reforçarem a ação das artilharias das divisões, principalmente a do setor divisionário esquerdo e, quem sabe, a das artilharias vizinhas do corpo.

Está situada entre 5 a 6 quilômetros da frente.

4°. O comando do corpo de exército, com um desenvolvimento apreciável na sua instalação, está colocado a uns 10 a 12 quilômetros da frente, servido por uma pista aérea com 2 faixas de aterragem cruzadas para levantamento de voo com vento soprando de qualquer direção.

Este comando é servido por um conjunto de estradas muito desenvolvido, que se dirigem quer para a frente quer para a retaguarda.

Em conclusão:

- cada divisão ocupa uma frente defensiva de 5 quilômetros;
- cada divisão tem os seus comandos a 3 quilômetros de frente;
- cada divisão tem como reserva um regimento, exceto a divisão central;
- as reservas divisionárias estão a 6 quilômetros da frente, o que se explica por assim o impor o terreno e as vias de comunicação;
- a artilharia divisionária, isto é, os agrupamentos de ação

de conjunto têm as suas posições a 2,3 a 3 quilômetros da frente e dispõe de aviação de observação de tiro;

- a pista aérea está situada por forma a servir o comando da divisão e o da artilharia;
- o corpo de exército é constituído por 3 divisões, além dos elementos que lhe são próprios, isto é, os elementos não endivisionados;
- o quartel-general do corpo de exército está situado entre 10 a 15 quilômetros da frente, dispondo de uma grande pista aérea;
- a reserva do corpo de exército é constituída por um regimento da divisão central, reforçado por elementos do corpo;
- a artilharia de corpo está em posição de 5 a 6 quilômetros da frente;
- a zona de esforço defensivo do C.E. corresponde ao setor divisionário da esquerda.

5. Serviços

a) Serviço de Material (Ord-nance):

Notamos o Depósito de Reparações em ligação próxima por estrada com um Depósito de Munições, este bem abrigado, qualquer deles ligando-se à rede de comunicações. A oficina de reparações destina-se a reparações médias de todo o material de combate tanto da infantaria como da artilharia e, neste caso concreto, fornecendo armamento de substituição e sobressalentes. Existe também, um Parque para material auto de todas as províncias, pois o serviço de material americano inclui todos os veículos, mesmo os de combate.

b) Serviço de Engenharia:

Existe um Depósito de Abastecimento de Engenharia, isto é, um depósito para fornecer todo o material de engenharia, incluindo o de pontes, de incêndios, de iluminação, de refrigeração, de acampamentos, de água, de cartas topográficas, de barcos de assalto, etc.

c) Serviço de Quartel-Mestre:

Verificamos a existência de depósitos de víveres e de combustíveis líquidos (gasolina, óleos e outros produtos petrolíferos), ligados por vias de comunicação internas.

d) Serviço de Saúde:

Há um Hospital Cirúrgico Auxiliar Móvel, com enfermeiras a funcionar em tendas, transportado em caminhões. É servido por helicópteros, de que existe uma pista circular, com as enfermarias a rodeá-la.

O hospital está ligado quer à testa de caminho de ferro quer à pista de aviação do comando do C.E., sendo um órgão dos serviços de exército.

e) Serviço de Polícia Militar:

A 24 quilômetros da frente nota-se um campo de prisioneiros de guerra, pois junto do corpo do exército tem esta categoria, com abarracamentos próprios. Pertence a sua guarda a companhias de escolta e guarda, que fazem parte do serviço da polícia militar.

Como o articulista escreve, o quartel-general do corpo tem o comando tático do setor, mas os depósitos de abastecimento e de reparações com os seus armazéns e oficinas estão sob o comando do exército a que pertence o corpo, que é constituído por cerca de 66.000 homens.

REDE DE COMUNICAÇÕES

Não podíamos deixar de chamar a atenção para a linha de comunicações que percorre o meio do setor.

É constituída, essencialmente, por um eixo de estradas e de caminhos de ferro, este tendo a sua testa na altura em que a estrada que o margina se desdobra em duas. A ele estão ligados todos os órgãos dos comandos e dos serviços, quer por estradas quer por caminhos.

Existe uma penetrante por divisão, quanto a estradas, e podemos tomar como uma transversal avançada a estrada que liga as re-

servas regimentais das divisões e que serve à artilharia de corpo.

Tentariamos continuar a expor o que observámos, mas, na verdade, sentimos que o artigo vai demasiado longo no espaço e na paciência do leitor.

Os serviços dariam margem à expansão do comentário, pois apresentam um arranjo que não é o nosso. Contudo, os nossos camaradas, que são escritores ilustres, já se têm ocupado do assunto e, embora estejamos integrados nele, não sentimos que seja oportuno apresentar as nossas impressões, pois se a novidade nos tenta o senso põe um travão, por não sabermos a adaptação que vão merecer na nossa organização. Os ávidos, se os há, poderão recorrer àqueles que se apressaram a comentá-los.

Depois de refer o que escrevemos até aqui, sentimos o erro de ter, alvoraçadamente, principiado a percorrer o que o autor americano nos apresentava na "Life" com a certeza que encontraríamos nas gravuras "A impressão instantânea que alguma coisa existia que não obedecia aos moldes clássicos", como escrevemos atrás.

O que existe de novo nesta guerra que não seja o que conhecíamos, incluindo aqueles dados clássicos para resolvermos os problemas de que se nos exigia solução? Apenas existe uma aplicação nova de armas conhecidas, mas o esquema mantém-se. O molde va-

riou no formato, mas o funcionamento da peça mantém-se.

Descansem aqueles que estudam tática. Os dados variam segundo a orgânica das unidades e segundo as qualidades do armamento e de certo equipamento que as servem e, assim, se estiveres em contacto com os meios que os quadros orgânicos nos dão, quer em homens quer em material, podes ter a certeza que a guerra só varia quando o terreno varia ou quando o inimigo obriga a novos métodos de combate. O que é preciso é que alguma vez se tenha aprendido alguma coisa e, depois, se tenha continuado a praticar e a estar a par com as novidades. De resto, a memória ajudará a recordar o que o mestre tem obrigação de lembrar em palestras preparatórias, e o melhor mestre ainda é o regulamento ou regulamentos, que são sempre peritos na matéria.

Com um pouco de boa-vontade e com aquele brío que nos faz apurados e nos impõe em qualquer atividade, além de senso e de previsão, conseguiremos atingir o vislumbre do génio. E se tivermos a experiência da guerra a completar-nos não nos faltará a coragem para, por intermédio da nossa inspiração, nos abalancarmos a resultados felizes, permitindo-nos fugir aos moldes clássicos, — pois a guerra nunca se repete nos seus detalhes, — cumprindo serenamente a nossa missão, fim principal de qualquer problema imposto à nossa decisão.





ECONOMIA E DEFESA NACIONAL

Coronel OLYMPIO MOURAO FILHO

O Estado democrático é civil. Como tal, no exercício de suas atividades, através dos três Poderes, não pode admitir interferências.

É ponto pacífico. Entretanto, devido a necessidades específicas impostas pela defesa, a estrutura estatal admite, além de executores, os órgãos militares como consultores.

Sem embargo de ser a decisão privativa do Estado Civil, assiste a esses órgãos o dever de opinar.

Deste modo, no setor da economia nacional, básico de quaisquer planos de defesa, os elementos encarregados deverão examinar, com cuidado, as várias direções nas quais os assuntos econômicos podem sobre a mesma influir, bem como receber influência.

Dal, a preocupação constante acerca dos problemas de comunicações e transportes, da produção de certas matérias primas, das atividades de determinadas indústrias, problemas que consideramos interessar diretamente a defesa nacional.

E, através de um sistema opinativo, as classes armadas, pelos seus

órgãos credenciados, vêm atuando junto do Estado Civil, do qual a decisão é atribuição exclusiva.

Não parece possível merecer contradita o que acima se expôs.

Entretanto, o exame dos setores da economia que devem ser objeto de estudos dos estados-maiores, pode resultar numa revisão da atitude a ser adotada.

É o que se passa, no Brasil, com a economia da moeda. Longe de ser esta um capítulo que pode ser considerado como de interesse indireto na economia nacional, é mais do que isto, é básica, constitui a infraestrutura de todos os demais problemas. Schuman, o ex-Ministro das Finanças Francesas, tem uma frase genial: "É com a moeda que se governam os povos".

Ora, no Brasil, onde os partidos políticos não conseguiram ainda raízes sólidas na opinião popular e em sua quase totalidade, não possuem doutrina firmada sobre a economia da moeda, esta flutua ao sabor de concepções individuais dos chamados à sua gestão e, deste modo, não conseguiu ainda ganhar um roteiro e uniforme.

E sem isto, todos os problemas econômicos são postos sobre bases de tal modo movediças que o equilíbrio, se pudesse ser realizado, deveria ser considerado como milagre.

É, pois, evidente que quaisquer planos, a começar pelo orçamento dos pais de família e a acabar nos governamentais, incluindo naturalmente todos os planos de defesa, que somente serão exequíveis se sobre bases econômicas, tomam a feição de locubrações estereis.

Nestas condições, a economia da moeda merece —, em grau de prioridade absoluta, as preocupações dos órgãos militares encarregados de planificar a defesa do país, a fim de poderem opinar sobre a mesma, ao menos enquanto os partidos políticos não a levam a sério ou não consigam impor, pela representação, uma política conveniente.

• •

A situação econômica do Brasil é grave. É uma causa única gerou o desequilíbrio da conjuntura: o mau uso da moeda.

Temô-la em excesso na circulação. Todos os sinais científicos para um diagnóstico da inflação estão à vista, indiscutíveis, a saber:

- alta incoercível dos preços;
- desnível cada vez maior entre os depósitos bancários a prazo e à vista, com visível hipertrofia destes últimos, na razão de quase 8/1 daqueles;
- escassez de dinheiro para as transações, paradoxo aparente desnorteante para governos e povos, gerado pelo excesso de moeda na circulação;
- câmbio baixo, exprimindo a desvalorização da moeda no mercado externo, como consequência de sua perda de capacidade aquisitiva no interno;
- industrialismo, com evidente desequilíbrio entre as áreas de atividades industrial e agrícola;
- hipertrofia das cidades — especialmente as do litoral — dando falsa impressão de progresso quando não passa de

grave doença da conjuntura — devido ao desequilíbrio entre os salários da indústria e os do campo que se tornam despovoados;

- especulação desenfreada nas construções urbanas que aspiram as inversões que poderiam canalizar-se naturalmente para outras atividades.

Todos estes sinais e mais o da distorsão dos gostos, por via da aparição de novos ricos e do comércio de utilidades luxuosas que o industrialismo lança no mercado, provam a situação inflacionária muito grave.

Quando se rompe o equilíbrio que deve existir entre a quantidade de mercadorias e serviços e a de moeda postas à disposição da comunidade, os preços ganham tendência incoercível para a alta, lançando a conjuntura em desequilíbrio que pode conduzir à crise final.

A ciência economia somente conhece dois remédios para se conseguir a volta ao equilíbrio: O primeiro, é o aumento das riquezas circuláveis a fim de contrabalançar o excesso da moeda. O segundo, a contração do meio circulante, ou seja a desinflação que consiste em retirar e incinerar o dinheiro em excesso até que o Nível Médio dos Preços ganhe estabilidade novamente, embora no nível atingido, pois, não é possível fazer baixar preços, em geral.

Ora, o grau de inflação atual não permite mais esperar que as riquezas circuláveis aumentem até o nível necessário. Seriam precisos 50 anos, talvez, se fosse possível esperar tanto tempo sem a eclosão da crise final. Quanto ao segundo — a desinflação — ninguém quer fazer. O povo e governo estão na mesma atitude de um doente de apendicite supurada diagnosticada e que se recusa à operação. Até mesmo o médico recusa-se a operar.

A morte, em tal caso, será um incidente lógico, inevitável.

Parece, pois, ser muito intelexante que os oficiais, especialmente de Estado-Maior, devam iniciar o

mais depressa possível um estudo especializado da economia da moeda, a fim de que o assunto consiga ingresso no rol daquelas sobre os

quais os altos órgãos opinam junto do Estado Civil que, em última análise, decide. Decisão de vida ou de morte.

"REVISTA MILITAR", DE PORTUGAL

Carta do seu representante

Recebemos do Exmo. Sr. Brigadeiro Ruy da Cunha e Menezes, digníssimo representante da "Revista Militar", de Portugal, em nosso país, a seguinte honrosa carta:

Exmo. Sr. Diretor-Gerente de "A Defesa Nacional", Exmo. camarada e presado amigo.

Ainda uma vez, por motivo de saúde, me não foi possível comparecer à solenidade do 40º aniversário da "Defesa Nacional", como tanto desejava. No entanto sou em apresentar à sua Ilustre Diretoria, na pessoa de V. Excia., as mais sinceras felicitações que a "Revista Militar" (portuguesa) lhe envia — e às quais eu muito gostosamente me associo — e os nossos melhores votos pela continuação do progresso e prosperidades da benemérita instituição, que V. Excias. tão dignamente dirigem.

É verdadeiramente notável o esforço que a "Defesa Nacional" vem desenvolvendo de há 40 anos para cá, mas são certamente compensadores os resultados obtidos, pelo muito que todos nós, brasileiros e portugueses, temos ganho, em ensinamentos, em renovação e actualização de conhecimentos, e no contacto com os vastos e numerosos problemas militares ou de interesse militar. Muito de considerar é também — e, pela nossa parte, de agradecer — a contribuição valiosa para o intercâmbio luso-brasileiro em matéria de ordem militar, pela transcrição de artigos, pela permuta de publicações, pela divulgação de obras técnicas e literárias, e por agradáveis relações de cortezia. Por tudo isto, a "Revista Militar" se manifesta sempre muito honrada e muito reconhecida, e eu, pessoalmente, muito satisfeito, por poder comunicá-lo a V. Excelências.

Com os meus melhores cumprimentos, sempre ao dispôr da "Defesa Nacional" para o que possa ser-lhe prestável, sou,

de V. Excias.

Camarada mtº attº e obgd
Brigadeiro Ruy da Cunha e Menezes.

Agradecendo as amáveis palavras acima, a Redação desta Revista tem a declarar que se sente sumamente honrada com o intercâmbio que a nossa publicação mantém com a sua gloriosa co-irmã "Revista Militar", a centenária e excelente revista dos camaradas de Portugal, a quem formulamos os melhores votos de prosperidade.

A Redação.

OBRIGAÇÕES DO ESTADO-MEMBRO NO SISTEMA DE SEGURANÇA COLETIVA DA ONU

Major WALDYR DA COSTA GODOLPHIM

SUMÁRIO

- 1 — Generalidades. 2 — Características gerais da ONU. 3 — A organização do sistema de segurança coletiva. 4 — O funcionamento do sistema de segurança coletiva na guerra da Coreia. 5 — Reforço do sistema de segurança coletiva através da Assembleia Geral. 6 — Conclusão final.

1 — GENERALIDADES

O pequeno ensaio que apresentamos visa estudar elementarmente a conduta dos Estados-membros da Organização das Nações Unidas em caso de ação armada solicitada por este instituto internacional. A matéria é de grande atualidade, dado o estado de tensão a que chegou o mundo neste tempestuoso pós-guerra, e pode-se dizer mesmo que é o ponto crucial das relações entre os Estados-membros e a Organização.

É crucial para a ONU porque a base do sistema de segurança coletiva reside na pronta obediência dos Estados às determinações do Conselho de Segurança. Este, como se sabe, é o órgão a quem compete determinar a existência de ato de agressão e decidir sobre o emprego da força armada. Acontece, porém, que há uma crise permanente dentro do Conselho de Segurança e, por isso, a sobrevivência da organização fica condicionada ao prestígio da Assembleia Geral. Da aceitação ou não das medidas recomendadas por ela e da capacidade de resistência às manobras da Rússia pode surgir ou a realidade definitiva da ONU, livre de maiores crises internas, com sua competência voluntariamente

aceita e acatada pelos Estados, ou o fracasso de mais esta grandiosa tentativa de se criar uma sociedade de nações baseada nas regras da justiça e do respeito mútuo internacional.

A guerra da Coreia veio colocar em fase decisiva o problema do comportamento dos Estados face a atos de agressão e a solução que eles tomarem poderá decidir toda a sorte futura da ONU.

Também é crucial para o Estado-membro porque a aceitação das diretivas da Assembleia Geral e a sua tradução em medidas concretas implica na aceitação da tese de que o Estado fica "obrigado" face a um órgão, limitador da sua soberania mas a cuja obediência o Estado membro ainda não está necessariamente sujeito.

Conforme veremos no corpo do trabalho, a dificuldade maior da questão reside na indagação de se a Assembleia Geral é competente para criar e fazer funcionar um sistema de segurança coletiva que venha substituir o expressamente estabelecido na Carta das Nações Unidas.

Este sistema, que repousa estruturalmente na união das grandes potências, foi destruído pela Rússia com o poder do veto que a Carta lhe conferiu.

Os dois antagonismos políticos em que o mundo se dividiu paralizaram o Conselho de Segurança, acarretando conseqüente aumento de responsabilidades para a Assembléia Geral, até então simplesmente um órgão de deliberação.

Com a crise, nela surgiram duas tendências opostas: a primeira, conservadora, propugnando para que a Assembléia continuasse exatamente dentro do exposto na Carta, isto é, sem providenciar as medidas que lhe dessem o direito de fazer valer as suas decisões; a segunda, ao contrário, pretendendo reforçar os poderes da Assembléia para torná-la capaz de vencer o impasse que os vetos sistemáticos da Rússia tinham criado.

Assim é que o estudo das obrigações do Estado-membro, em caso de ação armada empreendida sob os auspícios das Nações Unidas, comporta, de início, duas grandes divisões orientadas por aquelas duas correntes: primeiramente, cabe analisar o sistema de segurança coletiva, tal como foi concebido e organizado nas conferências de São Francisco e a realidade que o mesmo defrontou; em segundo lugar, verificar a crise em que se debate a ONU, compelida a adaptar-se às novas circunstâncias originadas pelo impacto do conflito coreano, com todas as questões que traz em seu bojo, dentre as quais avulta as implicações decorrentes da Resolução geralmente conhecida como "União pela paz".

2 — CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ONU

A ONU é a projeção política de um processo de unificação profundo, um método adotado livremente por quase todos os Estados para atingirem objetivos comuns dificilmente alcançáveis sem a abdicção de certos conceitos antigos de soberania irrestrita das nações.

A idéia da solidariedade entre os Estados não é moderna. Na América se manifestou há mais de um século, desde 1826, quando Bolívar

convocou a 1ª Conferência Internacional Americana. Em 1901, na Conferência do México, José Higinio, como representante do Brasil, dizia que "a base de todas as instituições deve ser, não a independência, mas o reconhecimento do princípio da comunidade internacional, em virtude do qual, cada Estado, ainda que se conservando independente, se acha naturalmente vinculado aos outros por interesses materiais e morais, idêa, em suma, de solidariedade entre si, que determina em conseqüência o reconhecimento de direitos e deveres recíprocos". (1)

No direito internacional moderno, os aspectos teóricos que resultavam dos tratados e guerras entre dinastias já foram ultrapassados. O princípio da solidariedade tomou corpo, traduzindo-se na teoria da auto-limitação da soberania do Estado. Se o Estado moderno vive em sociedade pode ligar-se ou obligar-se de acordo com as suas determinações próprias. Há soberania no momento legislativo, que voluntariamente se limita na fase executiva, no interesse de um bem geral ou recíproco.

Foi na consideração dessas novas bases da vida internacional que a ONU pôde se concretizar com o caráter institucional que possui, na qual se reconhece o princípio da comunidade internacional corporificada numa organização. Os direitos e deveres não são estabelecidos somente entre os Estados, mas entre estes e a organização, que representa a comunidade internacional através de seus diversos conselhos e assembleias.

Entretanto, não é lícito identificá-la como um super-Estado. Embora tenda para isso, não realizou a universalidade nem pode intervir em assuntos que dependam da jurisdição de qualquer Estado; não pode, tampouco, obrigar seus membros a adotarem uma determinada decisão em tais assuntos. A ONU age, antes, como instrumento dos Estados nacionais soberanos, coo-

(1) Gilberto Amado — O Direito Internacional e as Nações Unidas — Conferência — pag. 11.

cado sob dependência do governo desses Estados, através das Assembléias e Conselhos. Suas realizações, assim, dependem da consciência internacional que prevalecer numa dada situação. Não obstante, as relações entre os Estados podem tornar-se objeto de considerações da comunidade internacional tomada no seu todo. A internacionalização de matérias, classicamente consideradas como da competência interna de uma nação ou, no máximo, com características de bilateralidade, realiza, até certo ponto, o saneamento do ambiente internacional, dado o entrelaço de correntes de pensamento e de doutrinas que incidem sobre o ponto em conflito. A proteção dos povos coloniais, por exemplo, é debatida na ONU; povos que não se faziam ouvir no concerto internacional, começam a elevar suas vozes e clamar por seus direitos.

Uma vez obtida a repercussão de seus anseios nas assembléias, dificilmente o problema deixa de ser orientado numa direção mais justa.

Este passeio que fizemos pelas características gerais da ONU, não pode, todavia, esconder sua fraqueza congênita surgida dos múltiplos fatores ambientes à época da sua constituição. As Nações Unidas saíram de uma guerra sangrenta lideradas pelas grandes potências que, na realidade eram as vencedoras; o malogro da Liga das Nações, cujo sistema de segurança coletiva não vingara, ainda estava bem presente no espírito dos novos organizadores da paz. As grandes potências julgaram natural, portanto, impregnarem de realismo o novo sistema de manutenção da paz, fazendo com que todos os países reconhecessem, através da Carta das Nações Unidas, que só elas estavam em condições de zelar e manter a tranquilidade internacional. Embora proclamassem o respeito ao princípio da igualdade jurídica das nações, fizeram prevalecer, na Carta, o maior poder de intervenção das grandes potências, através do Conselho de Segurança, erigindo-se, assim, em árbitros da paz internacional.

Dentro desse espírito, foi estabelecido o Conselho de Segurança, onde as grandes potências tiveram assento permanente. No Conselho reside a espinha dorsal de todo o sistema de segurança coletiva; pois que os membros das Nações Unidas conferem a ele a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais, concordando que aja em nome deles no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade (art. 24).

Essa delegação de poderes, embora contrária à tese da igualdade jurídica dos Estados, poderia ter coroado de êxito a ação do Conselho de Segurança, tivesse o mesmo obedecido ao postulado fundamental da harmonia entre os cinco grandes. O pleno funcionamento da ONU depende da unanimidade desses cinco, prevista no art. 27, n. 3. Era lícito esperar-se que, no interesse supremo da paz, os cinco grandes resolvessem suas divergências num plano de maior idealismo. Quebrada essa superioridade moral, imprescindível para que eles cumprissem as finalidades da Organização, através do abuso do poder do veto surgiu o paradoxo da existência de duas normas de ação regulando a vida de uma mesma organização: no Conselho de Segurança, a substituição da política de harmonia entre os grandes pela política da balança do poder que, com o nome de guerra fria, é praticada somente pelas duas potências realmente fortes; na Assembleia Geral, aonde impera o sistema do voto majoritário (art. 18), a luta pelo estabelecimento de uma verdadeira comunidade internacional, baseada no princípio da igualdade jurídica das Nações.

3 — A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA COLETIVA

É fora de dúvida que, pela Carta das Nações Unidas, as decisões do Conselho de Segurança têm caráter imperativo. O art. 24, no qual o Conselho se constitui procurador dos outros membros, é completado, explicitamente, pelo art. 25, onde os Estados reconhe-

cem a sua subordinação às decisões do Conselho de Segurança: "Os membros das Nações Unidas concordam em aceitar e executar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta".

Vê-se aí o alicerce sólido que o Conselho possui para exigir o cumprimento de suas normas. A única dúvida que poderá surgir será nas graduações da obediência exigida, quando a Carta estabelece duas atitudes para o Conselho que pode se expressar por meio de "recomendações" e de "decisões". Poderemos, de fato, verificar que a Carta separa, principalmente no Capítulo VII, os vocábulos "recomendação" e "decisão". É o caso de se avaliar o valor da palavra recomendação para verificarmos se as recomendações podem ser incluídas no sistema de segurança coletiva e, em consequência, se o seu não cumprimento poderá causar ação coercitiva.

Alguns autores são de opinião que não se pode negar a validade das obrigações decorrentes das recomendações do Conselho, invocando o art. 25 e citando, de preferência, a opinião de Hans Kelsen: "These calls constitute obligation of the members concerned, since they are based on decisions of the Security Council, and the members are, according to article 25, obliged to accept and carry out the decisions of the Security Council" (2).

Em que pese a opinião abalizada dos estudiosos que perfilham a citação de Kelsen, entrevemos também a hipótese de não serem tomadas propriamente como decisões as recomendações do Conselho de Segurança, dada a frequência com que os verbos "recomendar" e "decidir" aparecem lado a lado — "e fará recomendações ou decidirá" (art. 39), "antes de fazer as recomendações ou decidir" (art. 40), "poderá recomendar" (art. 36).

Achamos que as recomendações

do Conselho de Segurança têm por finalidade dar às partes a responsabilidade das decisões, preservando-lhes a soberania.

O poder decisório do Conselho fica assim adiado. Se o membro não aceitar a recomendação, caberá então ao Conselho determinar se a situação daí resultante, de ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão comporta as decisões que o art. 39 faculta.

Voltaremos a abordar o tema das recomendações, quando estudarmos as atribuições da Assembleia Geral. Por ora, limitar-nos-emos a assinalar o caráter imperativo das decisões do Conselho de Segurança.

Pelo art. 39 cabe a este Conselho determinar a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão (3) e recomendar ou decidir as medidas que deverão ser tomadas para manter ou estabelecer a paz e a segurança internacionais.

As medidas que não envolvem o emprego de forças armadas (artigo 41) podem incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicações ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

As medidas militares (art. 42) se traduzem em ações de forças aéreas, navais ou terrestres. As medidas determinadas pelo Conselho de Segurança serão executadas por todos os membros das Nações Unidas ou por alguns deles, conforme seja determinado pelo Conselho de Segurança (art. 48).

O capítulo VII da Carta, que abarca os arts. 39, 40, 41 e 48 já citados, trata, como estamos verificando, do sistema coercitivo que a ONU estabeleceu para preservar a paz e a segurança internacionais. Este sistema, no entanto, só funcionará após terem sido esgotados os recursos para a solução pacífica das controvérsias, baseados na jus-

(2) Hans Kelsen — *The Law of the United Nations* — pág. 745.

(3) Discute-se na Comissão de Direito Internacional da ONU uma definição de agressão. Está previsto que essa definição será incluída no contexto do Código de Crimes contra a Paz e a Segurança da Humanidade.

tiça e no direito internacional (artigo 1º), e que podem ser negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acórdos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à escolha das partes (artigo 33). A ONU prevê, assim, um sistema de direito e um sistema de força, que deve estar pronto para funcionar no caso de se esgotarem os meios jurídicos normais. A aplicação de meios coercitivos para a manutenção da paz será feita contra o Estado ou Estados que se recusarem a cumprir os dispositivos e resoluções do Conselho de Segurança, após terem sido baldados os esforços para a solução pacífica das controvérsias.

A sanção máxima que a ONU prevê no sistema de segurança coletiva é a guerra; isto é, o emprego da força, na expressão do art. 42 (e outras operações...) e do artigo 44.

O fornecimento de tropa à ONU é regulado no art. 43 § 1º: "Todos os Membros das Nações Unidas, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com acórdos ou acórdos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais".

As condições para o fornecimento de tropa, assistência, facilidades, e direitos de passagem, são então:

1º) o pedido do Conselho de Segurança;

2º) o acórdo ou os acórdos especiais negociados por iniciativa do Conselho de Segurança e submetidos à ratificação pelos Estados signatários de acórdo com seus processos constitucionais (art. 43, § 3º).

Enquanto não entram em vigor os acórdos acima, as partes na Declaração das Quatro Nações assinada em Moscou a 30 de outubro de 1943 (China, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos) e a França, deverão consultar-se entre si e, se for o caso, com outros membros das N.U. para levarem a efeito, em nome da Organização, qualquer ação conjunta que se torne necessária (art. 108).

Embora o § 3º, do art. 43, preveja que o acórdo ou acórdos sejam negociados o mais cedo possível e na falta destes se estabeleçam consultas entre os membros permanentes do Conselho de Segurança, a Carta encarou a hipótese de surgirem necessidades de medidas militares urgentes a serem tomadas pelos membros das Nações Unidas. Para esse caso, as nações signatárias deverão manter contingentes de forças armadas (4) nacionais para execução combinada de uma ação coercitiva internacional (art. 45).

(4) As Cartas em nosso poder, dizem forças aéreas nacionais.

Consideramos forças armadas e não aéreas visto a inteligência de todas as fontes de consulta permitir entender-se melhor forças "armadas" e não "aéreas". Não obstante, julgamos que essas cartas estão certas; erros tipográficos de monta, em documentos oficiais da organização (Serviço de Publicação) e em livro de autor renomado (Hildebrando Acioly) não se justificam. Defeito no documento original vertido para o português ou da própria versão também é inaceitável.

O art. 43 prevê a hipótese da necessidade da ONU ter de tomar medidas militares urgentes e, por isso, estabelece que hajam forças aéreas imediatamente utilizáveis. Porém, a utilização dessas, pelo mesmo artigo, está condicionada ao acórdo do art. 43. Não seria melhor que o acórdo ou acórdos fôsem os que previassem tal hipótese? Da maneira que está, temos que o órgão político que elaborou a Carta está saindo da generalidade necessária e invadindo o campo técnico da Comissão de Estado-Maior, impondo-lhe condições: — que as forças imediatamente utilizáveis sejam aéreas; — que as ações combinadas sejam combinações de forças aéreas nacionais, combinação aeronáutica-aeronáutica. Esse tipo de ações combinadas, embora tenha aspecto militar, abrange de muito o lado político.

Além disso, firma doutrina em assuntos estratégicos: a F.Aé. agindo sem o concurso das demais, pode chegar a uma decisão final? Pode, sozinha, sustentar a ação coercitiva, até que as demais, "mediatamente" utilizáveis, fiquem aptas a intervir?

É estabelecida uma Comissão de Estado-Maior para orientar e assistir o Conselho de Segurança nos planos para a aplicação das forças armadas (art. 46), bem como em todas as questões relativas às exigências militares do mesmo Conselho, utilização e comando das forças, regulamentação de armamentos e possível desarmamento (art. 47, § 1º). Essa comissão será responsável, sob a autoridade do Conselho de Segurança, pela direção estratégica das forças à disposição do Conselho. As questões sobre o comando dessas forças serão resolvidas ulteriormente (art. 47, § 3º).

No caso de serem tomadas medidas preventivas ou coercitivas contra um Estado pelo Conselho de Segurança, qualquer outro Estado que se sinta em presença de problemas especiais de natureza econômica, resultantes da execução daquelas medidas, terá o direito de consultar o Conselho de Segurança a respeito da solução de tais problemas (art. 50). Até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais, fica assegurado ao Membro da Nação Unida o direito de legítima defesa individual e coletiva (art. 51).

Com a síntese que fizemos do art. 51 da Carta das Nações Unidas pensamos ter mostrado o arcabouço teórico do sistema de segurança coletiva estabelecido pela ONU. A grosso modo compreende:

O Conselho de Segurança, com a missão de determinar a existência de ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão e determinar as medidas a serem tomadas;

Uma comissão de Estado-Maior, subordinado ao Conselho de Segurança para, no caso das medidas determinarem o emprego de forças armadas, fazer os planos de aplicação das forças armadas, utilizá-las e comandá-las;

Contingentes de forças armadas nacionais para execução combinada de uma ação coercitiva internacional.

O papel da Assembleia Geral no sistema de segurança coletiva, tal

como é estabelecido na Carta, não é importante. Poderá fazer recomendações aos membros ou ao Conselho de Segurança sobre princípios gerais de cooperação na manutenção da paz e da segurança internacionais (art. 10), discutir as questões que a este respeito lhes forem submetidas por qualquer membro das Nações Unidas ou pelo Conselho de Segurança ou por um Estado que não seja membro com as restrições do art. 35, § 2º, fazendo recomendações a respeito (art. 11, § 2º), salvo quando o Conselho de Segurança estiver considerando a mesma matéria. Qualquer questão, para cuja solução for necessária uma ação, será submetida ao Conselho de Segurança pela Assembleia Geral, antes ou depois da discussão (art. 11, § 2º).

Na prática, o equilíbrio de forças e a harmonia entre as grandes potências não se realizaram. O Conselho de Segurança não pôde tomar qualquer resolução que consolidasse o sistema de segurança coletiva, visto nunca ter alcançado a unanimidade dos cinco grandes, necessária para as suas decisões. Assim, pela política do veto, o Conselho não poderia nunca determinar a existência de ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão; tomar as medidas consequentes; fazer acordos especiais com os Estados membros sobre fornecimento de tropas, assistência, facilidades e direitos de passagem; pedir tropas para uma ação conjunta; estabelecer a Comissão de Estado-Maior, nomear comandantes para as suas forças, e outras decisões de menor importância.

Para compensar essa paralização do Conselho de Segurança, que acarretava a crise da ONU na sua parte vital, isto é, na sua ação política, ainda agravada pela impossibilidade de uma reforma da Carta, para a qual também se exige unanimidade de todos os membros permanentes do Conselho de Segurança (art. 108), viram-se os Estados-membros na contingência de aplicarem os seus esforços na conclusão de acordos ou organizarem entidades regionais permitidas pelo art. 52, § 1º, muito embora pre-

vistas as restrições do art. 53 (5). Foram, assim, concluídos o Tratado de Assistência Recíproca no Rio de Janeiro, de 2 de setembro de 1947 e a Carta de Bogotá.

Do mesmo modo foi concluído o Tratado do Atlântico Norte, a 4 de abril de 1949. Outra reação que a obstrução do Conselho de Segurança provocou foi a luta pelo reforçamento da capacidade da Assembleia Geral.

4 — O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA COLETIVA NA GUERRA DA CORÉIA

A eclosão do conflito coreano veio pôr à prova a vitalidade da Organização das Nações Unidas.

Antes de passarmos ao estudo do funcionamento do sistema de segurança coletiva como foi realizado na guerra da Coréia, convém fazermos um histórico sumário dos acontecimentos que a deram origem. Para tanto, vamos nos socorrer de um Boletim das Nações Unidas (6) traduzindo e condensando as partes que julgamos principais para o encadeamento do nosso raciocínio:

"A Coréia tem estado em foco desde o Dia VJ (Vitória sobre o Japão) — 2 de setembro de 1945, quando as forças japonesas acima

do paralelo 38º renderam-se às tropas da União Soviética e as abaixo do mesmo paralelo às forças americanas."

"Desde o término da Segunda Guerra Mundial, o papel da Coréia nos negócios internacionais se processou em três fases: a primeira compreendendo o período de negociações pelas potências aliadas. A segunda fase é o estudo do caso coreano pelas Nações Unidas. Estamos vivendo atualmente a terceira fase."

"Durante a guerra, a 1 de dezembro de 1943, o Presidente Franklin D. Roosevelt, Generalíssimo Chiang Kai-Shek e o Primeiro Ministro Winston Churchill declararam, na Conferência do Cairo, que os Estados Unidos, a China e o Reino Unido, atentas à escravidão do povo da Coréia, tornar-lá-ão livre e independente.

Na Declaração de Potsdam, de 25 de julho de 1945, o Presidente do Governo Nacional da República da China e o Primeiro Ministro da Grã-Bretanha declararam que os termos da Declaração do Cairo seriam mantidos."

"A 8 de agosto, na sua declaração de guerra ao Japão, a URSS anunciou que aderiria à Declaração de Potsdam."

(5) (Art. 52). 1 — Nada, na presente Carta, impede a existência de acordos ou de entidades regionais, destinadas a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou entidades regionais e suas atividades sejam compatíveis com os Propósitos e Princípios das Nações Unidas.

2 — Os membros das Nações Unidas, que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais entidades, empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e entidades regionais, antes de as submeter ao Conselho de Segurança.

3 — O Conselho de Segurança estimulará o desenvolvimento da solução pacífica de controvérsias locais mediante os referidos acordos ou entidades regionais, por iniciativa dos Estados interessados ou a instâncias do próprio Conselho de Segurança.

4 — Este artigo não prejudica, de modo algum, a aplicação dos arts. 34 e 35. (Art. 53). 1 — O Conselho de Segurança utilizará, quando for o caso, tais acordos e entidades regionais para uma ação coercitiva sob a sua própria autoridade. Nenhuma ação coercitiva será, no entanto, levada a efeito de conformidade com acordos ou entidades regionais sem autorização do Conselho de Segurança, com exceção das medidas contra um Estado inimigo, como está definido no § 2º, deste artigo, que forem determinadas em consequência do art. 107 ou em acordos regionais destinados a impedir a renovação de uma política agressiva por parte de qualquer desses Estados, até o momento em que a organização possa, a pedido dos Governos interessados, ser incumbida de impedir toda nova agressão por parte de tal Estado.

2 — O termo Estado inimigo, usado no § 1º, deste artigo, aplica-se a qualquer Estado que, durante a Segunda Guerra Mundial, foi inimigo de qualquer signatário da presente Carta.

(6) Koren and the United Nations — October 1950 pgs. 94, 95, 96: A Korea chronology — 1945 to the Aggression.

"Fase de negociações — 27 de dezembro de 1945.

O acordo de Moscou entre os Estados-Unidos, a URSS e o Reino Unido tendo em vista o restabelecimento da Coreia como um estado independente, estabeleceu, uma Comissão Mista, consistindo de representantes do comando dos Estados-Unidos no Sul, e do comando soviético no Norte, a qual deveria ajudar a formar um governo coreano provisório. Após este governo ter sido formado, a comissão, em consulta com o governo, deveria apresentar propostas para uma tutela de quatro potências na Coreia, por um período máximo de cinco anos, cujos mentores seriam a China, URSS, o Reino Unido e os Estados-Unidos."

"Em 20 de março de 1946, a comissão mista reuniu-se pela primeira vez.

Em 8 de maio de 1946, a comissão mista suspendeu seus trabalhos "sine die" por não acordar quanto aos processos de consulta aos partidos democráticos coreanos e organizações sociais referidas no Acordo de Moscou.

Em 21 de maio de 1947, a Comissão tornou a se reunir. Daí por diante, agravou-se cada vez mais o impasse entre os Estados Unidos e a URSS, em todas as principais questões do problema."

"Fase das Nações Unidas — A 17 de setembro de 1947, os Estados-Unidos submeteram o problema da independência da Coreia à Assembleia Geral.

Em 14 de novembro de 1947, a Assembleia Geral adotou a resolução 112 (II) A e B, que estabelecia a Comissão Temporária das Nações Unidas na Coreia, para facilitar, primeiro, o estabelecimento de um Governo Nacional da Coreia através de eleições gerais em todo o território e, após, a retirada das forças de ocupação. A Comissão Temporária era composta da Austrália, Canadá, China, El Salvador, França, Índia, Filipinas, Síria e a RSS da Ucrânia, e estava autorizada a viajar, observar e consultar, em todo o território coreano.

A RSS da Ucrânia recusou-se, em vista das suas objeções previamente expressadas à Comissão.

Em 12 de janeiro de 1948, a Comissão Temporária reuniu-se, pela primeira vez, em Seul. Seus esforços para pôr-se em contacto com as autoridades militares soviéticas do Norte, seja diretamente, seja através do governo da URSS, a fim de desempenhar-se das suas funções, tanto no Norte como no Sul, foram infrutíferos. A Comissão, em consequência, decidiu consultar o Comité Interino da Assembleia Geral sobre as normas de ação que deveria seguir."

"A 26 de fevereiro de 1948, o Comité Interino decidiu que a Comissão Temporária deveria executar o seu programa nas partes da Coreia acessíveis à Comissão.

Em 10 de maio de 1948, a Assembleia Nacional da Coreia do Sul foi eleita. O líder da maioria, Sr. Syngman Rhee, organizou um governo. De acordo com a informação da Comissão, uma autoridade executiva formal tinha sido estabelecida, desde fevereiro de 1947, no Comité do Povo Norte-Coreano, com o General Kim Il Sung como presidente, designada pelo Conselho do Povo da Coreia do Norte (Assembleia). O Conselho do Povo, em abril de 1948, aprovou um projeto de Constituição para uma República Popular Democrática da Coreia. De acordo com o seu texto, uma eleição geral foi levada a efeito na Coreia do Norte, a 25 de agosto de 1948, para eleger representantes de uma Suprema Assembleia do Povo para toda a Coreia.

Em 12 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral aceitou o relatório da Comissão Temporária, votou para estabelecer uma nova comissão para continuar os esforços das Nações Unidas, com o fim de promover a unificação pacífica da Coreia e reconheceu o governo da República da Coreia como o único governo legal na parte da Coreia em que a Comissão Temporária pôde observar.

Em 19 de janeiro de 1949, a República da Coreia solicitou tornar-se membro das Nações Unidas.

A 18 de fevereiro de 1949, a Comissão, através do Secretário Geral, enviou um telegrama à URSS, solicitando seus bons ofícios para estabelecer contacto com o Norte. Um mês depois, foi enviada uma carta ao Premier da República Popular Democrática no Norte.

Nenhuma dessas medidas recebeu resposta.

Em 8 de abril de 1949, o Conselho de Segurança votou quanto ao pedido de ingresso da República da Coreia, com o resultado de 9 a favor e 2 contra; devido ao voto negativo da URSS, não foi feita a Assembléia Geral nenhuma recomendação para a admissão.

Em 29 de junho de 1949, a Comissão disse ter verificado a retirada das forças de ocupação dos Estados Unidos na Coreia do Sul. Um grupo de 500 homens, conselheiros militares, tinha permanecido.

A Comissão, através do Secretário Geral, notificou à URSS estar pronta para estender a sua observação e verificar a retirada das forças soviéticas. Nenhuma resposta foi recebida (Em 18 de setembro de 1948 a URSS tinha informado aos Estados Unidos que a evacuação das tropas soviéticas da Coreia do Norte estaria completada em fins de dezembro de 1948).

"Em 21 de outubro de 1949, a Assembléia Geral votou pela continuação da Comissão com a função adicional, como primeira tarefa da Comissão, de observar e relatar os acontecimentos que podem conduzir ou envolver conflito militar na Coreia."

"10 de junho de 1950 — Irradiações repetidas da Rádio Pyongyang (capital da Coreia do Norte), a 7, 8 e 9 de junho, continham apelos da Coreia do Norte para a unificação de toda Coreia. A Comissão, em consequência, instruiu o seu principal secretário em exercício, John P. Gaillard, para encontrar-se com os representantes Norte-Coreanos. O Sr. Gaillard e um intérprete das Nações Unidas cru-

zaram a pé o paralelo 38° até a estação Yolyun, cerca de 700 metros além do paralelo aonde encontraram-se com 3 representantes da Coreia do Norte. Estes, entretanto, não tinham autoridade para discutir ou aceitar documentos."

Da condensação que fizemos, procuraremos tirar algumas conclusões. Primeiramente, que o problema da Coreia é fundamentalmente o da sua unidade, prometida em Cairo e Potsdam, a cuja declaração a Rússia aderiu. Segundo, que a conferência de Moscou previu, como primeiro estágio para a unificação da Coreia, um governo nacional tutelado pelos quatro grandes; este governo, entretanto, não pôde ser formado devido ao impasse entre os EE.UU. e a URSS. Terceiro, que, submetida a questão à Assembléia Geral das Nações Unidas, a criação da Comissão Temporária das Nações Unidas na Coreia foi um ato lícito, tendo em vista ter sido um ato de processo interno da Assembléia Geral; que, entretanto, a Rússia, pelo fato de não consentir no desempenho das funções da Comissão no território sob seu mandato, não reconheceu ser lícita essa ação, possivelmente amparada no art. 11, § 2º, da Carta (nos pontos sublinhados por nós): A Assembléia Geral poderá discutir quaisquer questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais, que a ela forem submetidas por qualquer Membro das Nações Unidas, ou pelo Conselho de Segurança, ou por um Estado que não seja Membro das Nações Unidas, de acordo com o art. 35, § 2º, e, com exceção do que fica estipulado no art. 12, poderá fazer recomendações sobre qualquer destas questões ao Estado ou Estados interessados ou ao Conselho de Segurança ou a ambos. Qualquer destas questões, para cuja solução for necessária uma ação, será submetida ao Conselho de Segurança pela Assembléia Geral, antes ou depois da discussão (7). Quarto, que foi

(7) Não sabemos se as regras de processo do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral, permitem as ações atribuídas à Comissão Temporária, independente de consulta ao Conselho de Segurança.

aceita pela Assembléia Geral a objeção "de fato" do governo russo, tanto que a Comissão Temporária foi mandada investigar somente nas partes da Coréia a ela acessíveis. Assim, pôde nascer, sob os auspícios da Assembléia Geral, o governo nacional da Coréia do Sul, que foi reconhecido pelos EE.UU. e por mais de 30 Estados. Quinto, que esse governo, sendo reconhecido pela Assembléia Geral como o único governo legal na parte da Coréia que a Comissão Temporária pôde observar, criou um conflito em potencial entre a Assembléia Geral e o Conselho de Segurança, dando base à URSS vetar o ingresso da Coréia do Sul como membro das Nações Unidas. Sexto, que a República Popular Democrática da Coréia, organizada acima do paralelo 38º, não tinha existência oficialmente conhecida nem nas Nações Unidas nem através de comunicações bilaterais, só se tendo conhecimento dela através de informações de uma simples comissão.

Na madrugada de 25 de junho de 1950, forças norte-coreanas invadiram, por vários pontos, o território da Republica da Coréia do Sul. Nesta mesma noite, o governo norte-americano solicitou a reunião imediata do Conselho de Segurança e o Presidente da Assembléia pediu um relatório à Comissão das Nações Unidas na Coréia. As duas horas da manhã reuniu-se o Conselho de Segurança.

A questão da legalidade das decisões tomadas pelo Conselho de Segurança, nesta ocasião de crise, pode ser principalmente encarada na contradição que se estabeleceu entre o art. 27, § 3º e o § 1º, do art. 28, a saber: "As decisões do Conselho de Segurança, em todos os outros assuntos, serão tomadas por um voto afirmativo dos sete membros, inclusive os votos de todos os membros permanentes, ficando estabelecido que, nas decisões previstas no Capítulo VI, e no

§ 3º, do art. 5º, aquele que for parte em uma controvérsia se absterá de votar" (art. 27, § 3º).

"O Conselho de Segurança será organizado de maneira que possa funcionar continuamente. Cada membro do Conselho de Segurança será, para tal fim, em todos os momentos, representado na sede da Organização" (art. 28, § 1º).

Esta contradição que encontramos se verifica do fato de a Rússia não ter tomado parte na reunião de emergência do Conselho de Segurança quando, pelo art. 28, devia estar presente, tendo em vista que o Conselho de Segurança deve estar em condições de funcionar continuamente. Tivesse ela comparecido, a condição de unanimidade dos votos dos membros permanentes poderia colocar o Conselho diante de um impasse, pois que o veto da Rússia impediria o reconhecimento do ato de agressão da Coréia do Norte. Por outro lado, a resolução adotada pelo Conselho de Segurança, a 25 de julho, não contou com os votos afirmativos de todos os membros permanentes, como o exige o art. 27. A Rússia tornou oficial o seu ponto de vista, a 13 de julho, quando endossou as declarações de seu representante Gromiko feitas a 4 de julho (8), contestando a força legal da resolução de 25 de junho, por ter sido tomada na ausência de dois membros permanentes, a Rússia e a China (cujo representante nacionalista não é reconhecido pela Rússia), por ter passado com seis votos apenas (não computado o da China), sendo sete os votos afirmativos necessários, e também por ser defezo às Nações Unidas intervir nos negócios internos de qualquer Estado.

Quer nos parecer que a decisão do Conselho foi, de fato, irregular, por violar o art. 27, § 3º, da Carta, que não prevê a exceção do artigo 28, § 1º; entretanto, o remédio legal para essa irregularidade que, a nosso ver, seria a submissão do conflito à Corte Internacional

de Justiça (9) (de acordo com o art. 36 do seu Estatuto) não foi considerado nem pela Rússia nem por qualquer outra nação, o que torna inoperante qualquer protesto subsequente dos Estados contrários à resolução.

A resolução de 25 de junho é de grande importância, porque, citando a resolução de 21 de outubro de 1949, da Assembleia Geral, reconhece a legalidade do governo nacional da Coreia do Sul; porque determina uma ruptura da paz na ação norte-coreana; porque exige a cessação das hostilidades; porque solicita a retirada das forças norte-coreanas; e porque solicita a todos os membros que prestem ajuda às Nações Unidas e se abstenham de ajudar às autoridades da Coreia do Norte.

A 27 de junho de 1950, ainda com a ausência da Rússia no Conselho de Segurança, ausência esta que durou cinco semanas, nova Resolução foi adotada, na qual se reconhecia que as autoridades norte-coreanas não tinham nem cessado as hostilidades nem retirado suas forças para o Norte e que tinham se tornado necessárias medidas militares urgentes para restaurar a paz internacional e a segurança e se recomendava que os membros das Nações Unidas fornecessem a assistência necessária à República da Coreia para repelir o ataque armado e restaurar a paz e a segurança internacionais naquela área (10).

(9) A solicitação de um dos grandes à Corte Internacional de Justiça, para interpretar trechos da Carta da N.U. em conflito, seria uma decisão revolucionária que viria dar grande impulso ao desenvolvimento do direito internacional. Esse recurso não é aventado pelas nações, mesmo como simples hipótese, dado o atual estado de desenvolvimento das normas que regulam as relações internacionais, principalmente as que dizem respeito à posição de um organismo como a ONU na comunidade internacional.

Embora a Corte tenha competência para tratar de todos os assuntos especialmente previstos na Carta das Nações Unidas, a solução jurídica de um conflito, dentro do Conselho de Segurança, viria dar à Corte uma competência superior à do próprio Conselho, o que ainda é muito cedo para se conseguir.

O julgamento da Corte não é de cumprimento obrigatório; entretanto, suas decisões vão se constituindo em jurisprudência de direito internacional que, paulatinamente, se constitui em valioso auxiliar da organização jurídica internacional.

(10) O Brasil atendeu à recomendação de 27 de junho do Conselho de Segurança, colocando à disposição das Nações Unidas um crédito de Cr\$ 50.000.000,00 para suprimento gratuito de alimentação, matérias-primas e manufaturas, e declarando-se pronto a entrar em consultas sobre a assistência recomendada.

(11) José Sette Câmara — Obrigações do Estado Membro em caso da ação armada empreendida sob os auspícios das Nações Unidas — pag. 7.

Esta resolução foi feita em termos assaz vagos, primeiramente por ser uma recomendação, deixando, portanto aos governos dos países membros a liberdade de decidir a espécie de ajuda; em 2º lugar porque não determinava a necessidade de assistência à República da Coreia e a cota que devia caber a cada país. Ela marcou, entretanto, o início, na Coreia, da ação armada levado a efeito em nome das Nações Unidas, conforme previsto no art. 42, da Carta, ao mesmo tempo fazendo funcionar, pela primeira vez na história, um sistema de segurança coletiva baseado em uma força armada internacional. O emprêgo de tropas de diversas nações não foi feito através de acordo ou acordos especiais, conforme estabelece o art. 43, da Carta da ONU, nem tampouco a decisão dos diversos países foi tomada em consideração ao "pedido" do Conselho de Segurança.

O Secretário José Sette Câmara, do Itamaraty (11), comentando tal fato, cita Kelsen, a respeito da ação empreendida independentemente de acordos especiais: "But the wording of articles 39, 42, 47 and 48 does not exclude the possibility of decisions of the Security Council to the effect that Members which have not concluded special agreements shall provide forces in excess of those which they have placed under disposal of the Council in their special agreements. The wording of articles 39 and 42

does not even exclude the possibility of the establishment of an armed force of the Organization, different from and independent of the armed forces placed at the disposal of the Security Council".

A 7 de julho, o Conselho de Segurança expediu a sua última resolução ainda possível pela ausência da Rússia, versando sobre ação armada. Nela recomendava a subordinação das forças à disposição das Nações Unidas, a um comando unificado; solicitava aos Estados Unidos a designação de um comandante para tais forças; autorizava o uso do pavilhão das Nações Unidas nas operações contra as forças norte-coreanas, concorrentemente com as bandeiras das várias nações participantes.

Ainda aí o processo não foi o preconizado pelo art. 47, que prevê uma Comissão de Estado-Maior para a direção estratégica de todas as forças postas à disposição do Conselho e deixa as questões do comando dessas forças para resolução ulterior. A urgência das medidas, face à morosidade do mecanismo de segurança coletiva, não permitiu o cumprimento da letra da Carta, mas não a ponto de tornar ilegais as medidas tomadas.

5 — REFORÇO DO SISTEMA DE SEGURANÇA COLETIVA ATRAVÉS DA ASSEMBLÉIA GERAL

Cabendo a presidência, para o mês de agosto, ao representante Malik, da Rússia, a URSS reingressa no Conselho de Segurança. Sob o ponto de vista do sistema de segurança coletiva não foi mais possível, daí por diante, aprovar outras resoluções importantes sobre a guerra da Coreia.

Como já dissemos acima, o fato de não se contar mais, por efeito do veto, com o Conselho de Segurança, compeliu os Estados membros a dirigirem seus esforços em duas direções: de um lado concluindo pactos regionais de legítima defesa, nos termos dos artigos 51 e 53 da Carta, e, de outro lado, procurando reforçar a auto-

ridade da Assembléia Geral (12). A política dos sistemas regionais de defesa, que começou a se estruturar com o Tratado do Rio de Janeiro, ainda se acha em fase de desenvolvimento com o Tratado do Atlântico Norte, já ratificados, e outros tais como o Tratado do Oriente Médio, do Pacífico, etc., ainda em projeto.

Diz Teixeira Soares: "Na impossibilidade de uma reforma de jure da Carta contra a vontade da União Soviética, o mundo não comunista encontrou-se diante de uma alternativa. Aceitar essa situação de paralisia e conseqüente descrédito da instituição, ou procurar superar o veto, realizando, para isso, uma verdadeira reforma de fato da Carta. A agressão levada a efeito contra a República da Coreia foi o elemento catalizador que levou os Estados membros a optar pela última alternativa, dando o seu apoio ao chamado "Plano Acheson", que permite que a Assembléia Geral, onde não prevalece o veto, mobilize os recursos dos Estados membros, toda vez que o Conselho de Segurança estiver impedido de exercer a ação coercitiva para preservação da Paz. As bases desta nova organização de segurança coletiva foram lançadas na última Assembléia Geral da ONU. O seu êxito dependerá do maior ou menor grau de convicção por parte dos Estados-membros acerca do dever imperioso que lhes incumbe de unir suas forças em defesa da liberdade ameaçada pelo expansionismo soviético".

O Plano Acheson foi proposto à Assembléia Geral na sua quinta sessão regular, a 20 de setembro de 1950, baseado em que os arts. 10, 11 e 14 da Carta também investe a Assembléia Geral de autoridade e responsabilidade nas matérias que afetam a paz internacional. O art. 10 autoriza a Assembléia a discutir qualquer questão ou assunto que estiver dentro das finalidades da Carta, e fazer recomendações conseqüentes aos membros das Nações Unidas ou ao Conselho

(12) Teixeira Soares — Organização Internacional in "Jornal do Comércio".

de Segurança. O art. 11 permite considerar os princípios gerais de cooperação na manutenção da paz e da segurança internacionais e fazer recomendações, em consequência, aos membros ou ao Conselho de Segurança ou a este e àqueles conjuntamente.

Qualquer questão, para cuja solução fôr necessária uma ação, será submetida ao Conselho de Segurança pela Assembléia Geral, antes ou depois da discussão.

A Assembléia Geral poderá solicitar a atenção do Conselho de Segurança para situações que possam constituir ameaça à paz e à segurança internacionais.

O art. 14 estabelece que a Assembléia poderá recomendar medidas para a solução pacífica de qualquer situação que lhe pareça prejudicial ao bem-estar geral ou às relações amistosas entre as nações. Dos três artigos citados por Acheson, podemos tirar as seguintes conclusões:

1ª, que eles, de fato, envolvem a Assembléia Geral de autoridade e responsabilidade nas matérias que afetam a paz internacional;

2ª, que essa autoridade e responsabilidade se resolvem na discussão de assuntos acordes com a Carta, na consideração dos princípios de cooperação para a manutenção da paz e da segurança, internacionais; que, entretanto, qualquer questão para cuja solução fôr necessária uma ação será submetida ao Conselho de Segurança;

3ª, que a Assembléia só tem força para fazer recomendações, incluindo aquelas que envolvam medidas para solução pacífica de situações.

A dificuldade para a análise da proposta Acheson, aprovada na 5ª reunião da Assembléia Geral e assim transformada na Resolução comumente chamada "União para a paz" reside, portanto, dentro do nosso raciocínio, em se determinar até que ponto se deve obediência a uma recomendação da Assembléia Geral e se a resolução União para a paz envolve a necessidade

de uma ação, o que, no caso positivo, torna imperativa a sua apresentação ao Conselho de Segurança.

Estudando, em primeiro lugar, o valor das recomendações da Assembléia Geral, vamos nos socorrer da opinião de vários autores. Gilberto Amado (13) explicando a razão pela qual são comumente aplicadas, na linguagem diplomática, os vocábulos "desejável, recomendável" e outros semelhantes, diz que, no direito internacional, "os Estados, ao mesmo tempo sujeitos e órgãos da sociedade internacional, são os únicos senhores de escolher os pontos de Direito a definir, a transformar em regras normativas. Na ausência de um poder superior, só é codificável a regra de direito que convenha aos Estados. Assim, toda obra de codificação razoavelmente concebível há de inspirar-se na preocupação de corresponder ao interesse, às aspirações possíveis dos Estados".

José Sette Camara, no seu trabalho já citado, aponta Philadelpho Azevedo: "Certe, toute recommandation résultant d'un acte de volonté a une valeur que peut aller d'un simple avis sans conséquence, jusqu'à une détermination appuyée non seulement par la force morale inhérente à l'organe qui s'est prononcé, mais encore par des sanctions indirectes". E conclui sette Câmara: "Se bem que não se possa afirmar que às Nações Unidas seja facultado lançar mão de meios coercitivos para o cumprimento dessa recomendação, seria difícil negar que uma obrigação jurídica de executá-la recai sobre os Estados-membros".

Achamos nós que não há imperativo para o cumprimento das recomendações da Assembléia Geral, mas que, no entanto, ficamos a elas obrigados, não sob o ponto de vista jurídico, mas debaixo daquela força moral inerente ao órgão que se pronunciou, como explana Philadelpho de Azevedo.

Quanto ao segundo ponto de estudo, isto é, saber se os compromissos assumidos envolvem ação, o

que determinaria sua submissão ao Conselho de Segurança, temos que a resolução "União para a paz" não vem resolver a crise estrutural das Nações Unidas. O Conselho de Segurança é um funil por onde escoam todas as resoluções da ONU. O único meio de escapar ao fantasma do veto, será a reforma da Carta, que só poderá ser cogitada na décima sessão anual da Assembleia Geral (§ 3º, art. 109). Até lá, mesmo que os Estados aceitem e executem as recomendações da Assembleia Geral, o sistema de segurança subsidiário formado em virtude da "União para a paz", só poderá funcionar a critério do Conselho de Segurança. A única consequência prática da resolução "União para a paz" será a organização de unidade ou unidades nacionais para emprego pelas Nações Unidas.

"A resolução "União para a paz", que foi aprovada por 52 votos contra 5 (do bloco soviético) com 2 abstenções (Argentina e Índia) tem por finalidade aplicar as lições aprendidas no caso coreano e sobrepujar alguns obstáculos à ação efetiva das N.U." Procura evitar as improvisações que foram necessárias na Coreia, lançando a base para um programa no qual os Estados-membros mantenham forças que possam ser usadas sem demora à disposição das Nações Unidas.

Vamos dar um sumário descritivo da resolução, traduzindo trechos da obra referenciada abaixo (14): "A resolução "União para a paz" consiste de cinco partes. A parte A estabelece que, se o Conselho de Segurança, por falta de unanimidade entre seus membros permanentes, deixar de exercer sua principal responsabilidade na manutenção da paz internacional, a Assembleia Geral considerará a matéria, imediatamente, tendo em vista fazer aos membros recomendações apropriadas sobre medidas coletivas necessárias para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais. A resolução encara

o fato dessas medidas incluírem o uso de força armada no caso de ter havido uma ruptura da paz ou ato de agressão. No caso de só haver ameaça à paz, a Assembleia Geral considerará a matéria e fará recomendações, mas a resolução não encarará o uso de força armada.

A resolução emenda as regras processuais da Assembleia de modo que, se a Assembleia não estiver em sessão à hora do incidente, poderá se reunir numa sessão especial de emergência, dentro de 24 horas. Tal sessão será solicitada pelo Secretário Geral se pedida pelo Conselho de Segurança ou pela maioria dos membros das Nações Unidas. A resolução reflete a opinião da Assembleia Geral de que a decisão do Conselho de Segurança de pedir sessão especial da Assembleia Geral é uma norma de caráter processual, a qual não está sujeita ao veto, requerendo somente o voto afirmativo de sete membros.

A parte B estabelece uma Comissão de Observação da Paz que pode observar e fazer relatórios sobre a situação existente em qualquer área de tensão internacional que tenha probabilidade de fazer perigar a paz e a segurança internacionais. A Comissão pode ser utilizada pelo Conselho de Segurança ou pela Assembleia Geral ou pelo Comité Interino, se a Assembleia não estiver em sessão, desde que o Conselho de Segurança não esteja exercendo as suas funções no caso em questão. A decisão para o envio da Comissão requer o voto afirmativo de 2/3 da Assembleia Geral ou do Comité Interino, condicionado ao convite ou ao consentimento do Estado em cujo território a Comissão deva ir. O uso da Comissão pelo Conselho de Segurança será de acordo com a autoridade que a Carta lhe confere.

A Comissão está autorizada a designar subcomissões e utilizar os serviços de observadores que fazem parte do quadro de "observadores de campo" das N.U., estabelecido de acordo com a resolução 297 B

(14) United States participation in the United Nations. Report by the President to the Congress for the year 1950; pag. 100. Para o texto da resolução "União pela Paz" pode ser consultada a mesma obra, pag. 298.

da Assembléia Geral, na sua quarta sessão.

A parte C da resolução assegura que, se as Nações Unidas solicitarem aos membros uma ação coletiva contra a agressão, estes deverão estar em condições de contribuir com forças e material. O § 7º, convida a cada membro fazer o levantamento dos seus recursos, a fim de determinar a natureza e o fim da assistência que pode fornecer em apoio às recomendações do Conselho de Segurança ou da Assembléia Geral. O § 8º, recomenda que cada membro mantenha, dentro das suas forças armadas nacionais, elementos treinados, organizados e equipados a fim de se tornarem prontamente disponíveis para o serviço como unidade ou unidades das Nações Unidas. As Nações não são convidadas a separarem ou reservarem unidades para uso exclusivo das N.U.; o membro pode usar os elementos assim mantidos para a sua própria defesa como parte das suas forças armadas regulares.

Os membros das Nações Unidas são convidados a informar ao Comité de Medidas Coletivas estabelecido na parte D da resolução sobre as medidas tomadas para cumprir a recomendação. A resolução também solicita ao Secretário Geral que designe, com a aprovação do Comité de Medidas Coletivas, um quadro de peritos militares para, quando solicitados, oferecerem sugestões técnicas aos Estados-membros sobre a organização, treinamento e equipamentos dos elementos das forças armadas nacionais pedidas aos Estados.

A parte D estabelece um Comité de Medidas Coletivas para estudar e fazer relatórios ao Conselho de Segurança e à Assembléia Geral, antes de 1951, sobre os métodos que podem ser usados para manter e reforçar a paz e a segurança internacionais. Este Comité estudará e aconselhará as Nações Unidas sobre a organização dos recursos e das unidades das forças armadas que os Estados membros queiram

pôr à disposição para serem usados efetivamente pelas Nações Unidas contra ato de agressão.

A parte E da resolução reconhece que a permanência da paz não fica assegurada somente por combinações sobre a segurança coletiva, mas requer também o cumprimento da Carta e das resoluções do Conselho de Segurança e da Assembléia Geral que tenham por fim conseguir a paz e a segurança internacionais e, especialmente, respeito e sujeição aos direitos do homem e ao estabelecimento e manutenção das condições de bem-estar econômico e social. Apela para todos os membros intensificarem a ação conjunta para desenvolver e estimular o respeito e a sujeição aos direitos individuais e intensificar os esforços individuais e coletivos para se chegar a condições de estabilidade econômica e de progresso social particularmente através do desenvolvimento das áreas e países subdesenvolvidos. Não pede nenhuma ação específica."

6 — CONCLUSÃO

Chegamos ao término do nosso estudo. As considerações expendidas servem, a nosso ver, para dar algumas informações sobre um assunto muito debatido, hoje em dia, mas pouco conhecido dentro de seus contornos fundamentais.

O estilo do trabalho foi principalmente descritivo. Isto pelo fato de que a evolução jurídica do sistema de segurança coletiva está se processando através da experiência total do conflito coreano. Assim, não pudemos separar a cronologia dos acontecimentos da parte doutrinária.

A intenção com que desenvolvemos o tema foi a de mostrar vários aspectos do sistema de segurança coletiva e algumas questões que estão sendo debatidas dentro dele. Não quisemos aventar soluções, mesmo porque, para tanto, faltarnos-ia um mínimo de competência.

Esperamos que, embora medianamente, tenhamos alcançado o nosso "desideratum".

ANÁLISE DA ESTRUTURA ECONÔMICA DO BRASIL

HERMES LIMA

Extraído: "data venia", do "Digesto Econômico", de agosto de 1953

A situação econômica e social do Brasil de hoje evidencia que nosso país necessita de uma série de medidas estruturais destinadas a prepará-lo para conquistar um nível superior de produção e de progresso. Esse nível superior de produção e de progresso acha-se comprometido entre outras deficiências pelo atraso de nossa estrutura agrária; pela falta de combustível e de energia; pelo mau sistema de transporte terrestre e marítimo; pela ausência de indústrias indispensáveis como as indústrias químicas; pelas falhas do ensino em todos os graus; pela ausência de sistema bancário à altura das tarefas do nosso desenvolvimento.

Não há dúvida que nosso desenvolvimento econômico será no sentido de sua industrialização porque: a) possuímos já população suficiente para a formação de um grande mercado externo (somos o oitavo país do mundo em população); b) possuímos grandes reservas de minérios básicos da industrialização. Nosso subsolo ainda é muitíssimo pouco conhecido. Apesar disso, sabemos já que nossas reservas de minério de ferro e manganês, que simultaneamente raramente ocorrem, são enormes; que existe petróleo. Nossos depósitos de minério de ferro de alto teor avaliavam-se em 30 bilhões de toneladas. O carvão explorado não é bom. Porém, há fortes indícios da existência de jazidas em outros pontos do território nacional, como na região do Xingu e sul do Piauí e Maranhão. Em águas mínimas, nosso potencial hidráulico é avaliado em 15

milhões de kw, em 30 milhões se retidas as águas de enchente. Mais de metade desse potencial encontra-se no sul do país.

Possuímos indiscutivelmente condições para imprimir à civilização brasileira o caráter industrial expressivo das civilizações mais adiantadas. O Brasil, entretanto, é ainda um país subdesenvolvido, pois sua renda anual per capita não vai além de aproximadamente 3 mil cruzeiros, embora em certas regiões como S. Paulo ela alcance já nível não inferior ao da França e da Itália. Quem conhece o país, o atraso de sua agricultura, o estado social do grosso de seus habitantes, sabe perfeitamente que o Brasil ainda é um país atrasado.

A economia brasileira organizou-se tradicionalmente como economia de exportação de matérias-primas e produtos tropicais. O capital estrangeiro, em função do seu interesse nas exportações, financiou boa parte dos transportes e da produção de energia. Mas, hoje, o afluxo desse capital para investimentos básicos cessou, porque mudaram os termos do nosso desenvolvimento econômico. Tendo o mercado interno crescido, começou, por isto mesmo, a oferecer possibilidades de industrialização e de negócios comerciais de alta rentabilidade imediata. Os financiamentos básicos como transportes e energia, de rentabilidade muito mais baixa e mais demorada, porque sujeitas a tarifas relativamente estáveis, passaram a não oferecer maior interesse nem aos investidores estrangeiros nem aos investidores na-

cionais. Negócios de gordos e rápidos lucros exasperaram, desse modo, o apetite dos investidores. É significativo, a esta luz, que o capital privado americano (capital privado é constituído de dinheiro, maquinismos e patentes) de 1945 a 1951 investiu no Brasil 280 milhões de dólares e só de lucros transferidos, no mesmo período, rendeu 338 milhões de dólares, além de haver permitido às empresas reinvestimentos substanciais.

Por outro lado, do ponto de vista da economia nacional, temos de assinalar os dois seguintes importantes fatos: a desigualdade dos níveis de renda e a existência correlata de uma superestrutura suntuária. Realmente, ao lado de uma minoria de industriais, fazendeiros de café e intermediários, que ganham os mais altos lucros do Mundo, a tal ponto que, lucro industrial ou comercial de 20 % é considerado entre nós pouco interessante, vê-se vegetar a massa cada vez mais numerosa de gente pobre, sobretudo nas zonas rurais. A minoria rica não tem hábitos de poupança, nem sentimento da missão social que o capital por ela detido teria de desempenhar em nosso desenvolvimento econômico. O luxo, a ostentação, o desperdício campeiam.

Por sua vez, esses hábitos de consumo hedonístico empolgam também nas grandes cidades, numerosos núcleos de classe média e do funcionalismo. Tudo isto explica a atmosfera de "golpes" e corrupção que, de alto a baixo, constituiu uma das mais deploráveis características de nossa atualidade. Uma vida artificial corre no país, uma vida sem correspondência na sua estrutura produtiva, e que, ao mesmo tempo, constitui o privilégio de minorias protegidas pela riqueza, pela posição política e social.

O Brasil precisa, entretanto, encarar as tarefas de seu desenvolvimento econômico, precisa industrializar-se, precisa valorizar suas riquezas. Do que acima ficou dito, conclui-se que o desenvolvimento econômico do nosso país tem de ser planejado e liderado pelo Estado.

A iniciativa privada não está aparelhada para liderar essa tarefa por várias razões, entre as quais destacaremos as seguintes: a) seu interesse em realizar esse desenvolvimento está em função direta do lucro a ser obtido, de onde a estreiteza de sua visão e as limitações de suas possibilidades; b) um dos pontos capitais da política de desenvolvimento é a reforma agrária e não há notícia de reforma agrária realizada pela iniciativa privada; c) a iniciativa privada tanto estrangeira quanto nacional está ligada a um esquema de ação capitalista que a subordina, acima de tudo, a investimentos para lucros, e lucros imediatos.

É preciso considerar que a iniciativa privada só liderou o desenvolvimento econômico naqueles países em que esse desenvolvimento se processou concomitantemente com a Revolução Industrial. Nos países subdesenvolvidos como o Brasil, a Índia e a China, países que ficaram para trás da Revolução Industrial, ocorrem condições que fazem o respectivo desenvolvimento depender preliminarmente da ação do Estado, tais as transformações substanciais indispensáveis a esse desenvolvimento.

Em primeiro lugar, os países industrializados tendem a colocar a economia dos países subdesenvolvidos como complementar da economia deles. Estes países são guardados como fornecedores de matérias-primas, como mercados consumidores de produtos, manufaturados, como áreas integrantes da economia de potências financeiras e industrialmente adiantadas e ricas.

Eis um fato significativo da economia subdesenvolvida dos países da América Latina apontado na recente conferência da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) pelo secretário executivo, o economista Raul Prebisch: "Tome-mos o caso bastante significativo dos Estados Unidos, cujas importações, em sua maior parte, constituem-se de produtos primários, comparando-as com as importações da América Latina procedentes de países desenvolvidos e nas quais

prevalecem, desde logo, os artigos manufaturados ou semimanufaturados. Observe-se agora o contraste: para cada um por cento de aumento de renda dos Estados Unidos, a procura de importações tende a aumentar em 0,66 por cento; enquanto que para cada um por cento da renda latino-americana, a procura de importações tende a aumentar em 1,8 por cento, se julgarmos pela experiência recente". E conclui: "É óbvio que a América Latina não poderia suportar o desequilíbrio persistente em seu comércio exterior que este fenômeno acarretaria. O dilema é, por conseguinte, simples: ou se desenvolve menos intensamente para manter o equilíbrio, ou se introduzem transformações estruturais, substituindo por produção interna as importações que não sejam realizáveis na medida necessária para continuar ou acelerar o crescimento da economia latino-americana".

Na fase atual, o desenvolvimento econômico de nosso país apresenta duas tarefas básicas: industrialização e reforma agrária.

Ambas essas tarefas desdobram-se em problemas típicos de seu desenvolvimento.

Desde logo é mister advertir que a ordem socialista não pode realizar-se sem que o volume da riqueza nacional aumente e sem que sua repartição seja justa. Não pode a riqueza constituir-se em base da divisão da sociedade nacional em duas grandes classes com interesses antagônicos. Onde há antagonismo econômico, o conceito de liberdade é diferente de classe para classe.

As próprias medidas de benefício e interesse social para o trabalhador reclamam urgente aumento da renda nacional. Com uma renda *per capita* inferior, com inferior nível de produtividade, especialmente agrícola, aquelas medidas não se tornarão mais extensas e efetivas nem se transformarão um dia na ordem social que almejamos. As medidas de benefício social têm seu preço e esse preço está relacionado com o progresso industrial e o teor de produtividade.

A primeira conclusão a tirar das considerações acima expostas é que há, no momento atual, uma etapa a percorrer típica do nosso subdesenvolvimento de país que precisa industrializar-se e necessita elevar seu nível de produtividade e de consumo.

A segunda conclusão é que as tarefas organizatórias indispensáveis à superação dessa etapa devem ser lideradas pelo Estado. Deve o Estado tomar resolutamente a iniciativa das medidas indispensáveis à promoção da nossa industrialização e do nosso progresso agrícola. A estrutura sobre a qual repousará nosso desenvolvimento econômico geral deve ser orientada pelo Estado e realizada diretamente por ele sempre que o interesse desse desenvolvimento assim o exigir.

Em países como o Brasil, torna-se extremamente difícil, senão impossível, ao governo, preencher o papel que inegavelmente lhe cabe na formação de capital, sem ao mesmo tempo modificar fundamentalmente a estrutura econômica herdada do passado. Essa estrutura se baseia ainda em um regime de exploração da economia rural pela economia urbana, dos que dispõem apenas de seu próprio trabalho pelos que possuem espírito de empresa, propriedade de bens capitais e imobiliários, de exploração dos produtores em geral pelos comerciantes e exportadores, nacionais e estrangeiros, domiciliados no país. Uma estrutura econômica dessa ordem tende naturalmente a perpetuar-se na base de uma depreciação constante da moeda, efetuada internamente pela inflação crônica e externamente pela constante desvalorização cambial. Isto tem impedido a formação no Brasil de uma classe média consciente de seu papel histórico, seja no próprio desenvolvimento do capitalismo, seja no desenvolvimento de um espírito verdadeiramente democrático. A inflação crônica concorreu para que houvesse uma disparidade cada vez maior na distribuição da renda, assim como para que se transferisse à propriedade imobiliária a função de de-

pósito de valor normalmente atribuída à moeda. A desvalorização cambial, promovendo as exportações, orientou para o exterior as potencialidades de expansão do mercado interno, e aliando-se a um persistente movimento ascendente de preços, tornou tradicional a obtenção de lucros excessivos pelos comerciantes e exportadores, relativamente aos salários e às remunerações pagas à mão-de-obra e aos outros fatores de produção. Perpetuou-se o sistema social baseado na monocultura e conducente à concentração da riqueza e da renda na mão de um número reduzido de indivíduos, assim como à aplicação de poupanças relativamente volumosas em investimentos de preferência lucrativos em vez de produtivos.

Ao tentar elevar a taxa de formação de capital, deve o governo brasileiro procurar, internamente, desviar a mão-de-obra, poupanças capitalizáveis e recursos naturais até então empregados na produção de bens de consumo restrito e de riqueza suntuária, para a produção da maquinaria necessária ao reequipamento das utilidades públicas, a mecanização da lavoura e ao aparelhamento das indústrias básicas. Externamente, deve o governo procurar utilizar a maior parcela possível dos meios de pagamento obtidos no exterior, seja pela venda das exportações seja por empréstimo ou investimento direto, na aquisição de bens e serviços que venham concorrer mais intensamente para aumentar o estoque de capital.

Procurando desse modo transformar a estrutura econômica herdada do passado, terá o governo certamente de exercer controles sociais visíveis sobre as forças do mercado. Ao exercer tais controles terá igualmente de interferir na liberdade de escolha do consumidor e na livre iniciativa da empresa estrangeira ou nacional, seja pela manipulação indireta, monetária, fiscal ou tarifária, das forças do mercado, seja pelo exercício de coerções diretamente aplicadas sobre os preços e as quan-

tidades dos bens e serviços internamente produzidos ou importados. Pelo exercício da política fiscal, orçamentária, monetária, tarifária, cambial e financeira, suplementadas possivelmente pelo controle e de preços e salários, assim como por meio de restrições quantitativas de importação e subsídio de exportação, e pelas várias formas de racionamento interno, pode o governo repartir mais adequadamente a renda nacional e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento econômico do país, pela formação de poupanças internas e externas e sua aplicação programada nos setores da produção para o mercado interno, de exportações para o pagamento da dívida externa ou de importações impossíveis de serem produzidas internamente sem decréscimo de eficiência em outros setores da produção ou aumento de pressão inflacionária proveniente da emissão desordenada de crédito bancário.

Para o exercício adequado dessas atividades normativas, terá o governo certamente de restringir o consumo supérfluo dos ricos e aumentar o consumo essencial dos pobres, por meio de políticas fiscais e salariais complementares, assim como de reorientar, por meio de empréstimos e depósitos forçados, para empregos mais produtivos, as poupanças ora investidas em atividades altamente lucrativas; terá de selecionar a qualidade e a aplicação do capital estrangeiro, de promover exportações que aumentem a capacidade de importar do país, de selecionar as importações reduzindo ao mínimo as importações de bens de consumo, de promover a produção interna de bens e serviços, que ora se importam do exterior, desde que essa substituição possa ser feita sem ruptura de equilíbrio ou aumento de desequilíbrio inflacionário ou deflacionário; de controlar o meio circulante e o volume de depósitos bancários seja pelo ajustamento do nível tributário seja pelo exercício do crédito seletivo, tendo sempre em vista a estimativa dos lucros, a estatística dos salários e o

registro de falências. Caberá ao governo principalmente estimular inversões nos setores da produção onde essas inversões sejam normalmente baixas, em virtude do fato de que as perspectivas de lucros não sejam animadoras do investimento privado.

Ao realizar essa tarefa de empreendedor do desenvolvimento econômico do país deverá o governo ter em mente o obstáculo proveniente da escassez de pessoal habilitado a promover esse desenvolvimento. Como a qualidade do funcionalismo adequado à promoção do desenvolvimento é, em grande parte, função desse desenvolvimento, a criação desse funcionalismo altamente capacitado é em si mesma uma das tarefas mais difíceis na programação de desenvolvimento pelo Estado. Só a ação administrativa acertada consegue melhorar a administração, de vez que se necessita de boa administração para corrigir a má administração. Esse é um dos obstáculos mais sérios à ação do governo

como empreendedor. Mas outro obstáculo não menos sério provém do fato de que o governo, por seu lado, se origina da vontade política da comunidade, a qual provém da distribuição de poder entre as classes sociais, cujos interesses particulares nem sempre condizem com as normas puramente técnicas que presidem à feitura de planos e programas de investimento com o fito de desenvolver economicamente o país e beneficiar a coletividade como um todo.

Deverá, por fim o governo, ter em mente, ao tomar medidas tendentes a elevar ao máximo o ritmo da expansão da economia, a falta das pré-condições de saúde e de educação imprescindíveis à propagação acelerada do desenvolvimento econômico do país. Não resta dúvida que essas pré-condições no caso brasileiro se verificaram em proporção maior do que em vários países que se achavam nivelados ao Brasil há trinta ou quarenta anos passados.

CASA FUNDADA EM PERNAMBUCO EM 1926

Rio de Janeiro, D.F.
Rua Senador Dantas,
45-B — Caixa Postal,
4213 — Fones 42-0358
e 22-6927 — Telegra-
mas "Atividade" —
Fillaal — Rua Acre,
35-s/703 — Fone...
23-5844



Recife — Pernam-
buco — Edif. Sto.
Albino, 7º — Caixa
Postal, 438 — Fones
7170 e 7465 — Tele-
gramas "Firmeza"

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO — CONTA PRÓPRIA — REPRESENTAÇÕES

Cereais, salgados, frescos, conservas,

produtos agro-pecuários, industrializados, matérias-primas, etc.

Membro das seguintes Associa-
ções:

Associação Comercial do Rio de
Janeiro.

Associação Comercial de Per-
nambuco.

Sindicato dos Representantes Co-
merciais do Rio de Janeiro.

Sindicato dos Comissários e Con-
signatários de Gêneros Alimen-
tícios do Rio de Janeiro.



Sindicato dos Representantes Co-
merciais de Recife.

ARCESP — Associação Brasileira
de Viajantes e Representantes Co-
merciais de São Paulo.

Sindicato do Comércio Ataca-
dista de Gêneros Alimentícios do
Rio de Janeiro.

Câmara Brasileira de Comércio
e Assuntos Econômicos na Grã-
Bretanha, Londres.

EXPORTAÇÃO DE FERRO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Extraído do Digesto Econômico de junho de 1953

ROBERTO PINTO DE SOUZA

1. Atingimos um ponto no desenvolvimento econômico que praticamente saturou os fatores de produção disponíveis e o poder de compra no mercado internacional. Daqui por diante, o progresso, para continuar a sua marcha, exigirá a solução de uma série de problemas fundamentais. Estes, porém, são de larga envergadura, isto é, exigem grandes investimentos pelo porte das obras a realizar, o que levou muitos analistas a afirmar ter se findado o período do desenvolvimento espontâneo da economia brasileira, nascendo a necessidade de se planejar o progresso pela realização, através do Estado, de empreendimentos indispensáveis à formação da nova estrutura, que sustentará o arcabouço mais amplo do futuro parque produtor nacional. Daí, o governo ter elaborado um plano que inclui sãbiamente os três eixos fundamentais — transporte, energia elétrica e combustíveis. A concretização dos três setores dará um impulso incalculável ao avanço das atividades econômicas, pois quebrará as amarras que seguram hoje as iniciativas particulares, amarras que as levam, não raras vezes, a se desviar do campo da produção para o da especulação.

Não é exagero dizer-se que, na contingência atual, mais vale sustentar as iniciativas privadas e encaminhar os recursos utilizáveis para o campo das grandes realizações acima apontadas, do que deixá-las prosseguir na luta pelos fatores de produção, que levam à alta cons-

tante do preço de custo. Aliás, foi esse o ponto sustentado pelo relatório do Banco do Brasil, referente ao ano de 1952.

A importância do assunto nos leva a tratá-lo neste artigo. Dada a vastidão do seu âmbito, vamos nos limitar ao aspecto da exploração do minério de ferro.

2. Muito se escreveu sobre a utilização das jazidas de ferro. O ângulo habitual do tratamento, porém, é o da exportação. Há, no entanto, faces mais interessantes para analisar a questão, sem se desprezar a das remessas para o exterior, que, pode dizer-se, é o ponto nevrálgico do problema.

De fato, é a exportação que permitirá a feitura das obras essenciais a pôr em movimento todo um sistema de produção não só no quadrilátero do ferro, pela criação de um parque metalúrgico e de fábricas de transformação de ferro e aço em equipamentos, como ao longo das vias férreas e dos vales dos rios Santo Antônio, Doce, Piraicaba, Parapoeba e das Velhas, pela instalação de culturas agrícolas intensivas. A Economia mineira se transformará substancialmente quando essas novas fontes de riqueza estiverem em pleno movimento. Isto nos leva a examinar, em primeiro lugar, a venda de minério para o exterior e, em segundo, as repercussões sobre a economia da região atingida pelas benfeitorias resultantes da exportação da mencionada matéria prima.

Ao tratar desse aspecto, o primeiro ponto a salientar é o exagero, ou melhor, o otimismo da maioria dos observadores. Não se pode negar constituírem as jazidas mananciais formidáveis de riqueza. Entretanto, a utilização plena ainda não é para nossos dias. Por esse motivo, o "slogan" — "entremos na era dos minérios" — não traduz bem a realidade, pois expressa a convicção de que a receita cambial se elevará extraordinariamente com o carreamento para o estrangeiro dos minérios brasileiros. Tal fato não se dará, a não ser em dias remotos.

A razão para esse pessimismo não se encontra na falta de procura internacional. Esta, se não é intensa no momento, se-lo-á em pouco tempo. A razão é simples: as jazidas norte-americanas decrescem em proporção muito maior do que o aumento da produção metalúrgica. O Mesabi está no fim e as outras fontes de minérios de ferro estadunidenses não contêm teor metálico conveniente. Será a América do Norte forçada a procurar no exterior o minério de que necessita. O Brasil se apresenta como bom fornecedor, além disso e, o que é importante, fornecedor a longo prazo. É verdade que tem um concorrente sério, a Venezuela, onde as jazidas se encontram a 60 quilômetros do mar e o porto de embarque a 2.150 milhas do porto de destino. São as duas menores distâncias que se conhecem. O teor de ferro é bom e a duração é longa.

Agora esta, que já está sendo explorada pela Iron Mine Co. e pela Orinoco Mining Co., todas as demais, exceto as da Noruega, têm vida curta, alcançando a de maior duração 20 anos. É preciso levar em conta o aspecto continuidade de fornecimento no caso de uma guerra. Excetuadas as da Venezuela, são as do Brasil que oferecem essa garantia. As do Canadá e do Chile também estão fora do risco de paralisação por guerra, mas são de vida curta.

Apesar dessas vantagens o Brasil é o menor fornecedor de minérios de ferro dos Estados Unidos.

Este país compra cerca de 14 milhões de toneladas das 140 milhões que utiliza nos altos fornos, a fim de produzir os 105 milhões de toneladas de ferro. No ano em curso esperam produção maior, cerca de 117.700 mil toneladas. Terão que importar, portanto, volume mais elevado de minérios. Por enquanto as fontes principais abastecedoras têm sido a Venezuela, o Canadá, a África Ocidental, o Chile e a Noruega. Estes países forneceram no ano transato 10 % apenas do montante de minério consumido nos altos fornos estadunidenses. Dêstes, a parte que tocou ao Brasil foi insignificante, 6 % aproximadamente, pois enviamos 940 mil toneladas. A nossa participação tem aumentado. No ano passado exportamos 1.500 toneladas. Foi a cifra-recorde. Ultrapassar essa quantidade é penoso. Requer programa de expansão das instalações portuárias e férreas. A Cia. Vale do Rio Doce vem enfrentando o problema com decisão e calcula realizar a segunda fase do programa traçado, isto é, elevar a 3 milhões de toneladas o envio de minério para o exterior, dentro de 3 a 4 anos. Por volta de 1956 ou 57 estaria com as instalações prontas para exportar a quantia prevista. Terá atingido, porém, o limite máximo de sua capacidade, ou melhor, das possibilidades da estrada de ferro e do porto. Elevar a exportação significa novo programa de construções e, portanto, de remodelação da ferrovia Vitória-Minas e dos equipamentos portuários, o que é difícil de ser realizado.

Por esse motivo, as autoridades procuraram contornar a dificuldade, programando a exportação por outras vias. Traçaram para esse fim o plano de reequipamento da Central do Brasil e da construção do porto de Itacuruçá. O projeto é mais grandioso que o do Vale do Rio Doce. Prevê uma exportação de 10 milhões de toneladas. Por outro lado, agora o aparelhamento do porto, as obras ferroviárias são menores, visto requerer a remodelação da Central, o que será relativamente fácil, desde que

se disponha dos recursos necessários. O cálculo feito pelos técnicos estabelece um gasto de 12 a 16 milhões de dólares no trajeto da ferrovia e de 27 milhões de dólares em material rodante. Esperam os engenheiros necessitar de apenas 2 anos para executar a renovação e melhoria desse trajeto da Central, quando então estarão aptos a carrear os 10 milhões de toneladas previstos. Deslocamento de semelhante volume de minério, dizem alguns especialistas, imobilizaria toda a capacidade técnica da ferrovia, o que implicaria em condenação da economia da zona por ela servida, para atender apenas à exportação de minérios. Aliás, até certo ponto, é isto que vem acontecendo com a Central na situação deficiente em que se encontra: o transporte de minério para Volta Redonda consome parte apreciável da capacidade técnica da estrada, colocando as produções da região em segundo plano, o que está criando sérios embaraços à zona servida por aquela estrada de ferro.

Há, ainda, outro roteiro para o transporte de minério do Quadrilátero Ferrífero. Consiste no plano do Dr. Demerval Pimenta. Propõe o ilustre engenheiro a abertura de uma estrada de ferro de Jaceaba a Augusto Pestana e desta cidade ao porto de Angra dos Reis a construção de uma correia transportadora. A vantagem é que a correia passaria por Volta Redonda e a abasteceria de minério, ao mesmo tempo que permitiria levar de Angra dos Reis à Cia. Siderúrgica Nacional o carvão de que esta necessita.

Tal sistema permitiria deslocar das jazidas ao porto 10 milhões de toneladas. Destas, 6 milhões se destinariam à venda no mercado externo e 4 milhões a Volta Redonda e a São Paulo. Este último ponto está se convertendo em sério problema. O consumo de minério da Cia. Siderúrgica e de São Paulo aumenta rapidamente. A construção do novo alto forno da referida usina agravará a questão, pois deverá entrar em funcionamento

ainda este ano. A Central, a menos que sacrifique a economia mineira e a do Estado Rio de Janeiro, não poderá, no momento, atender às solicitações do transporte de minério de ferro, para alimentar o novo alto forno. A situação é delicada e de tal forma que, enquanto não for resolvida, não poderá Volta Redonda efetuar a terceira etapa da sua expansão, isto é, elevar para 1 milhão de toneladas a produção da usina. No estágio da evolução em que se encontra a indústria nacional, é imprescindível a ampliação do fabrico de ferro e aço da Cia. Siderúrgica, pois, caso isso não se verifique, atuará como ponto de estrangulamento do progresso manufatureiro do país. Temos "garrafas" em demasia; criar mais um seria erro palmar, especialmente quando é de porte tão elevado e de repercussão tão ampla.

Os projetos em curso prevêem, em suma, a possibilidade da exportação de 10 a 12 milhões de toneladas de minério de ferro. Aos preços atuais permitiria ao Brasil receita de 120 a 150 milhões de dólares. Tal importância se aproximaria daquela que recebemos de algodão, segundo produto da pauta de nossa exportação. O café permaneceria soberano com os 800 milhões que nos fornece presentemente.

3. Para alcançarmos, no entanto, a possibilidade de exportar 10 a 12 milhões de toneladas, teremos que inverter somas apreciáveis em instalações portuárias e em melhoramentos ferroviários, que ficariam imobilizados para atender às necessidades de transporte de minérios, relegando para plano secundário o deslocamento dos produtos da região percorrida pelas estradas de ferro. Daí, seria preferível encarar-se, na remodelação e construção das estradas de ferro, não tanto o aspecto exclusivo ou primacial da exportação de minério, mas, antes, a possibilidade de utilizar a riqueza proveniente da exploração das jazidas para desenvolver a economia de vasta região do território nacional. Explico-me com mais clareza: a exportação de minério deve ser vista não como

finalidade em si, mas como o veículo da transformação econômica de Minas Gerais.

A seguir-se a primeira tese, teríamos um sistema de transporte a servir o carreamento de minérios para a exploração. Adotada a segunda teríamos um complexo ferroviário e portuário, apoiado no transporte de minério, mas a serviço do desenvolvimento das regiões atingidas pelo mesmo.

A primeira abriria nova fonte de cambiais, enquanto a segunda, relegando para segundo plano a receita de divisas, possibilitaria a expansão de atividades econômicas que influiriam diretamente no nível de vida da população das Alterosas e, indiretamente, no aceleração do progresso do parque produtor nacional.

A primeira tem preocupado mais as autoridades e observadores, que vêem na segunda um subproduto da exportação de minério. Dever-se-ia pensar ao contrário, pois é necessário encarar a expansão econômica brasileira não como o desenvolvimento de centros produtivos sempre mais concentrados, mas como o espraçamento do progresso por todo o território, a fim de atingir as populações e as fontes de produção que se conservaram até o momento à margem do avanço econômico nacional. Por esse motivo, a utilização das jazidas de minérios deve ser vista em plano idêntico ao da construção da usina elétrica de Paulo Afonso: servir o desenvolvimento econômico de uma região, fornecendo, à população que a habita, as possibilidades de se enriquecer, expandindo a produção sob todas as formas.

No ponto da expansão econômica em que nos encontramos, não poderemos continuar a progredir, a menos que alarguemos o consumo interno. Não se amplia a procura nacional favorecendo a concentração dos centros produtores, mas aumentando a capacidade produtiva dos milhões de brasileiros. É sabido que pelo menos 20 milhões de habitantes deste vasto país não consomem artigos industrializados, mas apenas os agrícolas proveni-

entes das próprias atividades individuais isoladas. É necessário empurrar essa população para o circuito econômico e fazer ingressar nela as mercadorias que têm possibilidades de produzir. O progresso será enorme quando isso se verificar. A utilização das minas de ferro, através da construção de ferrovias e portos, oferece essa oportunidade. Até o momento, se a vasta zona do Quadrilátero Ferrífero e do território que a separa do mar permaneceu inaproveitada e francamente povoada por habitantes de baixo nível de vida, foi exclusivamente devido à falta de meios de comunicação que a pusessem em contacto com os centros mais populosos e de intensidade econômica mais forte. A exploração do minério, com vistas tão só à exportação, de pouco servirá àquela economia regional. Favorecerá, isto sim, aos centros manufatureiros do país, criando neles riquezas novas e ampliando as antigas. A nação, de um modo geral, lucrará com a "mise en valeur" das minas, porém o efeito econômico não se refletirá de forma mais ampla na população do país, mas tão só nas que se beneficiarão da maior disponibilidade internacional de divisas. É preferível ter maior poder aquisitivo generalizado por contingentes mais numerosos de brasileiros do que mais cambiais, pois a expansão econômica é antes fruto do consumo interno do que das vendas no exterior.

Para alcançar essa finalidade será preciso articular a remessa de minérios para o exterior com um plano de reerguimento da economia regional em questão. Isto será possível desde que a remodelação e construção de estradas de ferro sejam feitas visando a servir às jazidas e à economia da região. As minas fornecerão o produto indispensável à manutenção das ferrovias, enquanto a produção industrial e agrícola que se desenvolverá à margem das estradas de ferro e ao pé das jazidas, contribuirá para o enriquecimento da zona.

O primeiro cuidado a se tomar é condicionar a exportação de minério à importação de carvão. Com essa medida os fretes se reduzirão sem criar déficits para as vias férreas, pois ter-se-á assegurado ida e volta plenamente lotada das composições. O coque permitirá que a produção metalúrgica se desenvolva junto às jazidas. O projeto de construção de uma grande usina metalúrgica no porto de embarque de minério e desembarque de carvão não parece acertado. Ter-se-ão de transportar quantidades maiores de minérios, enquanto as composições, em número superior, regressam vazias às minas. Mais vale levar de retorno, despejado o minério no cais, o coque importado e ao sopé das jazidas fincar os altos fornos.

É preciso não esquecer, ainda, que indústria extrativa não cria por si só riqueza na região em que se encontra. Quando a ela se alia, porém, a manufatura da matéria-prima extraída, o aspecto econômico da zona muda inteiramente de feição, devido às repercussões econômicas daí provenientes.

É que a indústria traz a urbanização e esta uma série enorme de serviços públicos e civis, de atividades comerciais e de produção agropecuária. A medida que a economia da região se desenvolve, outras atividades vão aparecendo, enquanto a população se adensa e se enriquece. A bola de neve da expansão da riqueza se formou, é só deixá-la seguir a sua marcha, que a prosperidade se avoluma.

Por seu turno, as margens dos rios, por onde as estradas de ferro

devem passar, são férteis e de aproveitamento fácil pela agricultura. O transporte certo e à porta propiciará, sem flúvida, a expansão agrícola ao longo das vias férreas, pondo em cultura solos inaproveitados, pois contará com o consumo dos novos centros industriais que irão se desenvolver no Quadrilátero Ferrífero e com o das grandes concentrações citadinas localizadas no litoral e com o das duas megalópoles manufatureiras do país, visto estarem entrelaçadas com o sistema de transporte que nasce nas jazidas.

Deve notar-se que o aproveitamento dos fatores apontados para a expansão econômica da zona em que se encontram as jazidas de minérios de ferro e das margens dos rios percorridos pelas estradas de ferro é mais fácil do que o da região servida pela energia elétrica de Paula Afonso. Isto porque na primeira existem os elementos necessários para que nela o progresso econômico se realize rapidamente. Então, criado o sistema de transporte de minério e de carvão, aliado ao fornecimento de energia do plano mineiro de eletricidade, afluirão espontaneamente capitais, mão-de-obra e técnica, instalando um complexo produtivo, que se expandirá rapidamente. No sertão nordestino a afluência espontânea será mais difícil e só se dará lentamente e com auxílio governamental. Não deve inferir-se dessa observação que somos contrários a Paulo Afonso. Achemos obra indispensável, porém de efeito mais lento.

Tudo indica o caminho a seguir, só resta pôr mãos à obra.

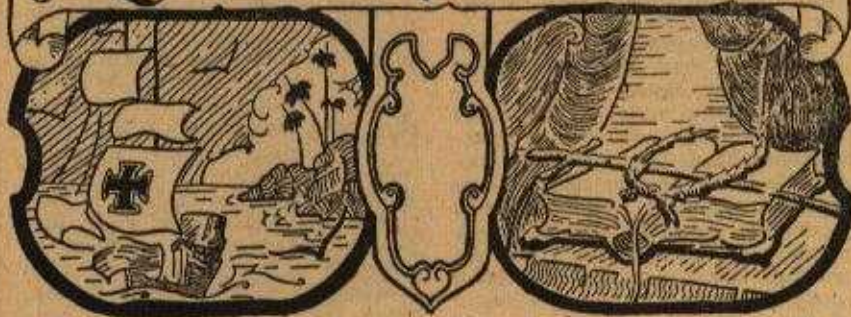
AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.

Geografia e História Militar



COMANDANTES DE FORTALEZAS PASSAM O BASTÃO DE MANDO AOS SANTOS PROTETORES

General SILVEIRA DE MELLO

Foi pela fé que os santos se tornaram valentes na guerra e destroçaram exércitos inimigos. Palavras da Epístola de São Paulo aos Hebreus, capítulo XI. Não são poucas vezes, de fato, que um puggilo de bravos desbarata exércitos. Assim foi com Gedeão, com Josué, com Judas Macabeu. Assim na história dos povos. Assim em nossos dias, assim sempre.

Tôda vez que uma tropa tenha de enfrentar o perigo, fá-lo-á com tenacidade e vi gôr redobrado quando impelida pela fé, pela consciência do dever, pelo ideal. Nem sempre há mister de assistência divina ostensiva ou direta para as boas causas. Basta no geral a assistência ordinária, indireta, que induz o homem a propugnar ao extremo na missão que lhe cabe.

Vamos recordar três episódios de nossa história militar, nos quais comandantes de praças de guerra, em perigo iminente, passam o bastão de comando aos santos

protetores e conseguem, dessarte:

a) despertar a fé dos soldados e redobrar-lhes o valor combativo; b) alcançar a vitória, ou romper o cerco e pôr-se a salvos com tôda a guarnição.

Vejamos sucinta e cronológicamente como se passaram os fatos.

Colônia do Sacramento — Esta célebre praça de guerra, fundada em 1680, foi o pomo de discórdia entre castelhanos e portugueses no Rio da Prata. Envolvida e tomada várias vezes pelos castelhanos, foi por fim negociada e entregue a eles em virtude dos tratados de limites de 1750 e 1777.

No segundo ataque, de 1704-1705, o governador de Buenos Aires investe-a com numerosa tropa reforçada por 4.000 índios das missões guaraníticas, devasta o território em torno da praça e a sitia por água e por terra. O Comandante Sebastião da Veiga Cabral não esmorece diante do perigo. Havendo sabido previamente que

o inimigo preparava uma expedição para atacá-lo, pedira reforços aos governadores do Rio e da Bahia e, ato contínuo, passou a trabalhar dia e noite para melhorar as defesas da praça.

O exército sitiante, ao mando de Baltazar Garcia, desferiu ataque sobre ataque. Houve até guerra de mina e contra mina. Sebastião da Veiga, sentindo iminente o esmagamento da defesa, tomou uma resolução de homem de fé: Recorre a Santo Antônio. Oferece-lhe o bastão de comando e faz-lhe esta súplica: Uma vez que já não era possível livrar a praça de cair em poder dos atacantes, salve-lhe o Santo a guarnição, auxiliando-a a escapar ilesa e chegar sem danos ao Rio de Janeiro.

Ora, tudo aconteceu a contento. Os navios, enviados do Rio com a ordem de evacuação da praça, conseguiram romper o bloqueio e entraram no porto. Fazia seis meses que a praça sofria o assédio.

Veiga Cabral, já não se podendo aguentar na defesa, atea fogo às construções, encrava as peças e transfere-se para os navios com todo o material prestante transportável, assim arquivos, como santos e alfaias da igreja e móveis de valor.

Tudo correu bem na retirada. A ajuda de Santo Antônio foi deveras eficaz. O Santo infundiu tal audácia e destemor à guarnição da praça e à tripulação dos navios, que puderam safar-se do bloqueio e chegar ao Rio de Janeiro. Aquel chegado, Veiga Cabral foi ao Convento de Santo Antônio e depositou nas mãos do Santo o bastão que lhe confiara nos dias ruins por que passara no Prata. Este célebre bastão, de castão dourado, figurou cinco anos depois vitoriosamente nas mãos do Santo, em 1710, no ataque de Duclerc a esta cidade (1). O Santo, de bastão em punho, foi levado para cima do muro fronteiro ao Convento, a fim de incitar combatividade ao povo carioca.

Esse símbolo de comando pode ser visto em dias de festa, no lado da imagem do Santo, no cimo do altar-mór do Convento.

Forte N. S. da Conceição no Guaporé — Antes de se definirem as nossas fronteiras ocidentais, os jesuitas castelhanos de Moxos (Oriente Boliviano), progredindo para leste, ocuparam a margem direita do baixo-Guaporé e fundaram ali a missão de Santa Rosa. Havendo, porém, o Tratado de 1750 fixado por esse rio as raíais hispano-portuguesas, os missionários viram-se na contingência de evacuar aquele sítio. Rolim de Moura, depois conde de Azambuja, primeiro capitão-general de Mato Grosso, estabelecendo a capital em Vila Bela, no alto-Guaporé, e reconhecendo a importância de Santa Rosa para assegurar a navegação do rio e a saída para as Amazonas, manda ocupá-la militarmente.

Em 1761, porém, anula-se o tratado de limites e as coisas deviam voltar ao que eram antes. A vista dessa reviravolta, os castelhanos ensaiam-se para recuperar o trecho oriental do rio, que a contragosto haviam abandonado. Rolim de Moura, para se lhes opor, manda construir e guarnecer, no local de Santa Rosa, uma estacada, a que ele dá o nome de Forte N.S. da Conceição.

Os castelhanos não se conformam com esse ato do governador português. Uma força de 1.200 homens apresenta-se à boca do Itonamas, uns cinco quilômetros acima do Forte, ao mesmo tempo que elementos castelhanos descem o Mamoré e guardam-lhe a foz.

Eram os preliminares de cerco à população portuguesa. Rolim contava com 224 homens, dos quais apenas 70 de tropa de linha. Os mais eram índios, negros cativos e sertanistas. Vendo cortada sua linha de comunicações com Vila Bela e com o Pará, e sentindo-se ameaçado de envolvimento, o intrépido

(1) General Tasso Fragoso, "Os Franceses no Rio de Janeiro", pág. 19, e Frei Basílio Rowler, "O Convento de Santo Antônio", págs. 97 e 383.

capitão-general põe-se em pessoa no comando da praça. Ainda mais, para dar exemplo de fé e sustentar o valor da eterogênea guarnição, resolveu "entregar o bastão de Comando a Nossa Senhora da Conceição, venerada naquela fortaleza, pedindo o ajudasse em defesa tão justa" (2).

Lembrando, porém, a pronunciar-se o ataque inimigo, Rolim de Moura entra a acutilá-lo, mediante sortidas audaciosas, que abrem claros e levam a desordem nas fileiras inimigas. Por último, transcorridos dois meses de dubiedades por parte do inimigo, Rolim de Moura, contando já com mais 230 voluntários vindos de Vila Bela, passa à ofensiva e ataca o inimigo em seus redutos na foz do Itona-mas. Investe-o, faz-lhe grandes estragos, perde alguma gente mas arrolha os castelhanos na outra margem. A situação fica mais ou menos estacionária, todavia, no quinto mês chega a notícia da paz entre as duas metrópoles.

Nesse tempo, avançavam tropas do interior para reforçar os castelhanos, a fim de que estes retomassem a ofensiva paralizada. Não o podendo fazer em vista da cessação das hostilidades e, pior ainda, achando-se dizimadas pelas febres, vêem-se compelidas a abandonar a zona de operações, e a deixar os portugueses senhores das posições que defendiam.

SOUTHEY (3), por coerência religiosa (era de família protestante), repele o culto das imagens e leva à conta de idolatria e superstição o ato de Rolim, mas, como historiador honesto, narra fielmente o episódio da transmissão do bastão de comando à Nossa Senhora.

Constava, explica ele, que as forças castelhanas de Santa Cruz e de Moxos atacariam simultaneamente Cuiabá, Vila Bela e o Forte da Conceição. Não obstante, Rolim resolveu permanecer neste ponto, por lhe parecer mais importante que a situação do alto-Guaporé. "Fosse como fosse, narra o autor

inglês, outra alternativa não restava senão deixar-se ficar e sustentar o novo estabelecimento, onde sua presença era na verdade a melhor defesa. Estacionou uma lancha e duas canoas ligeiras a observarem o inimigo e, voltando ao forte, pôs o bastão de comandante com grande solenidade nas mãos de Nossa Senhora da Conceição, suplicando-lhe que sobre si tomasse a defesa daquela praça, que os fiéis portugueses tinham dedicado ao seu nome e colocado debaixo de seu especial padroado. Neste ato de idólatra devoção beberam os soldados quicá mais confiança do que se lhes houvessem duplicado o número, sendo crível que, apelando para esta superstição, fôsse tanto a própria fé como a política que quíaram Azambuja." A seguir, diz Southey, o governador "tripulou a flotilha composta de três lanchas e quatro canoas, embarcou, meteu o capelão a bordo e valorosamente ofereceu batalha aos espanhóis".

Foi a uns dois quilômetros abaixo do Forte da Conceição que os portugueses iniciaram, 14 anos depois, a construção do alteroso Forte do Príncipe da Beira e, a partir daí, nunca mais os castelhanos puseram ameaças às nossas raíais do Guaporé.

Forte de Coimbra — O Forte de Coimbra é o terceiro baluarte fronteiriço que sofreu ataques de nossos vizinhos. De simples palissada, em 1773, passou a ser construído de alvenaria de pedra, em 1797 e, já em 1801, ainda inacabado e ao mando do intrépido coronel Ricardo Franco, seu construtor e comandante, suporta e repele o ataque de Lázaro de Ribera, governador do Paraguai.

Esta praça de guerra fôra construída à margem direita do rio Paraguai, sob a proteção de N. Senhora do Carmo, cuja imagem, adquirida pela guarnição, consoante os dizeres de uma carta de Ricardo Franco de 15 de fevereiro de 1800, era do mesmo vulto que a de Vila Bela, capital da província.

(2) Nogueira Coelho, "Memória Cronológica". Rev. I H., XIII.

(3) Hist. do Brasil, VI, 108.

Em 1864, novo ataque se desencadeia contra o Forte. Desta vez é o coronel Barrios quem ali se apresenta com 3.200 homens, a mando de Solano Lopez.

A intimação do comandante paraguaio foi esta: capitulassem o comandante brasileiro ou expugnaria o Forte.

A defesa, porém, não se intimida. O coronel Portocarrero responde à intimação, declarando que prefere enfrentar a luta. Os meios de defesa, não obstante, eram exíguos. A guarnição orçava por um trigésimo da força atacante.

No segundo dia de luta, os paraguaios passam do ataque ao assalto, empregando os melhores elementos de sua infantaria. Houve um momento em que a gola do forte chegou a ser escalada por um pelotão de audaciosos paraguaios. Os defensores já não tiveram dúvidas que a cartada desta vez estava perdida. Todavia, um pensamento só dominava aquela gente: morrer lutando.

Entrementes, a *Protetora do Forte* velava por eles. As muralhas e o material pesado poderiam ser destruídos, visto que seriam restaurados depois, e, até em melhores condições. O que, porém, não se poderia recuperar, dando-lhe vida nova, era o pessoal do Forte. A sorte material da praça, de fato, estava selada, mas Nossa Senhora mantinha suas vistas sobre a guarnição da velha praça de guerra. Essa gente era a alma do Forte. Para salvá-la, fez Nossa Senhora os prodígios que vamos recordar.

No primeiro dia de ataque a munição da defesa estava prestes a esgotar-se. Dona Ludovina, esposa do comandante, e as mulheres do Forte, umas setenta heroínas, passaram a noite a manufaturar cartuchos. Até saías essas mulheres utilizaram para buchas de fuzis, porque escasseara o material regulamentar.

Dona Ludovina, nesse dia, vendo iminente o perigo, toma dramática decisão. Chega-se ao marido, tira-lhe da cintura a faixa que usavam os oficiais superiores e cinge

com ela a imagem da *Protetora do Forte*.

No segundo dia, redobram os assaltantes seus esforços e efetivos. No fim da jornada, assaltos sucessivos quebram-se em face dos muros do Forte sob o fogo das seteiras. A pequena guarnição teve por certo que o velho baluarte seria vulnerado num derradeiro assalto, visto que a munição estava nas últimas e não havia possibilidades de renová-la. Todos estavam exaustos, embora decididos a terminar em luta corpo a corpo.

Dona Ludovina, como que inspirada, recorre a uma providência extrema, fundada no seguinte raciocínio: Nossa Senhora assumira a direção das forças morais do Forte. Tudo poderia sossobrar sob a avalanche dos assaltos. A guarnição, porém, estava, de modo particular, sob a proteção da Virgem. Foi com este pensamento que dona Ludovina tomou a resolução: A imagem da *Protetora* teria de interferir na luta e salvar a guarnição. A corajosa senhora chama um soldado de sua confiança, entrega-lhe a imagem da Virgem e manda-o que suba ao mais alto da muralha e a exponha à contemplação de defensores e atacantes.

O soldado galgou a muralha impavidamente e elevou a imagem bem acima dos ombros. Fato espetacular! O aparecimento da imagem, em tais circunstâncias, naquela posição dominante, causou extraordinário arrebatamento àqueles homens enfurecidos pelo combate. Surpresa e admiração em todos os semblantes! Como por encanto, abatem-se os fuzis do ataque. De uma e de outra banda cessa o fogo. Impelidos pela incontida reverência ao culto de Nossa Senhora, que bem caracteriza a tradição católica dos povos latino-americanos, aqueles homens rudes, separados pela guerra, mas identificados pelo sentimento religioso, prorrompem, de um e de outro lado, em vivas entusiásticos:

Viva Nossa Senhora do Carmo!
Viva!... Viva!

E vivavam cada vez mais alto os de lá e os de cá, porfiando cada partido em emprestar maior vibração e melhor tonalidade às aclamações de sua parte. Passaram-se assim minutos e minutos de trégua. Afinal, o soldado desce com a imagem. O combate recomeça, mas o dia está a findar e chega a noite, interrompendo a luta e obrigando os paraguaios a recolherem-se de novo aos seus navios.

Impossível suportar terceiro dia de combate. O cartuchame fôra totalmente consumido. O comandante reúne a oficialidade e todos acordam na impossibilidade de continuar a resistência. Seria tentar a *Protetora*.

Prepara-se a retirada para alta noite. Petrechos bélicos transportáveis, insígnias, alfaías, arquivo e tudo mais que convinha salvar, foi conduzido para bordo da única embarcação amiga, a canhoneira *Anhambá*. À frente do cortejo de retirantes ia a imagem da *Protetora*, como em procissão, nos braços da filha do comandante. A *Anhambá* zarpa sem ser presentida pelas naus inimigas.

Apesar do intenso canhoneio de mais de quarenta bocas de fogo paraguais, durante dois dias, nenhum tiro atingira a guarnição.

Ou eram curtos e caíam no rio, ou longos e enquistavam no morro, acima do Forte. As perdas conhecidas, após dois dias de luta foram estas: entre os paraguaios, 42 mortos e 164 feridos; do lado brasileiro, nem um só homem morto, nem um só chamuscado.

Tais efeitos, tais resultados, embora de aparência natural, como explicá-los, senão por meios sobrenaturais? Esses meios, essas causas invisíveis, ninguém pôs dúvida, procediam da poderosa mão da Virgem do Carmo, *Protetora* do Forte (4).

Passados muitos anos destes acontecimentos, João de Oliveira Melo, chamado justamente *Melo Bravo*, por sua ação destemerosa nessa jornada heróica, certa vez, já então general reformado, contava entre amigos aquelas ocorrências, quando um dos presentes lhe atribui ter sido ele, por sua bravura, a alma da defesa do Forte. Neste ponto, o intrépido soldado ergue-se de um salto e responde formalizado:

— Qual bravura, qual nada! Quem salvou a guarnição do Forte foi Nossa Senhora do Carmo. Esta é a única verdade. Fora disso tudo é conversa fiada (5).

(4) Estes acontecimentos constam do "Livro Histórico do Forte" e vêm narrados por vários autores e pela tradição matogrossense.

(5) Esta ocorrência me foi narrada em Culabá pelo engenheiro Miguel Carmo de Oliveira Melo, filho daquele herói, ao qual (e a todos os mais filhos) o pai dera o sobrenome de "Carmo", em sinal da grande devoção que professava à *Protetora* do Forte de Coimbra.

CASA DE MOVEIS "CRUZEIRO"

Mobiliário de fino gosto — Tapetes em geral — Colchões — Todas as qualidades
— Todos os estilos — Todos os preços — Todas as vantagens

FABRICA DE MALAS "CRUZEIRO"

Colchões de molas "Brasil" — Cofres de aço — Geladeiras, etc. — Fabricação perfeita — Acabamento esmerado — Amplas facilidades de crédito aos militares da 9ª Região Militar

A maior casa do ramo no Estado de Mato Grosso

HENRIQUE PUP & CIA. LTDA.

Rua Dom Aquino ns. 546 e 556 — Campo Grande — Estado de Mato Grosso

SUBSÍDIO AO ESTUDO DA HISTÓRIA MILITAR

(PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS SOBRE A ESTRATÉGIA — SÍNTESE COMENTADA DE VÁRIOS TRABALHOS SOBRE O ASSUNTO)

Cel. AROLD RAMOS DE CASTRO, do EMFA

A Estratégia, segundo a opinião de vários autores é, em síntese, a Arte Militar de Mover Tropas, Navios ou Aviões, de Modo que se Imponham ao Inimigo, no Tempo e nas Condições Desejadas para travar a Batalha.

Existe uma farta e brilhante literatura militar sobre o assunto, que permite, através a apresentação de vários Casos Concretos, fixar-se uma idéia Teórica bem precisa acerca da Estratégia e dos seus Princípios Fundamentais.

Todavia, só pelo estudo cuidadoso da História Militar pode-se chegar à conclusão de que, o feliz resultado de uma manobra estratégica, não reside única e exclusivamente na cultura militar dos Altos Chefes, pois, ela não fornece "Uma receita para a Vitória".

O fator inconteste da Vitória repousa, indiscutivelmente, "Mais na Vontade, do que na Ciência", como bem expressa o Regulamento para a Conduta das Grandes Unidades, ao dizer: "A Guerra é Uma Luta Entre Duas Vontades, na Qual a Mais Forte Vence".

De qualquer forma, porém, um Comando que infringe, por Desconhecimento ou por Negligência os consagrados princípios Táticos ou Estratégicos, ante condições operacionais normais, estará sem dúvida muito mais credenciado à derrota do que aquele que procura segui-los, evidentemente, com objetividade e amoldando às suas Decisões as Condições Técnicas do momento.

O que vamos tratar no presente artigo, não constitui novidade, mas admitimos que, para aqueles que iniciam o estudo da História Militar, servirá como um modesto subsídio para que melhor orientem os seus trabalhos e tirem suas conclusões.

De uma forma concisa podemos dizer que a estratégia se fundamenta em quatro palavras, que traduzem, na sua simplicidade, todas as Ações Fundamentais que ela encerra: Contornar, Desbordar, Envolver e Romper.

Por outro lado, convém preliminarmente considerar que, no estudo das Manobras Estratégicas, farta-se assinaladas na História Militar, o Processo adotado pelo estrategista, "não tem virtude própria" e o Gênio do homem de guerra reside mais na firmeza que emprestou à Execução de que na Concepção que lhe surgiu ao espírito ante um Problema de Guerra.

É por esse motivo que as Concepções Estratégicas consideradas de "Gênios Militares" são, na realidade, audaciosos golpes de Execução de quem soube "Aceitar e Correr o Risco", mas cuja vontade soube também vencer as Dificuldades que se lhe defrontaram.

TIPOS CLASSICOS DE MANOBRAS ESTRATÉGICAS

A) Manobra em Linhas Interiores

A execução de u'a Manobra Estratégica em Linhas Interiores está condicionada, inapelavelmente,

à existência de Comunicações Diretas que assegurem a movimentação no Teatro Principal de operações, ou, dêste para outros Teatros Secundários, da totalidade ou fração da Massa de Manobra que o Comando dispõe para Impôr a sua Vontade ao Adversário.

A Montagem de uma Manobra em Linhas Interiores é particularmente aconselhável quando o Comando, além de dispôr das condições anteriormente assinaladas, se encontra face a um adversário, ou adversários, que se achem com o seu dispositivo de forças dissociado. (Fig. 1).

Assim, beneficiando-se das comunicações que possui a retaguarda da sua linha de Combate ou de Contacto e, orientando-se cuidadosamente pelos princípios da Economia de Forças e de atuar com o

Forte sobre o Fraco do adversário e, ainda, sob a proteção de uma verdadeira "Esfera de Segurança", o Comando desenvolve a sua manobra.

A Manobra em Linhas Interiores é, sob o ponto de vista Execução, profundamente Difícil e Complexa, exigindo do Comando qualidades invulgaes de Julgamento e Decisão.

Uma vez elegendo o Comando o Grupamento de Forças Inimigas sob o qual vai preliminarmente atuar deve ter em mira que o Ataque deve ser Completo, tornando-as incapazes de se Reconstituírem. Ante os outros Grupamentos inimigos, deverá manter verdadeiras Forças de Contensão, durante todo o curso da Ação Principal.

Coroada de êxito a Ação Preliminar, orientará o Comando, sem

MANOBRA EM LINHAS INTERIORES

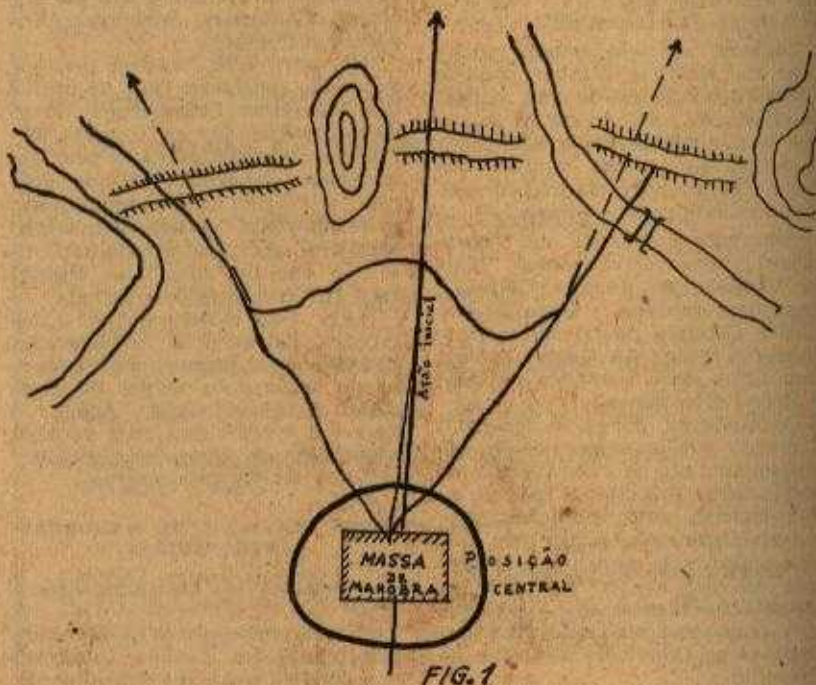


FIG. 1

perda de tempo, uma Nova Massa Principal de Forças contra um outro Agrupamento de Tropas inimigas.

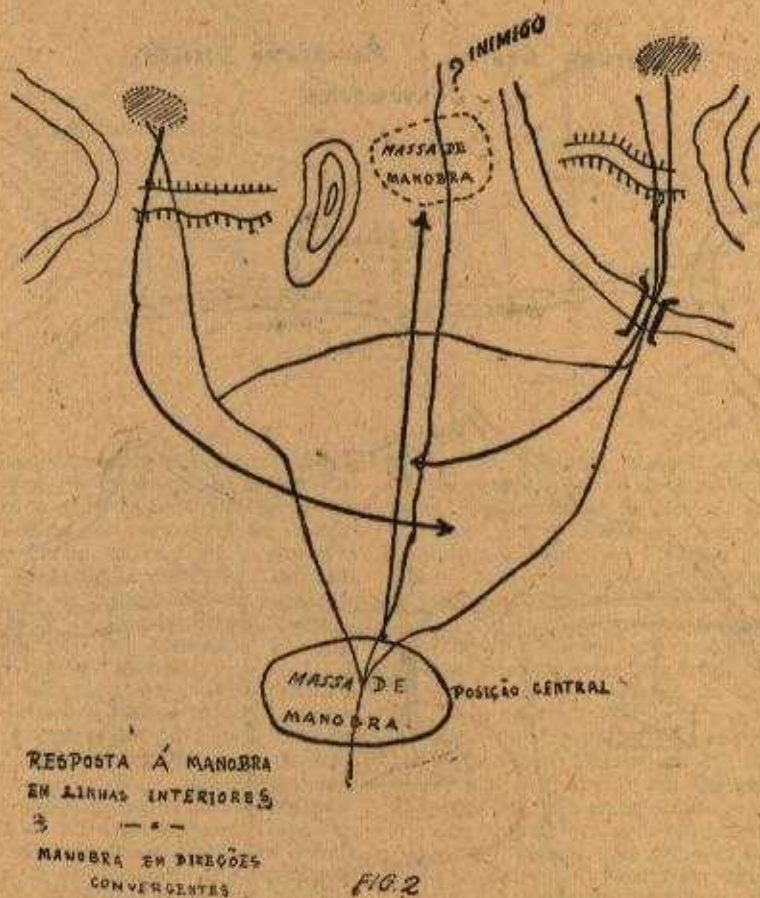
É obvio salientar que, qualquer erro de Cálculo de Tempo, de Dosagem de Meios e sobre as Possibilidades do inimigo que será submetido à Ação Inicial e, bem assim, dos que constituem os demais Grupos de forças adversárias, se traduzirá em um inevitável fracasso, como por exemplo, o Envolvimento. (Fig. 2).

Pela exposição feita, a Manobra em Linhas Interiores, tendo como Base de Partida uma Posição Central, é particularmente indicada para fazer face, por exemplo, a uma

Coligação de Nações e "para Responder a Ofensivas Concêntricas Desunidas", em países dotados de grande extensão territorial e fracas efetivos militares.

A guerra de Secessão, nos EE. Unidos, está repleta de exemplos de Manobras em Linhas Interiores, frequentemente empregada pelos Sulistas, com os mais diversos resultados.

Napoleão Bonaparte foi incontestavelmente o grande executor dessa natureza de Manobra Estratégica e, já em 1796, na campanha da Itália, legou à Arte Militar magníficos exemplos de Estratégia, imperecíveis até a época moderna. Foi um hábil idealizador



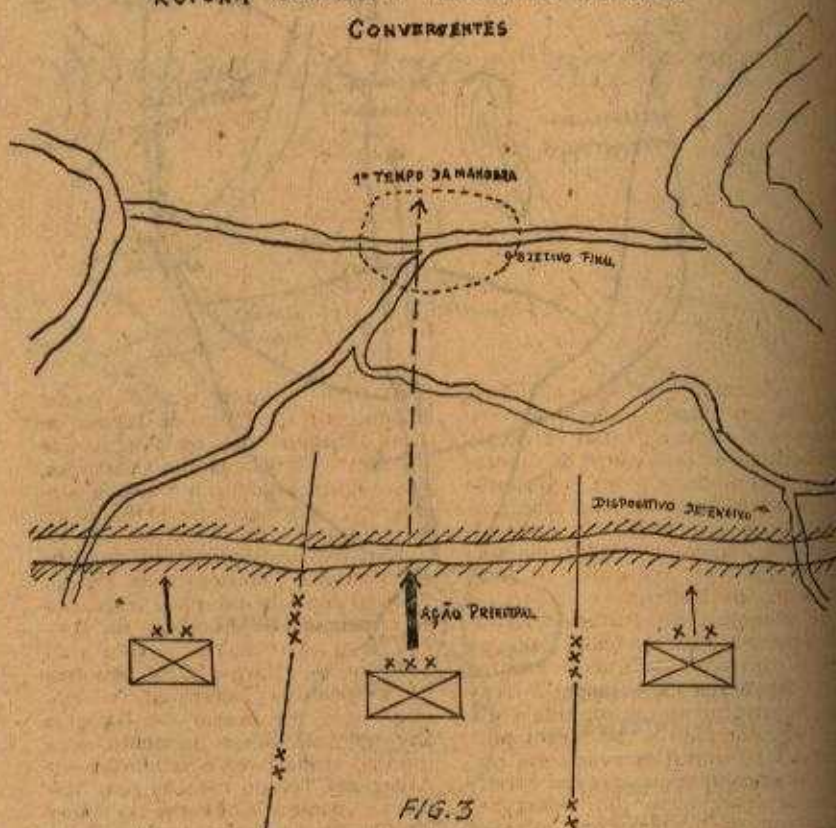
e executor das Manobras em Linhas Interiores, certamente por se defrontar, quase sempre, com Forças de Nações Coligadas.

A guerra mundial de 1914-1918 apresentou, na pessoa de Lunden-dorff, um perfeito exemplo de um Gênio Militar no campo da Estratégia; audacioso no exame e nas conclusões de um problema de guerra e bem informado das possibilidades do inimigo, soube, com o VIII Exército Russo dividido em duas poderosas massas, desenvolver, com magistral senso de Execução, uma aniquiladora Manobra em Linhas Interiores.

B) RUTURA CENTRAL — MANOBRAS EM DIREÇÕES CONVERGENTES

A Rutura Central, também denominada de Rutura Frontal visa Romper Diretamente a Linha de Batalha do inimigo. Consiste, em última análise, em romper, por meio de Poderosos Ataques, vários pontos do Dispositivo Defensivo do adversário, com a finalidade de "criar Flancos" para então realizar sobre os grupamentos descontínuos que se formaram Rebatimentos, a fim de aniquilá-los e, simultaneamente, lançar-se sobre o Sistema de Comunicações do Inimigo. (Figuras 3 e 4).

RUTURA CENTRAL — MANOBRAS EM DIREÇÕES CONVERGENTES



RUTURA CENTRAL MANOBRAS EM DIREÇÕES CONVERGENTES

2º TEMPO DA MANOBRAS

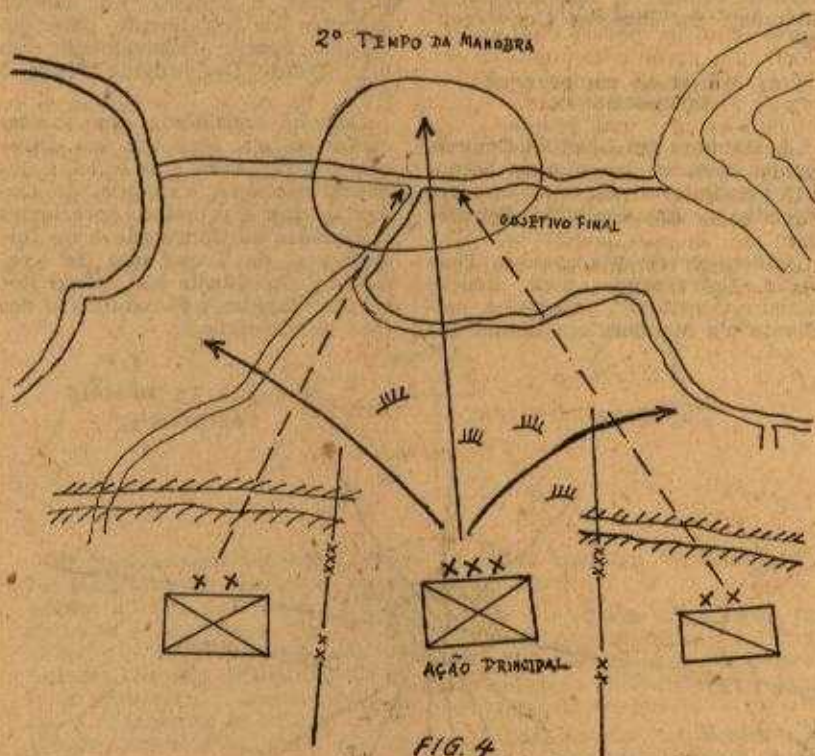


FIG. 4

Evidentemente a Rutura Central implica no emprego de Meios Poderosos e a Ação Final deve ser precedida por uma série de Operações Preliminares, com o objetivo de Desgatar o inimigo, Diminuir o valor de suas Reservas ou atrair para regiões distantes daquela onde vai ser realizada a Ação Principal de Rutura.

A Manobra de Rutura Central só deve ser desencadeada após se ter a convicção de que o inimigo está com a sua capacidade de reação sensivelmente diminuída, seja pelo Esgotamento a que foram submetidas as suas Reservas, seja por não se encontrarem elas em condições de Intervirem com oportunidade. É particularmente interes-

sante, ser tentada, quando desfechada contra o Ponto de Junção de Dois Grupamentos de Forças que operam sob Comandos Distintos, como o que se deu na ofensiva alemã de 21 de março de 1918, contra a coligação franco-inglesa.

A parte profundamente delicada da Manobra Estratégica de Rutura Frontal consiste em que a tropa que se encarrega da Abertura da Brecha, logo ao realizá-la e, com a finalidade de Alargá-la, ao penetrar no Dispositivo Defensivo do Inimigo, tem que operar em Direções Divergentes. Nesse momento, se o inimigo ainda tiver possibilidade de Atuar em Tempo com as suas Reservas, poderá Convergi-las sobre um dos Grupamentos de Forças que

atuarem na Brecha e, envolvê-las.

Conseqüentemente, lógico é considerar que a Resposta eficiente para u'a Manobra Estratégica de Ruptura Frontal é, logicamente, A Manobra em Direções Convergentes.

C) MANOBRA EM DIREÇÕES CONVERGENTES

A Manobra em Direções Convergentes também denominada Manobra Concêntrica visa como objetivo decisivo o Envolvimento Estratégico.

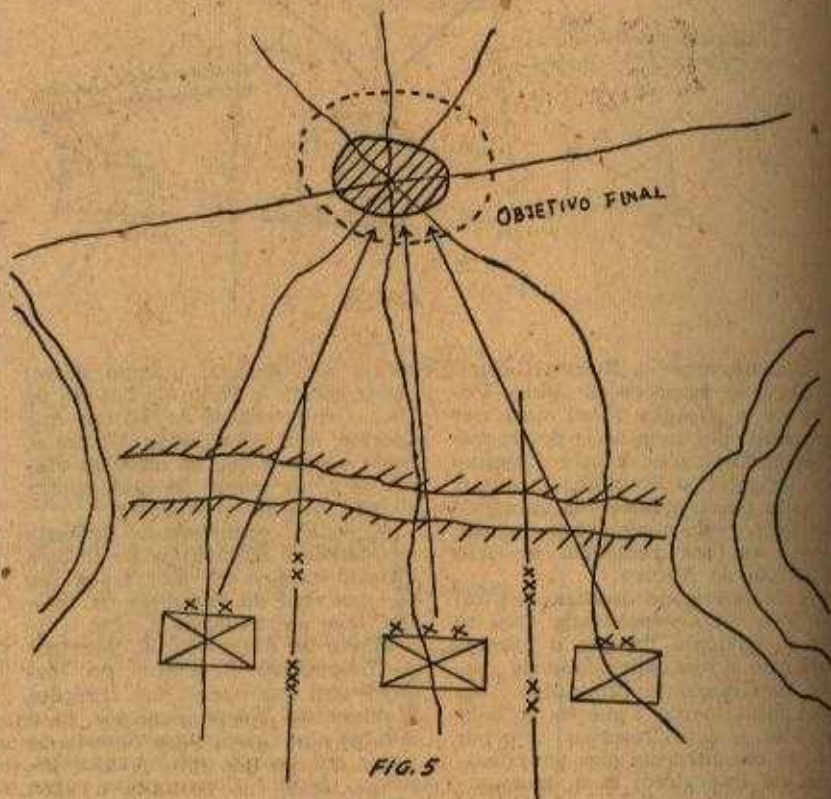
Conseqüentemente, como à "Tôda Ação Corresponde uma Reação Igual e Contrária", poder-se-á, mediante u'a Manobra em Linhas In-

teriores, responder eficientemente à ação projetada.

Outra forma aconselhável para fugir à Manobra em Direções Convergentes, é simular, ou mesmo, executar um retraimento, para, em seguida, operar ofensivamente com uma Frente Desbordante (Figs. 5 e 6).

Convém considerar que a execução de u'a Manobra em Direções Convergentes é de difícil e delicada execução, exigindo, do Comando que a projetou, apreciáveis qualidades de Concepção e de Iniciativa e, da Tropa que irá executá-la, Constância na Missão Recebida, Rapidez e Flexibilidade nos seus movimentos.

MANOBRA EM DIREÇÕES CONVERGENTES



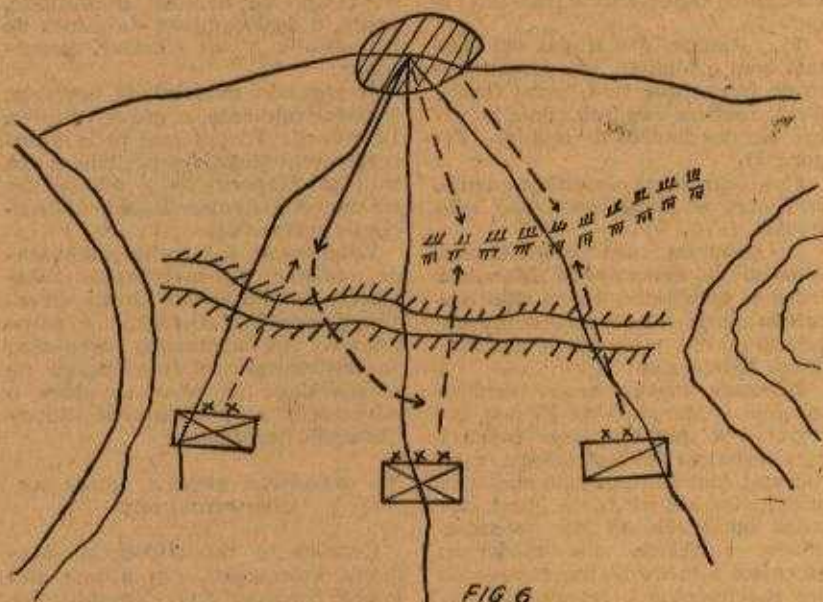


FIG 6

Examinando-se atentamente certas Manobras em Direções Convergentes, citadas na História Militar, chega-se à conclusão que, muitas delas, são verdadeiros derivativos, isolados, de u'a Manobra em Linhas Interiores; nesse caso, as ações executadas se situam, não no Campo Estratégico, mas, no Tático.

Um dos mais significativos exemplos, encontramos na Manobra em Direções Convergentes executada pelo grupo de Exército russos do Norte, na guerra de 1914-1918. A defeituosa Direção Estratégica dos chefes russos se defrontou face a uma hábil resposta em Linhas Interiores, magistralmente concebida e executada por Lundendorff.

D) MANOBRAS DE ALA

A Manobra de Ala é a mais comum das Manobras Estratégicas; é uma consequência lógica do princípio de Agir com o Forte Contra o Fraco do Adversário. Em verdade, um Dispositivo Defensivo apresenta, em geral, dois pontos de

relativa fraqueza, no tocante à sua montagem:

- a) As regiões de ligação entre as diferentes unidades em linha;
- b) Os Flancos, particularmente quando não apoiados em obstáculos naturais do terreno.

Evidentemente, as Reservas, colocadas convenientemente e organizadas com Propriedade, atenuam e, às vezes, suprem, de forma integral, tais deficiências.

O que não resta porém a menor dúvida é que os mencionados Pontos Fracos de um Dispositivo Defensivo constituem, indiscutivelmente, uma permanente atração para os Atacantes. Consequentemente, as Manobras de Ala são, no campo da Estratégia, o que são os Desdobramentos no terreno da Tática.

A Execução de u'a Manobra de Ala, comporta três variantes que são:

- 1ª. Impulsionar um grupamento principal de forças, diretamente, contra um dos flancos do inimigo, mantendo, no restante da frente,

elementos destinados a fixá-lo (Figura 7):

2°. Retirar, das tropas em contacto com o inimigo, um grupamento de forças que terá, como finalidade, realizar um rebatimento sobre um dos flancos do inimigo (Figura 8);

3°. Combinar, simultaneamente, uma ação de flanco com uma ação frontal (Fig. 9).

A primeira das modalidades, constitui a denominada Manobra Integral de Flanco, tendo sido Napoleão um perfeito e magistral executante dessa modalidade de Manobra Estratégica.

Ademais, convém ainda considerar que a Manobra de Flanco Integral é a que apresenta maiores características de segurança operacional, pois as tropas em contacto, principalmente na época atual, dotadas, como são, de alta potencialidade, associada aos modernos processos e meios de mascaramento dos movimentos à retaguarda, asseguram um perfeito Mascaramento

do campo de batalha, permitindo, assim, o deslocamento da massa de manobra e o seu ulterior desembocar.

A segunda modalidade acarreta, indiscutivelmente, o grave risco da Divisão de Forças que pode acarretar, conseqüentemente, face a um inimigo Manobreiro e dotado de meios combatentes rápidos, insucessos sucessivos.

Finalmente, a terceira modalidade, residindo na mobilização antecipada do Grosso das forças adversárias, permite desfechar o golpe decisivo no momento desejado. Evidentemente, tal fato implica na possibilidade de obter-se sobre o adversário uma acentuada Superioridade de Meios.

E) MANOBRA DIRETA SOBRE AS COMUNICAÇÕES

Consiste tal modalidade de Manobra Estratégica, em atingir um Ponto Sensível das Comunicações do inimigo, com a finalidade de

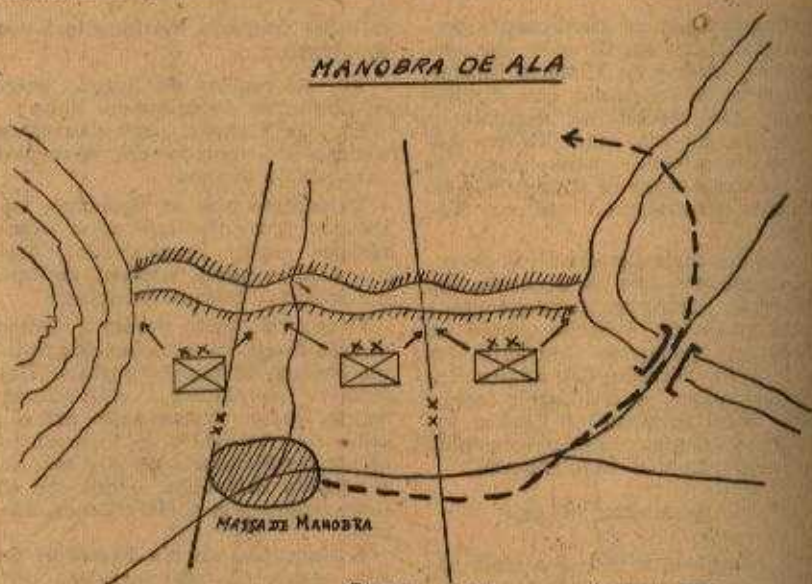


FIG 7 Resposta Á MANOBRA
EM DIREÇÕES CONVERGENTES
—
MANOBRA EM LINHAS
INTERIORES

MANOBRAS DE ALA

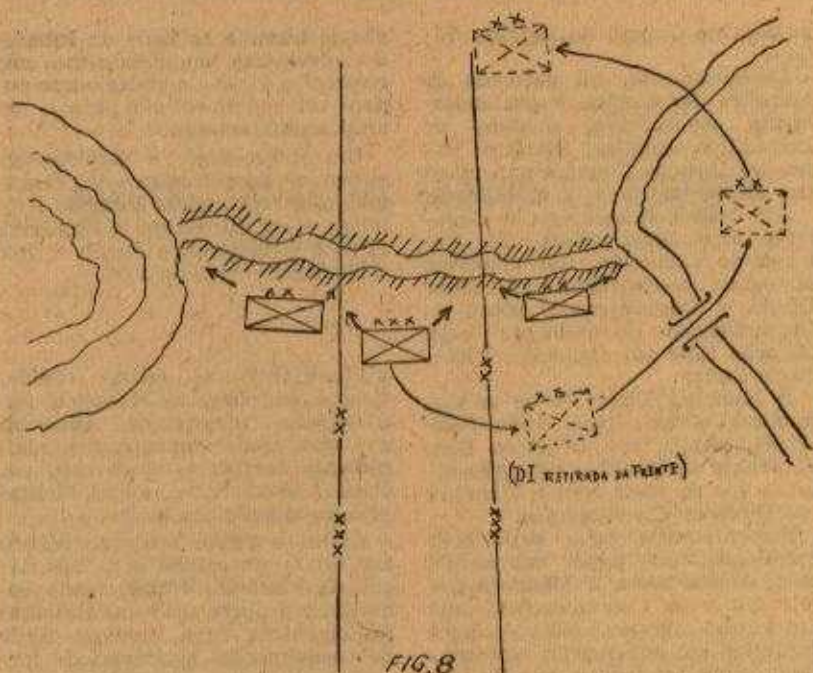


FIG. 8

MANOBRAS DE ALA

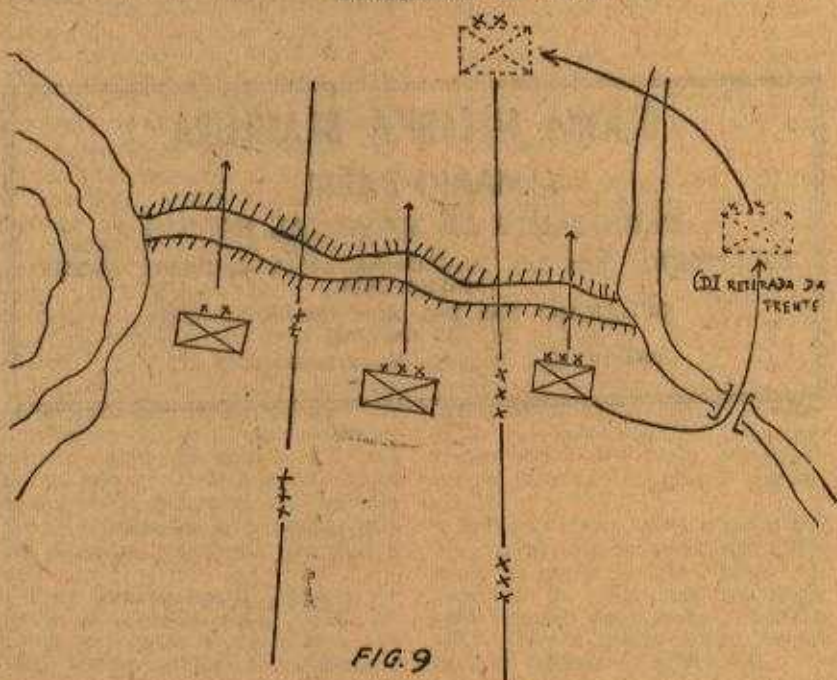


FIG. 9

isolá-lo no Campo de Batalha Tático.

Modernamente, tal natureza de Manobra Estratégica é particularmente aconselhável quando, no Dispositivo Inimigo, existem Vãos ou Espaços Livres e executada por elementos de Alta Mobilidade.

Até bem pouco tempo, a Cavalaria Hipomóvel constituía, nas mãos do Comando, um elemento altamente credenciado para atuar Direta e Decisivamente sobre as Comunicações do inimigo; hoje, tal ação cabe aos elementos Moto-mecanizados.

A Manobra Direta Sobre as Comunicações tem, pois, como finalidade, atingir um Objetivo Fora da Frente de Batalha, análogamente ao que se passa com a Manobra em Direções Convergentes.

Presentemente cabe à Aviação Estratégica um papel sobressaliente, emprestando, à Manobra Direta Sobre as Comunicações, uma das formas mais aconselháveis para aniquilar um adversário, representando uma verdadeira batalha de-

cisiva, travada na Zona do Interior do adversário, ou, dando-lhe uma impressão exata do poderio que poderá ser movimentado para o seu total aniquilamento.

Um interessante e significativo exemplo encontramos no lançamento das primeiras Bombas Atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, fatos que levaram o Japão a uma capitulação incondicional.

* *

Finalizando as nossas rápidas apreciações sobre as Manobras Estratégicas, desejamos salientar que elas, modernamente, são inteiramente aceitas e exequíveis, variando, unicamente, a sua Montagem no tocante aos Meios.

Assim, o Chefe Moderno encontra, ainda, no estudo e na meditação da História Militar, tendo como base a apreciação das Batalhas Napoleônicas, uma preciosa fonte de ensinamentos aplicáveis de forma absoluta na guerra moderna.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

MARIO FABRI

FABRICANTE DE MATERIAL BÉLICO

ESCRITÓRIO: Rua Ten. Abel Cunha, 149-A — Telef.: 30-2049
HIGIENÓPOLIS

OFICINAS: Rua Ten. Abel Cunha, 149-B C
RIO DE JANEIRO

DEPÓSITO: Avenida Suburbana, n. 2.422

(N. 8)

A LUTA CONTRA OS CARROS DE ASSALTO É PROBLEMA MUITO ANTIGO

Cel. PAULO ENÉAS F. DA SILVA

Não foram as duas últimas grandes guerras que evidenciaram a luta tremenda contra os carros de assalto. Este problema vem da época tão remotas que custa-nos acreditar. Remonta aos tempos que precederam a chegada do Cristo, em que os povos do Oriente se batiam pela hegemonia naquelas paragens.

Afirmar tal coisa pode parecer, à primeira vista, um tanto precipitado mesmo. Mas, se repassarmos alguns livros, hoje escritos para nosso prazer espiritual, poderemos testemunhar a veracidade desse fato. Foi o que ocorreu conosco ao lermos o "Egípcio", de Mika Waltari, uma obra da Gráfica Editora Brasileira Ltda., na tradução de José Geraldo Vieira.

As descrições ali contidas, variadas e pitorescas umas, específicas e sintéticas outras, dão-nos uma imagem muito real do que foram os combates entre os egípcios e os hititas, povos bélicos daquela época, cujo gênero de vida, em princípio nômade, condizia bem com os interesses de seus governantes, os Faraós absolutos.

Bastante estranho é o fato de afirmarmos que nessas épocas tão longínquas já se deram combates contra carros de assalto. E não foi só isso. A defesa contra esses engenhos de guerra estava também tão aperfeiçoada que muitas vezes aqueles "monstros" levavam a pior.

Para que os nossos leitores tenham uma idéia mais nítida de como as cousas se passavam então, transcrevemos as passagens

evidentes desse livro. Comentaremos à margem para ressaltar o que, de início, dissemos sobre as tais máquinas de guerra e destruição.

Para mostrarmos o surgimento dos carros nos tempos dos faraós, basta citar aqui os dois trechos mais destacados e que por si falam melhor:

"O inimigo encaminhou seus carros através da planície, ao rés das colinas onde se alinhava em ordem de batalha. Os carros operavam em grupos de seis, cada grupo constituindo um esquadrão. Ao todo, uns sessenta esquadrões. Os carros mais pesados, puxados por 3 cavalos e equipados por três homens, mantinham-se ao centro dessa vanguarda."

Sim, eram carros de assalto. Não tinham, evidentemente a couraça de hoje. Os animais, até estes, eram resguardados pelas viseiras e coberturas especiais, moldadas em cobre, contra o ataque dos infantes inimigos. Os carros, por sua vez, dispunham de tais apetrechos, à base também de material temperado, que, francamente, representavam maior perigo imediato do que os colossos de hoje, que fazem sentir sua ação principalmente pelo fogo à grande distância.

Prêso às rodas havia afiadas foices, cujos gumes ceifavam vidas como no corte do trigo, pelas ceifeiras. A velocidade permitida pelo impulso dos cavalos, aliada à ação violenta dessas foices, devastava as fileiras do adversário.

Os ataques modernos, à base de carros, utilizam, sempre que o inimigo estabeleceu campos de minas, uma vaga precursora, de sapadores mineiros, incumbidos de levantar esses terríveis ardis da defesa. Pois bem, os antigos também empregaram recursos análogos para enfrentarem os sistemas defensivos em moda. Não é que estes dispusessem das minas. Usaram outras modalidades de modo a, ou quebrar o ímpeto do atacante ou, pelo menos amortecê-lo grandemente. Vejamos o que nos diz o livro quando se refere a este problema:

"Quando os carros se aproximaram das barricadas, cavaleiros isolados, avançando à frente delas, agarrados à crina do animal e empunhando afiadas espadas, metiam-se através das entrançadas telas de corda, que protegiam as posições defensivas, cortando-as e abrindo, assim, passagens diversas para acesso dos carros ligeiros."

O que eram então esses cavaleiros, senão os "sapadores" daquela época, que procuravam destarte facilitar a ação dos elementos de choque — os carros? A única diferença reside em que esses cavaleiros galopavam, a princípio, em meio da massa de carros e só se destacavam quando aqueles chegavam à boa distância do choque.

Outro recurso interessante que fiseram uso: à medida que os cavaleiros atingiam as linhas inimigas e conseguiram cortar as "amaras" da posição, balizavam também as aberturas feitas, ficando no solo suas espadas, em cujos copos pendiam flâmulas e guirlandas, espalhafatosas, de modo a não deixar dúvidas quanto à sua localização.

Para que possamos apreciar o aspecto defensivo na luta contra esses engenhos de guerra, transcreveremos agora um trecho muito pitoresco:

"O inimigo trotava impetuosamente, avançando numa grande coluna, quando de repente lhe

faltou o chão. Cavalos, homens e carros caíram e se enrolaram em massa giratória, engulfando-se nos largos fôssos que os cavadores de lama do Nilo haviam aberto e disfarçado com ramos e touceiras. Esse fôssos se estendia de um lado a outro das colinas."

Uma vez quebrado o ímpeto dessa massa pesada, restou o combate corpo a corpo, que os egípcios levaram a melhor, dado que seus infantas eram muito mais treinados nesse gênero de luta.

As nuvens de fumaça, tão do gosto dos chefes de hoje, para encobrir os movimentos de suas forças, foram, naquela época, também utilizadas. Na verdade não foram de fumaça e sim de poeira. Vejamos o que nos diz o livro:

"Horemheb (o chefe dos egípcios) não tinha intenção de dar folga ao inimigo. Com um toque da corneta fez conhecer a seus homens que a sua mágica obrigara os carros a parar e agora estavam inertes. Mandou archeiros para as vertentes empenharem-se em luta contra os condutores dos carros e seus ocupantes, ao passo que fez outros VARREM O CHÃO COM RAMOS PARA LEVANTAR POEIRA, a fim de iludir ao inimigo sua verdadeira manobra, com o que o envolveria pelos flancos."

A prova de que esse estratégia deu bom resultado, podemos verificar neste segundo trecho:

"Os hititas ficaram atordoados ante a perene nuvem de poeira que os impedia de ver o que se passava mesmo ali na frente. Os oficiais ordenaram que os carros retrocedessem para, novamente na planície, poderem manobrar. Ao impelirem os cavalos, estes enredaram-se de tal forma nas cordas e armadilhas que os carros viravam entre as pedras e outros obstáculos. Viraram-se os hititas na obrigação de combaterem a pé, levando então enorme desvantagem ante os infantas egípcios mais adestrados."

A história dessa guerra nos dá também o testemunho de que nada melhor para combater o carro do que o próprio carro. Assim é que se manifestou Horemheb: "Sem carros para fazer face aos carros dos hititas, jamais conquistaremos a Síria. Isto de luta por detrás das barricadas é pueril e inútil, muito embora esteja provado que evitou a invasão do Egito". E a evidência de que a perda dos carros pesados tinha sido funesta para o chefe adversário está contida nestas linhas, que passamos a transcrever:

"No dia seguinte, os hititas tentaram novo ataque com forças intactas, empregando carros leves no intuito de recuperarem os pesados que haviam perdido. Ainda no terceiro dia procuraram romper as barricadas para conseguir aquele desejo."

Finalizando estas observações, queremos ressaltar o seguinte:

- A história é de fato a melhor fonte de ensinamentos para a arte da guerra. Os Grandes Capitães jamais a desprezaram e com razão.
- A evolução do material modifica substancialmente a forma da guerra. Lança novos processos e introduz outros métodos na maneira de combater. Os princípios fundamentais, entretanto, que sempre nortearam a conduta das operações, esses são imutáveis.
- Os acontecimentos se reproduzem através dos tempos diferenciando-se apenas:
 - nos personagens;
 - no material empregado e
 - na época de sua aparição.
- O valor dos Chefes é ainda, como em todos os tempos, a pedra de toque dos Exércitos.



sob o emblema SHELL

*...o Progresso marcha
de mãos dadas com a
Ciência e a Técnica!*

SHELL
BRAZIL LIMITED

Nos laboratórios da Shell, milhares de cientistas criam e aperfeiçoam continuamente produtos de petróleo para o bem-estar da humanidade. Sob o emblema Shell esses produtos cruzam os mares e atravessam os continentes para levar a toda parte os benefícios do Progresso.

Também no Brasil, onde o emblema Shell é conhecido há mais de 40 anos, sua presença nos aeroportos, nos postos de serviço, nos caminhões-tanques, nos grandes depósitos de gasolina e óleo ou no simples rótulo de um produto doméstico, significa sempre um elevado índice de qualidade, resultante da perfeita conjugação da Ciência e da Técnica!



O 40º ANIVERSÁRIO DE "A DEFESA NACIONAL"

AS COMEMORAÇÕES DOS DIAS 9 E 10 DE OUTUBRO DE 1953

Ao ensejo do 40º aniversário de "A Defesa Nacional", realizaram-se, nos dias 9 e 10 de outubro p. passado, solenes comemorações.

No dia 9, houve festiva reunião na redação da Revista, com a presença dos Exmos. Srs. Generais Cyro do Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra, Álvaro Fiuza de Castro, Chefe do E.M.E. e numerosos outros Generais em serviço na Capital Federal, além dos presados camaradas fundadores da Revista.

Abrindo a sessão, falou o Exmo. Sr. General Juarez Távora, nosso Diretor-Presidente, sobre o significado da data e os fins da reunião.

Em seguida, deu a palavra ao Cel. Adalardo Fialho, Diretor-Secretário, o qual, em vibrantes palavras, fez o histórico da Revista, lembrou as batalhas que a mesma travou em benefício do Exército, salientando particularmente a criação do "Serviço Militar Obrigatório" e a vinda da "Missão Militar Francesa" e saudou, em homenagem especial e com justas referências, os oficiais fundadores vivos que se achavam presentes.

Terminada a oração do Cel. Fialho, falou, em nome dos oficiais fundadores, o General Estevão Leitão de Carvalho, agradecendo as referências que a eles haviam sido feitas. Relembrou a importância da "Missão Francesa" entre nós, declarando que o Exército muito deve a ela, pois foi verdadeiramente com a sua vinda e atuação, entre nós, que o Exército se transformou, ganhando a mentalidade que hoje ostenta. Algum dia, disse, far-se-á levantar, em nosso Exército, um monumento em homenagem à "Missão Militar Francesa".

Logo após, o Exmo. Sr. General Távora convidou o Exmo. Sr. General Fiuza para descerrar o véu que velava o retrato do Exmo. Sr. Ministro, o que foi feito sob uma salva de palmas dos presentes, ficando oficialmente inaugurado o retrato de S. Excia.

Inaugurando, igualmente, o retrato do Exmo. Sr. General Secretário Geral da Guerra, o General Távora convidou o Exmo. Sr. Ministro para descobrir o retrato do Gen. Segadas Viana, o

que foi feito, também, sob palmas dos presentes.

Tomando a palavra, a seguir, o Exmo. Sr. General Cyro do Espírito Santo Cardoso, congratulou-se com os atuais redatores de "A Defesa Nacional" pelo transcorrer do 40º aniversário da Revista, estendendo a sua saudação a todos os que, desde a sua fundação, colaboraram para a sua manutenção.

Despertou aplausos da assistência a parte de sua oração em que disse não olhar no seu retrato, que acabara de ser inaugurado, a figura do Ministro da Guerra, pois nele revia, antes, a do Representante de "A Defesa Nacional", que sempre fôra, nos Corpos de Tropa em que servira.

O Gen. Segadas Viana, fez uso da palavra, em seguida, declarando que, apesar da oração do Exmo. Sr. Ministro ter encerrado a série de discursos, sentia-se obrigado a dizer algumas palavras, uma vez que a Redação da Revista tivera a gentileza de associar às comemorações de data tão grata, a todos os camaradas, a inauguração de seu próprio retrato.

Declarou sentir-se feliz por essa associação, principalmente porque sempre fôra colaborador e amigo da revista, bem reconhecendo o seu papel no Exército e que era por isso que, agora, sentia-se honrado em cooperar para ela oficialmente, com a cessão das oficinas da Imprensa Militar para a publicação da Revista.

Não escondendo a sua emoção, fez uso da palavra, por último o Exmo. Sr. General Álvaro Fluzza de Castro, Chefe do E.M.E., o qual teve carinhosas palavras de congratulação para com "A Defesa Nacional".

Todos os oradores foram vivamente aplaudidos.

Após a distribuição do número de outubro entre os presentes, número êsse comemorativo do 40º aniversário da Revista, foi servido um

Guaraná aos convidados, dando-se por encerrada a solenidade.

No dia 10, sábado, data própria em que saiu o 1º número da Revista, foi rezada missa, às 10 h, na Igreja da Sta. Cruz dos Militares, por alma dos oficiais fundadores falecidos, a saber: General Jorge Pinheiro, Coronel Epaminondas de Lima e Silva e Major Joaquim de Souza Reis Netto.

A essa cerimônia de piedade cristã e também de saudosa homenagem de nossa Revista aos nossos bravos camaradas desaparecidos, compareceram todos os Redatores da Revista, as famílias dos homenageados, os oficiais fundadores vivos e numerosos camaradas do Exército.

E assim transcorreram, em meio das mais caras tradições do nosso Exército, as comemorações do 40º aniversário da nossa querida Revista, a qual marcha agora, serena e triunfante, a caminho do seu 50º aniversário.

FABRICA BANGU

TECIDO PERFEITO
FIRMEZA DE CORES
LINDOS PADRÕES
DURABILIDADE

BANGU

EXIJA NA OURELLA

BANGU - INDUSTRIA BRASILEIRA

CORAGEM, BRAVURA, HEROISMO

Gen. CESAR A. PARGA RODRIGUES

Nota da Redação — O presente artigo, contribuição do Gen. Parga Rodrigues para o número de outubro, comemorativo do 40º aniversário de nossa Revista, chegou-nos às mãos tardiamente, não podendo ser inserido no referido número. Publicamo-lo, pois, neste número, com os nossos agradecimentos ao seu autor, um dos nossos presados camaradas fundadores.

Para que tudo isso com a técnica atual desta época preatômica? Por outro lado, bem sabemos da eterna existência do inimigo provável; nada nos leva a crer na possibilidade de uma próxima guerra para a qual, aliás, estamos sempre preparados. Também a nossa história sempre nos fez a justiça de nos reconhecer essas magníficas qualidades.

Tendes bastante razão, jovens camaradas, para quem escrevo. Penso, porém que essas brilhantes qualidades, essenciais do soldado, são exatamente a causa da vossa ilusão, mesmo, talvez, desconhecimento desse terrível inimigo do qual desejo falar. Ele não é provável, nem futuro e, sim, constante, sempre em ação contra as forças armadas, naquilo que elas têm de maior valor — o homem.

Esse inimigo, forte, solerte e terrível, que somente pode ser reconhecido com a madureza, na velhice, não está lá fora coberto por belas paisagens ou brumas marinhas, porém, bem pertinho dentro em cada um de nós que aqui, em defesa do nosso verdadeiro progresso (físico-moral, intelectual e espiritual) estamos perenemente a lutar.

Multiforme e bem camuflado não deverá nem poderá ser ele combatido em plena guerra, porém, em tempo de paz, a todo instante, principalmente nas ocasiões, mundanamente, mais agradáveis, durante toda a vida.

Os espiritualistas chamam-no o ego inferior. É a síntese de todas essas poderosas forças cósmicas que na evolução, ainda levadas pela generalização da lei de inércia, se apõem tenazmente à subida da alma humana para atmosferas ideais. Acostumadas, em virtude de sua própria missão, à fase da involução que conduz o nosso ser ao necessário mergulho na animalidade, elas se manifestam no homem pelo egoísmo, a resultante do orgulho, da vaidade, da ambição desregrada, da maldade, da covardia etc., etc.

Essa atuação do ego inferior, porém, é dissimulada por um pomposo nome que os materialistas e os intelectuais desprevenidos denominam personalidade.

O Ego Superior, tendo tirado partido conveniente dessa personalidade, conduz o homem no rumo ascendente da escala evolutiva; arranca-o, aos poucos dessa perigosa personalidade e o leva à almejada individualidade conquistada pelo super-homem não, porém, esse belo, forte e inteligente animal em forma humana idealizado por Nietzsche e experimentado por Hitler, mas aquele que havendo vencido e dominado o seu ego inferior, fonte original do egoísmo, conseguiu realizar o *mens sana in corpore sano*.

A coragem, a bravura e o heroísmo não são, pois, como muito bem o parecem, qualidades da endeusada personalidade e, sim, da individualidade; não da parte animal

humana, porém, de sua alma espiritual.

A personalidade, então, qualidade do homem vulgar, apenas, belo, forte e inteligente pertencem a temeridade, a impulsividade, a violência, a brutalidade, a maldade. O homem já evoluído e conhecedor dos efeitos das armas e das terríveis consequências dos combates, mesmo, dos singulares, levado muito naturalmente por alguma vibração dessa personalidade, experimenta receio, mesmo medo, ao iniciar a luta com o batismo do fogo; logo, porém, a individualidade já possuidora da vontade e não apenas, do desejo, lhe restabelece o equilíbrio psíquico; lá vêm, então: coragem, discernimento, calma, bravura e, por vezes, o heroísmo.

Mas, perguntais, que qualidade tão poderosa é essa que chamamos vontade?

Vontade não é essa qualidade que, geralmente, confundimos com o desejo. Diz-se, então, imprópriamente: estou com vontade de beber água ou de deixar de fumar e não, de modo certo, — desejo beber água, etc. Tem vontade de beber água aquele que, absolutamente, não tem sede e nem a deseja ingerir, mas que a toma seguidamente e em grande quantidade, porque assim é necessário em certos tratamentos como, por exemplo, nas intervenções cirúrgicas na bexiga. Somente consegue dominar o vício do tabaco a pessoa que já possui um certo grau de força de vontade, — essa faculdade divina tão importante que Schopenhauer ("O Mundo como Representação") a emprega em substituição ao nome de Deus ou das leis cósmicas. Essa poderosíssima força, pois, a vontade, é uma faculdade divina que se reflete no homem como qualidade psíquica; ao passo que o desejo, oriundo do instinto é qualidade animal.

O ser humano ainda nos primeiros passos da evolução rumo à individualidade, é levado como o animal, mediante o desejo, à satisfação das necessidades naturais, a princípio, depois, mais ou menos,

artificiais. Chega a ser dominado pela preocupação constante da satisfação de desejos que sua inteligência e imaginação, mal orientadas, multiplicam sem cessar. Quantos crimes de várias espécies e desgraças se não apresentam, diariamente, como uma consequência fatal dessa escravização do desejo?

Mais um passo na evolução, vai o homem dominando esses desejos desarmonicos, pois, indesejáveis, o que lhe desperta a força de vontade, podendo, assim, cada vez mais, colocar-se melhor na harmonia universal e tornar-se dono de si mesmo.

Esses desejos, mais ou menos animalizados e, o que é pior, desnaturalizados, serão paulatinamente transformados em anelos, aspirações; assim, em vez de abafados, anulados; serão (na sua força) utilizados como degraus para o verdadeiro progresso.

O homem de vontade, pois, não é voluntarioso, violento, teimoso, impulsivo e, sim, firme nos bons propósitos, calmo, enérgico e perseverante na colimação do rumo traçado.

A coragem de que dispõe na vida prática, em tempo de paz e de guerra, é a exteriorização dessa coragem moral, psíquica que se não herda do corpo, porém, da alma. É a "Coragem das duas horas da manhã" como segundo Ludwig, a chamava Napoleão Bonaparte, "a coragem feita de presença de espírito e de decisão em face do desconhecido".

São, ainda, do grande mestre da estratégia as seguintes palavras, também encontradas no trabalho biográfico de Ludwig: "Depois das armas de fogo, a força pessoal entra em pouca linha de conta." Essas palavras de verdade podem, atualmente, comportar um conceito ampliado daquele que já bem conhecemos — o da supremacia da força moral nos homens de guerra. Essa supremacia é, exatamente, o efeito, a consequência das qualidades do verdadeiro homem ao qual já me referi; predicados esses, todos subordinados à vontade da qual são manifestações e, preci-

puamente, as do verdadeiro chefe militar que, já desde os primeiros postos as deverá ir bem revelando.

O culto exagerado da personalidade dá lugar a grandes decepções no decorrer da vida. Uma delas é o orgulho infundado simulando dignidade e altivez. Em várias das nossas crises sociais vi companheiros, até então, levados unicamente pela personalidade, pletóricos de orgulho, agirem, tomarem atitudes de mansos cordeiros e fugirem covardemente à sua responsabilidade, enquanto outros, poucos aliás, se deixavam dominar pelo medo. Por outro lado, alguns possuidores de grande valor moral, sempre modestos em tempo de paz, assumiram atitudes enérgicas, cheios de dignidade e legítima altivez, em momentos perigosos e graves.

A nós, os velhos, não nos causa grande estranheza esse enorme contraste atualmente observado entre o imenso progresso alcançado pela ciência e pela arte em todos os seus ramos e aplicações; o formidável armamento das forças armadas e a falta de saúde física e psíquica da nossa gente, a insegurança geral e essa falta, quase absoluta de homens realmente capazes de responsabilidades públicas de qualquer espécie. A supremacia atual da personalidade sobre a individualidade bem nos mostra a causa dessa perigosa fase que ora atravessamos.

Quanto ao heroísmo (para limitarmos o assunto que nos levaria à publicação duma brochura) basta dizer que nunca foi privilégio dos fortes e orgulhosos. Que heroísmo praticado pelos militares de todos os postos e, mesmo, das nossas heroínas, se poderá comparar ao de algumas mulheres que, em pleno viço de uma bela e formosa *balsaqueana*, cai em viuvez, pobre e cheia de pequenos filhos (do que temos não poucos e belos exemplos no Brasil), obrigadas a viverem em um ambiente forte e cheio de tentações, e a tudo isto resistem, tudo sacrificando à criação e educação dos filhos, para o que se mantém no tanque de lavar roupa ou no ca-

lor do ferro de engomar e, ainda, muito sofrem num escritório com uma atmosfera psíquica saturada de egoísmo e de grosseiro sensualismo?

Quem dos bravos e heróicos homens darmas seria capaz disso?

Eis aí, jovens camaradas, o grande poder dessa arma magnífica, cujo manejo já vides praticando, mais intensa e cuidadosamente, na profissão militar — a vontade.

Não julgueis, porém, que o vosso velho General se tenha esquecido completamente da estratégia e vos esteja aqui a pregar um sermão. De modo algum. Tratei ainda de estratégia, porém, de uma estratégia transcendente que é assim como a alma daquela que conheceis. Vós, com os vossos atuais mestres, penetrais até o recondito da matéria em busca da substância que vos proporcione, com a desintegração do átomo, a força para as vossas armas. Eu, ao contrário, vou ou procuro descobrir na parte espiritual, pois, imortal da nossa alma, os elementos necessários e indispensáveis ao *mens sana in corpore sano*.

Quereis ver o ângulo estratégico dessa minha maneira de agir?

Ei-lo: O nosso grandioso Brasil, no despenhadeiro da personalidade em que se encontra o brasileiro, empenhado, há cerca de quarenta anos, sairá das nossas fracas mãos e irá pertencer a gente de outra raça, embora ainda constituída de brasileiros. Os elementos constituintes dessa raça não serão melhores nem mais inteligentes do que nós, porém, melhor educados e preparados e possuidores de uma força de vontade adquirida através de séculos em constante luta pela liberdade e muito sofrimento para poder viver.

Essa raça, por excelência respeitável, já se destaca de modo ostensivo nas ciências, artes etc. de todos os países e já tem seguro domínio em muitos e muitos importantes setores no Brasil. Pergunto: deveremos combatê-la? Não! Ab-

solutamente e, sim, já que tanto gostamos de o fazer, imitá-la, seguir-lhe os rastros!

Quanto ao Exército, penso, deverá êle prosseguir na sua preciosa missão em tempo de paz no Brasil, iniciada com o advento do serviço militar obrigatório: formação de uma raça digna da nossa grande Pátria.

Mas, vou terminar esta já bem alongada palestra com um belo exemplo de emprêgo da vontade:

Esta primorosa revista militar a — "A Defesa Nacional" é o produto da vontade bem educada e orientada de um valoroso camarada já bem emancipado dessa perigosa personalidade — Bertoldo Klinger, Rio, outubro de 1953.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FÓLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, citem essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRAFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDE-REÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

CHACO

Cel. ANTONIO DE BRITO JUNIOR

SUMARIO

O Chaco — Chaco Boreal — Chaco Central e Austral — Síntese — Bibliografia

O CHACO

Limites.

O Gran-Chaco, ou simplesmente Chaco é o vasto território que se estende entre a cordilheira Oriental ou Real, à W., até o sistema de rios Paraguai-Paraná, à L.

Ao N. tem para limites os degraus dos contrafortes andinos que se manifestam com interrupções, desde próximo de Santa Cruz de la Sierra até próximo de nossa fronteira.

Ao S. seus limites são definidos pela linha que passa ao N. das Salinas Grandes, vai ter ao rio Salado até a altura do paralelo 30° e, finalmente, por este paralelo até encontrar o rio Paraná.

Definições.

As manifestações abaixo citadas, de autoridades de nomeada, além de oferecerem uma primeira impressão da região do Chaco, serão também confirmadas pelo estudo a que nos propusemos:

Herbert Smith: "O Chaco e planícies do rio da Prata são áreas de acumulação dos detritos carreados do antigo planalto que cobria o atual Pantanal".

Weddel: "Gran-Chaco, ou Chaco Gualamba, é a vasta extensão chata que se acha situada entre 19° e 30° de latitude Sul e que é limitada, à L., pelo rio Paraguai e Paraná; e à W., pelo rio Parapetí, as fronteiras da província de Salta e o rio Salado.

Um dos caracteres mais notáveis do Chaco é a uniformidade de sua superfície, e a fraca elevação de seu solo, acima do nível do oceano.

A monotonia da superfície se reproduz em sua vegetação..."

Pedro Moura: "Geologicamente é o Chaco pouco conhecido; entretanto, pela fisiologia da região, decorrente de uma topografia plana, coberta por sedimentos arenosos e argilosos relativamente novos, escasseiam afloramentos em uma tão extensa bacia de acumulação.

O que caracteriza o Chaco é a planura da região, aliada a uma natureza arenosa e árida do seu solo onde o regime climático de seca atuou profundamente no seu aspecto fitogeográfico, criando-lhe uma vegetação peculiar.

O Chaco, extraordinariamente horizontal, com uma precipitação pequena, uma vegetação agressiva, por vèzes, com uma notável ausência de água doce, é uma zona de penetração difícil e de fixação quase impossível para o civilizado.

O Chaco, eternamente hostil à penetração, barrou ao espanhol, conquistador do rio, a sua pretensão de caminhos para o Peru".

Glycon de Paiva: "Fisiograficamente é o Chaco um território chato, com escassíssima drenagem, de aterradora mesmice, onde a sêde vive a procura de vítimas. A altitude é de 400-500 m na orilha dos Andes, baixando para 150-200 m no sopé do sistema Chiquitano".

No idioma quichua, a palavra Chaco significa região de caça.

Divisões.

Por sua extensão, pode o Gran-Chaco ser dividido em 3 partes:

a) *Chaco Boreal*, no N., até o rio Pilcomaio;

b) *Chaco Central*, ao centro, entre os rios Pilcomaio e Bermejo;

c) *Chaco Austral*, ao S., entre os rios Bermejo e Salado.

Superfície.

O Gran-Chaco estendendo-se de N. a S. em cerca de 1.250 km e de W. a L. em cerca de 550 km, apresenta uma superfície estimada em 775.000 km²; tendo o Chaco Boreal (Bolívia e Paraguai) — 225.000 km²; e os Chacos Central e Austral (Argentina) — 500.000 km².

CHACO BOREAL

Limites.

O Chaco Boreal tem para limites:

ao N. os citados degraus dos contrafortes andinos definidos a grosso modo pela linha que vai de Sta. Cruz (Bolívia) a Yacuba (Argentina);

ao S. o rio Pilcomaio que conflui face à Assunção;

à W. a cordilheira Real e

à L. o rio Paraguai, da altura de Corumbá até Assunção.

Polticamente interessa à Bolívia e ao Paraguai, cujos limites mal definidos por linhas geométricas, vão ter a nossa fronteira, próximo de Baía Negra, ao S. de Corumbá.

Compreende, na Bolívia, o Departamento de Sta. Cruz e a parte L. dos Departamentos de Chuquisaca e Tarija.

No Paraguai, compreende os Departamentos de Olimpo, Boqueron e Presidente Hayes.

No Brasil só interessa a pequena área que na margem direita do Paraguai e em torno de Corumbá, é lideira com a Bolívia por uma fronteira geométrica.

A sua maior extensão de N. a S. é da ordem de 600 km e, de W. a L., 550 km. Tem a superfície aproximada de 225.000 km².

Orografia.

A região do Chaco Boreal é uma vasta superfície baixa e plana que se desenvolve com insignificante

inclinação de W., linha Sta. Cruz-Yacuba, até o rio Paraguai. De largura aproximada de 500 a 550 km. Tem à W. a altitude de 400 a 500 m (Sta. Cruz 440 m; é mais baixo que Campo Grande) e à L., no rio Paraguai, cerca de 200 m.

Elevações dignas deste nome não aparecem em seu contorno; os Andes, à W., o Chiquitano, ao N., e os morros isolados que bordejam a margem direita do Paraguai, à L.

No interior, somente alguns cerros insignificantes quebram a monotonia da vasta planura.

É uma região desconhecida, salvo na parte marginal do rio Paraguai e nas vertentes S. do Chiquitano.

A única informação positiva de que se dispõe do interior é a existência de depressões que se apresentam a 150 km ao S. das colinas de Chiquitos.

No limite N. do Chaco Boreal, se desenvolvem os degraus dos contrafortes andinos que constituem o *divortium aquarum* das bacias do Prata e do Amazonas.

É o chamado planalto Chiquitano, formado das serranias de Sunsas, de Santiago e de S. José que, na direção geral N.N.W.-E.S.E., se estendem desde depois de Sta. Cruz de la Sierra até próximo a nossa fronteira, em Corumbá.

No ponto de contacto das serranias de S. José e Santiago, está o monte Chochis, considerado o ponto culminante do conjunto Chiquitano, com 1.400 m de altitude.

Este conjunto, cujo desenvolvimento fica na altura do paralelo que passa pela confl. do S. Lourenço, não alcança à W. a cordilheira andina, nem à L. se liga às alturas que bordejam o rio Paraguai, a partir de Corumbá.

Ao N. desta alongada elevação, correm as águas que irrigam as planícies do Mamoré; a W. se estende a planície cheia de dunas onde corre o rio Grande, tributário do Mamoré; à L. e NE. estão os formadores do Alto Paraguai; e, finalmente, ao S., a planura do Chaco.

O Planalto Chiquitano, apesar de completamente isolado, constitui o terreno mais firme e menos hostil para se ir do Alto Paraguai até a cordilheira andina.

A principal penetrante, a velha e precária rodovia Sta. Cruz de la Sierra — S. José — Roboré — Porto Suarez e a atual linha férrea internacional Brasil-Bolívia, que segue próximo e dobra aquele caminho, aproveitaram as elevações ou divisores secundários do Chiquitano.

O viajante que, de Corumbá (km 0) demanda a Sta. Cruz (aprox. km 650), utilizando a via férrea, procederá às seguintes observações:

— 8 km em território brasileiro, chato e baixo;

— penetrando na Bolívia vai até El Carmen (km 110) por sobre terrenos alagadiços;

— de Carmen até Roboré (km 150) a via férrea apoia-se nas fraldas da serra de Santiago;

— de Roboré até S. José de Chiquitos (km 400) a estrada vence o trecho mais difícil passando da serra de Santiago para a de S. José, isto é, cruzando o planalto de Chiquitano;

— da extremidade W. da serra de S. José até o corte do rio Grande, há uma sucessão de lomas ou ondulações, verdadeira série de dunas, conhecidas por lomeros;

— finalmente, do rio Grande até Sta. Cruz de la Sierra, há imensos areais, sem qualquer outro acidente digno de registro.

Examinando-se o perfil longitudinal da estrada, verifica-se que o ponto de menor altitude se encontra no km 50, próximo do banhado de Taquaral e que a maior altitude, 506 m, transposta pelos trilhos está em El Porton, próximo do monte Chochis.

O rio Grande, tributário do Amazonas, de regime torrencial e leito arenoso, será atravessado por uma grande ponte com cerca de..... 1.000 m.

Vegetação.

A vegetação neste trecho da Brasil-Bolívia é variada, conforme o solo:

— florestas ciliares ao longo dos rios Grande e Tucabana, ou Tucavaca, oferecem espécimes que dão excelente madeira para dormentes;

— caatinga, baixa, retorcida e espinhenta, nas zonas desprovidas de irrigação;

— carandazais extensos nos trechos alagadiços;

— formações campestres nas proximidades da serra de Santiago, com as variantes locais de "abayoy" constituída de arbustos formando moitas compactas e a "arboleta" caracterizada por árvores baixas e espaçadas;

— manchas de floresta compacta, do tipo que conhecemos com o nome de capoeirão de machado, nas proximidades do monte Chochis.

No restante da vasta planura do Chaco Boreal a vegetação dominante é rala, espinhosa e constituída de grandes campos abertos de aspecto mais rico nas proximidades dos poucos rios que clareamos adiante.

A raridade das águas correntes, a freqüência de solos salgados e o rigor da estação seca, dão à vegetação um caráter acentuadamente xerófito. Tem o aspecto das caatingas do NE. brasileiro, porém com diferenças que a individualizam como zona fitogeográfica ímpar na América do Sul.

Junto das lagunas, dos pequenos rios que confluem no Paraguai, próximo da margem direita deste rio e das margens do Pilcomayo, aparecem árvores ribeirinhas ou bosques em galerias, com algumas valiosas madeiras. Em lugares mais secos e com água subterrâneas, aparecem o quebracho, o algarrobo, etc.

Hidrografia.

Somente o Pilcomayo, limite S. do Chaco Boreal com o Chaco Central (Formosa), atravessa esta região de W. a L., perdendo seu

leito em braços sinuosos e mortos, em pântanos e em areais.

Todos os demais cursos que deram suas águas na margem direita do Paraguai, são de extensão diminuta, pequeno caudal, leito pouco profundo, volume irregular e inexpressivo. São rios que quase desaparecem na estiagem e que, por ocasião das chuvas, inundam extensas áreas.

Os arroios do interior não atingem o coletor principal, mas com as chuvas, se transformam em pântanos enormes que propiciam a formação de nuvens de mosquitos transmissores de febres.

Assim, a não ser nas margens do Paraguai, o abastecimento de água é precaríssimo, não só quanto à quantidade como à qualidade.

Os arroios, lagoas, empoçamentos ou poços do interior, quando existem, só retêm águas poluídas.

Comunicações.

As comunicações do oriente boliviano com o Brasil podem ser feitas pelos eixos:

— Sta. Cruz-S. José-Roboré-Pôrto Suarez-Corumbá, servido por velha e precária rodovia, dobrada pela atual via férrea internacional Brasil-Bolívia, com cerca de 650 km; e

— Sta. Cruz-Sto. Ignacio-S. Matias-S. Luiz de Cáceres, servido por precária rodovia.

Ligando estas 2 penetrantes, a rodovia S. Matias-Santo Corazon-Santiago, que como todas as demais do interior do Chaco, são muito precárias e só praticáveis no período da seca.

A Argentina pretende ligar futuramente Sta. Cruz de la Sierra à sua rede ferroviária por dois caminhos:

pelo planalto, a La Quiaca;

e pela planície, a Yacuba, perto da sua fronteira com a Bolívia e ponto terminal da linha que vem do nó ferroviário de Embarcation.

As comunicações do Chaco Paraguai com o Brasil, excluída a via fluvial do Paraguai, se fazem por precaríssimas estradas, melhor diríamos carreteiras, com

todos aqueles inconvenientes citados para as rodovias bolivianas.

Além destas, apenas ferrovias particulares, de bitola 0,75 m e destinadas ao escoamento de madeira, põe o interior do Chaco em ligação com pequenos portos do rio Paraguai:

Pôrto Casado.....	160 km
Pinasco	75 km
Sastre	70 km
Guarani	65 km
Palma Chica.....	25 km
Ibapobó	30 km

Destas, somente tem interesse militar a da Cia. Puerto Casado, a mais extensa, e que, no final do percurso, se liga por estrada com Lopez de Filipis (ora Mariscal Estigarribia), sede da guarnição militar do Chaco, distante aprox. 300 km do rio Paraguai. Fica Pôrto Casado próximo e ao S. da confluência do rio lindeiro Apa.

Clima.

São imprecisas as observações sobre o clima desta região, mas pode-se asseverar os seguintes fatos:

1º) as temperaturas são brutais, ora se elevando a mais de 40°, à sombra, no verão, ora baixando a perto de 0°, no inverno, por influência dos ventos gelados do S.;

2º) as chuvas, de um ano para outro, são muito irregulares e, de modo geral, insuficientes.

Verifica-se apenas 3 estações: verão, outono e primavera.

Os meses mais quentes são de novembro a fevereiro, e os meses menos quentes são de junho a agosto.

No verão, o calor é sufocante, atinge até 47°, à sombra, e tem a média de 39°.

No outono a média, ainda elevada, é de 35°.

As chuvas, muito irregulares, como já ficou dito, começam em setembro.

Os meses mais chuvosos estão entre novembro e abril.

Os meses mais secos são agosto e maio.

Os ventos dominantes durante todo o ano são os ventos do N., quentes e secos, e os do S., frios e úmidos.

Os ventos de E e W. são muito raros.

Os ventos do N. e os do W., quando estes aparecem, são, em regra, acompanhados de chuvas.

Já os de E., quando ocorrem, nunca trazem chuvas.

Os ventos do N. são com frequência acompanhados de nuvens densas de areia que formam dunas.

Salubridade.

A hostilidade do clima, as emanações dos pântanos que se formam com as chuvas, a falta de água e de todos os recursos, conferem a esta região o mais baixo índice de salubridade. A tudo isto, acrescentaremos a presença de carapatos, nuvens de mosquitos vetores de impudismo, borrachudos, carachás, motucas, etc.

São as seguintes as principais doenças verificadas ali:

— paludismo, que grassa endêmicamente em todo o Chaco, predominando como transmissores o "plasmodium vivax", próximo às margens dos rios e o "plasmodium falciparum", nas regiões a mais de 20 km das margens;

— a amebíase intestinal, que pouco aparece. A disenteria bacilar, entretanto, muito contribuiu para a mortalidade, durante a guerra do Chaco;

— a "ancilostomíase" que, no início da referida campanha, apresentou um elevado índice;

— a leishmaniose, conhecida como "boba" no Paraguai, que representa maiores surtos à medida que se avança para W.;

— o tracoma, na região do Boqueron;

— a varíola, a tuberculose e a lepra, que apresentam altos índices de morbilidade entre os índios;

— a doença de Chagas, que se desenvolve favorecida pelas condições climáticas e natureza das residências; mesmo nos fortins espalhados pelo Chaco, as casas são rudimentares, construções de bar-

ro que mal servem para abrigar os soldados das intempéries.

Economia.

A agricultura é pouco desenvolvida e se reduz a pequenas plantações para satisfação das necessidades locais.

A região de maior desenvolvimento agrícola fica situada pouco à W. de Porto Casado, ocupada por imigrantes menonitas.

A principal riqueza atual do Chaco está na extração do quebracho, árvore que atinge 8 a 10 m de altura, com elevado teor de tanino e que fornece madeira muito dura e imputrescível, utilizada na confecção de dormentes. O quebracho é uma planta que desafia aos estudiosos da botânica, pelos segredos que encerra e, em Londres, muito dinheiro já foi gasto para se lhe obter a reprodução, sem resultados. A planta começa como um capim, um de cujos pés mais se desenvolve e transforma numa árvore gigantesca. Não se transplanta e nossos melhores técnicos, ficam intrigados e não encontram explicações para isto; a semente lançada artificialmente no solo, nada produz. Vários estabelecimentos para extração de tanino, grande número dos quais pertencentes a argentinos, estão localizados próximo do Paraguai-Paraná, onde portos particulares facilitam o escoamento do produto.

Outra destacada expressão econômica da região está na criação do bovino crioulo. Muitas estâncias se desenvolvem particularmente próximo ao rio, pertencendo o maior número delas à República do Paraguai.

O petróleo será a maior riqueza do Chaco, em futuro próximo. Segundo Glycon de Paiva, a faixa petrolífera estudada provém do N. da Argentina e percorre o território boliviano, grosseiramente balizada pelo meridiano que passa em Sta. Cruz de la Sierra e até esta cidade; tem esta faixa a largura aproximada de 100 km; em Sta. Cruz inflêta para NW. e acaba por entrar no Peru.

Sua marcha, através de todo o território boliviano, alcança perto de 1.100 km, de N. ao S., e fica a cerca de 500 km da nossa fronteira.

Terá Mato Grosso, graças ao Tratado de 25 de novembro de 1937, entre o Brasil e a Bolívia, petróleo de primeira qualidade.

Inicialmente, para o escoamento, será utilizada a estrada de ferro de Sta. Cruz a Corumbá e, atingindo a produção boliviana, na zona de concessão brasileira, um montante de 15.000 barris diários, deverá se recorrer ao transporte em oleoduto (pipe-line) cuja instalação está prevista no Tratado.

Igualmente, pelo tratado de 25 de fevereiro de 1938, entre a Argentina e a Bolívia, as cidades de Sta. Cruz e Sucre serão ligadas à rede argentina.

Os interesses brasileiro e argentino convergem para uma mesma região, pertencente a um país de grande estabilidade política e de economia pouco desenvolvida.

População.

É muito diminuta a população do Chaco Boreal, é da ordem de 1 h/km². Nesta população há predominância quase absoluta de sangue índio.

Apresenta baixo nível cultural e, no interior, várias tribos ainda são francamente hostis.

Sómente próximo à margem direita do Paraguai encontramos inexpressivos centros populacionais e pequenas guarnições militares que dependem inteiramente do rio para suas comunicações. Os pequenos povoados, ao longo da ferrovia Brasil-Bolívia, começam a tomar algum desenvolvimento.

Sta. Cruz de la Sierra, grandemente afastada de nossa Fronteira e próxima da borda da Cordilheira, é a única cidade digna de importância. É o ponto de contacto das relações entre o planalto e a planície, mas que, antes da ferrovia e durante quatro séculos, viveu em seu isolamento, cercada de regiões de difícil penetração.

Hoje tem uma população de 20.000 h., aproximadamente, e desenvolvimento crescente, servindo

de intermediária para o comércio com Mato Grosso.

Está a uma altitude de cerca de 440 m, ou 426 m.

CHACO CENTRAL E AUSTRAL

O Chaco Central compreende todo o território argentino de Formosa e a parte N. da provincia de Salta, enquadrados entre os rios Pilcomaio e Bermejo, respectivamente ao N. e ao S.; o rio Paraguai a L. e a Cordilheira sub-andina, à W.

O Chaco Austral compreende a parte L. da provincia de Salta, todo o território do Chaco e a parte N. das provincias de Santiago del Estero e de Santa Fé.

Está o Chaco Austral enquadrado ao N. pelo rio Bermejo, à W. e ao S. pelo rio Salado até o paralelo 30° e depois por este paralelo até encontrar o rio Paraná que constitui seu limite.

Os Chacos Central e Austral interessam somente à Argentina; tem uma superficie aproximada de 500.000 km² distribuídas as maiores áreas para Formosa, Chaco e N. de Santiago del Estero.

Orografia e Hidrografia.

Os Chacos Central e Austral têm uma superficie ainda mais chata que o Chato Boreal. Nenhum acidente altimétrico quebra a monotonia da planície que se estende, com a largura de cerca de 600 km, do pé das cordilheiras sub-andinas à W., até o sistema Paraguai-Paraná, à L.

Com a altitude de apenas 300 m no pé das montanhas e de aprox. 100 m no sistema Paraguai-Paraná, a planície se apresenta de tal forma suave que o declive é imperceptível. O desenvolvimento da superficie se manifesta com inclinação tão insignificante que os 3 únicos rios que atravessam seu território, da Cordilheira ao coletor Paraguai-Paraná, isto é, o Pilcomaio, o Bermejo e o Salado ou Juramento, arrastam suas águas em cursos sumamente divagantes e sinuosos; seus leitos se ramifi-

cam em braços mortos ou se perdem em extensos pântanos.

Todos eles alagam grandes áreas durante as cheias e no período das secas se transformam, em muitos trechos, em pântanos ou lagoas, com um intrincado de arroios.

Certos trechos do Pilcomaio desaparecem completamente durante a estiagem que vai de setembro a outubro, como aconteceu em 1917, em que o rio secou durante 8 dias, entre os fortins Balivian e Margarinhos, afastados entre si de mais de 100 km. Estes 3 e únicos rios chaqueanos atravessam a planície sem receber um só afluente.

Apesar da extensão de seus cursos, não são aptos à navegação.

Só no Bermejo encontramos um serviço de pequenos vapores, no terço inferior do curso, que sofre muitas vezes interrupções, ou por falta de água, ou pela grande quantidade de troncos arrastados durante as cheias e que obstruem o leito. Neste rio o leito é arenoso, a corrente mais rápida e as enchentes mais bruscas.

No Pilcomaio a navegação não tem importância alguma; só é realizável durante as cheias por pequenas embarcações de 3" numa extensão de 200 km, da foz a Punta-Fontana.

O Pilcomaio deságua no Paraguai, próximo de Assunção, e serve em grande extensão de limite entre a Argentina e o Paraguai. Os cursos dos rios Pilcomaio e Bermejo, seguem a direção geral NW.-SE. e são praticamente paralelos.

Além destes 3 rios principais, numerosos outros vão ter à margem direita do Paraguai-Paraná, mas são rios inexpressivos, de pequena extensão, volume diminuto e irregular.

Muitos riachos descem a Cordilheira, mas se perdem nos areais a pouca distância da montanha.

Entre os 3 principais cursos mencionados se estendem enormes porções de terreno sem desagüamento e sem água superficiais, o que constitui um sério obstáculo ao desenvolvimento da população,

já que, doutro lado, a água dos poços é, em regra, salôba e não potável.

Sondagens profundas vêm sendo realizadas, mas só se tem encontrado águas salôbras.

Vegetação.

A vegetação do Chaco não é nem contínua, nem uniforme. A NW., no pé das cadeias sub-andinas, manchas de floresta alternam com vegetação raquítica, seca e espinhenta. Avancando-se para L., aparecem tufo de gramíneas misturados com grupos de palmeiras.

Na quase totalidade da região, a raridade das águas correntes, a frequência de solos salgados, o rigor e extensão da estação seca, dão à vegetação um caráter acentuadamente xerófito.

Perto dos rios Pilcomaio, Bermejo, Salado e em particular, do Paraná, aparecem algumas espécies xerófilas: o lapacho e o laurel.

Ao longo do Pilcomaio, em particular, aparecem árvores de certo porte e muitas palmeiras, entre as quais o carandá, típico do Chaco.

O solo em parte argiloso, em parte arenoso, é revestido em vários trechos de fértil capa de húmus que proporcionaria boas culturas se as chuvas não fôsem tão escassas e irregulares.

Economia.

As principais culturas se fazem próximo aos rios e são representadas particularmente pelo cultivo do algodão.

As estatísticas revelam rendimentos muito diferentes de um ano para outro, conseqüentes das irregularidades climáticas.

A principal riqueza está, entretanto, na extração do quebracho, a que já nos referimos no estudo do Chaco Boreal.

Aqui, o quebracho encontrado a E. do meridiano 81° de Greenwich, o quebracho "chaquenho" é mais rico em tanino (25 a 30 %) que o quebracho que se desenvolve a W. da mesma linha, o quebracho

"santiaguenho" ou "colorado" com apenas 10 % de tanino.

As maiores reservas se encontram entre o referido meridiano e à W. do Paraguai-Paraná.

Vários estabelecimentos para extração do tanino estão localizados próximo e ao longo do Paraguai-Paraná, com pequenos portos particulares que facilitam o escoamento do produto.

Outra marcante expressão econômica da região está na criação do bovino crioulo. As estâncias já são numerosas e estão localizadas principalmente perto e ao longo do sistema Paraguai-Paraná.

O sal é extraído das Salinas Grande, no limite SW. do Chaco. O distrito petrolífero argentino das serras sub-andinas de Salta e Jujui, fica situado próximo do limite NW. do Chaco Central.

Clima.

São também imprecisas as observações sobre o clima dos Chacos Central e Austral, mas pode-se asseverar os seguintes fatos:

1º) a região chaqueana constituída em sua maior área por Formosa, Chaco, N. de Santiago del Estero e de Sta. Fé, é a região mais quente da Argentina;

2º) são muito grandes as variações da temperatura num mesmo dia;

3º) o verão é muito longo e dura de 8 a 9 meses;

4º) as chuvas são muito irregulares de um ano para o outro.

A região está compreendida entre as isoterma 20 e 25° que crescem do S. para o N.

A temperatura máxima atinge a 46°.

O verão, muito longo, se estende de setembro a abril.

As chuvas, muito irregulares, diminuem acentuadamente do E. para W.:

1.400 mm em Formosa; 560 e 530 mm, respectivamente em Jujui (Esperanza) e Santiago, na região sub-andina que orla o Chaco pelo ocidente.

A seca é muito mais rigorosa e longa à W.

Em Formosa, as chuvas podem cair de outubro a junho.

A maior precipitação se verifica em novembro ou dezembro, em Formosa; em janeiro, em Sta. Fé e Santiago del Estero; e no mês de fevereiro, no território do Chaco.

População.

É diminuta a população nos Chacos Central e Austral e esta se condensa particularmente ao longo dos rios Pilcomaio, Bermejo, Salado e Paraguai-Paraná e em alguns centros sobre as vias férreas que vão ter às cidades de Formosa e Resistência. Estas cidades, capitais, respectivamente, dos territórios de Formosa e Chaco, tendo cada uma cerca de 20.000 h, são os maiores centros da região e se debruçam sobre o Paraguai e sobre o Paraná.

De modo geral, a densidade de população da região chaqueña argentina é superior a do Chaco Boreal, mas continua muito baixa, pouco mais de 1 h/km².

As províncias ou territórios que, em parte, interessam ao Chaco, apresentam, em seu conjunto, maior densidade demográfica:

Formosa	1,6 h/km ²
Chaco	4 h/km ²
Santiago del Estero ..	4,2 h/km ²
Santa Fé	12,7 h/km ²
Salta	1,8 h/km ²

O desenvolvimento futuro da população depende essencialmente da solução dos dois problemas:

aprovisionamento de águas e comunicações.

É forte a contribuição do sangue índio na massa da população, mas os aborígenes vão desaparecendo pouco a pouco, refugiando-se os remanescentes nas partes mais afastadas.

SÍNTESE

É o Gran-Chaco uma extensa região no centro do continente sul-americano, enquadrada pelos Andes e degraus andinos, à W. e ao N.; pelo sistema Paraguai-Paraná, à L.; e pelo paralelo 30°, ao S.

Interessa-nos sob o ponto de vista militar, em particular, a região do Chaco Boreal cujas características gerais são:

a) região baixa e plana, ou com inclinação muito suave de W. para L.;

b) drenagem escassíssima; somente 3 únicos cursos, sem afluentes que alagam grandes áreas durante as cheias; secam ou se transformam em pântanos ou lagoas, durante a estiagem; não se prestam à navegação, salvo em pequenos trechos, determinadas épocas e para determinadas embarcações;

c) falta absoluta de abastecimento de água, salvo ao longo dos poucos cursos;

d) clima brutalmente hostil, com temperaturas muito elevadas no verão ou muito baixas em certas épocas do inverno; grandes variações da temperatura num mesmo dia; verão muito longo e com média elevada; chuvas muito irregulares e, em grandes extensões, insuficientes.

e) baixo índice de salubridade;

f) vegetação agressiva, predominante do tipo savana, muito parecida com a do nosso NE. semi-árido, mas com características que lhe são peculiares;

g) penetração difícil e fixação quase impossível para o civilizado;

h) população mui rarefeita, com predominância de sangue índio, inculta e, por vezes, hostil;

i) poucos e pequenos centros, falhos de recursos e grandemente distanciados;

j) economia rudimentar no presente, com boas perspectivas na

exploração do petróleo, em futuro próximo;

k) comunicações feitas através de carreiras precaríssimas, extensas e só praticáveis na estação; ou pela ferrovia Brasil-Bolívia, de grande extensão, passando por centros intermediários sem nenhum valor econômico e com uma grande ponte. Esta ferrovia faz sistema com a N.O.B. que tem, próximo à entrada do Chaco, outra grande ponte:

l) um dos vértices do triângulo econômico da Bolívia definido por Cochabamba — Sucre — Sta. Cruz fica nesta região;

m) o eminente americano Preston James, em seu livro "Latin America", faz a seguinte consideração:

"A fraca posse da Bolívia sobre este território potencialmente rico, poderá facilmente acarretar perigosas disputas futuras, especialmente quando e se a exploração dos recursos petrolíferos for realizada";

n) não devem ser esquecidas as pretensões bolivianas na obtenção de uma saída mais favorável pelo rio Paraguai, através do Chaco, fato este que poderá motivar a reprodução de novos choques com a República do Paraguai.

BIBLIOGRAFIA

1. Latin América — Preston James.
2. Amérique du Sud — Pierre Denis.
3. Argentina — Kuhn.
4. Bacia do Alto Paraguai — Pedro Moura.
5. A ferrovia Corumbá-Sta. Cruz — Lima Figueiredo.

A INFLAÇÃO DE "FILAS" NO EXÉRCITO. O "É PROÍBIDO"

Cel. ANIBAL BARRETO

A) "FILAS"

— O Exército é democrata. Entretanto, nem todos os princípios democráticos podem ter aplicação generalizada na sua organização, sob pena de anular e atingir o âmago de sua estrutura, que tem por pedestal o princípio básico da Hierarquia gradual e sucessiva.

— A praxe já usual em alguns Estabelecimentos do Exército: de Ensino, Hospitalar, Comercial, Gabinetes, Repartições, etc., da instituição de "filas", tão populares e democráticas, necessárias e convenientes no meio civil, nas portas dos Cinemas, pontos de Ônibus, etc., mas inconvenientes e prejudiciais no Exército, vêm ferindo o princípio fundamental da Hierarquia e da Disciplina, apanágio que são das Forças Armadas.

— No Exército não podem ser estabelecidas "filas", considerando que já existe uma "fila" natural instituída pelas Leis e pelos Regulamentos — a Hierarquia — que compreende uma gama sucessiva de graduações e postos: de Cabo a Marechal.

— Ora, se esses Regulamentos e Estatutos estabelecem uma Hierarquia gradativa de postos e graduações no Exército, nenhuma determinação extra-regulamentar pode quebrar o estatuído, sem que sejam anulados os dispositivos regulamentares, bases precípuas dos alicerces em que se apoiam a organização e a estrutura do Exército.

— Ora, se esses mesmos Regulamentos e Estatutos impõem, obri-

gatória e taxativamente, deveres de subordinação, respeito e obediência, consideração e acatamento do menos graduado ao seu superior hierárquico, as "filas", ora usuais nas dependências acima citadas, anulam, completamente, essas judiciosas imposições, tão imperiosas e necessárias dentro do Exército.

— Onde há precedência regulamentar, não há igualdade.

— É humilhante e vexatório, para um oficial, ser atendido numa Repartição, Estabelecimento, Gabinete, etc., depois de um cabo ou soldado, considerando ter chegado esse minutos antes do oficial.

— E se esse soldado ou cabo for comandado desse oficial, mais vexatória é a situação de ambos.

— Será justo que um Ten.-Cel., fardado ou não, para se utilizar de um elevador no Quartel-General, entre em "fila" atrás de um soldado, de um tenente, ou de um funcionário?

— Onde está a Hierarquia?

— Na letra dos Regulamentos?

— É somente teoria?

— No Corpo de Tropa?

— Não. Os Regulamentos são para o Exército. Sua aplicação é genérica e não exclui as Repartições, os Gabinetes, os Estabelecimentos, etc.

— Um episódio passado, já há algum tempo, na Escola de Estado-Maior, bem caracteriza o que seja a inconveniente instituição de "filas" no Exército.

— Os soldados do Contingente daquela Escola, de tanto assistirem os Oficiais-Alunos entrarem

em "fila" — tenentes na frente de coronéis, maiores na frente de tenentes-coronéis, etc., convenceram-se que o Oficial-Aluno não tinha patente, portanto não tinham direito à continência e sinais de respeito.

Um dia, um passadigo da Escola, um soldado do Contingente passa por um Oficial-Instrutor e não faz continência. Interpelado pelo Oficial, prontamente o soldado respondeu: *"Pensei que o senhor fosse Oficial-Aluno"*.

Basta esse fato para caracterizar o mal, a quebra de disciplina, o desrespeito, a falta de consideração e acatamento que gera o uso pernicioso da "fila" no Exército, contrariando os preceitos regulamentares da sua estrutura orgânica — a Hierarquia, portanto a precedência.

— É preciso reagir.

— Urge um movimento de reação.

— Seria de bom alvitre que as autoridades militares meditassem sobre os males que vêm causando, dentro do Exército, essa praxe de "filas", principalmente nos Estabelecimentos Hospitalares e de Ensino, pondo cõbo a essa perigosa instituição, que tem causado aborrecimentos, vexatória e humilhante situação para o Oficial que é forçado, por circunstâncias especiais, dirigir-se a um Estabelecimento, Gabinete, etc., para ser atendido ou ouvido.

B) "É PROIBIDO"

Hoje, qualquer soldado, da PE ou não, servente, ajudante de porteiro, porteiro, barra a entrada de um oficial, mesmo coronel, em Gabinete ou Repartição quaisquer, apontando de dedo em riste para a plethora de "dizeres" fixados nas portas e nas paredes: "É proibida a entrada para qualquer pessoa — militar ou civil", "Só se atende em tais dias e de tais a tais horas".

E outros.

— Esclarece-se que não se trata de Dependência de Serviço Secreto ou Reservado. Não. Em qual-

quer Repartição, em princípio, deparam-se com esses dizeres e outros mais rígidos e chocantes.

— Ora, dentro do Exército, com essas determinações, proíbe-se, evidentemente, durante o expediente, a entrada de um oficial numa Sala, etc.

Qual a razão? Perturba o oficial o trabalho? É um estranho? De certo que não. O oficial não é um estranho dentro de um Quartel, ou Repartição. É um elemento profissional e permanente do Exército.

Esses "dizeres" tão comuns, geram o descontentamento, dando margem a que um soldado ou servente, na sua pouca instrução e compreensão, muitas vezes, diga consigo, na sua linguagem usual e popular — *"Barrei esse cara"*.

Tudo isso se reflete numa mal-estar no seio do Exército. Tudo isso é vexatório e contraproducente.

Se alguns oficiais aceitam essa situação de monoprêzo pelo seu posto, tempo de serviço e função, por temperamento, ou conveniência, outros sentem-se humilhados e revoltados, intimamente, por esse monoprêzo, vedando-se-lhe os passos dentro de sua casa, isto é, dentro do Exército.

— Será transgressão um oficial pretender colher de um companheiro uma informação de seu interesse, ou de um seu camarada, em uma Repartição?

Porque essa rigidez?

Não tenho o intuito de criticar as autoridades senão colaborar com essas palavras, no sentido de ver restaurados o respeito, o acatamento e a consideração que merece o oficial, onde quer que se apresente, já pelo seu posto, função e tempo de serviço prestado com renúncia e patriotismo ao Exército.

— Sem o acatamento que faz jus, não pode haver disciplina consciente, ordem e trabalho eficaz.

— É preciso que saibamos manter de pé os regulamentos básicos do Exército. Se seus alicerces não forem sólidos, a sua estrutura e

a sua cúpula não se poderão manter firmes, desmoronam-se.

— Só se mantém Ordem com Disciplina.

— Só se mantém Disciplina com Hierarquia.

— Só prevalece a Hierarquia com o respeito aos postulados regulamentares, que nos conduzem, espontaneamente, à Disciplina consciente e ao bem-estar moral que nos asseguram os Regulamentos e as Leis.

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas:

A RENOVACÃO — Magazim do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-8798.

BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA. — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.

COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA. — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.

IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA. — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.

JOALHERIA HERMAN — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEX — Fone: 48-8502 — Q. G. Tel. 43-8286 — Prala Vermelha — Tel. 26-0043.

MALHARIA CLIPER LTDA. — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.

CIA. FIACÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEURER" — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.

CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI — Casa fundada em 1895 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.

CIA. FIACÃO E TECELAGEM MORAES SARMENTO — Caixa Postal, 47 — Tel. 1143 — Juiz de Fora — Minas Gerais.

FERREIRA GONÇALVES & CIA. LTDA. — Artigos sanitários em geral e instalações sanitárias — Avenida Paraná n. 59 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

PRODUTOS ROCHE — QUÍMICOS E FARMACEUTICOS S.A. — Rua Morais e Silva, 30 — Rio de Janeiro.

BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S.A. — Matriz: Rua do Carmo n. 65 — Tel. 52-4013 — Agências: Rua Figueiredo Magalhães, 22 — Tel. 37-9223 — Rua 24 de Maio, 1357 — Tel. 49-2400.

NEVES & CIA. LTDA. — Armadores — Enderêço telegráfico: "NEVESCO" — Rua Braz Cubas, 17 — Telefone 2-6235 — Santos — Cuters: Flamengo e Itamaraty — Agentes em: Paranaguá, Antonina, São Francisco, Joinville, Angra dos Reis e Rio de Janeiro.

SIDERURGIA

PIMENTEL GOMES

A Indústria do aço — indústria de base, pesada, de alta tecnologia e estreitamente ligada aos fenômenos internacionais — está em franco movimento de dispersão. Concentrado a princípio na Grã-Bretanha, invadiu, posteriormente, a Europa Continental e os Estados

Unidos. Penetrou à Rússia. Atualmente se expande promissoramente em muitos países novos da América, Oceania e África, bem como em velhos países asiáticos que entraram numa fase de rejuvenescimento.

Vejamos alguns dados.

PORCENTAGEM SOBRE A PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇO

	1929	1953
Estados Unidos e Canadá.....	48,8	45,3
Europa Ocidental e Iugoslávia.....	40,8	27,9
União Soviética.....	4,1	15,0
Europa Oriental (Satélites da Rússia).....	3,6	4,9
Outros países.....	2,7	8,9
	100,0	100,0

Em 1951, os Estados Unidos produziram 95.378 milheiros de toneladas de aço; a União Soviética produziu 31 milhões; a Grã-Bretanha, 15.793 milheiros de toneladas; a Alemanha Ocidental, 13.506 milheiros; a França, 9.835 milheiros; o Japão, 6.497 milheiros; a Bélgica, 5.071 milheiros; a Itália, 3.063 milheiros; a Polônia, 2.750 milheiros; a Índia, 1.522 milheiros; a Suécia, 1.503 milheiros; a Austrália, 1.456 milheiros; a União Sul Africana, 1.007 milheiros; o Brasil, 828 milheiros; a Espanha, 808 milheiros; a Holanda, 554 milheiros; a China, 500 milheiros; a Argentina, 150 milheiros; o Chile, 185 milheiros.

Continuava, então, em expansão rápida, a indústria siderúrgica de muitos países. Acreditam os técnicos

que, em consequência, este ano os Estados Unidos produzam 110 milhões de toneladas de aço; a União Soviética deve produzir 37 milhões; a Alemanha Ocidental, 16.500 milheiros; a Polónia, 3.300 milheiros; a Índia, 2 milhões; o Brasil, mais de um milhão; o México, 800 milheiros; o Chile, 300 milheiros; a China, talvez um e meio milhões de toneladas. Há progresso acentuado também em outros países.

Há novos planos de desenvolvimento da indústria siderúrgica programados ou em execução mais ou menos acelerada. Se os planejamentos forem realizados, em 1955, a Polónia produzirá 4.600 milheiros de toneladas de aço; a Tchecoslováquia, 3.500 milheiros; a România, 1.250 milheiros. A Rússia quer produzir 60 milhões de toneladas de

aço em 1960 ou 1962. Na América, a Colômbia, o Peru e a Venezuela em breve estarão fabricando ferro gusa e aço. O Egito está instalando uma usina siderúrgica com 100 mil toneladas de capacidade. Fala-se na construção de uma usina de igual capacidade em Portugal, onde há algum minério de ferro. Quanto ao nosso país, há vários planos que, se executados, elevarão nossa atual produção a uns três milhões de toneladas em 1956 ou 1957.

Volta Redonda, cuja capacidade anual de fabricação elevar-se-á a 710 mil toneladas depois de agosto deste ano, quando será concluído o primeiro programa de expansão, tem outro plano organizado que, realizado, permitirá produzir um milhão de toneladas de aço. Uma grande companhia teuto-brasileira está instalando uma usina siderúrgica nas proximidades de Vitória, a pitoresca Capital do Espírito Santo. Deverá fabricar 400 mil toneladas de aço. Projeta-se a construção de duas novas usinas: uma em Laguna, Santa Catarina, com 350 mil toneladas de capacidade; outra ainda em Vitória, com 700 mil toneladas de capacidade. A preferência dada à Vitória, que terá duas usinas siderúrgicas se os projetos se realizarem integralmente,

deve-se ao fato de ser o ponto de encontro do minério do rio Doce com os coques de Santa Catarina e importados. Há outras razões ponderáveis que permitem aos técnicos das Nações Unidas considerá-la em condições de produzir economicamente aço para o Brasil e os mercados do Prata e da África meridional. As outras usinas já existentes produzirão umas 100 mil toneladas em 1956 ou 1957. Em São Paulo, organiza-se uma companhia que construirá uma usina siderúrgica nas proximidades de Santos. O projeto merece a aprovação do governador Lucas Garcez.

Naturalmente, não ficaremos aí. O Brasil precisará de uns seis milhões de toneladas de aço em 1960 e de uns dez milhões em 1966. E a produção continuará em ritmo crescente. O futuro siderúrgico está sendo, porém, ameaçado pelas exportações, maciças e a preços baixos, de manganês, elemento semiraro, absolutamente indispensável. O que o governo matogrossense quer fazer arrendando as minas de Urucum por cinquenta anos a um truste estrangeiro é um verdadeiro absurdo. Revela absoluta ignorância da conjuntura brasileira e mundial. Reduz o Brasil às condições humilhantes de uma colônia africana.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAUMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

ASPECTOS GERAIS DOS PROBLEMAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL NO EXÉRCITO

Ten.-Cel. JOÃO BAPTISTA PEIXOTO

I

1) Panorama geral.

O nosso Exército possui muitas obras de assistência e previdência social, algumas das quais são até bem antigas.

Tais obras, entretanto, foram surgindo, aqui e ali, sem obedecerem a um plano de conjunto baseado em pesquisas e análises prévias e, por isso, se encontram demasiadamente dispersas, para o que tem contribuído muito a própria distribuição das suas Unidades e Estabelecimentos pelo nosso imenso território, segundo um critério eminentemente político-militar.

Em vista da *variação de recursos* existentes nas sedes das guarnições localizadas em regiões de características fisiográficas e econômicas diferentes, a consequência é o acentuado contraste que se verifica entre determinadas guarnições privilegiadas pela sua localização e outras condenadas a enfrentar toda sorte de dificuldades impostas pela carência de recursos locais.

Reduzir ou eliminar tão grave desequilíbrio, suprimindo progressivamente as dificuldades existentes nas guarnições de poucos recursos é, pois, uma das principais medidas que se impõe no sentido de se nivelar a base sobre a qual deverá se assentar qualquer obra social a ser erigida no organismo militar.

Acontece ainda que os problemas locais a serem resolvidos são muito variáveis, de guarnição para

guarnição, enquanto que os problemas de conjunto são intimamente entrosados, não comportando, por isso, soluções separadas.

Dai a necessidade de se sistematizar as atividades isoladas e, ao mesmo tempo, se orientar e coordenar as atividades de conjunto mediante planos conexos.

2) A criação da CESSE (Comissão de estudos).

Dentro desta ordem de idéias é que foi criada a Comissão Especial do Serviço Social do Exército, por iniciativa do Exmo. Senhor Gen. Canrobert Pereira da Costa, quando Ministro da Guerra.

A missão que foi dada à CESSE consistia em estudar, sob todos os aspectos, os problemas sociais do Exército; planejar a organização de um Serviço Social no Exército com aproveitamento de órgãos existentes; propor ao Ministro da Guerra as medidas administrativas indicadas para sistematização e desenvolvimento de todas as atividades relacionadas com a assistência e a previdência social no Exército.

A Comissão Especial do Serviço Social não teve, pois, nenhum encargo executivo. O seu trabalho seria o de estudar os problemas sociais da comunidade militar; projetar as medidas mais indicadas para solucioná-los; propor a execução destas medidas ao Ministro da Guerra.

Para descumbrir-se desta tarefa, a CESSE foi organizada, desde logo, em 4 divisões;

— uma para estudar os problemas de assistência (Div. Assistência);

- outra para estudar os problemas de previdência (Div. Previdência);
- outra para realizar pesquisas e elaborar os anteprojetos de medidas governamentais, indicadas pelo planejamento (Div. Planejamento);
- finalmente, outra para se encarregar da orientação, coordenação, sistematização e desenvolvimento das obras já existentes e das que fôsseem criadas (Div. Administração).

A idéia de se designar uma Comissão Especial, para estudar os problemas sociais do Exército, partiu do Exmo. Sr. General Paulo de Figueiredo, quando Sec. Geral do M.G. O Exmo. Sr. Gen. Canrobert Pereira da Costa, então Ministro da Guerra, foi quem a criou, em caráter permanente, por Aviso de 14-X-950. Ao Exmo. Sr. General Ignácio José Veríssimo foi a quem coube a delicada missão de dirigir a montagem e o funcionamento daquele pequeno mas importante órgão, para o qual convergiu, desde logo, a atenção geral do pessoal do Exército.

3) Medidas preliminares.

Para desempenhar tão complexa tarefa não podia deixar a CESSE de estudar, preliminarmente, em que consistia, sob todos os aspectos, o que se chama "Serviço Social", e também como se apresentava a comunidade militar sob o ponto de vista social, uma vez que se pretendia dotar o Exército de tudo que fôsse indicado por aquele serviço e que viesse contribuir, de maneira eficaz, para corrigir ou desfazer certas deficiências existentes, tendo em vista estabelecer, em toda a classe militar, o indispensável equilíbrio social, cuja importância dispensa argumentos.

Duas séries de proveitosas conferências foram realizadas por competentes professores e várias visitas foram realizadas a organizações sociais já existentes, no país e no estrangeiro.

Ao mesmo tempo, foi efetuado um amplo inquérito objetivando proceder o levantamento dos re-

ursos existentes em cada uma das nossas guarnições, não só para colher dados reais quanto aos problemas de cada uma, como também para se reunir elementos indispensáveis à análise de conjunto.

4) Dados fornecidos pela análise de conjunto.

A análise das informações prestadas pelos comandantes de guarnições revelou muitos aspectos de grande importância para orientação geral dos trabalhos da CESSE:

- mostrou, por exemplo, que os problemas das diversas guarnições são extremamente variáveis, devido a uma série de circunstâncias, entre as quais destacam-se a localização geográfica, os recursos econômicos, a importância política da sede e, finalmente, o efetivo militar da guarnição;
- revelou também o acentuado contraste existente entre os recursos das Guarnições mais necessitadas e as mais privilegiadas;
- através do referido inquérito, ficou evidenciado que o problema social n. 1 dos militares e o problema de habitação, vindo, em 2º lugar, o problema de assistência médica resultante da falta de recursos para tratamento da saúde na maioria das guarnições do interior; e em 3º o problema de alimentação, mais acentuado na Região Norte e nos grandes centros do que nas regiões meridional e central do país;
- o exame das referidas fichas permitiu, ainda, repartir as guarnições em 4 grupos, de acordo com as respectivas necessidades sendo o 1º constituído das guarnições mais necessitadas e o 4º, da guarnição mais privilegiada, ficando entre estes dois grupos o 2º, constituído das guarnições regulares e o 3º, no qual foram incluídas as boas guarnições;
- ficou também evidenciado que o projetado Serviço Social se-

ria mesmo um verdadeiro remédio contra velhos males do organismo militar, pois que viria desvencilhar de determinados órgãos especificamente militares, certos encargos eminentemente sociais.

A dupla função militar e social que vêm exercendo alguns serviços logísticos do Exército, além de sobrecarregá-los forçosamente está afetando sua própria eficiência.

Transferir, portanto, gradativamente, para a esfera do Serviço Social, os encargos Sociais que aqueles órgãos vêm desempenhando cumulativamente com a sua função precípua de atender à tropa, parece constituir, sem dúvida, uma das mais importantes medidas a serem tomadas, que corresponderá não só aos interesses da família militar como do próprio Exército.

5) A criação dos Centros Sociais.

Como resultado dos primeiros trabalhos efetuados pela CESSE, foi sugerida a criação dos Centros Sociais (conjunto de obras de âmbito local) nas sedes das guarnições, proposta esta que foi aprovada em Aviso de 11-I-952 e que constituía, sem dúvida, uma medida feliz comprovada pelos resultados alcançados em pouco tempo.

Os Centros Sociais, criados aqui e ali, de acordo com os recursos próprios de cada guarnição, são os verdadeiros alicerces da obra social a ser erigida pelo Exército.

6) Outras medidas projetadas.

Entre outras medidas sugeridas pela CESSE, de conformidade com a missão que lhe foi atribuída, constam:

a) um anteprojeto de lei dispondo sobre o montepio militar, apresentado como substitutivo a uma proposição submetida à Câmara dos Deputados pelo Deputado Lôpo Coelho.

Este anteprojeto, que consubstanciou estudos realizados pela CESSE sobre a matéria, foi tam-

bém encaminhado à Comissão designada pelo Presidente da República para elaborar o projeto de uma nova lei de Pensões comuns às três Forças Armadas do país, e que viesse codificar e atualizar a legislação existente sobre o assunto.

b) um anteprojeto de lei, estabelecendo novo critério para o aluguel de imóveis residenciais pertencentes ao M.G., tendo em vista não só corrigir desigualdades existentes como também instituir um fundo imobiliário destinado à conservação dos imóveis existentes e a construção gradativa de outros.

E que, atualmente, não há um critério rígido para cobrança dos aluguéis. Em alguns casos, são cobradas as taxas de 2 % e 7 % (Aviso n. 66, de 9-II-939) sobre os vencimentos, em outros (apartamentos da E.A.O. e da Praia Vermelha), os aluguéis foram fixados sem obedecer às taxas mencionadas, sendo diferentes para cada caso.

Tais quotas são recolhidas ao Tesouro Nacional, sem assegurar, sequer, ao Ministério da Guerra, o direito de lançar mão delas para própria conservação das casas.

No anteprojeto de lei em apêço foi sugerido:

- taxa de aluguel mínima de 10 % e máxima de 25 % sobre os vencimentos fixos de cada morador;
- distribuição de 25 % da importância arrecadada aos Centros Sociais para fins de conservação dos respectivos prédios;
- recolhimento de 75 % da importância arrecadada à C.G. E.G., para constituição de um fundo imobiliário, destinado à construção de novas casas, começando pelas guarnições mais necessitadas do interior.

c) um anteprojeto de lei criando o Serviço Social no Exército, com a finalidade de sistematizar e desenvolver todas as atividades relacionadas com a assistência e a previdência social no M.G., se-

gundo normas de auxílio e amparo à família. O projeto em apêço, fruto de metucioso estudo, por parte da Comissão, foi concluído em março de 1952.

Neste anteprojeto se cogitou apenas de se dotar o Exército de um Serviço destinado a atender as necessidades básicas assistenciais e providenciais dos seus elementos. Tratou-se somente de criar um Serviço que ficasse encarregado da sistematização e do desenvolvimento progressivo das obras sociais do Exército, nos moldes de outros serviços similares já existentes, em outras classes, tanto no país como no estrangeiro. Para elaboração deste documento, foram consultados muitos outros congêneres. Pela sua própria estrutura, podemos verificar que o seu conteúdo não apresenta grandes inovações.

Contém êle:

- a finalidade do Serviço;
- as obras sociais, já existentes, que poderão integrá-lo, além de outras que forem criadas;
- a articulação geral dos órgãos de direção e execução com os diversos escalões de comando;
- as funções gerais do Serviço;
- os recursos financeiros, as normas gerais para arrecadação dos mesmos e as limitações para aplicação do patrimônio do Serviço;
- as atribuições dos diferentes órgãos;
- o critério geral para prestação dos benefícios.

II

CONCREITOS GERAIS SOBRE SERVIÇO SOCIAL

1) Definição, função e divisão do Serviço Social.

"Serviço Social" é um conjunto de órgãos dispostos harmonicamente para o fim de servir a uma determinada coletividade, auxiliando e amparando a pessoa humana quer individualmente quer em grupo, segundo métodos e pro-

cessos indicados pela ciência e pela técnica. Como a família é a célula da sociedade, ela é o objeto principal do Serviço Social, o qual nem por isso deixa de ter ação quer sobre o indivíduo quer sobre a própria coletividade.

De conformidade com este conceito se deduz que o Serviço Social tem uma dupla função em relação à família, que é a de assisti-la enquanto o seu chefe for vivo e a de ampará-la após a morte deste.

Dai a sua divisão em:

*Assistência Social e
Providência Social.*

Como o alimento, a casa, a saúde e a capacidade de trabalho são os elementos essenciais da produtividade e da harmonia social, a assistência alimentar, juntamente com a assistência imobiliária e a assistência médica e a educacional constituem um grupo que podemos chamar de assistência básica, enquanto que a assistência recreativa, juntamente com a assistência econômica, a assistência financeira e a assistência moral e religiosa constitui o grupo de assistência complementar. Da mesma maneira, a forma básica de se amparar a família é através da Pensão, enquanto que o Seguro constitui uma forma complementar de se realizar a Providência.

2) Objetivos do Serviço Social.

A finalidade precípua do Serviço Social é, pois, servir a sociedade através de obras de assistência e amparo do indivíduo e da família.

Os seus principais objetivos são:

- o reajustamento social e o equilíbrio da comunidade;
- a harmonia e a produtividade per-cápita e coletiva;
- o pleno desenvolvimento da personalidade humana no sentido do bem comum.

3) As principais obras de assistência social.

- no setor de alimentação: granjas para criação de aves

e animais e também para plantação de frutas e legumes; armazéns de gêneros alimentícios e artigos de uso doméstico; açougues; padarias; bares e restaurantes;

- no setor de *habitação*: vilas residenciais constituídas de casas isoladas ou edifícios de apartamentos para aluguel, situados nas proximidades dos locais de trabalho; casa própria, adquirida com financiamentos concedidos por Carteiras Imobiliárias;
- no setor de *higiene e saúde*: hospitais gerais, dotados de enfermarias, salas de operações e curativos, ambulatórios e outros serviços complementares para radioterapia, radiologia, fisioterapia, pesquisas e análises; postos médicos dotados de aparelhagem para o pronto socorro; clínicas especializadas; gabinetes odontológicos; postos de higiene infantil e puericultura; maternidade; creches; laboratórios químicos e farmacêuticos; drogarias; farmácias e perfumarias;
- no setor de *educação*: escolas para o ensino primário e secundário; escolas profissionais, cursos de arte; centros de estudo e ilustração cultural com salas de leitura e bibliotecas;
- no setor de *aquisições*: pequenas lojas para fornecimento de utensílios básicos de uso pessoal e doméstico; serviço de encomendas, diretamente ligado aos centros produtores;
- no setor de *recreação*: cinemas, esportes, clubes, colônias de férias e excursões;
- no setor da assistência financeira: carteiras de empréstimos pecuniários; caixas mutuais; carteiras de *pecúlios*;
- no setor da assistência espiritual: *serviço religioso* e *serviço funerário*;

— no setor da assistência jurídica: *serviço jurídico*.

4) *As principais obras de previdência social.*

Carteiras de pensões (ordinária e especial) instituídas para o fim de amparar os herdeiros dos contribuintes.

Carteiras de seguros (sociais e privados) criadas para o fim de complementar o benefício da pensão.

5) *As fases do trabalho de organização do Serviço Social.*

Como sabemos, organizar é dispor órgãos coordenadamente para desempenharem determinadas funções, a fim de se alcançar certos objetivos.

A tarefa de organizar um Serviço Social pode ser decomposta nas três fases seguintes:

1ª) *Fase preliminar, compreendendo:*

- *reunião de dados* para estudo, incluindo pesquisas, inquéritos e subsídios diversos indispensáveis à ambientação geral com o tema;
- *análises objetivas* destinadas a revelarem elementos orientadores do planejamento.

2ª) *Fase executiva, compreendendo:*

- estudo dos problemas a serem resolvidos e da estrutura do sistema mais adequado às condições existentes e às obras a realizar;
- *planejamento da organização* do sistema (disposição e função dos órgãos de direção e execução);
- *regulamentação do sistema*, contendo a organização geral do Serviço, o papel de cada um dos seus órgãos e as normas gerais de funcionamento.

3ª) *Fase conclusiva, compreendendo:*

- medidas preliminares para *montagem progressiva* do Serviço;

- instalação gradativa dos diferentes órgãos e execução do respectivo trabalho;
- funcionamento do sistema e controle dos resultados.

6) Esquema da organização geral do Serviço.

1 — Órgão de direção geral, compreendendo:

‘Chefia;

Divisões do Serviço (Divisão de Assistência, Divisão de Previdência e Divisão de Administração).

2 — Órgãos executivos de assistência social:

- de âmbito geral — obras especiais;
- de âmbito regional — para servir a determinado grupo de Centros Sociais (hospitais gerais, colônias de férias, etc.);
- de âmbito local — Centros Sociais (conjunto de obras locais).

3 — Órgãos executivos de previdência social:

- Carteira de pensões;
- Carteira de seguros;
- Carteira de empréstimos.

III

OS PROBLEMAS ESTUDADOS

A CESSE não elaborou apenas um anteprojeto criando o Serviço Social do Exército. Ela estudou também todos os problemas assistenciais e previdenciais de maior interesse da comunidade militar, equacionando os fatores constantes e variáveis de cada um, em busca de soluções práticas e eficazes.

Em vista da conexão existente entre os diferentes problemas a serem tratados, foi adotado um método único para o estudo dos mesmos, método este que, em linhas gerais, consistiu em dividir o trabalho respectivo nas seguintes partes:

- a) reunião de dados para estudo (legislação, publicações, da-

dos técnicos fornecidos por pesquisas e inquéritos e outros subsídios considerados úteis à orientação dos trabalhos);

b) elaboração de documentos indicadores das medidas a serem adotadas, tais como, apreciações analíticas gerais e parciais, sugestões, relatórios, etc.;

c) redação de documentos de caráter doutrinário ou executivo, baseados nos estudos analíticos efetuados, tais como anteprojetos de leis, avisos, regulamentos, instruções, etc.

Quanto ao problema de habitação (moradia nas guarnições) foram elaborados os seguintes trabalhos: levantamento dos imóveis residenciais existentes em cada guarnição; revisão da legislação em vigor sobre o aluguel e a distribuição dos imóveis pertencentes ao Ministério da Guerra; organização de um cadastro dos terrenos do Ministério da Guerra, apropriados para construções residenciais, em cada guarnição; criação de um fundo imobiliário destinado à conservação, reparação e construção de casas de guarnição; anteprojeto de um plano de financiamento para execução das obras previstas.

Quanto ao problema de alimentação, foi estudado o aproveitamento dos recursos existentes, em cada guarnição, no sentido de se criar e desenvolver as seguintes obras de assistência alimentar: granjas, para o fornecimento de frutas e legumes, aves e ovos, leite, etc.; armazéns, para o fornecimento de gêneros alimentícios e artigos de consumo doméstico; açougues, padarias, bares e restaurantes, etc.

Quanto ao problema de higiene e assistência médica, foi estudado o aproveitamento dos recursos civis e militares já existentes em cada guarnição; a interferência da Comissão no sentido de orientar o aproveitamento em questão; a criação de novas obras, tais como: hospitais gerais dotados de enfermarias, sala de operações e de curativos, ambulatórios com serviços clínicos e cirúrgicos e ou-

tros serviços complementares para radiologia, radioterapia, fisioterapia, pesquisas, análises, etc.; hospitais especializados e sanatórios; postos médicos dotados de ambulatórios, alguns aparelhados para o serviço de pronto socorro: — clínicas especializadas; gabinetes odontológicos, postos de higiene prenatal, higiene infantil e puericultura; maternidades dotadas de salas de partes e de curativos, ambulatórios e berçários, lactários, cozinhas dietéticas e creches; laboratórios químicos e farmacêuticos; drogarias, farmácias e perfumarias.

Quanto ao problema de aquisições, foi estudado a organização de pequenas lojas para fornecimento de utensílios básicos de consumo pessoal e doméstico, nas guarnições em que o comércio local não correspondesse às necessidades mínimas; a organização de um serviço de encomendas entregado preferencialmente com os próprios centros produtores.

Quanto ao problema de educação escolar, foram realizados os seguintes trabalhos: levantamento dos recursos existentes em cada guarnição, para o ensino primário e para o ensino secundário; aproveitamento desses recursos mediante intercâmbio de interesses complementares quer com as prefeituras municipais, quer com os governos estaduais ou mesmo com estabelecimentos particulares; a sistematização das obras educacionais pertencentes ao Exército e a criação de outras de interesse geral.

Quanto à assistência recreativa, foi estudado o aproveitamento dos recursos civis e militares já existentes nas sedes das guarnições, e também a criação de outras obras recreativas quer de âmbito local e regional, quer de âmbito geral, tais como, círculos sociais, cinemas, praças de esportes, colônias de férias, excursões, etc.

Quanto ao problema de pensões, foi realizado um amplo estudo da legislação que regula a matéria,

desde a criação do montepio, tendo em vista a sua revisão, não só no sentido de se ajustar o valor da pensão à sua finalidade precípua, como também de simplificar o processo de pagamento aos herdeiros.

Além do anteprojeto sobre o assunto acima referido, que foi apresentado como substitutivo a uma proposição submetida à Câmara pelo Deputado Lôpo Coelho, foi estudado também a organização e o funcionamento da Divisão de Previdência prevista no anteprojeto de criação do Serviço Social, tendo ainda se analisado as vantagens e inconvenientes da criação de um Instituto de Previdência das Forças Armadas, que viesse centralizar tudo que se referisse a pensões, seguros e empréstimos nos três ministérios militares, aliviando-se gradativamente o Estado desse encargo.

Quanto ao problema de Seguros, foram realizados vários trabalhos, tendo em vista se estabelecer as bases para criação de um Seguro Social no Exército, inclusive estudos sobre a organização e o funcionamento de uma Carteira de Seguros, com a finalidade de complementar o benefício da pensão.

Da exposição acima é fácil deduzir que a CESSE não esteve inativa desde a sua criação, conforme pode parecer a muitos.

Aliás, grande parte dos trabalhos realizados pela Comissão foram publicados em seus Boletins de Divulgação, não só com a finalidade de se registrar o que foi feito, como também para difundir idéias e colher sugestões. Realmente, a tiragem desses Boletins sempre foi muito reduzida, mas todos os seus números foram distribuídos aos comandantes de corpos e estabelecimentos e, aproveitando idéias ali contidas, muitos Centros Sociais foram organizados em diversas guarnições, das quais 70 %, bem ou mal, já possuem o seu conjunto de obras assistenciais, graças ao elevado espírito de colaboração e à força de vontade de muitos chefes e camaradas.

AINDA SOBRE CAXIAS

Padre J. BUSATO, Capelão do Exército

Há tanta coisa interessante acêrca da vida de Caxias que seriam necessárias páginas e mais páginas de jornais, revistas e livros para poder esmiuçar uma existência tão cara para os brasileiros.

Ainda agora, acabo de ler o que "La Nacion", o importante órgão de imprensa argentina, escreveu acêrca do falecimento de Caxias. Trata-se de uma edição do jornal portenho saída à lume no ano de 1880, poucos dias depois da morte do duque.

Entre outras coisas, diz "La Nacion": "O duque de Caxias era, para os brasileiros, o Wellington do Império; ele usava de sua popularidade como o herói da Grã-Bretanha, sem pensar nos negócios do seu país, porém empregando-a só para servir ao bem e à concórdia dos seus partidos no terreno constitucional.

A seu nome estão ligados os fatos relacionados com a campanha do Maranhão, Minas, Rio Grande, do Uruguai e especialmente a grande guerra do Paraguai. Nas primeiras campanhas, em que agiu mais com sua política e moderação do que com seu gênio militar, pôs termo a perigosos movimentos revolucionários, contribuindo para a manutenção da unidade do Império e conquistando as simpatias dos próprios vencidos...

A República Argentina deve se associar aos funerais que se realizarão em sua memória, na sua pátria, onde ele subiu ao cume da glória, e começará a subir mais ainda, desde hoje, fora das suas fronteiras, aí onde sua espada brilhou perante as forças aliadas, como nos campos de Caseros e do Paraguai, desde Tuluacé até Lomas Va-

lentinhas. Honra e glória à memória do illustre duque de Caxias!"

Vê-se, portanto, como até no próprio exterior, Caxias gozava de uma fama digna de todo o louvor.

É que ele soube sempre respeitar a Bandeira perante a qual fizera o seu compromisso mais sagrado: de defendê-la em toda a parte.

Isto desde que surgiu, no Brasil, o primeiro símbolo, que data de 1822. Foi no interior da Capela Imperial, a atual Catedral Metropolitana do Rio, onde se achavam presentes muitas pessoas gradas do Império.

Perto do altar-mór, perfilados, em uniforme de gala, estão os comandantes e os porta-bandeiras dos vários corpos. Nuvens de incenso envolvem a Casa de Deus. O bispo, Dom José Caetano da Silva Coutinho, ergue-se e dá início à cerimônia litúrgica, determinando que lhe sejam apresentadas as Bandeiras, para a bênção.

Ao ser chamado o "Batalhão do Imperador", destaca-se, de um grupo de oficiais, um jovem tenente. O Imperador recebe das mãos do bispo celebrante a Bandeira, que a passa ao Ministro da Guerra, o qual, por seu turno, a entrega àquele tenente chamado Luiz Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias.

Foi um momento solene e de emoção para o jovem oficial quando, aos seus ouvidos, soam as palavras que o celebrante profere: "Recebe a Bandeira Santificada pela celeste bênção; seja ela terrível aos inimigos do povo cristão; conceda-te o Senhor a graça de, em seu nome e glória, penetrar com ela, poderosamente, atra-

vés dos esquadrões inimigos, incólume e seguro”.

Oxalá pudesse ler o que, naquele momento, se passava no íntimo do futuro Patrono do Exército Brasileiro! Como soube sem-

pre se portar, em tôdas as ocasiões, à altura de um cidadão, militar e pacificador.

Aquela Bandeira significava algo de importante para o coração de um patriota como Caxias!

RETRATO ROMANCEADO DO BRASIL

O Major LUCAS DA SILVEIRA lançou este ano *BRASILÉIA*, dando-lhe a classificação *romance*, embora não desenvolva um enredo à maneira dos clássicos da ficção. Trata-se, como diz o autor, de um retrato romanceado do Brasil, um longo cavaco cívico ponteadado de chistes, um mergulho no oceano dos problemas nacionais. Os pensamentos dos personagens voltam no passado, no presente e no futuro do Brasil.

O tema fundamental do livro, examinado especialmente no 16º capítulo, é a MUDANÇA DA CAPITAL da União para o planalto central do País. Os outros 15 capítulos tratam de assuntos diversos, encadeados naquele sentido. Destacamos NACIONALISMO (profissão de fé contra as idéias exóticas), O HOMEM E A TERRA (advertência aos fazedores de desertos), O ESTADO (conceituação e crítica ao grande número de nossos partidos políticos), ORGANIZAÇÃO CIENTÍFICA (princípios de técnica de administração), COMPLEXO ECONÔMICO (produção, repartição, circulação e consumo da riqueza), BRASIL (organização estatal), EXÔDO RURAL (tributário das favelas) e REFORMA AGRÁRIA (fixação do homem à terra). São 330 páginas de debate sobre assuntos brasileiros.

BRASILÉIA está à venda nesta Revista e custa Cr\$ 45,00.

Pedido pelo Reembolso Postal para o Diretor-Gerente —
Caixa Postal, 17 — Agência do Ministério da Guerra.

NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; criemos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTTSCH

● Frota automobilística nacional

Como era previsto, a frota automobilística nacional ultrapassou, no início do ano em curso, a casa dos 600.000 veículos. O número exato, anualmente, é de 610.233, assim distribuídos:

Carros de passageiros, 299.625; caminhões, 244.941; coletivos, 19.815; tratores e máquinas de terra-planagem, 20.508; motocicletas, 25.344. Total, 610.233.

Entre os carros de passageiros revelam os dados:

Carros de particulares, 239.705; carros de aluguel, 59.920. Total, 299.625.

O Estado que possui a maior frota, tendo-se em vista todos os tipos de veículos, é São Paulo, com o seguinte quadro:

Carros de passageiros, 109.761; caminhões, 89.131; coletivos, 5.961. Total, 204.857.

Pelo número acima, conclui-se que São Paulo, sozinho, possui 30 % de nossa frota. Em segundo lugar, coloca-se o Distrito Federal com 128.455 veículos assim divididos:

Carros de passageiros, 76.838; caminhões, 48.879; coletivos, 2.738. Total, 128.455.

Nos lugares imediatos, pela ordem, estão o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná.

Alguns Estados possuem mais caminhões que outros tipos de veículos. São eles: Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Alagoas, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Entre os Estados de menor frota (menos de 5.000 veículos) estão: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso.

● Artigos de "A Defesa Nacional" transcritos na "Revista da Cavalaria", de Portugal

O número de julho, do corrente ano, transcreve:

- *Três Comandantes de Regimento*, de autoria do Coronel Paulo Enéas F. da Silva e
- "A direção da guerra moderna", do General Guderian, tradução dos Ten.-Cel. Cesar Gomes das Neves e Maj. Heráclides de Araújo Nelson.

● Motores a Óleo Diesel

Existe, em Sta. Bárbara do Oeste, no Estado de São Paulo, próspera indústria de motores, a qual foi, recentemente, visitada pelo Governador Lucas Garcez.

São ali fabricados não só motores a óleo diesel como também máquinas e implementos agrícolas,

alguns exportados até para os Estados Unidos.

● Em atividade novo equipamento de Volta Redonda

Com o propósito de acelerar a conclusão das obras do primeiro plano de expansão que dará em breve a Volta Redonda, uma capacidade de produção anual de 710.000 toneladas de lingotes de aço, entraram em atividade pesadas máquinas da Fábrica de Estruturas Metálicas, uma unidade inteiramente nova de Volta Redonda e destinada a profundas influências na economia nacional. Estas máquinas prepararão além de outras, as estruturas dos novos fornos poços a serem instalados na Laminção, e entraram em ação quando o General Sylvio Raulino de Oliveira pôs em movimento uma tesoura dupla capaz de cortar cantoneiras de seis polegadas. Na mesma ocasião o Major Cyro Alves Borges, Diretor Industrial da CSN, acionou outras máquinas, estando em funcionamento punçadeiras, calandras, prensas e tesouros de grande porte. Embora sem o caráter de inauguração, o ato alcança importância, tendo em vista que Volta Redonda cada vez mais se basta a si própria, expandindo-se com muitos dos seus próprios decursos, o que é saudável para a economia nacional pela economia de divisas que representa. A inauguração da fábrica de estruturas dar-se-á quando se completarem as obras e montagens de suas oficinas, as quais, como todas as do programa de primeira expansão (segundo alto-forno, dois novos fornos de aço, bateria de 21 fornos de coque, etc.), se encontram bem adiantadas.

● Fundidas com as do Norte as estradas do Nordeste

Foram aprovados pelo presidente da República, recomendações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, relativas à remodelação da Rede Ferroviária do Nordeste e da

E.F. Sampaio Corrêa. Em novo despacho, o Chefe do Governo aprovou as recomendações da mesma comissão, relativas ao reaparelhamento de sete outras ferrovias, do Norte e Nordeste do país, e a fusão de todas elas em três grandes sistemas ferroviários, visando eliminar a duplicidade de instalações de reparos e administrações, bem como permitir o uso conjunto do material rodante e de tração.

O plano de remodelação foi elaborado pela Comissão Mista, em cooperação com o Departamento Nacional de Estradas de Ferro, do Ministério da Aviação e Obras Públicas e com as administrações das ferrovias interessadas.

FUSÃO DAS FERROVIAS

A fusão das estradas de ferro do Norte e do Nordeste é recomendada, obedecendo-se a três sistemas, assim distribuídos: com sede em Fortaleza, reunindo a Rede Viação Cearense e as Estradas de Ferro São Luiz-Teresina e Central do Piauí, com sede no Recife, compreendendo a Rede Ferroviária do Nordeste e as Estradas de Ferro Sampaio Corrêa e Mossoró-Souza; e, finalmente, com sede em Salvador, com a Leste Brasileira, a E.F. Nazaré, a E.F. Bahia-Minas e a de Ilhéus. Encontra-se em curso, no Congresso, uma proposta do presidente da República, recomendando a formação dessas três redes ferroviárias para atender às regiões do Norte e do Nordeste do Brasil. A Comissão Mista concorda plenamente com o projeto de lei, de vez que a fusão recomendada aumentará consideravelmente a eficiência das operações das redes ferroviárias naquelas regiões.

O DESPACHO

Aprovando as conclusões da Comissão Mista, o Presidente Getúlio Vargas exarou o seguinte despacho:

"Aprovo as conclusões do projeto da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, relativas ao reaparelha-

mento da Rede Viação Cearense, Estradas de Ferro São Luiz-Teresina, Central do Piauí, Mossoró-Souza e Leste Brasileiro.

As recomendações relativas ao tipo do material dependente de importação deverão ser reexaminadas, à vista das dificuldades do balanço de pagamentos e das possibilidades de fabricação, no Brasil, do equipamento ferroviário.

A remodelação e coordenação das Ferrovias do Norte e do Nordeste e a racionalização dos seus sistemas administrativos contribuirá para o desenvolvimento econômico de vários Estados daquela região, para o escoamento dos produtos locais e a melhor utilização do material rodante e instalações de conservação.

O governo está disposto a tomar as providências indispensáveis para a obtenção do financiamento que se fizer necessário, em moeda estrangeira, e a promover, com os recursos previstos no Plano SALTE e outras dotações orçamentárias mobilizadas através do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o financiamento das despesas em moeda nacional."

● QuadrimotORES da FAB em Dakar

O treinamento do "Serviço de Busca e Salvamento", na FAB, está sendo feito por aviões quadrimotORES e inclui a travessia do Atlântico.

Assim, a primeira travessia foi executada, com pleno êxito, com o quadrimotor B-17 n. 663, do "Centro de Treinamento de QuadrimotORES", que decolou de Natal às 19 horas do dia 1 set. p. passado e aterrou em Dakar às 5,34 do dia seguinte, cobrindo a travessia em 10 horas e 34 m.

Nessa primeira viagem, a guarnição prestou uma homenagem a Jean Mermoz, herói da primeira travessia do Atlântico, lançando no mar uma coroa de de flores naturais.

Outras viagens já foram realizadas com pleno êxito, entrando o treinamento na fase de rotina.

● O Exército constrói estradas de rodagem

DOS CAMINHOS DE CARGUEIROS E PICADÕES AS MODERNAS RODOVIAS DE HOJE — CERCA DE DOIS MIL QUILOMETROS JÁ FORAM ENTREGUES AO TRÁFEGO E MAIS DE TRÊS MIL SE ENCONTRAM EM CONSTRUÇÃO

A participação do Exército Brasileiro, na construção de ferrovias e rodovias, embora não seja conhecida do grande público, representa um inestimável serviço prestado ao país, ainda tão necessitado de vias de comunicação.

O trabalho desenvolvido pelas forças militares de terra, a esse respeito, pode ser dividido em duas fases, a primeira das quais teve início nos últimos anos do Império, estendendo-se até 1926, no governo Washington Luis. A partir desse ano, começou a segunda fase, com o emprêgo de normas técnicas mais aperfeiçoadas e o estabelecimento de um programa de construção de estradas rodoviárias, visando a intensificação das comunicações entre as mais distantes regiões do país.

CAMINHOS DE CARGUEIROS E PICADÕES

Os caminhos de carrgueiros e picadões, abertos nos primeiros tempos da colaboração do Exército na construção de estradas, constituíram o ponto de partida das rodovias hoje existentes. As vias para Foz do Iguaçu, União da Vitória, Xapacó, Xopim, etc., sucederam-se outras mais modernas, ladeando rios, marginando serras, interligando cidades distantes dos grandes centros urbanos.

AS PRIMEIRAS PROVIDÊNCIAS

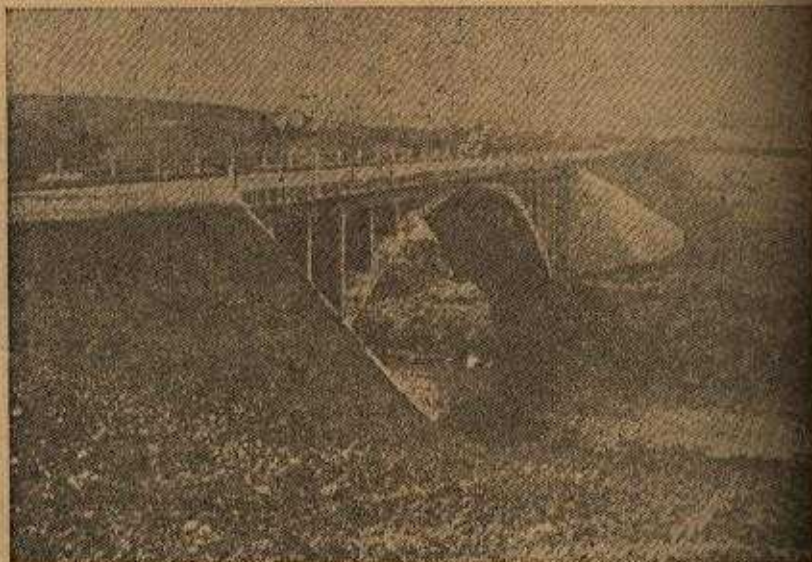
As primeiras providências sobre o aproveitamento do Exército na construção de vias de comunicação ocorreu em 1888, com a criação da Comissão Estratégica do Paraná, que tinha por objetivo a abertura de uma estrada com destino à Foz do Iguaçu.

Durante o governo de Campos Sales, seu Ministro da Guerra, Marechal João Nepomuceno de Me-deiros Mallet, utilizou batalhões e comissões militares, na abertura de estradas de interesse para a defesa nacional, estabelecendo-se, então, uma rede de vias estratégicas.

O 1º Batalhão de Engenharia, em 1901, deslocou-se desta capital rumo ao Estado do Paraná, conduzindo material para estudos, reconhecimento e exploração, atin-

thoramentos e serviços de conservação da via D. Francisca, ligando Joinville a Rio Negro.

Com o incremento da importação de automóveis, impôs-se uma melhoria técnica das rodovias, sendo construídas pelo 5º Batalhão de Engenharia, sob orientação mais moderna, as rodovias São João-Barracão (hoje denominada Dionísio Cerqueira), Capela da Ribeira-Curitiba, Curitiba-Joinville, assim como a extensão da atual Dionísio Cerqueira até Conrado.



A ponte sobre o Rio Santa Rita, com um vão de 50 metros, na rodovia Vacaria-Lagoa-Vermelha-Passo Fundo, construída pela Divisão de Obras e Fortificações do Exército

gindo, depois de três meses de dificuldades de toda espécie, o lugarejo denominado Guarapuava, sendo que os remates das obras empreendidas naquele Estado verificaram-se cerca de oito anos após.

ESTRADAS NO SUL DO PAÍS

Foram construídas, dentre outras, as estradas estratégicas da colônia da Foz do Iguaçu, Vila União da Vitória-Palmas e efetuados me-

Em 1934, o 2º Batalhão de Engenharia era empregado na melhoria da estrada Jaraguá-Vacaria, construindo, posteriormente, o trecho Laje-Passo do Socorro, enquanto o 3º Batalhão, prosseguindo o plano de ampliação das vias de comunicação, construía o trecho Vacaria-Passo do Socorro. Por sua vez, o 6º Batalhão abria estradas em Mato Grosso. E, daí por diante, vem sendo contínuo o trabalho do Exército, realizado em perfeita harmonia de vistas com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

OUTRAS VIAS DE COMUNICAÇÃO

A Engenharia Militar, ao mesmo tempo que realiza uma verdadeira obra de desbravamento das regiões mais longínquas do território nacional, efetua o treinamento de seus quadros e a formação de especialistas e reservistas rodo e ferroviários.

Presentemente, quatro Batalhões e cinco Comissões Militares conjugam seus esforços na construção de 3.004 quilômetros de rodovias.

CERCA DE DOIS MIL QUILOMETROS DE RODOVIAS

Os Estados do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Rio Grande do Sul foram beneficiados com a construção de novas rodovias. Assim é que o Exército abriu, naquelas unidades da Federação, por meios dos seus Batalhões rodoviários e Comissões de Estradas de Rodagem as rodovias Curitiba-Capela da Ribeira, Curitiba-Boqueirão, Curitiba-Joinville, São Francisco-Forte Marechal Luz, Campo

Grande-Bolicho Seco, Campo Grande-Cuiabá, Lajes-Rio do Sul, Vacaria-Passo do Socorro, São João-Conrado e Vacaria-Lagoa Vermelha-Passo Fundo.

As obras realizadas, nesse setor, pelas nossas forças armadas de terra e supervisionadas pela Divisão de Obras e Fortificações do Exército, custaram Cr\$..... 135.735.096,32, correspondente a 1.791 quilômetros.

● Produção de alumínio

Entrou no seu 2º ano de produção a "Eletro-Química Brasileira, S.A.", empresa estabelecida em Saramenha, nas proximidades de Ouro Preto.

Trata-se da única empresa produtora de alumínio da América do Sul. Abastece 51 indústrias, em 4 Estados do país. Nada menos de 7 unidades geradoras, representando o 3º maior grupo hidrelétrico no Estado de Minas Gerais, fornecem energia para a produção do alumínio da empresa.

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

NOTÍCIAS NAVAIS

Capitão-Tenente TRINDADE DE SOUZA

Extraído, "data vênia" da "Revista Militar", de Portugal, maio de 1953

II — MARINHAS DE GUERRA EM 1953

Comparando os efetivos em pessoal e o número de navios de funções essencialmente militares das Marinhas existentes, podemos agrupar as potências navais em 4 categorias:

A — *Grandes* — Estados Unidos, Inglaterra, Rússia;

B — *Médias* — Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, China, Espanha, Grécia, Holanda, Itália, Suécia, Turquia.

Entre as categorias A e B pode situar-se a França que está fazendo um diligente esforço para restaurar a sua Marinha de Guerra tão grandemente desgastada no período de 1939-1945.

C — *Pequenas* — Cuba, Dinamarca, Índia, Japão, México, Noruega, Nova Zelândia, Paquistão, Portugal, Sião.

D — *Muito pequenas* — África do Sul, Colômbia, S. Domingos, Equador, Egito, Finlândia, Indonésia, Israel, Peru, Filipinas, Polónia, Romênia, Venezuela, Iugoslávia.

Fora destes Grupos ficam ainda, por praticamente insignificantes, as Marinhas dos seguintes países: Bulgária, Burmo, Irlanda, Pérsia, Islanda, Panamá, Paraguai, Uruguai.

A — Grandes Marinhas

1 — Estados Unidos:

Pessoal — Navy: 835.000 homens; Marine Corps: 243.000 homens.
Navios —

36 Porta-aviões de combate:

- 1 de 60.000 toneladas (em construção) velocidade 30 nós;
- 3 de 45.000/60.000 toneladas — velocidade 33 nós;
- 13 de 30.800/40.000 toneladas — velocidade 33 nós;
- 11 de 27.100/33.000 toneladas — velocidade 33 nós;
- 2 de 14.500/18.800 toneladas — velocidade 33 nós;
- 6 de 11.000/15.000 toneladas — velocidade 33 nós.

67 Porta-aviões de escolta:

- 1 de 16.800 toneladas (em construção);
- 19 de 11.370/24.000 toneladas — velocidade 19 nós;
- 34 de 7.800/10.400 toneladas — velocidade 19,5 nós;
- 9 de 9.800/15.700 toneladas — velocidade 18 nós;
- 1 de 8.330/14.000 toneladas — velocidade 18 nós;
- 3 de 11.400 toneladas — velocidade 18 nós.

(*) Continuação do n. 471, de outubro de 1953.

15 Couraçados :

- 4 de 45.000/67.500 toneladas — velocidade 33 nós ;
- 4 de 35.000/44.000 toneladas — velocidade 28 nós ;
- 2 de 35.000/47.000 toneladas — velocidade 28 nós ;
- 3 de 32.500/40.000 toneladas — velocidade 21 nós ;
- 2 de 32.500/40.000 toneladas — velocidade 20,5 nós.

3 Grandes Cruzadores ou Cruzadores de Batalha :

- 3 de 27.500/34.250 toneladas — velocidade 33 nós.

25 Cruzadores pesados :

- 3 de 17.000/21.500 toneladas — velocidade 33 nós ;
- 3 de 13.700/17.000 toneladas — velocidade 33 nós ;
- 14 de 13.600/17.000 toneladas — velocidade 34 nós ;
- 1 de 10.000/13.700 toneladas — velocidade 32,5 nós ;
- 4 de 10.000/13.500 toneladas — velocidade 32,7 nós.

33 Cruzadores ligeiros :

- 2 de 14.700/18.000 toneladas — velocidade 32 nós ;
- 2 de 10.000/14.000 toneladas — velocidade 32,6 nós ;
- 27 de 10.000/14.000 toneladas — velocidade 33 nós ;
- 2 de 9.500/14.000 toneladas — velocidade 32,5 nós.

9 Cruzadores antiaéreos :

- 9 de 6.000/8.200 toneladas — velocidade 32 nós.

1 Cruzador chefe de "Task Force" :

- 1 de 17.000 toneladas — velocidade 33 nós.

5 Condutores de Flotilha :

- 1 de 5.500 toneladas — velocidade 34 nós ;
- 4 de 4.000 toneladas — velocidade mais de 30 nós.

335 Destroyers :

- 102 de 2.425/3.000 toneladas — velocidade 35 nós ;
- 53 de 2.200/3.000 toneladas — velocidade 34 nós ;
- 132 de 2.000/2.750 toneladas — velocidade 35 nós ;
- 48 de 1.630/2.450 toneladas — velocidade 37 nós.

249 Destroyers de escolta :

- 18 de 2.000/2.900 toneladas — velocidade 35 nós ;
- 6 de 1.450/2.230 toneladas — velocidade 35 nós ;
- 20 de 1.450/2.230 toneladas — velocidade 24 nós ;
- 136 de 1.400/2.150 toneladas — velocidade 24 nós ;
- 69 de 1.200/2.150 toneladas — velocidade 21 nós.

30 Lança-minas :

- 10 de 2.200/3.000 toneladas — velocidade 34 nós ;
- 19 de 1.630/2.750 toneladas — velocidade 37 nós ;
- 1 de 5.800/8.600 toneladas — velocidade 20 nós.

195 Submarinos :

- 2 de 2.500 toneladas (Propulsão atômica — em construção) ;
- 3 de 765 toneladas (Antisubmarinos) ;
- 7 de 1.525/2.500 toneladas (Antisubm.) velocidade 21/10 nós ;
- 6 de 1.560/1.800 toneladas — velocidade 15 a 20/17 nós ;
- 30 de 1.570/2.500 toneladas — velocidade 20/10 nós ;
- 90 de 1.500/2.400 toneladas — velocidade 20/10 nós ;
- 40 de 1.500/2.400 toneladas — velocidade 21/10 nós ;
- 2 de 1.500/2.400 toneladas (com projetis guiados) velocidade 20/10 nós ;
- 10 de (pesquisas Radar) ;
- 5 de serviços especiais.

378 Dragas-Minas :

- 59 oceânicos ;
- 57 de esquadra ;
- 67 com casco de madeira ;
- 81 costeiros ;
- 55 não magnéticos ;
- 69 não magnéticos (em construção).

159 Patrulhas :

de 251/338 a 640/900 toneladas.

40 Lança-rêdes apoios de barragem.

- NOTAS — (1) Dos números referentes à tonelagem dos navios de superfície, o primeiro é o do deslocamento "standard", o segundo é o do deslocamento com carga máxima.
- (2) Dos números referentes à tonelagem dos submarinos o primeiro é o do deslocamento à superfície o segundo o do deslocamento em imersão.
- (3) Dos números referentes à velocidade dos submarinos o primeiro indica a velocidade à superfície, o segundo a velocidade em imersão.

Além dos navios indicados possui a Marinha Americana grande número de unidades de desembarque de vários tipos, 56 navios de transportes, de 10.000 e 33.800 toneladas, 129 navios-tanques e uma numerosa miscelânea de navios auxiliares.

2 — Inglaterra :

Pessoal — 153.500 oficiais e praças (incluindo os "Royal Marines", "Women's Royal Naval Service" e "Queen Alexandra's Royal Naval Nursing Service").

Navios : —

23 Porta-aviões :

- 2 de 36.800/46.000 toneladas — velocidade 31,5 nós ;
- 2 de 26.000/32.850 toneladas — velocidade 32,5 nós ;
- 1 de 23.000/29.730 toneladas — velocidade 30,5 nós ;
- 3 de 23.000/30.000 toneladas — velocidade 31 nós ;

- 4 de 18.800 toneladas (em construção) ;
- 3 de 14.000/19.000 toneladas — velocidade 24,5 nós ;
- 6 de 13.000/18.000 toneladas — velocidade 24 nós ;
- 2 de 12.000/16.500 toneladas — velocidade 25 nós.

5 Couraçados :

- 1 de 42.000/50.000 toneladas — velocidade 28 nós ;
- 4 de 35.000/45.000 toneladas — velocidade 28 nós.

27 Cruzadores :

- 3 de 8.000 toneladas (standard) — velocidade 31,5 nós ;
- 1 de 8.000 toneladas — velocidade 29 nós ;
- 9 de 8.000 toneladas — velocidade 31,5 nós ;
- 2 de 5.900/7.500 toneladas — velocidade 32 nós ;
- 6 de 5.800/7.500 toneladas — velocidade 32 nós ;
- 1 de 11.500/15.000 toneladas — velocidade 32,5 nós ;
- 1 de 9.400/12.600 toneladas — velocidade 32,5 nós ;
- 4 de 9.100/12.400 toneladas — velocidade 32 nós.

97 Destroyers :

- 8 de 2.610/3.500 toneladas — velocidade mais de 30 nós ;
- 24 de 2.300/3.300 toneladas — velocidade 31 nós ;
- 4 de 1.980 toneladas — velocidade 34 nós ;
- 5 de 1.920 toneladas — velocidade 36 nós ;
- 5 de 1.760 toneladas — velocidade 36 nós ;
- 38 de 1.710/2.500 toneladas — velocidade 33 nós ;
- 8 de 1.710 toneladas — velocidade 34 nós ;
- 2 de 1.540 toneladas — velocidade 34 nós ;
- 3 de 1.540 toneladas — velocidade 31 nós.

185 Fragatas :

- 10 (em construção) ;
- 4 de 1.710 toneladas (ex-destroyers) — velocidade 34 nós ;
- 12 de 1.710 toneladas — velocidade 34 nós ;
- 19 de 1.580/2.400 toneladas — velocidade 19,5 nós ;
- 1 de 1.540 toneladas — velocidade 31 nós ;
- 16 de 1.450 toneladas — velocidade 18,5 nós ;
- 19 de 1.435/2.300 toneladas — velocidade 19,5 nós ;
- 31 de 1.370/2.200 toneladas — velocidade 18 nós ;
- 47 de 1.200/1.800 (ex-destroyers) — velocidade 25 nós ;
- 2 de 1.200 toneladas — velocidade 19 nós ;
- 24 de 1.100/1.580 toneladas — velocidade 16,5 nós.

52 Submerinos :

- 15 de 1.120/1.620 toneladas — velocidade 18/8 nós ;
- 21 de 1.090/1.570 toneladas — velocidade 15/9 nós ;
- 17 de 715/1.000 toneladas — velocidade 14/10 nós.

3 Lança-minas :

- 3 de 2.610/4.000 toneladas — velocidade 40 nós.

329 Draga-minas :

- 62 de 1.000/1.300 toneladas (oceânicos) — velocidade 16,5 nós;
- 65 — (costeiros) —;
- 17 de 360 toneladas (a montar) — velocidade 10 nós;
- 50 de 250 toneladas (a montar) — velocidade 10 nós;
- 45 lanchas de 65 toneladas — velocidade 16,5 nós.

30 Lança-rêdes e apoio de barragens :

- 2 de 2.900/3.600 toneladas — velocidade 19 nós;
- 18 de 1.000 toneladas;
- 10 de 530/750 toneladas — velocidade 11,5 nós.

34 Trawlers :

- 34 de 550/770 toneladas — velocidade 12 nós (usados alguns para luta A/S, ou dragagem de minas, e outros em serviços auxiliares).

(Continua)

AVISO AOS ANUNCIANTES

Nossos Agentes de Publicidade estão munidos de Carteira de Identidade, que deve ser exigida.

Nenhum deles está autorizado a receber qualquer quantia, senão quando especificamente credenciado para tanto através de carta e recibo firmados pelo Tesoureiro da Revista.

Para qualquer outra informação a respeito de anúncios na Revista "A Defesa Nacional", queira dirigir-se ao seguinte endereço :

Direção da "A Defesa Nacional", Quartel-General do Exército — 3º Pavimento — Ala Visconde da Gávea. Caixa do Correio n. 17, da Agência do Ministério da Guerra.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra publicados no mês de setembro de 1953

AVISO N. 756 — EM 31 DE AGOSTO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, tendo em vista que é dever de patriotismo, zelar pelos grandes nomes da nacionalidade e, buscando nêles os exemplos da atividade e do saber, apontá-los às gerações nacionais e à admiração do povo;

Tendo em consideração que, o Dr. Oswaldo Cruz foi sanitarista de renome conquistado, por sua alta capacidade científica, por seu humanitário labor, por seu patriotismo tranqüilo e sadio e por sua ação administrativa de confiança e de tenacidade, do que se resultou o bem da Pátria e o bem do povo;

Determina :

a) todas as unidades, repartições e estabelecimentos de saúde, como todos os estabelecimentos de ensino do Exército deverão ter, em lugar visível e de honra, o retrato do grande médico brasileiro, Dr. Oswaldo Cruz, como exemplo permanente do que se pode dar à Pátria, à base do trabalho honesto, do estudo constante e do amor à verdade;

b) a Secretaria Geral do Ministério da Guerra, providencie a confecção e distribuição dos retratos necessários ao cumprimento deste Aviso — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 8-IX-53.)

* * *

AVISO N. 773 — EM 2 DE SETEMBRO DE 1953

Não estando definido como considerar o tempo de serviço dos Oficiais e graduados que servem no Núcleo da Divisão Aeroterrestre e dos que serviram na extinta Escola de Pára-quedistas do Exército, aprovo o parecer do Estado-Maior do Exército e declaro :

Devem ser considerados Corpos de Tropa, para todos os efeitos, de acôrdo com o art. 8º, do Decreto-lei n. 9.120, de 2 de abril de 1946, os elementos do Núcleo de Divisão Aeroterrestre, constantes da Nota n. 13, de 19 de janeiro do corrente ano (B.E. n. 7, de 13-II-53), letra A, com exceção do Cmdo. do Q.G. — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 9-IX-53.)

* * *

AVISO N. 789 — EM 9 DE SETEMBRO DE 1953

Cursos "A" e "A 1" da Escola de Comunicações

(Funcionamento — 2º Turno)

1. Levando em consideração as razões apresentadas pela Escola de Comunicações e Diretoria Geral do Ensino, determino que não funcionarão, no 2º turno do período letivo de 1953, os Cursos "A" e "A 1", da Escola de Comunicações.

2. Os referidos cursos, em 1954, terão início no mês de março e funcionarão em um único turno.

3. Ficam asseguradas as matrículas, no ano vindouro, àqueles que já tiveram seus requerimentos deferidos — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

* * *

AVISO N. 790 — EM 9 DE SETEMBRO DE 1953

Exame de suficiência de Arquivista-Dactilógrafo e Contador-Dactilógrafo

1. Considerando a necessidade do serviço e o interesse em normalizar a situação das praças qualificadas como Burocratas e ainda não habilitadas convenientemente para o pleno exercício de suas funções, em face dos dispositivos atualmente em vigor, e de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolvo:

a) os Sargentos qualificados, a título precário, e no exercício das funções de Arquivista-Dactilógrafo e de Contador-Dactilógrafo, até a vigência do Aviso n. 192, de 20 de março de 1952, e não possuidores dos cursos de formação dessas qualificações, devem submeter-se a um novo exame de suficiência, a ser realizado na EIE ou nas Regiões Militares, de acôrdo com as "Instruções" anexas ao Of. n. 520-A, Circular, de 30 de agosto de 1952, do EME, e sob a orientação daquela Escola, cujas provas deverão estar terminadas até 31 de dezembro de 1953;

b) os Sargentos qualificados e no exercício das funções de Dactilógrafos poderão se submeter ao exame de suficiência de uma das qualificações referidas na letra anterior desde que estejam no desempenho dessas funções há mais de um ano e não possuam qualquer curso dos QMP constantes da QMG: Burocrata.

2. São revigoradas as "Instruções" determinadas pelo Aviso n. 471, de 9 de julho de 1952, elaboradas pelo EME, ficando os Comandantes das Regiões Militares autorizados a entrar em entendimentos com o CAER, a fim de facilitar a execução das provas constantes das mesmas Instruções e dentro do prazo estabelecido.

3. Os Sargentos que não lograrem aproveitamento nas provas referentes ao exame de suficiência deverão, imediatamente, retonar à qualificação de origem — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 11-IX-53.)

* * *

PORTARIA N. 369 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1953

Instruções para convocação de Oficiais Subalternos, Médicos da Reserva de 2ª Classe

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, na conformidade do art. 8º da Lei n. 1.841, de 13 de abril de 1953, resolve aprovar as Instruções para convocação de oficiais subalternos, médicos da Reserva de 2ª Classe, que com esta baixam — *Cyro Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 12-IX-53.)

AVISO N. 810 — EM 14 DE SETEMBRO DE 1953

Tabelas de rações de forragem (Para animais comuns)

I — Passam a vigorar a partir de 15 de setembro até 31 de dezembro do corrente ano, as Tabelas de rações de forragem abaixo:

- a) Cavalos da AMAN — Alfafa, 3,500 kg, milho 3,500 kg e sal, 0,020 kg;
- b) Cavalos de Unidades Montadas — Cavalaria, Artilharia, CHR4, CRE, ESA (Esquadrão de Cavalaria), CPOR (Esquadrão de Cavalaria e Bateria de Artilharia), EPC e Colégio Militar (Esquadrão de Cavalaria e Bateria de Artilharia): Alfafa, 2,500 kg, milho, 2,500 kg e sal 0,020 kg;
- c) Cavalos de Unidades e Subunidades a pé; muare e animais comuns das Coudelarias, etc.: Alfafa, 2,000 kg, milho, 2,000 kg e sal 0,02 kg;
- d) Percherons — Alfafa, 5,000 kg, milho, 5,000 kg e sal 0,020 kg.

II — A 3ª R.M. desargolará, recolhendo à invernada, de 1 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano, vinte por cento do efetivo dos animais argolados.

("Diário Oficial" de 16-IX-53.)

* * *

INSTRUÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS DE TIRO NAS ÁREAS DOS PORTOS E LITORAIS ADJACENTES

(Interdição de áreas de navegação aérea e marítima)

I — Instruções Gerais

1. Qualquer exercício de tiro de artilharia que obrigue a interdição de áreas de navegação aérea e marítima na entrada dos portos ou no litoral adjacente aos mesmos deverá obedecer às presentes Instruções.

2. Os exercícios de tiro de artilharia que exijam a interdição do campo de tiro correspondente não poderão ter duração total superior a 6 (seis) horas em uma jornada, divididas em períodos nunca superiores a 3 (três) horas consecutivas; o intervalo entre dois períodos de interdição nunca será inferior a 4 (quatro) horas. A duração da interdição refere-se ao início e ao fim da execução do tiro propriamente dito.

3. Nas imediações dos portos de pequeno movimento ou em outras áreas do litoral ou do interior, os limites prescritos no parágrafo anterior poderão ser modificados mediante entendimento com as autoridades competentes da Marinha ou da Aeronáutica.

4. Os campos de tiro (marítimo ou aéreo) somente ficarão interditados no horário previsto para a execução dos tiros. Esta exigência tem a finalidade de prejudicar o mínimo possível o movimento dos navios nos portos e o tráfego aéreo.

5. Para o cumprimento das presentes Instruções, é necessário:

a) que os Planos dos Exercícios sejam organizados cuidadosamente, levando em conta, tanto quanto possível o movimento do porto;

b) que na previsão do horário de interdição sejam levadas em consideração as condições meteorológicas previstas para o dia do exercício;

c) que as rotas do alvo interfiram o mínimo com a entrada dos portos ou com suas vias de acesso;

d) que os alvos estejam no campo de tiro, prontos para o exercício, no início do horário de interdição;

e) que o horário de interdição seja aproveitado ao máximo e por mais de uma Unidade, quando possível.

6. Os Planos dos Exercícios serão enviados aos Comandantes das Regiões Militares correspondentes, a quem compete providenciar os pedidos de interdição das áreas de navegação marítimas e aéreas.

II — Interdição da Área Marítima

7. A interdição da área marítima será solicitada por escrito, com o mínimo de 10 dias de antecedência, ao Comando do Distrito Naval correspondente ou à Capitania dos Portos.

8. Nos pedidos de interdição das áreas marítimas deverão ser citados os seguintes elementos:

- a) natureza do exercício;
- b) horário de interdição do campo de tiro;
- c) limites do campo de tiro a ser interditado ou traçado da rota a ser percorrida pelo alvo;
- d) distância média, em quilômetros da rota do exercício, referida à posição da Unidade que atira;
- e) flecha correspondente à distância máxima de tiro;
- f) nome e posto da autoridade diretamente responsável pela execução do tiro (Diretor do Exercício);
- g) número do telefone e local do Diretor do Exército para os casos de entendimentos pessoais urgentes.

9. Nos casos de modificação urgente em qualquer ou em todos os elementos referidos no n. 8 acima, as solicitações poderão ser feitas por telefone, à ordem do Comandante da Região, diretamente à Diretoria de Hidrografia e Navegação (no caso do porto do Rio) ou à autoridade da Marinha que controlar o movimento do Porto.

10. Quando o exercício não puder ser realizado no dia previsto, ou quando o mesmo terminar antes de ter escoaado o período de interdição, o Diretor do Exercício fará a comunicação imediata, pelo meio mais rápido à autoridade naval competente, para que seja liberada a área interdita.

11. Todas as solicitações feitas diretamente à Diretoria de Hidrografia e Navegação (verbais ou escritas) serão obrigatoriamente comunicadas em Ofício ao Comando do 1º Distrito Naval (Porto do Rio) com as razões que motivaram a ocorrência. O procedimento nos outros portos será idêntico ao do Porto do Rio.

III — Interdição do Espaço de Navegação Aérea

12. A interdição do espaço de navegação aérea será solicitada, nas mesmas condições previstas para as áreas marítimas, à Diretoria de Rotas Aéreas (Seção do Tráfego Aéreo), no caso do Porto do Rio. Nos outros portos a interdição será solicitada à maior autoridade local de Aeronáutica.

13. Nos casos de entendimentos urgentes, modificações no Plano do Exercício ou impedimento de realização do tiro, as comunicações podem ser feitas por telefone, à ordem do Comandante da Região, ao Centro de Controle do Rio de Janeiro (ACC-RJ) ou ao Centro de Controle correspondente ao local dos exercícios, no caso dos outros portos.

14. Todas as solicitações feitas diretamente ao Centro de Controle do Rio de Janeiro serão obrigatoriamente comunicadas por escrito à Diretoria de Rotas Aéreas, com as razões que motivaram a ocorrência. O procedimento será idêntico em todos os Portos, de acordo com a organização da Aeronáutica no local.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1953 — *Cyro Espirito Santo Cardoso*.
("Diário Oficial" de 17-IX-53).

PROMOÇÃO DOS ALUNOS DO CPOR VITIMADOS EM INSTRUÇÃO OU SERVIÇO

O Presidente da República assinou mensagem a ser encaminhada ao Congresso Nacional, acompanhada de ante-projeto de Lei, estabelecendo que alunos dos Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, falecidos ou incapacitados por acidente, em instrução ou serviço, sejam promovidos ao posto de 2º Tenente, para efeito de amparo do Estado. O referido projeto estende esses benefícios aos alunos do CPOR de Porto Alegre vítimas do trágico acidente, ocorrido em janeiro deste ano, durante uma instrução.

O Ministério da Guerra, quando procurou amparar os alunos, verificou que a legislação existente era omissa, de vez que não precisava, como nos demais casos, a graduação ou posto a que devem ser promovidos os vitimados em instrução ou serviço do CPOR. Daí a iniciativa do projeto de Lei, que estabelece ainda, em seu art. 2º, que no caso de invalidez para o serviço militar, serão concedidos, além da promoção ao posto de 2º Tenente, os vencimentos correspondentes ao posto subsequente.

("Diário Oficial" de 18-IX-53.)

* * *

DECRETO N. 33.926 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1953 . . .

Aprova o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento da Ordem do Mérito Aeronáutico, que com este baixa, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica.

Art. 2º. O presente Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1953; 132º da Independência e 65º da República.

GETULIO VARGAS.

Nero Moura.

("Diário Oficial" de 30-IX-53.)

* * *

PORTARIA N. 381 — DE 14 DE SETEMBRO DE 1953

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve, nos termos do art. 35, do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946, alterado pela Lei n. 1.585, de 28 de março de 1952, aprovar o Plano Geral de Convocação para o ano de 1954, que com esta baixa.

(a) *Cyro Espírito Santo Cardoso.*

Plano Geral de Convocação para o ano de 1954

Organizado pela Diretoria Geral do Serviço Militar, em coordenação com a Diretoria do Pessoal da Marinha e Diretoria Geral do Pessoal da Aeronáutica, de acordo com o art. 35 da Lei do Serviço Militar.

I — CONVOCAÇÃO

- A — Será convocada para prestação do Serviço Militar em 1954, a classe de 1935.
- B — Além dos cidadãos pertencentes à classe de 1935, serão, ainda, chamados à prestação do Serviço Militar:
- 1) os cidadãos das classes anteriores ainda em débito com o Serviço Militar;
 - 2) os cidadãos que tenham optado pela nacionalidade brasileira, desde que o ato oficial de opção tenha sido publicado no "Diário Oficial", até 6 (seis) meses antes da data oficial da 1ª incorporação na Região Militar de residência do convocado;
 - 3) os brasileiros naturalizados, menores de 30 anos, cujo ato de naturalização fôr publicado no "Diário Oficial" a partir de 28-III-52 (Lei n. 1.585-52), e até 6 (seis) meses antes da data oficial da 1ª incorporação na Região Militar de residência do convocado.
- C — O Serviço Militar será prestado:
- 1) nas Escolas de Formação de Oficiais da Ativa das Forças Armadas;
 - 2) nas Unidades de Tropa, Formações de Serviços, Bases Navais ou Aéreas, contingentes diversos e nas Escolas Técnico-Profissionais das Forças Armadas;
 - 3) nos Centros ou Núcleos de Formação de Oficiais ou Graduados da Reserva das Forças Armadas;
 - 4) nos Tiros de Guerra e Centros de Formação de Reservistas das Forças Armadas;
 - 5) nas Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante;
 - 6) nas Escolas Preparatórias de Cadetes e no Colégio Militar e Colégio Naval.
- D — Os Comandantes de Regiões Militares, em entendimento direto com os Comandantes de Zonas Aéreas e Distritos Navais, elaborarão os respectivos Planos Regionais de Convocação, com a antecedência necessária, enviando cópias dos mesmos à Diretoria de Recrutamento, onde deverão dar entrada até 1 de novembro de 1953.
- E — Por intermédio dos órgãos de publicidade existentes no território da respectiva Região Militar (imprensa, rádio, etc.), será dada, sob a responsabilidade regional, a mais ampla divulgação às disposições contidas neste Plano e que sejam de interesse dos convocados.

II — SELEÇÃO

- A — É condição essencial, para incorporação ou matrícula, que o convocado haja sido, previamente, considerado apto na seleção a que tenha sido submetido.
- B — Para isso, em cada município tributário, funcionará, em princípio, uma Comissão de Seleção.
- C — As Comissões de Seleção podem ter o caráter volante (C.S.V.), se assim o impuser o elevado número de municípios tributários na Região ou a carência de recursos, em pessoal e material, para a constituição de Comissão de Seleção Fixa (C.S.F.).
- D — O local de funcionamento das Comissões de Seleção é o "ponto de reunião" (P.R.), onde se apresentarão os convocados.
- E — Nas guarnições federais em que este processo seja viável, recomenda-se aos Comandantes de Regiões Militares, na base de entendimentos com os representantes das demais Forças Armadas, a organização de Comissões de Seleção Mistas, de maneira a obviar a falta de selecionadores e a melhor utilização do material existente, processando-se, assim, melhor aproveitamento das capacidades do elemento humano, de acordo com a necessidade da Defesa Nacional, respeitadas as normas vigentes em cada Força Armada.
- F — As comissões de Seleção, serão constituídas, no mínimo, de três membros, dos quais, um será o presidente e os outros dois, o oficial selecionador e o oficial médico. O Delegado Militar de Recrutamento integrará as mesmas, obrigatoriamente, nos municípios de sua jurisdição. Poderão ser completadas por oficiais da Reserva, não convocados e por civis do território regional, que forem autorizados pelos respectivos Ministérios (art. 45 da L.S.M.). Contudo, poderão as Comissões ser integradas por um único médico, desde que militar da ativa (Aviso n. 804, de 25-IX-950). Além dos oficiais, as Comissões serão completadas por praças (auxiliares), na razão de um a dois sargentos e número igual de cabos, que auxiliarão o registro dos dados e conduzirão o material necessário (máquinas de escrever, material de expediente, etc.).
- G — A seleção será conduzida sob o duplo aspecto de seleção física (inspeção de saúde) e seleção de habilitação (intelectual, profissional e vocacional), incorporando-se em cada Unidade, Repartição ou Estabelecimento, o "contingente tipo" mais aproximado possível das vagas a preencher, a fim de acelerar a adaptação do convocado ao meio militar, obter melhor rendimento na instrução e aprimorar a qualidade das reservas.
- H — Serão aplicadas as Normas Gerais de Seleção, já adotadas em algumas Regiões Militares, no que não contrariem as recém-baixadas pela D.G.S.M.

I — Serão de aplicação obrigatória os “Testes de classificação 1 abc” e o “Manual de perguntas orais sobre ofícios” do C.A.E.R., além das provas práticas, sempre que exequíveis (nas oficinas locais ou nas sedes de guarnições).

J — A Seleção será realizada nos seguintes prazos :

- 1) nas sedes dos municípios tributários, a partir de 120 dias e até 15 dias antes da data oficial da 1ª incorporação (época de seleção) ;
- 2) entre 30 e 10 dias antes da data oficial da 2ª incorporação, nas sedes das guarnições (época complementar) ;
- 3) na época seguinte, independente do processo de insubmissão em que hajam incorrido, para os convocados que tenham faltado às épocas marcadas ;
- 4) os 15 dias que antecedem à 1ª incorporação, são destinados, em princípio à “distribuição” dos convocados.

L — Aos refratários, isto é, aos que tenham ultrapassado esses prazos, embora não tenham incorrido na insubmissão, será aplicada a multa máxima de Cr\$ 50,00, prevista no art. 128, da Lei do Serviço Militar.

M — A 2ª inspeção de saúde para os julgados temporariamente incapazes, (Grupo C), da classe convocada, será realizada juntamente com a época de seleção (geral) da classe imediata (1936).

III — INCORPORAÇÃO

A — A incorporação, nas diferentes Regiões Militares, deverá obedecer às datas fixadas no Aviso Reservado n. 168-123, de 18-XII-952.

B — Nas datas indicadas acima, terá início a contagem do tempo de serviço militar, de cada contingente de incorporação. Em todas as Regiões Militares, o efetivo dos contingentes à incorporar, será calculado de acordo com o Aviso Reservado n. 168-123, de 18-XII-952.

C — Terão prioridade para incorporação, em igualdade de condições sob o ponto de vista da seleção :

- 1) os brasileiros ainda em débito com o serviço militar ;
- 2) os que, até 31 de dezembro de 1953, forem desligados dos TG, CPOR e NPOR, CIORM, ou CPOR/Aé., e que, por força dos respectivos regulamentos, devam ser incorporados ;
- 3) os brasileiros naturalizados e por opção, que ainda não tenham regularizado sua situação militar, consoante o disposto na letra B), do item I.

D — As transferências de incorporação, de uma para outra Região Militar, dos convocados aptos, relacionados para a 2ª incorporação, deverão ser concedidas pela DGSM, mediante requerimento dos

interessados. Estes requerimentos serão entregues ao SMR de origem, que os encaminhará à Dir. Rcr., com as informações necessárias.

Será adotado o modelo enviado às RM no ano de 1953.

IV — MATRÍCULA NOS TIROS DE GUERRA

- A** — A matrícula nos Tiros de Guerra será regulada pelo Plano Regional de Matrícula, organizado pelos Comandantes de Regiões, de acordo com as prescrições dos arts. 35, 44, 74 e 76, da Lei do Serviço Militar. A data inicial de funcionamento dos TG será igualmente fixada pelos Cmts. de RM. Cópias dos Planos serão enviadas à Dir. Rcr.
- B** — A transferência de matrículas em Tiros de Guerra, de uma Região para outra, deverá ser feita mediante proposta do Serviço Militar Regional, por intermédio do Comando da Região Militar, ao Diretor de Recrutamento.
- Ao SMR de origem, logo após tomar conhecimento do ato de transferência, cabe providenciar o expediente à CR, onde se encontra vinculado o convocado, e à RM para a qual foi o mesmo transferido.
- C** — Para o funcionamento inicial da instrução nos Tiros de Guerra, deverão os Cmts. de RM, observar o disposto no art. 5º, parágrafo único, do Decreto n. 19.694, de 1-X-945.
- D** — Serão matriculados nos Tiros de Guerra os convocados residentes há mais de um ano em zona urbana ou suburbana da sede dos respectivos Municípios (art. 74, da LSM e art. 6º, letra a), do RTG).
- E** — Poderão ser matriculados nos referidos órgãos de formação de reservistas, desde que os efetivos comportem, (letra e), do art. 37 e art. 76, da LSM):
- os excedentes do contingente da classe convocada para preenchimento dos claros nas guarnições do Exército;
 - os brasileiros por opção e os naturalizados com menos de 30 anos, residentes em localidades onde funcionam os referidos órgãos.
- F** — Os convocados destinados à matrícula nos Tiros de Guerra, serão submetidos à seleção juntamente com os demais convocados, (art. 36, da LSM); portanto, nos Municípios-Sedes de TG, funcionará a Junta de Seleção.
- Os incluídos no Grupo "C", ficarão sujeitos à seleção para matrícula no ano seguinte, observadas as disposições do Aviso n. 64, de 14-I-947.
- G** — Deve ser remetida ao SRM, até 10 dias após a data oficial do início de funcionamento dos TG, a relação nominal dos matriculados, conforme modelo a ser fixado por aquele Serviço.

- H — Os convocados mandados matricular nos Tiros de Guerra, que sem justo motivo faltarem à matrícula, serão considerados matriculados e desligados ao completarem 20 pontos. Os desligados nessas condições serão incorporados no ano imediato em Unidade designada pelo Comando da Região Militar, conforme estatuem os arts. 36 e 37, do Regulamento dos Tiros de Guerra, e o § 2º, do art. 55, da Lei do Serviço Militar.

V — INSUBMISSÃO

- A — Para fins do que preceitua o art. 159, do CPM, o "prazo marcado" para apresentação do convocado, terá início com a época de seleção, e terminará às 0 (zero) horas da data oficial da 1ª incorporação na Região Militar, para os convocados designados para as organizações da ativa.
- Não é admissível, por infrigente da Lei e estar em desacôrdo, na espécie, com a mansa, pacífica e ininterrupta jurisprudência do Egrégio STM, a fixação de qualquer outro prazo ou condições diferentes para que se consuma o crime de insubmissão.
- B — As declarações gerais de insubmissão, serão publicadas nos Boletins Regionais, no dia imediato ao da data oficial de incorporação; haverá, portanto, uma declaração para cada época de incorporação, abrangendo, na 2ª, os que, embora tendo se apresentado na 1ª falem à última.

VI — DISPENSA DE INCORPORAÇÃO

- A — Serão "dispensados de incorporação", em Organização Regional da Ativa, em 1954, os seguintes convocados:

- 1) Os residentes em municípios nas condições especificadas no art. 37 da LSM, e em zona rural dos municípios tributários de TG (art. 74 § 2º da LSM);
- 2) Os preferenciados para a Marinha e Aeronáutica, na forma do art. 40 da LSM, caso tenham satisfeito as condições exigidas, e constem das relações nominais fornecidas por essas Forças Armadas. (Parágrafo único do art. 41 da LSM);
- 3) Os portadores de "brevet" de piloto civil (Aviso n. 530, de 14-VIII-951, do Ministério da Guerra);
- 4) Os aprendizes das Escolas Técnico-Profissionais de Fábricas, Arsenalas ou Estaleiros das Forças Armadas, de Usinas Siderúrgicas de interesse da Defesa Nacional, de Fábricas de Aviões e Motores ou os que possuírem certificados de conclusão de curso das referidas Escolas e desde que essa providência seja solicitada pelos referidos Estabelecimentos. (Letra c), do art. 55 da LSM);
- 5) Os matriculados nos centros, núcleos e escolas de formação das reservas das Forças Armadas e nos TG (letra b) do art. 55 da LSM).

- B — Os cidadãos convocados, que tenham mudado de residência, de município tributário para outro não tributário, somente poderão ser dispensados de incorporação, se apresentarem prova de que a mudança de domicílio ocorreu, pelo menos, um ano antes da data inicial da época de Seleção.

VII — EXCESSO DO CONTINGENTE

- A — Havendo excesso do contingente, nêle serão incluídos, pelos Comandantes de Região Militar, além dos residentes nos municípios não tributários, os convocados, na precedência :
- 1) Arrimos de família, que o comprovem, na conformidade do Aviso n. 708 de 11-VIII-953 (DO de 13-VIII-953).
 - 2) Residentes na zona rural dos municípios tributários dos TG ;
 - 3) Que se dediquem à indústria extrativa de carvão mineral ;
 - 4) Funcionários das Vias Férreas e do Departamento de Correios e Telégrafos : radiotelegrafistas, carteiros, mensageiros, condutores de malas, telegrafistas, teletipistas, e outras, consideradas essenciais, a critério dos Comandantes de Região Militar ;
 - 5) Alunos das Escolas de Formação de Técnicos Agrícolas, reconhecidas pelo Governo, e os homens indispensáveis à lavoura, a critério do Comandante da Região Militar.
- B — Os Órgãos Federais, Estaduais, Municipais ou Particulares, a que pertençam os convocados amparados pelos ns. 3, 4 e 5 da letra anterior, solicitarão ao Cmt. da Região Militar, até 30 dias antes da época de Seleção, a sua inclusão no excesso do contingente, justificando a medida.

VIII — ADIAMENTO DE INCORPORAÇÃO

- A — Terão direito ao adiamento de incorporação :

- 1) Os cidadãos candidatos à matrícula em Escola de Formação de Oficiais da Ativa das Forças Armadas, em Curso de Formação de Oficiais da Reserva das Forças Armadas e os matriculados em Cursos de Formação de Oficiais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, tudo de acordo com as letras a) e b) do art. 56 e art. 79 da Lei do Serviço Militar ;
- 2) Os cidadãos matriculados em Institutos de ensino destinados à formação de sacerdotes, de ministros de qualquer religião, ou de membros de ordens religiosas regulares, de acordo com a letra c) do art. 56, da LSM. Concluído o curso, deverá o sacerdote, mediante comprovação, requerer seu certificado de reservista de 3ª categoria (para o Serviço Religioso das Forças Armadas) ;
- 3) Os que se encontrarem no exterior, em local não próximo à fronteira, renovada essa concessão cada ano, mediante sua apresentação ao consulado mais próximo, enquanto não regressarem ao Brasil e não houverem atingido a idade de trinta anos. (Letra d), do art. 56, da LSM) ;

- 4) Os cidadãos julgados incapazes, grupo "C", até a convocação da classe imediata;
- 5) Os alunos das Escolas de Marinha Mercante, até a sua exclusão ou conclusão do curso, e, se não forem, então, considerados reservistas.

Em caso de interrupção do curso, ou desligamento, compete à Marinha, a regularização da situação desses cidadãos.

- 6) Os insubmissos que não tiverem alcançado, na seleção, os índices mínimos de aproveitamento para incorporação.

B — Os requerimentos sobre adiamento de incorporação serão dirigidos, pelos interessados, aos Comandantes de Região Militar, nos casos da letra a) precedente, excetuados os dos ns. 3 e 6, até 60 dias antes da 1ª incorporação da classe.

C — Nenhum brasileiro da classe convocada ou de classes anteriores, ainda em débito com o serviço militar, caso se afaste do território nacional, a partir da publicação deste Plano, poderá ser beneficiado com as vantagens previstas na letra d) do art. 56 da Lei n. 1.585, de 28-III-952.

D — Excetuados os convocados que já estiverem relacionados para matrícula compulsória nos CPOR e NPOR, poderão, os demais, concorrer à matrícula no CIORM, estejam ou não, no gozo de adiamento de incorporação.

E — A partir da data da 1ª incorporação, nenhum adiamento de incorporação será concedido, para fins de matrícula nas escolas de Marinha Mercante, aos convocados já relacionados e destinados à 2ª incorporação.

IX — ISENÇÃO DO SERVIÇO MILITAR

A — Serão isentos do Serviço Militar, no ano de 1954:

- 1) Os incapazes temporariamente, grupo "C", pela segunda vez, e com o mesmo diagnóstico;
- 2) Os incapazes temporariamente, grupo "C", pela terceira vez, com qualquer diagnóstico;
- 3) Os incapazes definitivamente, grupo "D";
- 4) Os incapazes moralmente, de acordo com a letra b) do art. 54 da LSM.

X — CONTINGENTES A FORNECER PELAS REGIÕES MILITARES

A — Para a incorporação na Marinha, deverão, os Cmts. de RM, apresentar os seguintes contingentes:

- 1) na 7ª e 10ª RM, ao 3º Distrito Naval, com destino ao Centro de Formação de Reservistas Navais (Natal), no total de 500 convocados, sendo 350 (trezentos e cinquenta) da 7ª e 150 (cento e cinquenta) da 10ª RM. O contingente será apresentado na base de 50 % em cada época de incorporação;
- 2) na 8ª RM, ao 4º Distrito Naval, em Belém, 50 convocados na primeira incorporação;
- 3) na 9ª RM, ao 6º Distrito Naval, em Ladário, 50 convocados na primeira época de incorporação.

- Os convocados acima, serão selecionados de acôrdo com o critério estabelecido pela Marinha e retirados dos municípios jurisdicionados pelos referidos Distritos Navais.
- B — As providências decorrentes das necessidades de médicos e material para a seleção, serão objeto de entendimentos diretos entre os Comandos das RM, Distritos Navais e Zonas Aéreas, participadas, posteriormente, à Diretoria de Recrutamento e à Diretoria Geral de Saúde.
- C — Nos municípios onde só existam Unidades ou Estabelecimentos pertencentes a uma das Forças Armadas, a convocação será, em princípio, atribuída, exclusivamente, a essa Força.
- D — A 2ª RM, fornecerá à 9ª RM, em número e qualidade, o efetivo de convocados de que carece para formar os sargentos, cabos e soldados, que lhe são necessários.
- E — A 5ª RM deverá fornecer elementos para o 1º Batalhão de Polícia do Exército, para a Academia Militar das Agulhas Negras e para o Batalhão de Guardas.
- F — No tocante às letras "D" e "E" acima, ficam os Comandantes das Regiões Militares interessadas, autorizados a realizar os entendimentos necessários para o estabelecimento de valor numérico e qualitativo dos contingentes que deverão ser fornecidos às 1ª e 9ª Regiões Militares.

XI — DISPOSIÇÕES DIVERSAS

- A — As Regiões Militares encaminharão à Diretoria de Recrutamento, até o dia 30 de setembro do corrente ano, as propostas contendo as previsões quanto às diárias das CSV, aos transportes não requisitáveis dos convocados e à difusão do Plano de Convocação Regional, tudo referente ao próximo orçamento.
- Estas propostas deverão obedecer ao modelo anexo.
- B — O recrutamento para a prestação do serviço militar inicial será feita à base do município-sede de organização militar, que deve concorrer com todos os convocados aptos A e B desde que satisfaçam os índices mínimos de seleção.
- Quando esse município não puder atender às necessidades, recorrer-se-á aos vizinhos e, somente na impossibilidade total de cobrir os claros por esse meio, tributar-se-ão outros municípios.
- A essa prescrição só se eximirá o recrutamento de determinadas qualificações militares essenciais ou críticas, como as de mecânicos, eletricitas ou outras semelhantes, que poderão ser centralizadas pelo SMR e não obedecer ao critério territorial, aqui indicado.
- C — Os Comandantes de Região Militar proporão os municípios tributários de cada Unidade, Estabelecimento, Tiro de Guerra ou Repartição, bem como os que deverão ser dispensados da incorporação, nos termos do art. 37 da Lei do Serviço Militar, devendo as respectivas propostas serem encaminhadas à Diretoria

de Recrutamento, onde deverão dar entrada até o dia 30 de setembro do corrente ano.

- 1) Deverão constar como tributários os municípios onde existam núcleos ponderáveis de população de origem estrangeira.
- 2) Deverão ser devidamente avaliadas as necessidades decorrentes da seleção para a incorporação, nas três Forças Armadas, de maneira a evitar-se a inclusão ou exclusão de novos municípios à proposta inicial.
- 3) Os municípios onde existam Tiros de Guerra serão considerados tributários.

D — Recomenda-se, a fim de estabelecer uniformidade na coleta de dados relativos à seleção do contingente anual, a adoção da "ficha de classificação", modelo do CAER.

PREVISÃO DAS VERBAS PARA A EXECUÇÃO DO S.M. NO ANO DE 195...

TÍTULO DA VERBA	IMPORTANCIA	JUSTIFICATIVA
Diárias para os militares das Comissões de Seleção (1) (arts. 45 e 47 da LSM, Caps. XXV e XXVI do CVVM)		
Gratificação aos Diretores de TG (art. 13, parágrafo único, do Decreto n. 16.694, de 1 de outubro de 1945)		
Diárias para médicos civis que integram as CS (art. 47, §§ 1º e 2º, da LSM e Aviso n. 531, de 30 de julho de 1952)		
Propaganda, Organização e Execução do Plano Regional de Convocação (arts. 44 e 45 da LSM)		
Transportes não requisitáveis de convocados e reservistas (letra "e", do art. 3º e B, do Decreto n. 22.596, de 30 de março de 1953 e art. 210 do CVVM)		

Obs.: (1) Cálculo por posto, graduação e natureza das diárias, à base da inspeção diária de um mínimo de 40 homens (Aviso n. 579-46).

Data.....

Cmt. da R.M.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Dr. Hermes Lima.
Padre J. Busato.
Dr. Pimentel Gomes.
Dr. Roberto de Souza.
Gen. Silveira de Mello.
Cel. Aníbal Barreto.
Cel. Antônio de Brito Júnior.
Cel. A. Ramos de Castro.
Cel. Newton F. do Nascimento.
Cel. Olympio Mourão Filho.
Cel. Paulo Enéias F. Silva.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Ten.-Cel. João Baptista Peixoto.
Ten.-Cel. J.F. Moreira Couto.
Ten.-Cel. Petrônio Brilhante.
Maj. Fernando Bethlem.
Maj. Luiz Wiedmann.
Maj. Waldyr da Costa Godolphim.
Ten. F. Canongia.



EX-LIBRIS

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1933